

MESTRADO INTEGRADO
ARQUITETURA

Arquitetos de Família: metodologias para viabilizar o acesso à arquitetura

Ana Pires

M
2026



Ana Pires. Arquitetos de Família
metodologias para viabilizar o acesso à arquitetura



Arquitetos de Família
metodologias para viabilizar o acesso à arquitetura
Ana Filipa Marinho Pires



ARQUITETOS DE FAMÍLIA

METODOLOGIAS PARA VIABILIZAR O ACESSO À ARQUITETURA

Orientadora Doutora Luciana da Silva Rocha

Co-orientador Doutor Aitor Varea Oro

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura

Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

2026

NOTAS PRÉVIAS:

A dissertação encontra-se ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico, exceto no caso de citações que utilizem o Antigo Acordo Ortográfico.

O corpo de texto foi escrito em língua portuguesa. Posto isto, as citações em língua estrangeira foram sujeitas, sempre que necessário, à tradução livre da autora.

As citações provenientes de referências audiovisuais foram sujeitas a uma transcrição livre por parte da autora.

As referências bibliográficas foram realizadas segundo sistema de Chicago (autor-data), conforme a 17^a edição do “*Chicago Manual of Style*”.

A imagens utilizadas foram redimensionadas sempre que tal se justificou.

AGRADECIMENTOS

Aos professores Luciana Rocha e Aitor Varea Oro pela orientação dedicada, pelo conhecimento generosamente partilhado e pela sensibilidade e persistência no acompanhamento do processo,

aos pais e aos avós,
aos amigos,
ao Gonçalo,

e a todos os que direta ou indiretamente contribuíram para a minha formação e não foram aqui mencionados,

Obrigada.

RESUMO

Esta dissertação analisa a(s) prática(s) dos *Arquitetos de Família* enquanto grupos dispersos e heterogêneos que procuram viabilizar o acesso à arquitetura profissionalizada, em contextos com vulnerabilidades. Partindo do reconhecimento de que a produção regulada do espaço permanece, tendencialmente, inacessível às populações com menor capital económico, político e cultural, o estudo pretende contribuir para a difusão de ferramentas capazes de orientar futuras práticas que procurem democratizar o acesso à arquitetura.

A investigação assenta em dois casos de estudo – a metodologia *Arquitectes de Capçalera* (AC) e a metodologia *Arquitectos de Família* (AF) – elegidos pela sua relevância metodológica e pelo contacto direto da autora com ambos os processos, através do *Taller Temático Arquitectes de Capçalera 2021* (TTAC21) e da 5ª edição do Workshop *Arquitectos de Família* (WAF#05). O trabalho desenvolve um enquadramento teórico que situa estas práticas no contexto da assistência técnica, enfatizando o impacto do “*Método Arquitectos de Família*”, de Rodolfo Livingston, e a sua difusão e reinterpretação no âmbito da Arquitetura Comunitária latino-americana.

A dissertação articula análise bibliográfica, observação crítica das ferramentas e processos adotados pelos grupos estudados e uma leitura comparativa apoiada no modelo *SWOT*⁰¹. Esta abordagem permite avaliar as estratégias de aproximação ao território, a organização das equipas, a articulação com as instituições e os resultados ativos (intervenções concretas) e passivos (formação e investigação). O cruzamento dessas dimensões evidencia os desafios e oportunidades dos contextos de intervenção, bem como as estratégias para superá-los e ampliá-las.

Os resultados demonstram que não existe um modelo universal para viabilizar o acesso à arquitetura em contextos de carência, mas antes estratégias e ferramentas adaptadas às condições específicas de cada território. Conclui-se que a prática arquitetónica socialmente comprometida exige um reposicionamento da disciplina baseado na escuta ativa, na mediação e na atuação colaborativa entre técnicos, instituições e comunidades.

PALAVRAS-CHAVE:

Arquitectos de Família . *Arquitectes de Capçalera* . Arquitetura Comunitária . Assistência Técnica . Projeto Mediador

01. *SWOT* é um modelo de análise que permite avaliar um objeto de estudo a partir de quatro dimensões: as Forças (*Strengths*) e Fraquezas (*Weaknesses*), referentes a fatores internos, e as Oportunidades (*Opportunities*) e Ameaças (*Threats*) externas que influenciam o objeto analisado.

ABSTRACT

This dissertation analyses the practice(s) of Family Architects as dispersed and heterogeneous groups that seek to enable access to professional architecture in vulnerable contexts. Starting from the recognition that regulated production of space tends to remain inaccessible to populations with lower economic, political, and cultural capital, the study aims to contribute to the dissemination of tools capable of guiding future practices that seek to democratise access to architecture.

The research is based on two case studies – the *Arquitectes de Capçalera* (AC) methodology and the *Arquitectos de Família* (AF) methodology – chosen for their methodological relevance and the author's direct contact with both processes, through the *Taller Temàtic Arquitectes de Capçalera 2021* (TTAC21) and the 5th edition of the *Arquitectos de Família Workshop* (WAF#05). The work develops a theoretical framework that situates these practices within the context of technical assistance, emphasizing the impact of Rodolfo Livingston's "*Método Arquitectos de Família*" and its dissemination and reinterpretation within Latin American Community Architecture.

The dissertation combines bibliographic analysis, critical observation of the tools and processes adopted by the studied groups, and a comparative reading supported by the SWOT⁰² model. This approach allows for the assessment of strategies for territorial engagement, team organization, institutional coordination, and both active (concrete interventions) and passive (training and research) outcomes. The intersection of these dimensions highlights the challenges and opportunities within intervention contexts, as well as the strategies to overcome and expand them.

The results demonstrate that there is no universal model for facilitating access to architecture in contexts of deprivation, but rather strategies and tools adapted to the specific conditions of each territory. It is concluded that socially committed architectural practice requires a repositioning of the discipline based on active listening, mediation, and collaborative action among professionals, institutions, and communities.

KEY-WORDS:

Arquitectos de Família . *Arquitectes de Capçalera* . Community Architecture . Technical Assistance . Project as Mediation Tool

02. SWOT is an analytical model that allows an object of study to be evaluated based on four dimensions: Strengths and Weaknesses, referring to internal factors, and Opportunities and Threats, referring to external factors that influence the object being analysed.

SUMÁRIO

RESUMO	i
ABSTRACT	ii
INTRODUÇÃO	iv

01	ARQUITETOS DE FAMÍLIA: RETRATO	01
----	--------------------------------	----

01.1	“GENEALOGIA”	04
	O MÉTODO	05
01.2	“DESCENDÊNCIA”	19
	ARQUITECTOS DE LA COMUNIDAD . CUBA	20
	ARQUITECTOS DE LA COMUNIDAD . URUGUAY	25
	ENCONTROS LATINO-AMERICANOS ARQUITECTURA COMUNITÁRIA	30

02	ARQUITETOS DE FAMÍLIA: RETRATO IBÉRICO	39
----	--	----

02.1	OPORTUNICRISIS	40
	ARQUITECTES DE CAPÇALERA . ESPANHA	41
	ARQUITECTOS DE FAMÍLIA . PORTUGAL	50
	QUADRO COMPARATIVO	60
02.2	DUAS PROPOSTAS	62
	ARQUITECTES DE CAPÇALERA . MÉTODO	63
	ARQUITECTOS DE FAMÍLIA . MÉTODO	72
	QUADRO COMPARATIVO	82

03	ARQUITETOS DE FAMÍLIA: DOIS PROJETOS	89
----	--------------------------------------	----

	ARQUITECTES DE CAPÇALERA . TTAC21	90
	ARQUITECTOS DE FAMÍLIA . WAF#05	100
	QUADRO COMPARATIVO	108

	CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
	BIBLIOGRAFIA	120
	LISTA DE IMAGENS	126

ANEXOS

	ARQUITECTES DE CAPÇALERA . SEGUNDO ESCALÓN	131
	ARQUITECTOS DE FAMÍLIA . TRÊS CASAS EM NUMÃO	151

INTRODUÇÃO

No âmbito desta dissertação, o termo *Arquitetos de Família*⁰³ designa o conjunto heterogêneo de práticas de arquitetura que apontam caminhos para a redução das distâncias entre as carências espaciais de famílias e comunidades e o acesso a recursos materiais, financeiros ou humanos necessários à concretização de projetos de arquitetura qualificados. Estes grupos, frequentemente organizados em equipas multidisciplinares, surgem como resposta às desigualdades produzidas pelos respetivos contextos políticos, sociais e habitacionais, servindo apoio técnico especializado, acessível a pessoas ou instituições, para a resolução de fragilidades habitacionais ou do *habitat*, em contexto de atuação com recursos limitados.

Embora não partilhem proveniência, nem um corpo teórico comum, as diferentes iniciativas convergem em três princípios fundamentais: (1) defendem o acesso à arquitetura profissionalizada como um direito que não deve ser condicionado pela capacidade financeira dos beneficiários; (2) defendem que a formulação de soluções espaciais adequadas depende de um levantamento aturado, em proximidade com o território, das patologias sociais, construtivas, arquitetónicas e urbanas do contexto de intervenção; e ainda que, (3) o futuro da disciplina, enquanto prática socialmente comprometida, requer a articulação entre a ação ativa — centrada na resolução de problemas concretos do território — e a ação passiva — orientada para a formação, investigação e disseminação de conhecimentos.

iv

OBJETO, MOTIVAÇÃO E PERTINÊNCIA

O trabalho incide sobre dois casos de estudo que adotam os princípios acima enunciados: as metodologias *Arquitectes de Capçalera* (AC) e *Arquitectos de Família* (AF), materializados sob dois casos práticos que correspondem a dois projetos desenvolvidos pela autora desta dissertação no âmbito do *Taller Temático Arquitectes de Capçalera 2021* (TTAC21) e da 5ª edição do Workshop *Arquitectos de Família* (WAF#05).

Enquanto os *Arquitectes de Capçalera* reivindicam, através da arquitetura, o direito à cidade, em contextos de precariedade habitacional e urbana; os *Arquitectos de Família*⁰⁴, servem-se dos recursos públicos disponíveis para solucionar as carências habitacionais de famílias em condições vulneráveis.

Os *Arquitectes de Capçalera* foram fundados em 2013 por um grupo de professores e alunos da *Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Barcelona* (ETSAB), num momento de reestruturação do papel do arquiteto perante as

03. Apesar das variações terminológicas adotadas nos diferentes contextos geográficos, nesta dissertação opta-se pela tradução literal – *Arquitetos de Família*. A escolha visa preservar a associação intencional ao conceito de “médico de família” assumida por todos os casos identificados. Este paralelismo assenta na intenção de democratizar os serviços prestados, numa abordagem holística aos problemas, no acompanhamento próximo de famílias e comunidades e na capacidade de articular diferentes especialidades aos longo dos processos.

04. Perante a dificuldade em distinguir, de forma clara, as práticas dos *Arquitetos de Família*, enquanto conceito geral, da prática específica fundada no Porto, ao longo desta dissertação, optou-se por utilizar o termo “*Arquitectos de Família*”, grafado segundo o antigo acordo ortográfico, sempre que se fizer referência à prática portuense.

transformações sociais decorrentes da crise financeira global (2008). Já os Arquitectos de Família surgem no Porto, a partir da parceria entre o Habitar e a Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (FAUP), com o intuito de incluir na formação académica o contacto com a realidade do território.

O contacto direto com ambas as propostas metodológicas, que fundem a ação pedagógica com a prática profissional, suscitou o interesse em aprofundar o estudo de metodologias de trabalho que promovem alternativas à arquitetura convencional, capazes de contribuir para a redução das desigualdades na qualidade habitacional.

OBJETIVO E METODOLOGIA

Uma pesquisa preliminar permitiu identificar uma família de grupos de atuação semelhantes, que, apesar de alinhados quanto às motivações e princípios éticos, divergem quanto aos temas priorizados, aos modos de aproximação aos problemas, às ferramentas e estratégias de trabalho adotadas e, inevitavelmente, aos resultados alcançados.

Assim, o estudo desenvolve uma abordagem teórica que sistematiza as metodologias aplicadas pelos vários grupos de Arquitectos de Família, com o intuito de identificar estratégias e ferramentas com potencial migratório a outros contextos e práticas de arquitetura. Através da decomposição das abordagens, determinam-se pontos de comparação que permitem destacar concordâncias e dissonâncias entre metodologias, de modo a caracterizar o grau de viabilidade, sustentabilidade e acessibilidade das propostas analisadas. A intenção da análise é tornar explícitas as oportunidades e limitações dos contextos de atuação das abordagens, esclarecendo as estratégias e ferramentas utilizadas para potenciar as oportunidades e mitigar as limitações. Pretende-se, deste modo, contribuir para a identificação de condições que possam viabilizar uma prática de arquitetura socialmente comprometida, que seja economicamente sustentável tanto para as comunidades quanto para os técnicos envolvidos.

A análise baseia-se na leitura crítica da bibliografia existente, na observação e estudo dos recursos produzidos pelos grupos abordados e na experiência de participação da autora nos dois casos de estudo para fundamentar quatro dimensões de análise: (1) o contexto de fundação de cada modelo de atuação, incluindo a caracterização do panorama sociopolítico e institucional enquanto elementos catalisadores da ação dos diferentes grupos; (2) a estrutura organizativa e a rede de entidades que operam em parceria; (3) a relação entre as metodologias de trabalho adotadas e os objetivos à priori; e (4) a avaliação dos resultados – tanto os efeitos diretos e concretos das intervenções (resultados ativos), quanto os contributos formativos, de investigação e de sensibilização (resultados passivos).

ESTRUTURA

Para enquadrar os dois casos de estudo e gerar critérios para sustentar a análise crítica, o texto desenvolve-se em três partes.

A primeira parte é dedicada à introdução dos modelos de atuação dos Arquitectos de Família, incidindo particularmente na origem, evolução e dispersão do “*Método Arquitectos de Família*” (Livingston 2006) enquanto ascendente teórico-prático da família de ideias, estratégias e ferramentas que viriam a sustentar o conceito

de Arquitetura Comunitária tal como este se desenvolveu no contexto da América Latina. Embora geograficamente distantes deste enquadramento, os dois casos de estudo inscrevem-se na mesma matriz heurística da proposta do arquiteto Rodolfo Livingston.

No segundo capítulo, desenvolve-se a análise comparativa dos dois casos de estudo estruturada pelo modelo *SWOT*⁰⁵. Assim, dedica-se uma primeira parte à caracterização das oportunidades e limitações do contexto de atuação de cada um dos casos e respetivas influências para o carácter das propostas geradas; e uma segunda parte que, pela decomposição das metodologias permite avaliar as virtudes e fraquezas das abordagens. A dupla leitura – contextual e metodológica – permite compreender em profundidade os fatores que condicionam a eficácia das abordagens mas também os instrumentos dinamizados para ultrapassar as dificuldades.

Por fim, a terceira parte apresenta a aplicação prática das metodologias estudadas, examinando detalhadamente os processos, as propostas e os resultados ativo e passivos obtidos no *Taller Temático Arquitectes de Capçalera 2021* e na 5.^a edição do *Workshop Arquitectos de Família*.

05. *SWOT* é um modelo de análise que permite avaliar um objeto de estudo a partir de quatro dimensões: as Forças (*Strengths*) e Fraquezas (*Weaknesses*), referentes a fatores internos, e as Oportunidades (*Opportunities*) e Ameaças (*Threats*), correspondentes a fatores externos capazes de influenciar ou condicionar o objeto analisado.

Em “Assessoria Técnica e suas questões”, Kapp (2021) propõe um modelo para compreender a produção do espaço urbano a partir da interação entre quatro organismos: os movimentos sociais, o Estado, o capital e os técnicos. A autora descreve esses agentes como partes integrantes de um sistema relacional complexo, marcado por interdependências, tensões e assimetrias que moldam a forma do espaço urbano.

Segundo Kapp, os movimentos sociais correspondem, na linguagem dos processos de assistência ou assessoria técnica, aos “beneficiários” (Kapp 2021, 486; Cf. Baltazar e Kapp 2021 a). São, tipicamente, a entidade que não dispõe de recursos econômicos, políticos e culturais e, por isso, através da sua “luta emancipatória” introduzem no planejamento os “custos sociais” (Portas 2008, 43). A sua atuação é, portanto, marcada pela necessidade de lutar pela sobrevivência física e social e pela dependência relativamente aos restantes agentes no acesso a bens essenciais, como a habitação. O capital, representado pelos investidores privados, construtoras e bancos, controla os recursos financeiros e, por isso, exerce uma forte influência na conformação material da cidade. A sua ação pauta-se por logicas de maximização do lucro e subordinação da produção do espaço aos imperativos do mercado. Essa orientação tende a privilegiar investimentos rentáveis, frequentemente em detrimento de necessidades sociais urgentes, reforçando desigualdades. O Estado concentra os recursos e políticos e a sua função principal é a manutenção da coesão social. Por essa razão, Kapp afirma que o Estado é “conservador por definição” (Kapp 2021, 489): a sua função é preservar a ordem estabelecida, agindo, por vezes de forma contraditória ou segmentada em função das reivindicações dos movimentos sociais e das exigências do capital. O aparato burocrático funciona, assim, de mecanismo de regulação para assegurar a continuidade das estruturas de poder vigentes.

Quanto aos técnicos (arquitetos, engenheiros, juristas, sociólogos, etc.), estes são, segundo a autora “(...) os personagens desta constelação que concentram os recursos culturais (...)”. Embora historicamente as suas funções tenham emergido para atender solicitações dominantes, isto é, do Estado e do capital, a autora interpreta que a identificação com estas entidades não é absoluta: “na sua posição de dominados entre os dominantes, às vezes (os técnicos) identificam-se com as

causas da população desprovida de todos os tipos de recursos.” (Kapp 2021, 491).

Nestas circunstâncias, os técnicos tendem a explorar novas formas de produção do espaço que compadeçam com as suas aspirações pessoais, quer pela aproximação às questões políticas, sociais ou ambientais que atravessam, tanto na prática profissional quanto no campo pedagógico.

O compromisso da arquitetura com as questões sociais apresenta um carácter cíclico ao longo da história recente, marcado por flutuações quanto à intensidade, duração e expressão do compromisso.

Os arquitetos modernos acreditavam que, pelos avanços técnicos, racionalização e funcionalismo, a disciplina podia “servir de motor à reinvenção social” (Travasso 2023, 38). Contudo, o pós-guerra trouxe consigo o reconhecimento do “fracasso do projecto modernista” (Travasso 2023, 38). Desta percepção, no final da década de 1950, emergiram reflexões teóricas que procuraram redefinir a arquitetura enquanto técnica ou arte (Aldo Rossi, citado em Travasso 2023, 37). Esse movimento resultou numa postura introspectiva, que aspirava à “(...) (re)construção de um *saber arquitectónico* obtido pela sua depuração das componentes ideológicas e políticas” (Travasso 2023, 40), que contribuiu para produção teórica e prática tendencialmente autorreferencial.

As décadas de 1960 e 1970 testemunharam um renovado interesse pela dimensão social da arquitetura, num contexto marcado por críticas ao movimento moderno, acusado de transformar um “processo de civilização”, isto é, a democratização do acesso ao espaço urbano organizado, num “processo de dominação” (Bandeirinha 2007, 29)⁰⁶.

Para os arquitetos deste período, o valor estritamente formal das obras já não era suficiente para ocultar os seus efeitos socioeconómicos perversos (Bandeirinha 2007, 36). A crítica recaía sobretudo no carácter tecnocrático, paternalista e funcionalista da abordagem modernista, que a promovia espaços desumanizados, pouco apropriáveis e coerentes com o modelo produtivo-consumista. Por oposição, defendiam uma “arquitetura funcional, a nível superior” (Portas 2008, 77), isto é, uma prática com novas responsabilidades, humanista, anticapitalista e orientada pelo direito à cidade e necessidades sociais, influenciada pelo pensamento situacionista (Bandeirinha 2007, 35). Portas (2008, 27) esclarece que, neste período, “(...) o que preocupa centralmente as novas camadas de quase todos os países (e sobretudo dos que atravessam a fase de «transição») são questões de responsabilidade política e social da Arquitectura, Deposição do técnico perante as forças económicas e produtivas, de prioridade do planeamento e da distribuição dos bens sobre a organização qualitativa ou interna e a força desses mesmos bens.”

Nesse contexto, o sul global — especialmente a América Latina — ganhou centralidade. O crescimento acelerado de assentamentos informais, impulsionado pelo êxodo rural das décadas de 1950 e 1960, atraiu arquitetos e investigadores interessados em compreender os processos de autoconstrução e urbanização

06. A reflexão de Nuno Portas, em *A Arquitectura para Hoje* é exemplo do tom crítico que caracterizou o panorama da época: “Forçoso é reconhecer agora que a formulação racionalista é abstracta, não necessariamente errada no que aponta, mas no exclusivismo das soluções: os seus pressupostos sociais simplistamente universalistas não seriam aceites hoje (1964) pelos sociólogos.” (Portas 2008, 111).

espontânea (Bandeirinha 2007, 48).

No campo prático, a arquitetura passou por um processo de revisão das premissas que permitisse a operacionalização de processos participados em contextos até então inexplorados. No campo teórico, o maio de 68 marca, simbolicamente a viragem, tecendo críticas “(...) ao academismo, à prática desligada dos contextos e das preocupações sociais (...)” (Bandeirinha 2007, 36). A produção teórica e prática do período, influenciada e acompanhada pela sociologia e antropologia, incorporou de modo crescente o estudo das práticas urbanas populares como forma legítima de produção do espaço.

Paradoxalmente, Travasso (2023, 42) argumenta que o apelo à liberdade desse período contribui para o aumento do individualismo que dominou as décadas de 1980 e 1990. Enquadrada por um contexto de expansão do neoliberalismo económico e político, a arquitetura entrou num período de reflexão autocrítica, que se apropriou dos recursos da economia neoliberal para sustentar uma produção arquitetónica autorreferencial e desvinculada (Kapp 2021, 491 e 492).

O novo *shift* em direção a uma arquitetura socialmente comprometida só viria a surgir no século XXI, sobretudo no período em torno da crise financeira global (2008), que expôs as limitações do modelo neoliberal. Nesse cenário, multiplicaram-se práticas arquitetónicas orientadas para problemas sociais, frequentemente desenvolvidas por coletivos interdisciplinares e em estreita colaboração com comunidades locais.

Travasso (2023, 58 a 60) resume o carácter das alternativas emergentes neste período: o papel dos arquitetos expande-se para além do projeto, envolvendo a definição de programas, a mobilização de recursos, o financiamento e a mediação entre diferentes atores – à semelhança do método propostos por Portas (2008), em 1964. Abandona-se a figura do criador individual em favor de processos colaborativos, interdisciplinares e participativos. Os arquitetos assumem funções de co-criadores, mediadores e facilitadores de processos coletivos, nos quais os habitantes se tornam protagonistas desde o início. O foco desloca-se do objeto construído para os efeitos sociais e espaciais da ação, sem abandonar as ferramentas disciplinares.

É neste enquadramento que o livro *Spatial Agency: Other Ways of Doing Architecture* assume particular relevância. A obra identifica práticas que desafiam a conceção tradicional da arquitetura, propondo o conceito de *agency* como instrumento que permite ampliar o campo de atuação da disciplina. Aplicado à arquitetura, *agency* designa uma prática orientada por motivações que transcendem os interesses de mercado, que “(...) parte da certeza da frustração e da certeza da incapacidade de promover transformações globais profundas” e por isso privilegia a ação tática numa espécie de “(...) luta de guerrilha que procura pequenas vitórias numa guerra impossível de vencer.” (Travasso 2023, 58).

No panorama das denominadas “outras formas de produção arquitetônica” (Awan et al. 2011) interessa, para o contexto desta dissertação, considerar a origem, evolução e dispersão do “*Método Arquitectos de Familia*” (Livingston 2006) enquanto ascendente fundador da família de ideias, estratégias e ferramentas que viriam a sustentar o conceito de Arquitetura Comunitária, tal como este se desenvolveu no contexto da América Latina. O presente capítulo propõe, assim, identificar a cadeia de apropriações do *Método Arquitectos de Familia*, reconhecendo as suas sucessivas mutações e a forma como a sua herança contribuiu para formar uma ideologia própria para a produção arquitetônica que, apesar de reinterpretações, mantém afinidades quanto aos propósitos e organização do processo original.

Embora geograficamente distantes, os dois casos de estudo versados nesta dissertação partilham de um sentido de compromisso social plasmado tanto na proposta metodológica do arquiteto Livingston, quanto no conceito de Arquitetura Comunitária. Neste sentido, o enquadramento das páginas seguintes visa orientar a leitura e análise das duas experiências ibéricas à luz da teoria desenvolvida na América Latina.

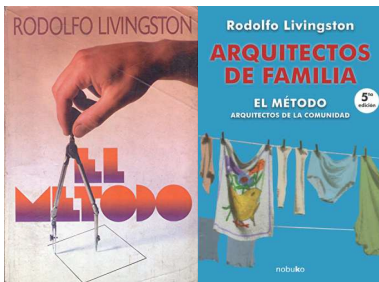


FIG.01. Capas dos dois livros publicados por Rodolfo Livingston sobre o *Método*.

O *Método Arquitectos de Familia* (Livingston 2006) estabelece a estrutura para uma prática arquitetônica centrada na atenção direta a famílias e aos seus modos de habitar, para a resolução de problemas habitacionais concretos. O *Método* emergiu da problematização e reflexão crítica quanto ao papel da arquitetura e dos arquitetos na sociedade contemporânea. A primeira formulação da proposta surge em 1977, com a publicação do artigo “*Cirurgia de Casas*” na revista argentina *Summa* (García Molina et al. 2025, 238), e viria a ser aprofundada nos livros *El Método* (Livingston 1995) e *Arquitectos de Familia: El método: Arquitectos de la Comunidad* (Livingston 2006).

Perante a constatação do distanciamento e alienação crescentes da arquitetura face às realidades sociais, Livingston propõe uma inversão de paradigma: o arquiteto deve libertar-se da figura de criador isolado, interessado na concepção de objetos arquitetônicos excepcionais, para assumir o papel de um “conselheiro” capaz de interpretar as necessidades das famílias e, através de um processo criativo participado e de uma abordagem empática à transformação do espaço habitado, traduzir os problemas em soluções espaciais adequadas aos usuários e recursos disponíveis.

O *Método Arquitectos de Familia* foi desenvolvido pelo arquiteto Rodolfo Livingston a partir da criação do Estúdio Livingston. O processo de gestação do *Método* dá-se entre Cuba pós-revolucionária e Buenos Aires. É da dicotomia entre os contextos sociopolíticos das duas geografias que resulta um modelo de atuação voltado para o acompanhamento de famílias de baixos rendimentos, em processos de reabilitação das suas casas, aplicado numa cidade profundamente castradora do acesso à habitação.

CONTEXTO URBANO E HABITACIONAL

Ao longo do século XIX, a Cidade Autónoma de Buenos Aires (CABA)⁰⁷ expandiu-se arbitrariamente para o interior do território, prolongando a malha ortogonal de raiz colonial numa organização que se dissipou, progressivamente, à medida que aumentava o afastamento em relação ao centro histórico. No início do século XX, surgiram povoações satélite ao redor da cidade que serviam de residência à população operária de classe média baixa (Vieira Neves 2024, 60; Alvarez de Celis 2009, 32 e 33). Por esta altura, a organização urbana começou a ditar a distribuição social da cidade: a população mais abastada residia no centro histórico ou nos bairros a norte e a população pobre vivia junto das fábricas, a sul, em construções precárias próximas das ofertas de emprego, ou nos núcleos urbanos satélite.

O *boom* populacional provocado pela imigração oriunda da Europa, fez aumentar o já elevado número de indivíduos a habitar em condições precárias – nos *Conventillos* e *Inquilinatos*⁰⁸ – e conduziu ao surgimento das *Villas Miseria* ou *Villas de Emergencia*⁰⁹. “A necessidade de aceder ao centro da cidade e às fontes de trabalho tinha como contrapartida as péssimas condições de vida: falta de água e esgotos, edificações precárias, sobrelotação e falta de higiene em geral (...)” (Macri et al. 2009, 34). Apesar disso, nas primeiras décadas do seu aparecimento (1930 – 1960), as *Villas* foram toleradas pelo estado como resposta provisória à crise habitacional, por serem tidas como soluções transitórias para famílias em processo de integração (David Kullock e Murillo 2010, 22).

A partir de meados da década de 1940, o território situado entre a CABA e os

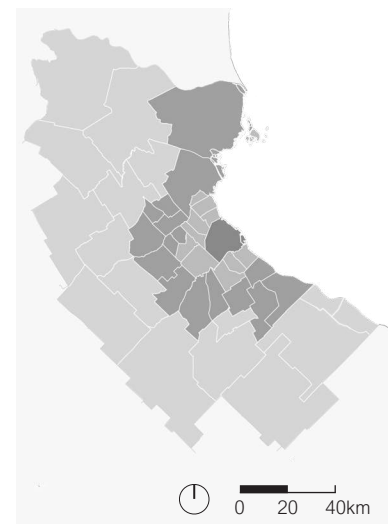


FIG.02. Esquema sobre a divisão administrativa de Buenos Aires

LEGENDA

Região Metropolitana de Buenos Aires (RMBA)

Área Metropolitana de Buenos Aires (AMBA)

Cidade Autónoma de Buenos Aires (CABA)

Conurbano

Primera Corona

Segunda Corona

Tercera Corona

07. A estrutura territorial de Buenos Aires está organizada em arcos designados consoante o afastamento ao centro político. Assim, a Região Metropolitana de Buenos Aires (RMBA) é formada pela Área Metropolitana de Buenos Aires (AMBA), que inclui a Cidade Autónoma de Buenos Aires (CABA) e o Conurbano (*Primeira e Segunda Corona*); e pela *Terceira Corona* (ver FIG.02).

08. Os *Conventillos* surgem, ainda, no século XIX e são edifícios implantados junto a zonas fabris, de proprietário único, convertidos para acomodar famílias de operários migrantes, sob o pagamento de uma renda. A cada família correspondia um quarto de área exigua, e uma cozinha e casa de banho partilhadas com os restantes arrendatários. Em alguns casos, dada a elevada procura, eram adicionados quartos nos pátios, construídos com materiais precários. Os *Inquilinatos* partilham o princípio dos *Conventillos* sendo, no entanto, construídos de raiz para o propósito (Vieira Neves 2024, 64).

09. Já as *Villas Miseria* são aglomerados urbanos informais, autoconstruídos inicialmente com materiais precários por famílias ou indivíduos, normalmente migrantes, sem condições de rendimento para suprir as necessidades habitacionais por meios legítimos. Surgem na década de 1930 da ocupação de terrenos baldios ou não administrados (Macri et al. 2009, 34), junto a fontes de emprego ou meios de transporte na CABA. Numa primeira fase, tendem a ser formas habitacionais temporárias, mas com o adensar das condições de empobrecimento, tornam-se ocupações permanentes.

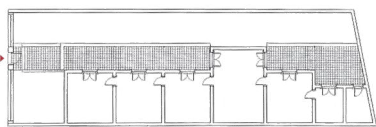


FIG.03. Planta tipo de uma *Casa Chorizo*, num *Loteo Economico*. A distribuição espacial compreende, frequentemente, um compartimento mais largo junto à fachada, uma sucessão de quartos interligados e, ao fundo, as zonas de serviço.



FIG.04. Pátio de uma *Casa Chorizo*. Vista para o corredor de entrada no pátio.

núcleos satélite começa a ser ocupado por “(...) um tecido urbano descontínuo e desestruturado (...)” («Historia del IVC» s.d.) que rapidamente se desenvolveu a ponto da periferia autoconstruída do *Conurbano* bonaerense absorver os núcleos satélite. A disponibilidade de emprego, as condições económicas favoráveis e os apoios sociais disponíveis possibilitaram às famílias ultrapassar a precariedade habitacional por meios próprios (David Kullock e Murillo 2010, 22 e 33). A expansão arbitrária para o interior do território deu origem aos chamados *Loteos Económicos* (A. Torres 2006, 15 e 16).

Os *Loteos Económicos* resultam da subdivisão de terrenos agrícolas e baldios em zonas não urbanizadas da segunda corona da AMBA (A. Torres 2006, 15 e 16), vendidos a custos reduzidos às famílias saídas das *Villas* que “(...) uma vez empregadas, orientavam as poupanças para a compra de lotes” (David Kullock e Murillo 2010, 23) com recurso a créditos do *Banco Hipotecario Nacional (BHN)*. “Uma vez comprado o lote, iniciava-se um laborioso e prolongado processo de construção levado a cabo pelas famílias com a ajuda de parentes, vizinhos ou amigos, com eventuais contratações de pessoal especializado (...)” (David Kullock e Murillo 2010, 22 e 23) num processo realizado ao ritmo ditado pelos fundos disponíveis e pelo tempo livre do núcleo familiar (A. Torres 2006, 18). Apesar da melhoria das condições de habitabilidade face às *Villas* e *Conventillos*, as novas circunstâncias eram, ainda assim, precárias por duas razões: por um lado, os lotes não estavam servidos de infraestrutura urbana mínima¹⁰; e por outro, assim que a construção no lote tivesse as condições mínimas de proteção, as famílias abandonavam as *Villas*. A autoconstrução nestes lotes estreitos e compridos resulta na tipologia de habitação apelidada de *Casas Chorizo* (ver FIG.03 e 04).

CONTEXTO POLÍTICO

Ao longo do séc. XX, o ambiente sociopolítico argentino foi sempre instável, marcado por confrontos violentos e tensões entre posicionamentos políticos opostos. Enquanto epicentro das ações políticas da Argentina, Buenos Aires sofreu um impacto significativo no seu aspeto social, urbano e habitacional.

A primeira presidência de Juan Domingo Perón (1946) coincide com a fundação de condições para a melhoria da qualidade de vida dos operários na argentina¹¹. No plano da habitação, embora sejam construídos bairros pelo estado, “(...) as formas de resolução que articulam a ação indireta do estado e a ação dos demandantes, acabaram por ter maior protagonismo (...)” (David Kullock e Murillo 2010, 27). As apelidadas “políticas implícitas” (A. Torres 2006, 17) de apoio à habitação são várias e difundem a pequena propriedade privada como forma predominante de solução habitacional (A. Torres 2006, 14).

As “políticas implícitas” designam o conjunto de medidas que contribuíram



FIG.05. Apoio popular à inauguração do Viaduto Presidente Perón. 1953. Exemplo ilustrativo das “políticas implícitas”.

10. A título de exemplo, os lotes não eram servidos de infraestrutura de fornecimento de água e esgotos: “Tanto o poço de extração de água dos lençóis subterrâneos como o poço de eliminação de águas servidas encontravam-se na mesma parcela.” (A. Torres 2006, 17).

11. O chefe de estado potencia a formação de sindicatos para a ordeira expressão da voz dos operários e como estratégia de controlo das massas; e concede, por imposição aos privados, boas condições de trabalho e vida por via de aumentos salariais, redução da carga horária de trabalho e muita disponibilidade de emprego (David Kullock e Murillo 2010, 22 e 23).

indiretamente para melhorar as condições de acesso a uma casa. Entre essas políticas destacam-se as condições favoráveis de emprego (nomeadamente o aumento de salários e redução das jornadas de trabalho); a facilidade de obtenção de crédito através do *BHN*; o baixo custo e a boa qualidade dos transportes; a permissividade e ausência de regulamentação rigorosa para a construção (*Código de la Edificación*, 1944); a introdução da figura legal da propriedade horizontal (1948); e o congelamento de rendas através da *Ley de las Locaciones Urbanas* (1943). Em conjunto, as medidas permitiram aumentar a capacidade de acesso à habitação, quer em regime de arrendamento ou aquisição de casa própria, em apartamentos na cidade, ou em lotes periféricos para a autoconstrução.

Após um período de estabilidade social e aparente desenvolvimento económico, a diminuição da prosperidade económica e a inflação provocadas pelas medidas de apoio social do governo, resultam no aumento da oposição (Di Tella 2017, 318). Inevitavelmente, o descontentamento conduz ao golpe de estado de 1955 – a *Revolución Libertadora*. Durante os 13 anos seguintes, a Argentina assistiu a um governo militar (G.M., 1955-1958), a um governo civil (1958 – 1966) e a um regime militar provisório denominado *Revolución Argentina* (1966 – 1973). Durante este período, as divergências políticas adensaram-se progressivamente¹² e a política habitacional caminhou no sentido da maior regulação e intervenção direta do estado.

Em meados de 1970, Perón, novamente no poder, conseguiu mediar o diálogo entre opositores políticos. No entanto, no âmbito popular, desenvolveram-se posições extremadas, com grupos organizados a sequestrar e assassinar cidadãos anti peronistas. A morte de Perón, 1974, abriu caminho a um novo golpe de estado na Argentina que instituiu o *Proceso de Reorganización Nacional* (1976 – 1983). O regime ditatorial, procurou promover o crescimento económico por via da desvalorização do trabalho e da repressão sindical, no entanto, a forte tradição de organização operária no país, implicou a supressão violenta da mobilização social¹³ e a concentração autoritária do poder. A cidade de Buenos Aires passa a ser uma das cidades mais caras do mundo (Di Tella 2017, 378) e as *Villas Miseria*, entre outras formas precárias de residência, aumentam em moradores.

Como resposta, ao *Plano de Erradicación de Villas de Emergencia*¹⁴ (PEVE, 1967), agora aplicado impiedosamente para eliminar qualquer reduto de apoio peronista entre as classes pobres (A. Torres 2006, 29), juntou-se o *Fondo Nacional de Vivienda* (FONAVI), fundado ainda em 1972, mas aplicado com maior protagonismo durante o novo regime. O FONAVI era responsável pela distribuição de fundos para a construção de grandes blocos habitacionais a custos controlados para serem distribuídos pelas famílias provenientes das *Villas* (David Kullock e Murillo 2010, 34 e 37).

12. A repressão dos movimentos de luta sindical “foi o principal componente de rutura entre o governo e o peronismo (...) e realimentou a Resistência Peronista acompanhada de sabotagens e greves violentas e ainda mais violentamente reprimidas” (Di Tella 2017, 329).

13. O período do processo este período caracteriza-se “pela mais intensa experiência de terrorismo de Estado que experimentou a Argentina, com um número elevado de vítimas mortais – assassinados, torturados e «desaparecidos» – estimado, por diversas fontes, entre 10 mil e 30 mil pessoas” (Di Tella 2017, 369).

14. O PEVE pressupunha a erradicação das Villas Miséria justificada pelas condições de insalubridade dos assentamentos. O plano piloto previa a construção de habitação nova e centros comunitários que prestassem apoio social, médico e educação à população. Contudo a estratégia teve um efeito perverso: aliciada pelas promessas do governo, a população das Villas cresceu e impôs exigências ao realojamento através de associações cooperativas (Gomes 2020, 67).



FIG.06. Construção na *Quema de Basura*: o princípio de uma *Villa Miseria*. 1901

FIG.07. Barrio Paralelo 38. Exemplo de uma *Villa Miseria*. 1962.

07

Conjuntos habitacionais construídos ao abrigo do PEVE.



FIG.08. Barrio Comandante Luis Piedrabuena, Buenos Aires. 1975-1980.

FIG.09. Conjunto Habitacional Villa Soldati, Buenos Aires. 1972-1978.

As Madres de Plaza de Mayo são uma associação que exigiu o reaparecimento dos presos políticos desaparecidos e a condenação dos responsáveis. O impacto nacional e internacional da sua resistência contribuiu para o declínio da ditadura.



FIG.10. Manifestação pela Democracia 1982.

FIG.11. Última marcha das Madres de Plaza de Mayo, em ditadura. 1983.



Em 1977, a lei da edificação urbana (*Ley 8912/44*), sofre uma atualização que abole o carácter permissivo da lei vigente e estabelece um maior controlo sobre a construção na AMBA (ver FIG.02), com uma série de exigências nas quais se incluía a infraestruturação do espaço urbano e a modernização e tecnicização da construção. O *Código de Planeamiento Urbano de Buenos Aires* “(...) regulamentou a subdivisão e uso de solo da jurisdição, que inclui todo o *conurbano* da AMBA (ver FIG.02). Relativo às frações urbanas, estabeleceu-se em regulamento que contassem com a provisão total de infraestrutura urbana (água, esgoto, energia elétrica, iluminação pública, drenagem de águas pluviais e pavimentos nas vias principais) (...)” (David Kullock e Murillo 2010, 34). As medidas aprovadas chocaram com o modelo operativo aplicado ao *conurbano* bonaerense. Por um lado, os promotores imobiliários vêem-se impedidos de gerar mais terrenos económicos para a construção, uma vez que o documento obrigava à infraestruturação urbana para divisão em lotes (A. Torres 2006, 28). Por outro lado, tendo em conta que as medidas de modernização exigidas não vieram acompanhadas de qualquer apoio estatal para a sua concretização, as famílias, que até então haviam conseguido suprir as suas necessidades habitacionais por meios próprios – através da compra e autoconstrução nos *Loteos Economicos*, aproveitando as omissões a lei de 1944 – viam-se agora obrigadas a regular a sua situação habitacional em conformidade com a alteração ao *Código de la Edificación*, de 1977, sob pena de se encontrarem em situação de ilegalidade (A. Torres 2006, 28).

Por esta altura, as *Villas* deixam de ser uma alternativa viável para habitação e emergem os *Loteos Pirata* – ocupados à revelia da lei – e os *Asentamientos Organizados* – diferentes das *Villas* na medida em que são resultado de projetos de autoconstrução estruturados frequentemente apoiados por organizações de solidariedade¹⁵. Também as famílias a habitar em regime de aluguer vêm-se condicionadas pelo fim da *Ley de las Locaciones Urbanas* (1943 – 1976), o que gera novas formas de habitação na cidade – a ocupação de pensões e hotéis ou a apropriação de edificios devolutos.

Para além de ser alvo de críticas internacionais, o regime ditatorial via a oposição crescer internamente, manifestando-se, ao contrário de outros países latino-americanos, sob a forma de ativismo mais do que atividade guerrilheira (Di Tella 2017, 380 e 381). Em 1983, são realizadas eleições nacionais democráticas num ambiente de “(...) liberdade e acesso amplo a meios de comunicação (...)” (Di Tella 2017, 387).

Com o retorno à democracia, reestabelece-se o direito à cidade e o município mostra-se favorável ao debate para a regularização de soluções habitacionais em conflito com a lei (A. Torres 2006, 36). No princípio da década de 1980, as condições económicas e de emprego degradam-se, repercutindo-se no retorno da população mais pobre à CABA na procura por emprego permanente (David Kullock e Murillo 2010, 42). Perante este panorama, o município implementa estratégias de âmbito local de combate à pobreza habitacional dirigidas à população em situação de

15. Durante este período, a intervenção internacional desapareceu do panorama de apoio à habitação mas prevaleceu o apoio de iniciativa privada, associações vizinhas e ONG's nacionais preocupadas com as condições de habitabilidade precárias das *Villas*, *Conventillos* e mesmos dos *Loteos Economicos* (Vieira Neves 2024, 144).

maior precariedade. A intervenção estrangeira regressa e adensa-se o trabalho das ONG's locais no apoio ao acesso à habitação daqueles que, ainda que enfrentando carências habitacionais, não estavam protegidos pelo sistema de apoio social nacional ou municipal (David Kullock e Murillo 2010, 43 e 44).

SURGIMENTO DO MÉTODO

Rodolfo Livingston terminou a sua formação em arquitetura no ano de 1956, em Buenos Aires, um ano decorrido da *Revolución Argentina* (1955). Antes de embarcar para a sua primeira experiência profissional em Cuba, o arquiteto participa nas legislativas que restituem o governo civil na Argentina (1958). A respeito desse período, admite que, enquanto “(...) refinado portenho, educado num colégio do bairro norte, em Buenos Aires, votante de direita (por pura distração)” (Livingston 2006, 8) ainda não era sensível aos problemas levantados pela classe operária. Só em Cuba, confrontado com a força popular pós Revolução Cubana (1953-1959), é que se aproxima da ideologia marxista defendida pelos líderes revolucionários do país.

Quando em 1961, Rodolfo Livingston chega a Cuba, é convidado a integrar o processo de reforma territorial e habitacional do país. É-lhe atribuída a responsabilidade de coordenar o projeto e obra de autoconstrução de 124 fogos e um centro de cuidados médicos para o futuro bairro de Turey, em Baracoa (Livingston 2006, 8 e 263 a 268). O projeto destinava-se a famílias que se encontravam em situação de precariedade habitacional e que, antes da Revolução, serviam aquelas terras. A encomenda estava ao abrigo da Lei da Reforma Agrária (1959) que decretava a redistribuição justa e igualitária da propriedade latifundiária entre os cidadãos cubanos – na mesma altura, na Argentina, iniciava-se o estudo para a criação do *PEVE*.

A situação política cubana, da década de 1960, teve um impacto significativo na opinião de Livingston quanto ao papel do arquiteto na sociedade e molda o modo como vem a desenvolver a sua atividade profissional quando regressa à Argentina. No seu país, é confrontado com a desadequação entre as características sociais, ambientais, ecológicas e culturais do país e o “bolo” da intervenção arquitetónica (Livingston 2006, 154 e 155). Na década de 1960, na Argentina, a voz popular estava progressivamente a ser silenciada pelo poder político e o empobrecimento das famílias começava a afetar a classe média. Neste contexto Livingston começa a aplicar a bagagem de conhecimento proveniente de Cuba no acompanhamento de projetos de reabilitação das *Casas Chorizo*. Em 1977, as dificuldades da classe média baixa aumentam e a reformulação da *Ley de la Edificación* de 1944 é implacável para os habitantes dos *Loteos Económicos*. As famílias vêem-se obrigadas a realizar profundas reformas nas suas casas para responder ao novo regime da construção, que obrigavam à contratação de técnicos para a aprovação dos projetos junto das autoridades municipais. É neste contexto que Livingston encontra um espaço franco ao desenvolvimento de uma estratégia de intervenção estruturada para responder, de forma economicamente sustentável, às dificuldades das famílias com poucos recursos e sujeitas às exigências legais.

Para Livingston, a perpetuação dos problemas associados à habitação decorre em grande medida da falta de pensamento sobre o tema, mais do que a falta de

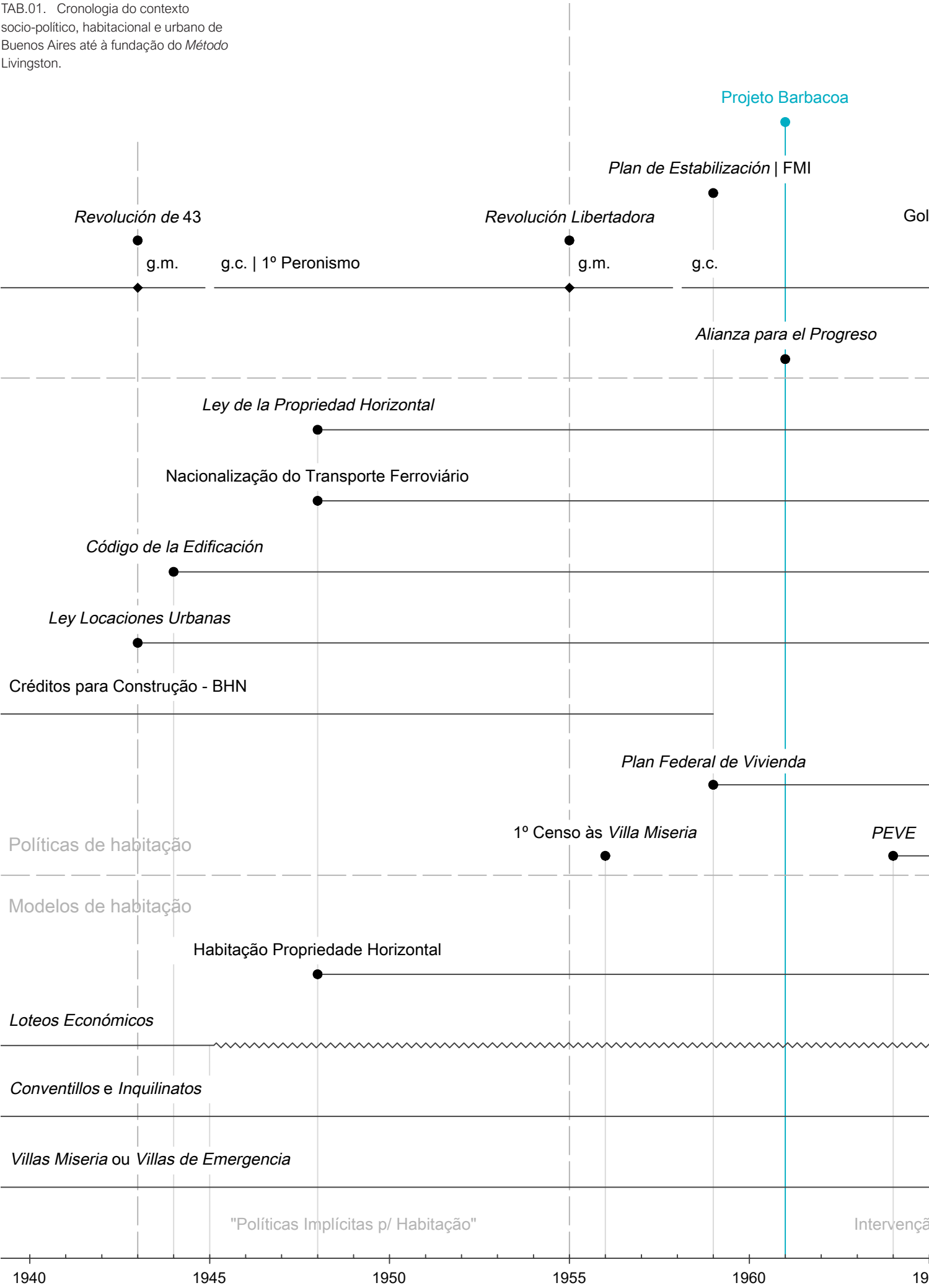
Construção do Bairro Turey, em Baracoa. 1961.

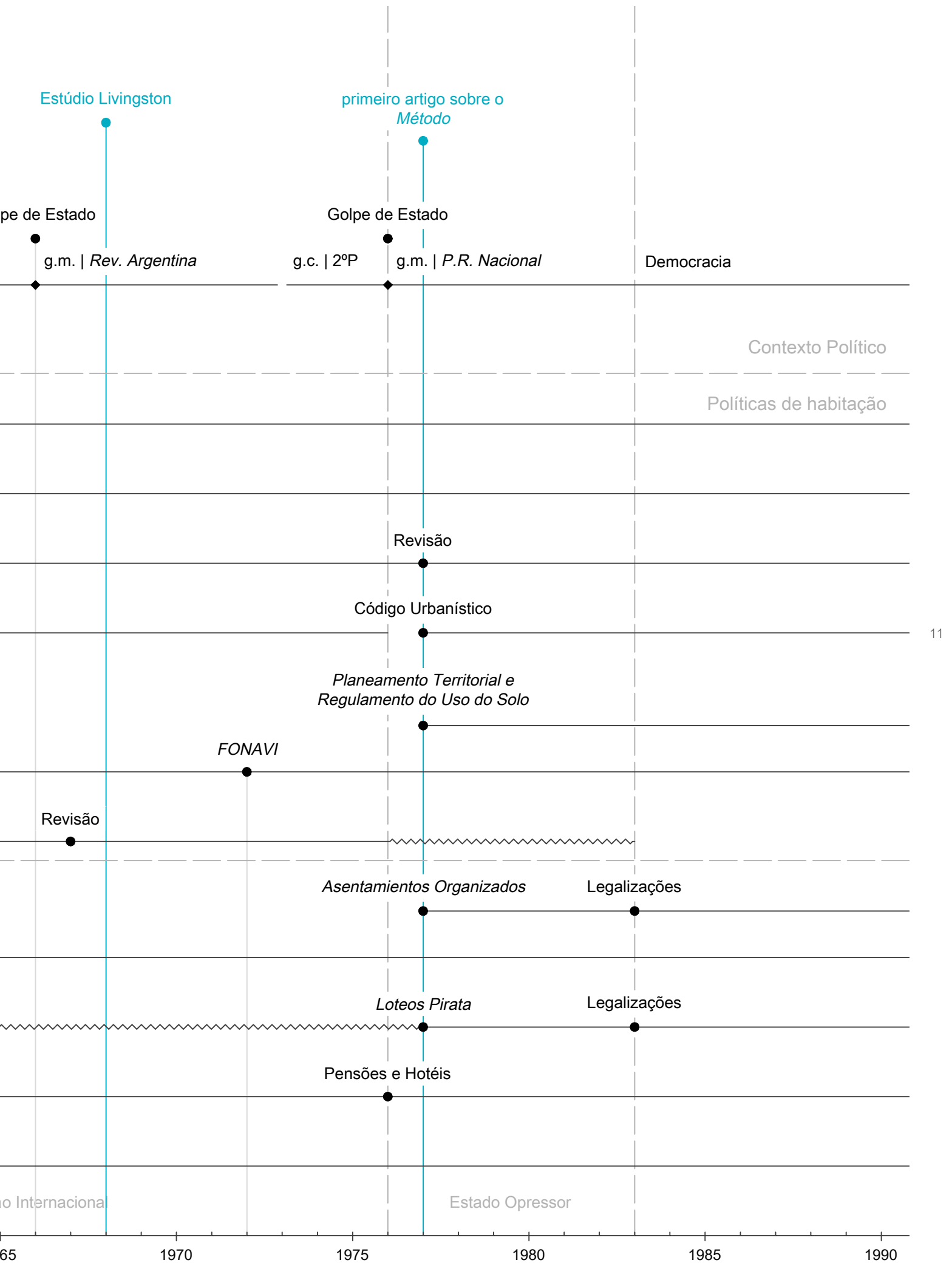


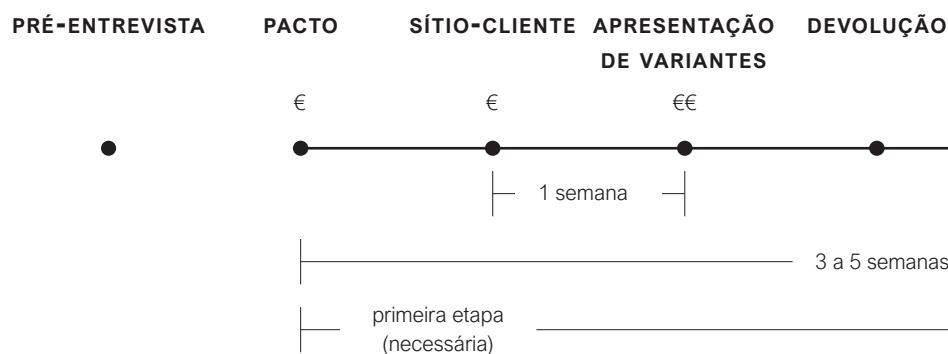
FIG.12. Descofragem das primeiras coberturas em betão armado.

FIG.13. Aplicação da cobertura préfabricada a uma das casas.

TAB.01. Cronologia do contexto socio-político, habitacional e urbano de Buenos Aires até à fundação do *Método Livingston*.







TAB.02. Estrutura do *Método* de Rodolfo Livingston tal como aplicado no seu estúdio. Fonte: a autora, com dados recolhidos de Livingston (2006).

recursos¹⁶ (Cf. Livingston 2006, 15 e 194). Aponta como responsáveis do problema o estado, as escolas de arquitetura e os arquitetos por não formularem devidamente a questão, dificultando a capacidade de resposta.

O MÉTODO

O *Método Arquitectos de Família* nasce, assim, como uma abordagem alternativa ao modelo de arquitetura dominante, contestada por Livingston. A abordagem propõe uma reformulação da relação entre arquiteto e cliente, defendendo que o processo de projeto precede a definição da encomenda – começa com o reconhecimento rigoroso das necessidades, frustrações e desejos das famílias e com a identificação holística do contexto de intervenção, a partir dos quais se estrutura a encomenda.

Através da aplicação do Método, Livingston vislumbra não apenas a democratização do acesso aos serviços de arquitetura — sustentada por um modelo economicamente viável —, mas também a restituição do papel ativo dos habitantes nos processos de transformação do espaço habitado.

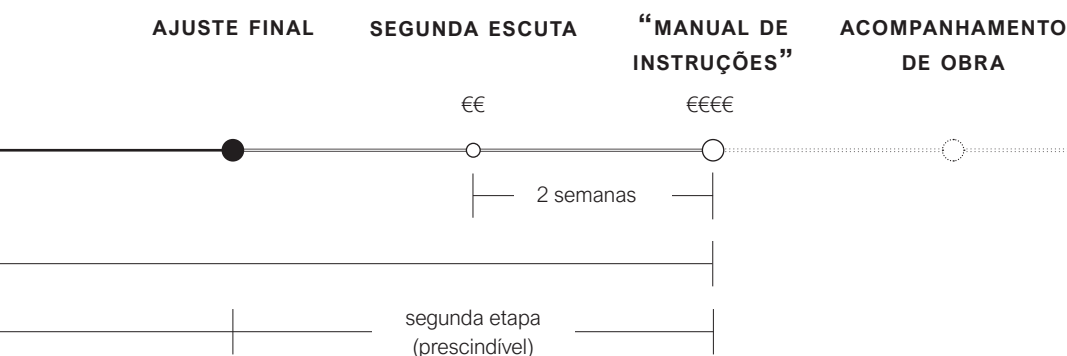
No livro *Arquitectos de Família: É! Método* (2006), o arquiteto Rodolfo Livingston estrutura a estratégia de intervenção em duas etapas que podem ser equiparadas às fases tradicionais de estudo prévio e projeto de execução (Livingston 2006, 17). Estas etapas desdobram-se num conjunto de nove momentos que organizam, a interação entre arquiteto e cliente, desde o primeiro contacto até a entrega do projeto, com recurso a um banco de ferramentas que agilizam o diálogo entre as partes.

O ponto de partida do *Método*, a **Pré-Entrevista**, marca a primeira interação entre o arquiteto e o potencial cliente. Livingston defende que este primeiro contacto deve ser breve e, mais do que discutir soluções arquitetónicas, destina-se a criar um

16. Livingston defende que “(...) pensar é a coisa mais económica que existe, e não pensar é caríssimo” (Livingston 2006, 10), argumentando que a ponderação permite gerir recursos e oportunidades para sugerir intervenções adequadas às necessidades, enquanto que decisões irrefletidas tendem a produzir soluções desajustadas e pouco sustentáveis.



FIG.14. Rodolfo Livingston em entrevista, com as capas dos projetos em que trabalhou como pano de fundo. 2019.



vínculo de confiança com o cliente, através da introdução preliminar das motivações e características do pedido de projeto ou consultoria. Para isso, o arquiteto deverá adotar “perguntas chave” (Livingston 2006, 27 a 38) que permitam compreender em que consiste o pedido (obra nova, reabilitação, consultoria); aferir os problemas que motivaram o contacto; e determinar se o problema exposto remete para uma solução arquitetónica, ou se deve ser contactado outro profissional. Se decorrer da conversa, é relevante ouvir a exposição de patologias do lugar a intervir, cuidando de escutar ativa e atentamente hesitações e eventuais contradições no discurso, pois estas são reflexo das frustrações mais significativas do cliente quanto à encomenda (Livingston 2006, 24).

Segundo Livingston, “não existe uma tradição firme e lógica sobre qual se possa desenvolver a relação entre cliente-usuário e arquiteto” (Livingston 2006, 22), pelo que cabe ao arquiteto dirigir o rumo deste primeiro contacto, esclarecendo, brevemente¹⁷, o cliente acerca do seu método de trabalho, incluindo o trabalho expectável para cada fase do processo, os honorários¹⁸, disponibilidade e prazos (Livingston 2006, 23).

Assim, este primeiro diálogo tem como propósito verificar se existe uma base sólida para a colaboração e pré-estabelecer, caso o processo avance para as fases seguintes, a abordagem ética e profissional do trabalho. É, por isso, fundamental cultivar uma relação cordial e confortável com o cliente, garantindo que o processo decorra com fluidez (Livingston 2006, 31). No final da Pré-entrevista, arquiteto e cliente acordam uma data para a reunião seguinte.

O **Pacto**, realizado preferencialmente no escritório do arquiteto (Livingston 2006, 55), serve para explorar as necessidades e frustrações do cliente de modo a determinar a encomenda. Segundo Livingston (2014, 25 e 26), é frequente que o primeiro pedido de um cliente com poucos recursos não corresponda integralmente

17. Livingston esclarece que “a Pré-Entrevista é uma conversa telefónica cuja duração pode não superar dez minutos (...)” (Livingston 2006, 17)

18. A escala de valores pré-estabelecida por Livingston para cada fase do processo foi assinalada com € na TAB.02.



FIG. 15. Los Globos: Exercício que complementa a C.F.D., permite mostrar os cômodos mínimos necessários à satisfação das necessidades e desejos do cliente. (em cima: “Os globos que o cliente pede”; em baixo: “os globos mínimos”).

aos seus desejos e necessidades, mas antes a um pedido condicionado por aquilo que o cliente crê ser exequível¹⁹.

Assim, para apoiar o cliente a decifrar as suas próprias necessidades e desejos, Livingston propõe a utilização de um conjunto de “estratégias de escuta” (Livingston 2014, 35 a 53) com o intuito de gerar uma caracterização mais clara dos usuários do objeto a intervir e da relação entre ambos. Durante o Pacto devem ser aplicadas as quatro primeiras estratégias de escuta: (1) O “**Projeto do Cliente**” (P.C.) que consiste num desenho à mão levantada sobre uma planta do terreno ou edifício a intervir, realizado pelo arquiteto, com as indicações do cliente ao seu próprio pedido. Este documento pretende diluir o confronto entre a autoridade do arquiteto e do dono da obra; e, numa fase posterior, mostrar ao cliente que a sua proposta é falível, fracionada e inadequada para a resolução da totalidade da encomenda (Livingston 2006, 141). (2) O “**Mais-Menos**” requer que o cliente identifique virtudes e defeitos do espaço atual, exercitando uma leitura crítica do lugar em confronto com os seus usos quotidianos. Este exercício permite ao arquiteto compreender critérios de valor subjetivo— conforto, luz, circulação. Os dois últimos exercícios permitem que o cliente se distancie daquilo que acredita ser viável e exponha a totalidade dos problemas e vontades sem filtros ou restrições relativas ao orçamento disponível. (3) O “**Exercício-Fiscal**” pretende fiscalizar se todos os defeitos anteriormente apontados correspondem à totalidade dos problemas. (4) A “**Casa Final Desejada**” (C.F.D.) convida o cliente a descrever a sua casa ideal, sem restrições económicas ou técnicas. Deste conjunto de estratégias de escuta resulta o “**Programa de Necessidades**” (P.N.), um documento que reúne as condicionantes do projeto, incluindo tanto os problemas do objeto, como os desejos do cliente. Mais adiante no processo, este elemento servirá de referência para avaliar as propostas apresentadas.

Nesta reunião, o arquiteto poderá ainda expor alguns dos seus projetos anteriores que sirvam de referência para o cliente perceber o teor do trabalho do arquiteto. Deve, ainda, ser apresentado ao cliente o Roteiro – a *Hoja de Ruta* – um documento que reúne toda a informação sobre os passos seguintes do processo – a visita ao local (Sítio/Cliente), a apresentação das primeiras propostas (Apresentação de Variantes), a preparação de estudo prévio (Ajuste Final), a preparação para o projeto de execução (Segunda Escuta) e finalmente, a entrega do projeto (Entrega do Manual de Instruções) – assim como a sua caracterização detalhada, custos e timings (Livingston 2006, 64).

O processo continua com uma visita ao terreno (**Sítio/Cliente**) marcando a transição do diálogo abstrato para o contacto direto com o espaço a intervir (Livingston 2006, 81 a 91). Para alcançar uma compreensão rigorosa das dinâmicas intangíveis que definem o lugar, retomam-se as quatro primeiras estratégias de escuta e introduzem-se mais três²⁰. (5) O **Sítio Atual** – consiste no levantamento

PRIMERA ETAPA	HOJA DE RUTA			
	PASOS	FECHA	ARQUITECTO →	← CLIENTE
	1	En el estudio	Primer contacto con el cliente y con el tema	\$
	2		Estudio del SITIO CLIENTE	\$
	3	En el estudio	Presentación de VARIANTES	\$
	4		El cliente piensa y evalúa las variantes entregadas, en su casa	
"ROMPECABEZAS"				
CONSISTE EN:				
• Planos escala 1:100, incluyendo espacios exteriores (jardines, quinchos, patios, etc.) y muebles principales.				
• Croquis mostrando fachadas e interiores.				
• Plan de etapas de obra y crecimiento, respondiendo a cambios futuros en la familia o empresa.				
• Costos globales estimados.				
COSTO primera ETAPA				TOTAL \$ 1000

SEGUNDA ETAPA	HOJA DE RUTA			
	PASOS	FECHA	ARQUITECTO →	← CLIENTE
	6	En el estudio	Nueva escucha del cliente	\$
	7	En el estudio	Entrega del manual de instrucciones (para la ejecución de la obra)	\$
"DETALLES"				
CONSTA DE:				
• Planos en escala 1:50 indicando medidas exactas de paredes, ventanas, puertas, enchufes, artefactos sanitarios, etc.				
• Consejos para ambientación: elección de pisos, revestimientos, colores, iluminación artificial y tipo de muebles.				
• Sugerencias para elegir contratistas e implementar la relación con los mismos.				
• Cassette de audio con explicaciones detalladas que acompañan y complementan la lectura de los planos.				
• Asesoramiento desde el estudio al propietario y contratista durante la obra.				
COSTO segunda ETAPA				TOTAL.....

FIG.16. Roteiro de Projeto, com a indicação das responsabilidades do arquiteto e do cliente.

19. Cf. Livingston 2006, 35, sobre o seu método: “Um colega que conhece o meu método de trabalho apenas de ouvir falar comenta: ‘Eu trabalho da mesma forma que tu, faço o que o cliente me pede.’ Ao que lhe respondo: não é o meu caso, eu faço o que ele deseja, o que ele necessita, e quase nunca coincide com o que pede”.

20. Embora as três últimas estratégias de escuta — A Família, A História e O Sítio Atual — comecem a ser aplicadas ainda durante o Pacto, é apenas na fase seguinte, Sítio-Cliente, que estas se desenvolvem plenamente, beneficiando do contacto direto entre o arquiteto e todos moradores.

topográfico, arquitetónico e construtivo das pré-existências, do terreno e edificações confrontantes, com medições obtidas segundo um critério sistematizado que inclui desenhos à mão-levantada e fotografias (Livingston 2006, 83). Ao levantamento físico, soma-se o levantamento imaterial do lugar, composto por informação relativa ao clima, às tradições e à comunidade que habita o lugar. (6) A **Família** investiga a estrutura e as dinâmicas familiares, procurando compreender como as atividades quotidianas e a distribuição de papéis influenciam a organização do espaço. (7) A **História** recupera a trajetória do edifício ou do lugar, identificando transformações e camadas de memória que condicionam a intervenção, incluindo as patologias do objeto a intervir que não sejam visíveis à vista desarmada. Uma vez chegado ao escritório, preparam-se os desenhos do existente a uma escala mais aproximada daquela que será apresentada ao cliente (Livingston 2006, 89).

Concluída a fase de análise, o arquiteto elabora um conjunto de propostas projetuais que refletem diferentes hipóteses de resposta aos problemas identificados. Na fase de **Apresentação de Variantes** (Livingston 2006, 139 a 145) são expostas três a cinco alternativas da proposta representadas através de um conjunto de plantas à escala 1:100, alçados, cortes e/ ou perspetivas. Retoma-se o Programa de Necessidades previamente elaborado, com o objetivo de permitir ao cliente confrontar diretamente a encomenda com as propostas desenvolvidas pelo arquiteto. Este confronto do “cliente contra o cliente”²¹ permite-o, tanto observar, questionar e reinterpretar o seu imaginário, como compreender de que forma esse imaginário foi interpretado e transformado em solução arquitetónica. Ver que os seus desenhos e palavras são considerados como referência proporciona ao cliente confiança e protagonismo, ao mesmo tempo que confere legitimidade ao trabalho do arquiteto.

Cada uma das propostas é debatida até que não restem dúvidas sobre as intenções de nenhuma das soluções. Neste momento o arquiteto pode servir-se dos documentos decorrentes da escuta para justificar as opções tomadas. No fim da reunião, o cliente é convidado a levar os desenhos consigo para ponderar a proposta que melhor corresponde às suas expectativas e orçamento, com a promessa de voltar ao escritório para encerrar o processo de estudo prévio. Uma vez feita a avaliação, seleção e **Devolução** das variantes procede-se ao **Ajuste Final**, momento em que a proposta escolhida é revista de modo a integrar eventuais alterações solicitadas pelo cliente (Livingston 2006, 144). Nesta fase ultima-se a definição da volumetria e da compartimentação interior final, ainda que sem a pormenorização construtiva ou especificação dos materiais e acabamentos. O encerramento desta reunião assinala, portanto, a conclusão formal do estudo prévio, podendo este momento representar o término do processo de trabalho ou, caso assim se pretenda, o ponto de transição para a etapa subsequente de desenvolvimento do projeto de execução.

O Método prevê que o tradicional projeto de execução deixe de assumir o seu carácter “meramente informativo” (Livingston 2006, 186) para se tornar num **Manual de Instruções** de natureza didática. Por isso, Livingston defende que o manual elaborado, para além de ter como finalidade transmitir ao construtor toda a

21. Livingston verifica que neste momento “É o cliente que se confronta com os seus próprios desejos e problemas, explicitamente reconhecidos por ele. Em outras palavras, é o cliente contra o cliente” (Livingston 2006, 141).

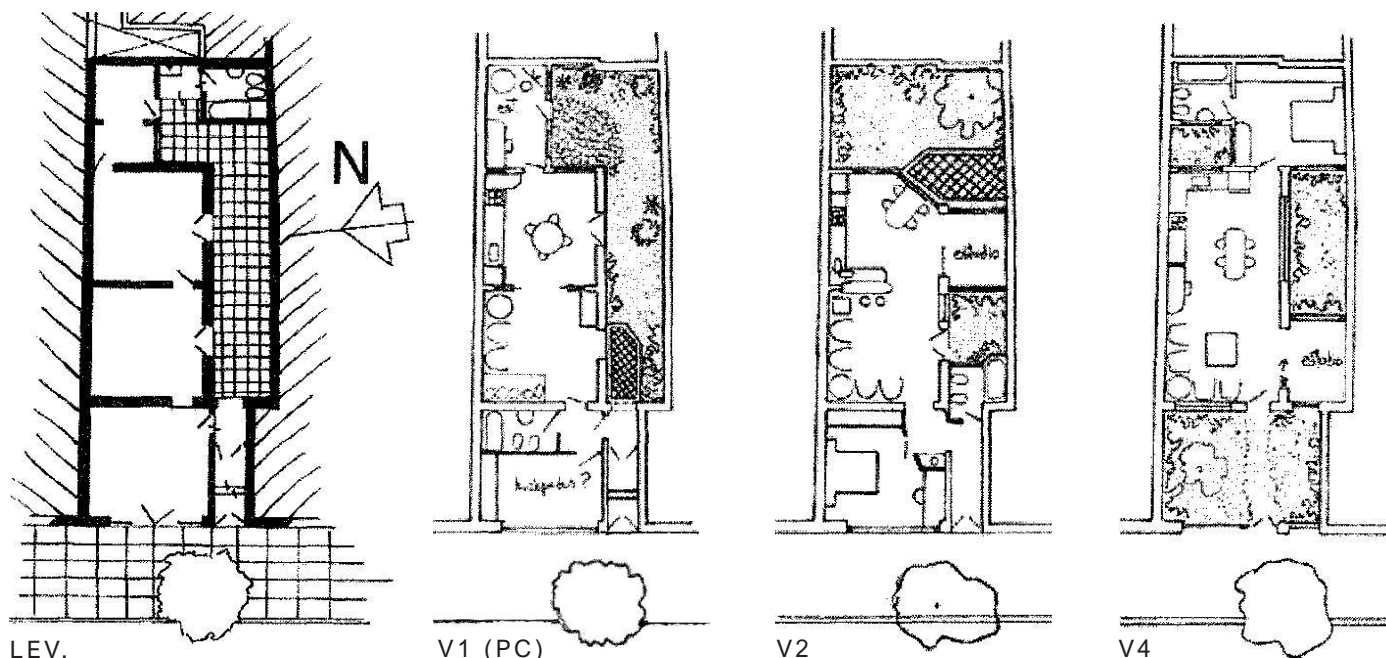


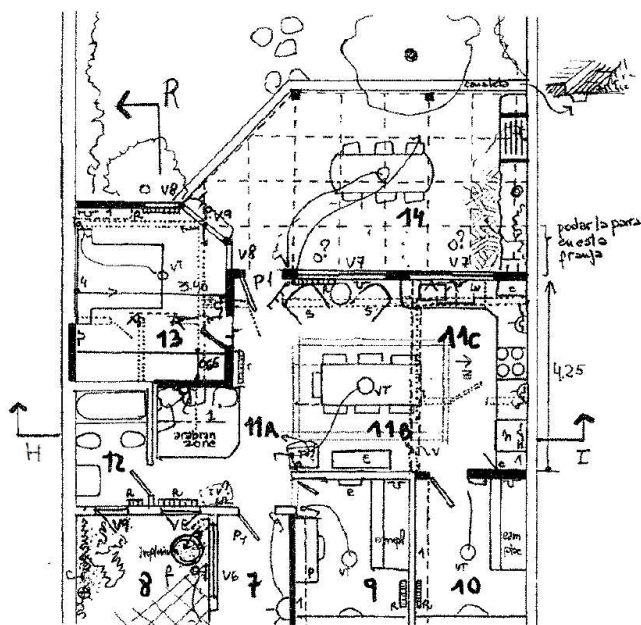
FIG. 17. Levantamento de uma Casa Chorizo e "Variantes", incluindo o Projecto do Cliente (V1) e duas alternativas com implantações distintas (V2 e V4)

informação necessária para que a obra seja executada de acordo com as decisões do arquiteto, deve também cumprir outros objetivos, tais como: (1) garantir que a obra seja compreendida não apenas pelo construtor, mas também pelo proprietário; (2) assegurar versatilidade construtiva, sem comprometer a precisão das instruções; (3) dar a entender os motivos que justificam as soluções construtivas propostas; (4) incluir uma estratégia para uso dos espaços, deixando explícito as diferentes possibilidades de disposição do mobiliário, iluminação, cores e até vegetação ; (5) e, por fim, prever o faseamento da obra.

Quanto aos elementos que compõe o documento, o *Método* defende que peças de execução como os planos de instalações sanitárias, de eletricidade ou detalhes de carpintaria à escala 1:1, "(...) conformam uma pasta de trinta plantas ou mais (...)" (Livingston 2006, 187), frequentemente desnecessárias pela sua limitada utilização durante a execução da obra²². Por essa razão, o M.I restringe-se à apresentação de (1) plantas e cortes de alvenaria à escala 1:50 onde se indicam, no mesmo desenho, os espaços numerados e cotados, as dimensões essenciais, os móveis, as tomadas, o sentido de abertura dos vãos e as amostras de cores sugeridas; (2) alçados (com proposta de cores) e cortes (indicando as medidas dos vãos); (3) alguma planta de detalhe necessária para construções mais específicas como churrasco exterior ou uma escada (4) croquis em perspetiva, quando necessário; (5) um ficheiro áudio, que substitui as peças escritas, com instruções complementares sobre os toscos, revestimentos, elementos de mobiliário e a instalação de infraestrutura ; (6) Maquete em cartão (quando se trata de uma casa isolada) (Livingston 2006, 189 e 201).

Para a realização do M.I procede-se a uma **Segunda Escuta**, que pretende definir a imagem geral da proposta, os materiais de revestimento, as características dos acabamentos, o tipo de caixilharia, entre outros. O cliente deve indicar espaços cuja materialidade e espacialidade lhe agradem, com recurso a imagens de referência e o

22. Livingston justifica a irrelevância de desenhar excessivamente: "Os eletricitistas sabem planear e dimensionar a sua instalação; caso contrário, não seriam eletricitistas, e se não o forem, é preferível não indicar nada, porque não saberão executar. O mesmo se aplica aos canalizadores e aos fabricantes de janelas, cujos perfis são constantemente aperfeiçoados por eles". (Livingston 2006, 187)



M.I.

Sector de plano de M.I. (en escala 1:50). En el cassette pueden escucharse recomendaciones como éstas: ambiente 11A: el número 1 señala un colchón con almohadones donde puede quedarse a dormir algún huésped eventual. También sirve para tirarse allí a ver televisión... ambiente 13: "...el ventilador de techo se acciona desde la cama..." "el piso puede ser de tal material o de tal otro"... ver plano de ventanas en M.I. 2... tomar ubicación de tomas en escala para que no queden escondidos detrás de la mesa de noche... tomas dobles... muestras de colores sugeridos... etc, etc.

FIG.18. Fragmento de uma planta geral de um Manual de Instruções. Ao lado, Rodolfo Livingston descreve as características fundamentais do desenho.

arquiteto deverá anotar as vontades e os pedidos concretos apresentados tendo em consideração que as sugestões que desvirtuem o projeto devem ser rejeitadas com a devida justificação e consequente apresentação de alternativas (Livingston 2006, 193). Após a entrega do Manual de Instruções o arquiteto assegura duas reuniões de **Acompanhamento de Obra**, às quais se podem somar outras, consoante o pagamento do valor tabelado (Livingston 2006, 206).

Todo o processo de concepção e construção é financiado diretamente pelo cliente. Como consequência, a capacidade de resposta às solicitações revela-se fortemente condicionada pela disponibilidade financeira do cliente, uma vez que o processo de projeto pode cessar ainda numa etapa preliminar. Esta condição influencia igualmente a qualidade final da execução arquitetónica. Embora o Estúdio recomende empresas de construção reconhecidas pela sua competência, a escolha do empreiteiro ou entidade executante permanece à exclusiva responsabilidade do cliente.

O quadro da página seguinte apresenta uma síntese da avaliação da proposta de Livingston, destacando os elementos que viabilizam a sua implementação, os fatores externos que condicionam a eficácia da proposta e as qualidades e fragilidades internas que influenciam a capacidade de resposta do *Método*.

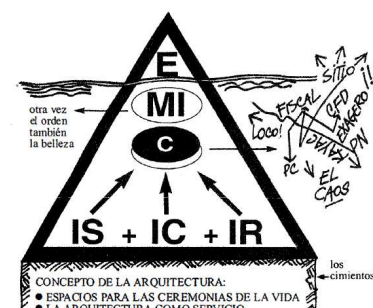


FIG.19. Esquema do Método segundo Livingston.

LEGENDA

IS - Informação do Sítio
IC - Informação do Cliente
IR - Informação de Recursos
C - Criatividade (Exercícios de Escuta)
MI - Manual de Instruções
E - Execução

OPORTUNIDADES

- . Elevada necessidade de soluções habitacionais de baixo custo.
- . Tradição de autoconstrução de Casas Chorizo facilita processos de intervenção assistida.
- . Nova regulamentação para a edificação urbana estimula encomendas.
- . Ambiente político e cultural internacional favorável a novas abordagens.
- . “Políticas implícitas” facilitam a mobilidade social e potenciam a capacidade de aquisição de habitação própria (1946-1959)
- . Experiência profissional de Livingston em Cuba cria bagagem de conhecimento aplicável à Argentina.

LIMITAÇÕES

- . Estrutura burocrática limita a adoção de soluções mais adequadas aos lugares a intervir.
- . Perceção de Livingston de desinteresse académico e profissional para o envolvimento com famílias de menores recursos.
- . Ausência de suporte institucional para o desenvolvimento de práticas semelhantes limita a escala de atuação.
- . Instabilidade Política: fim das “políticas implícitas” gera condições económicas adversas e vazio de apoios dirigidos à classe média baixa.
- . Atualização da lei de edificação urbana (1977) coloca habitações autoconstruídas dos Loteos Económicos em situação de irregularidade legal.

VIRTUDES

- . Contribui para suprir vulnerabilidades habitacionais de famílias habitualmente excluídas do acesso à arquitetura profissionalizada.
- . Sistematização e disseminação da metodologia como caminho para a democratizar a arquitetura.
- . Instrumentalização da relação arquiteto/cliente: ferramentas de escuta e codesenho permitem caracterização detalhada da encomenda.
- . Projeto de execução em formato de Manual de Instruções facilita a leitura das pretensões da arquitetura.
- . “Garantir que os arquitetos têm trabalho que os deixa realizados” (Livingston 2006, 16)

FRAGILIDADES

- . Prática muito dependente dos recursos económicos e culturais das famílias.
- . Potencial para perpetuar desigualdades, uma vez que famílias com menores recursos não conseguem aceder a todas as fases do processo.
- . Metodologia condicionada pelas competências sociais do técnico (empatia, mediação).
- . Ausência de validação institucional ou reconhecimento entre profissionais condena-a a uma prática alternativa.
- . Qualidade da execução condicionada pela mão-de-obra acessível ao cliente.

A abundância de abordagens à arquitetura preocupadas com a responsabilidade social da disciplina teve pouco tempo de vigência. Apesar do interesse das décadas de 1960 e 1970, a ascensão da cultura capitalista afastou a arquitetura do compromisso social e aproximou-a das lógicas do poder económico. A constância do trabalho do arquiteto Livingston é, neste contexto, uma exceção à regra. Esta circunstância motivou, por um lado, o reconhecimento do *Método* enquanto uma alternativa viável à arquitetura corrente pela metodologia de gestão de trabalho que permite a remuneração dos profissionais envolvidos; e por outro, suscitou a replicação do *Método* em abordagens semelhantes, interessadas na capacidade de prestar apoio a famílias com processos velados pela participação dos habitantes. Este carácter assume particular relevância no contexto socio-territorial da região da América Latina, marcada pela autoconstrução como principal recurso de acesso à habitação.

Após a primeira experiência de trabalho em Cuba (1961), em 1990, Livingston é convidado a participar numa conferência sobre habitação em Havana para expor a proposta metodológica que vinha a aplicar no seu escritório em Buenos Aires (Livingston 2006, 269). No ano seguinte, é convidado a participar no processo de implementação do programa *Arquitectos de la Comunidad* no arquipélago. O sucesso da operação provocou uma cadeia de influências que levou à criação dos *Arquitectos de la Comunidad* do Uruguai e culminou na organização de encontros regulares, que se realizam até ao momento, dedicados à partilha, investigação e debate de experiências de trabalho, os *Encuentros Latino Americanos de Arquitectura Comunitária* (ELAC).

Este capítulo visa explorar o triunfo do *Método* de Livingston enquanto inspiração para a difusão de metodologias de trabalho em arquitetura vinculadas ao apoio social e comunitário. Pretende-se esclarecer o processo que conduziu à criação de estruturas que se aproximam de “sistemas nacionais de arquitetura” em Cuba e no Uruguai e explorar o debate que conduziu ao conceito de Arquitetura Comunitária, destacando os problemas e argumentos em torno do âmbito. Através da análise, à luz de propostas consolidadas e de um debate contemporâneo e estruturado, procura-se construir um corpo teórico sobre a arquitetura ao serviço da população, que fundamente a leitura crítica dos casos de estudo desta dissertação.

O programa *Arquitectos de la Comunidad* é implementado em Cuba a partir de 1994 (Genaro Gomes 2014, 63), com o apoio financeiro da ONG francesa *Cimade* (Bolado 1999, 4). Durante o processo de fundação (1991-1994), Livingston, acompanhado da arq.^a Selma Diaz²³, realizou 30 seminários para a capacitação de técnicos de arquitetura com vista a (1) difundir e gerar interesse no *Método Arquitectos de Familia* e (2) executar o programa (Livingston 2006, 270). Para o efeito, em 1993, e perante as circunstâncias de grave crise económica nacional, é criada a associação sem fins lucrativos *Habitat-Cuba* formada por profissionais ligados à arquitetura (arquitetos, engenheiros, sociólogos, advogados, economistas e geógrafos) com o propósito de gerar respostas à crise habitacional e preencher os espaços vazios das políticas de habitação vigentes (Bolado 1999, 3).

A partir da leitura de Rabinovich (2010), os modelos de habitação cubanos, desde 1959 até à viragem do século, podem ser entendidos em quatro períodos: (1) O período pós-Revolucionário, marcado pela atuação rápida do estado no combate à precariedade habitacional, com medidas de apoio à autoconstrução assistida, enquanto, no campo teórico, se exploravam técnicas de construção pré-fabricada. Deste período resulta um parque habitacional de má qualidade construtiva e de rápida degradação decorrente do recurso a mão de obra não qualificada. (2) A década de 1970 assinala o adensar da indústria da construção, com particular incidência no domínio da pré-fabricação enquanto solução corrente, o que possibilitou a execução de projetos de maior escala. (3) A partir de 1980, os profissionais de arquitetura, até então sujeitos aos sistemas da construção pré-fabricada, começaram a procurar modelos mistos, que combinassem a pré-fabricação, incutida pelo estado, com modelos de construção artesanal que consideravam mais desafiantes do ponto de vista criativo e expressivo.²⁴ Em 1984, o Instituto Nacional de Habitação publica a Lei Geral da Habitação (revista em 1988). O documento obrigava à contratação de assistência técnica para qualquer obra de construção nova ou reabilitação (Genaro Gomes 2014, 63) e previa o apoio a famílias ou microbrigadas²⁵ através da venda de materiais de construção²⁶ e prestação de serviços técnicos (Bolado 1999, 1 e 2), compostos exclusivamente por operários da construção civil (Livingston 2006, 9



FIG.20. Formação para a escuta do cliente, diante uma plateia de futuros *Arquitectos de la Comunidad*. Cuba, 1994.

FIG.21. Apresentação pública do programa. Cuba, 2003.

23. Selma Diaz foi a arquiteta responsável por dinamizar o programa *Arquitectos de la Comunidad*, em Cuba. Presidiu à Organização Não Governamental *Habitat Cuba – Sociedad para la Vivienda y el Urbanismo*, órgão oficial de implementação do programa, desde a sua fundação (1993) até à dissolução da associação (2001) (Salvarredy 2012, 41).

24. Cf. Bolado (1999, 3) "(...) o modelo tecnológico adotado pelo Estado para a construção habitacional, baseado na pré-fabricação pesada e tipificação, criou uma série de problemas relacionados com o custo, o consumo de materiais de construção, a energia e a baixa expressão arquitetónica, tornando evidente, já na década anterior (1980), a necessidade de uma mudança, nas concepções estratégicas, nos projetos e nas tecnologias habitacionais".

25. As microbrigadas são "(...) coletivos de trabalhadores assistidos pelo Estado com o objetivo de contribuir para a produção de habitação e serviços básicos. Esta experiência foi ampliada com a formação de microbrigadas sociais, compostas por vizinhos interessados em melhorar as condições do seu habitat e em apoiar a construção de habitação pelos próprios meios" (Bolado 1999, 2).

26. A partir de 1991, o estado deixa de conceder autorização a privados para a venda de materiais de construção e assume o monopólio desse mercado (Genaro Gomes 2014, 76).

e 10)²⁷. (4) “Na década de 1990, a busca por soluções alternativas para enfrentar a problemática habitacional precipitou-se devido à queda do bloco socialista (...) O mesmo trouxe consigo uma profunda crise e desembocou na paralisação da produção de materiais e dos programas de habitação.” (Rabinovich 2010, 13).

No início da década de 1990, o panorama da habitação cubana estava condicionado a um parque habitacional autoconstruído de fraca qualidade construtiva, herdado das décadas anteriores, cuja degradação se começava a tornar evidente, sobretudo devido à falta de recursos materiais e financeiros agravada pela crise económica despoletada em 1992 (Bolado 1999, 3). Para travar o adensar dos problemas na habitação, e considerando o panorama económico do país, o estado propôs um conjunto de medidas. Das propostas, consta: a descentralização da administração pública, aumentando a autonomia e responsabilidade dos municípios nos processos de fiscalização de projetos e aprovação de estratégias urbanas; a preferência por materiais de construção sustentáveis do ponto de vista ambiental, com o intuito de ultrapassar a acentuada desindustrialização do país; e a introdução de técnicas não convencionais nos processos de produção de habitação, como o desenho-participativo (Bolado 1999, 3).

Neste panorama, a *Habitat-Cuba*, encontra condições para pôr em prática o programa *Arquitectos de la Comunidad*, servindo-se da abertura à voz ativa de organizações não governamentais durante a crise; da maior proximidade com as estruturas da administração pública; e do interesse partilhado com o estado pelo desenvolvimento de projetos de arquitetura participativa com recurso a estratégias de construção económicas e sustentáveis. Desta forma, nasce um “sistema nacional de atenção direta à população” (Livingston 2006, 269) com o propósito de (1) procurar modelos alternativos para a habitação em contexto de crise, (2) formar profissionais interessados em trabalhar o tema da habitação, (3) promover a construção de habitação e (4) organizar momentos de partilha de experiências com propósitos semelhantes (Bolado 1999, 4).

MÉTODO CUBANO

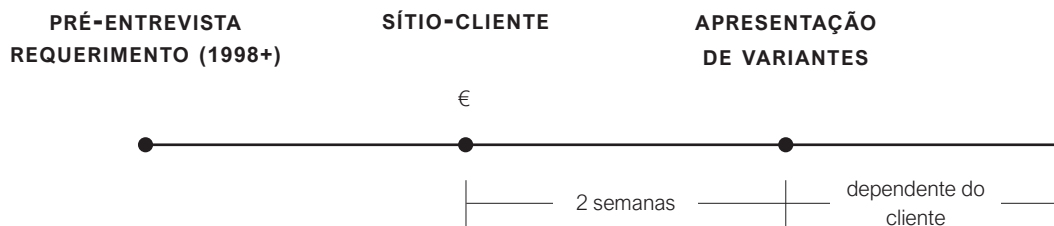
Os *Arquitectos de la Comunidad* prestam serviço de apoio técnico a famílias e cooperativos para a reabilitação e construção nova de habitação (Livingston 2006, 271), num processo que resulta da simplificação do método aplicado por Rodolfo Livingston²⁸. O primeiro contacto é estabelecido pelo cliente quanto decide entrar num dos escritórios do programa, localizados estrategicamente para que sejam convidativos. Após a primeira troca de impressões (**Pré-Entrevista**), onde o cliente introduz o carácter do pedido e o arquiteto esclarece as etapas do processo de trabalho e respetivo custo, ambos agendam uma reunião em casa do cliente (**Sítio-Cliente**). Nessa reunião, a encomenda é determinada a partir de um levantamento métrico e do diagnóstico da casa e da família, com recurso às estratégias difundidas



FIG.22. Exposição do programa *Arquitectos de la Comunidad* ao presidente cubano. Da esquerda para a direita: Juan Livingston, Selma Diaz, Rodolfo Livingston e Fidel Castro.

27. Livingston, embora louve a iniciativa do governo cubano em acorrer às necessidades habitacionais da população, critica a exclusão dos arquitetos do serviço de apoio (Livingston 2006, 9 e 10).

28. Cf. “O arquiteto, com base numa pesquisa das necessidades e desejos, e nas informações recolhidas sobre o local, fornece ao cliente o projeto de construção, incluindo as informações necessárias para desenvolver o processo de construção. O cliente e a sua família fornecem ao arquiteto as informações necessárias sobre a casa, a família e outras particularidades que o arquiteto possa precisar para realizar o seu trabalho.” (Bolado 1999, 4). A citação sumariza a relação entre arquitetos e clientes, descrevendo as obrigações de cada parte.



TAB.04. Estrutura do método de aplicado pelo programa *Arquitectos de la Comunidad* de Cuba. Fonte: autora, com dados recolhidos de Livingston (2006) e Bolado (1999).

por Livingston (Jogo Mais ou Menos, Jogo Advogado de Acusação e Lista de Desejos e Problemas) (Bolado 1999, 4 e 5). Para a reunião seguinte (**Apresentação de Variantes**), a realizar no escritório, são preparadas quatro a cinco propostas, com detalhe de estudo prévio, para apresentar ao cliente. Após o período de deliberação do cliente, realiza-se uma última reunião que consolida a alternativa aprovada (**Ajuste Final**), ao que se segue a entrega do projeto de execução (**Manual de Instruções**). A correção dos documentos legais conclui o processo (Bolado 1999, 5 e 6).

Findo o período de maior instabilidade económica, as organizações não governamentais, até então bem-vindas, começam a perder robustez por castração do governo, com a justificação de que “(...) as suas ações seriam tomadas diretamente pelas mãos do estado.” (Rabinovich 2010, 13) Assim, em 1998, o reconhecimento do sucesso do programa *Arquitectos de la Comunidad*, e as limitações decorrentes do carácter da organização que o administrava²⁹, induz o estado cubano a transferir o programa para o Instituto Nacional da Habitação. Embora passe a integrar os serviços do estado, não conta com financiamento público por se considerar a sua gestão autossustentável (Genaro Gomes 2014, 69). Ora, se por um lado, o programa via a sua atuação limitada por depender do aval das instituições do estado para a execução do seu trabalho, a transferência de tutela acarretou mais responsabilidades para os técnicos. O preço cobrado pela maior agilidade na gestão dos processos foi a deterioração do vínculo com os objetivos fundadores do programa (Rabinovich 2010, 14).

A partir de 1998, os “Especialistas em Conservação e Reabilitação” (Genaro Gomes 2014, 72), cargo que assumem oficialmente os técnicos do programa, passam a responder a encomendas públicas para projetos de construção e reabilitação de habitação ou equipamentos públicos e planos urbanos; ficam encarregues da concessão de autorizações para a construção de elementos menores (muros,



FIG.23. Processo participativo para a reabilitação de um quarteirão em Hologuín, Cuba, finais da década de 1990.

FIG.24. Visita ao lugar para validar a construção de um muro de vedação. Cuba, 2012.

29. Cf. “(...) o programa funcionava abaixo da sua verdadeira capacidade. Existiam muitos serviços que deveriam oferecer à população, mas que não eram disponibilizados. Estes serviços eram prestados por instituições governamentais, que apesar de terem autoridade legal para os desenvolver, não dispunham de uma força qualificada suficiente.” (Bolado 1999, 6).



poços, etc.) para privados; prestam aconselhamento e assessoria para projetos ou gestão de processos urbanísticos; e realizam pareceres técnicos para aprovação de formalidades prediais e outros serviços técnicos burocráticos (Livingston 2006, 271; Genaro Gomes 2014, 73). A integração nos serviços públicos obrigou, ainda, a adaptações ao *Método*, nomeadamente, a artificialização do primeiro contacto, que até então seguia um princípio de descomprometimento, mas que, agora, obriga as famílias a dirigirem-se à sede do município (as novas instalações dos escritórios do programa) para que preencham um requerimento para agendar uma visita no lugar visado (Genaro Gomes 2014, 70).

O seguinte quadro sumariza a avaliação ao programa *Arquitectos de la Comunidad*, considerando os aspetos que viabilizam a sua operacionalização, os fatores exteriores que limitam a eficácia da proposta, e as qualidades e fragilidades internas que influenciam a virtude da iniciativa.

23



FIG.25. Construção de 68 casas em Hologuín. Cuba, 1999.

FIG.26. Habitação familiar construída em terra. Hologuín. Cuba, 1993.

OPORTUNIDADES

- . Momento de crise política e financeira cria espaço à implementação do programa.
- . *Método*, testado, com possibilidade de adaptação e integração em diferentes contextos.
- . Profissionais interessados em aplicar o *Método*.
- . Reconhecimento e apoio estatal para o desenvolvimento do programa.
- . Integração do programa na tomada de decisões urbanísticas (pós 1998).

LIMITAÇÕES

- . Estado reclama ser o único responsável pela resposta aos problemas da habitação.
- . Sistema de apoio à população exclui arquitetos (Lei Geral da Habitação, 1984).
- . Estado condiciona o programa e exclui-o do debate para gestão urbana e habitação (pré 1998).
- . Parque habitacional autoconstruído e estigma quanto à contratação de um arquiteto.
- . Imposição para a realização de funções cartorárias desnatura o programa.

VIRTUDES

- . Desenvolvimento de práticas de construção alternativas e técnicas de assistência social.
- . Disponibilização de um serviço de apoio evita a tendência para práticas à margem da lei.
- . “(...) casas de qualidade construtiva comparáveis às produzidas pelo Estado, de melhor qualidade espacial e diversidade funcional, a custos inferiores.” (Rabinovich 2010, 15)
- . Melhor qualidade em projetos de autoconstrução sem um aumento significativo de custos.

FRAGILIDADES

- . Enquanto serviço do estado, perde cumplicidade com os clientes, por acréscimo de responsabilidade de fiscalização.
- . Estrutura administrativa dá pouca liberdade aos técnicos para atuações atípicas (pós 1998).
- . Falta de recursos materiais adequados para desenvolver o trabalho.
- . A entrega do projeto de execução não é garantia da concretização da obra.
- . Tratamento de burocracia compromete o tempo despendido em projetos de maior relevância.

Em 1999, um conjunto de sete membros da *Sociedad de Arquitectos del Uruguay* (SAU), órgão responsável pela gestão da atividade da classe no país, visitam o estúdio do arq.º Rodolfo Livingston, em Buenos Aires, com o intuito de inaugurar o processo de gestação de um programa de apoio à população semelhante ao que haviam encontrado em Cuba (Livingston 2006, 276).

No ano anterior, a SAU, convencida da distorção da imagem dos arquitetos na sociedade, encomenda um estudo sobre a relação entre arquitetos e clientes. A análise detetou que apenas 2% dos 31% das reabilitações de habitação dos cinco anos anteriores incluíram arquitetos no processo (Berasategui et al. 2010, 19). O panorama decorria da convicção, culturalmente disseminada, dos altos custos associados à contratação de um arquiteto e do preconceito quanto ao tipo e escala das empreitadas que interessariam à classe. Os resultados do estudo geraram uma reação autocrítica nos membros da SAU, que concluíram que, apesar das qualidades técnicas dos profissionais, os arquitetos “(...) são pouco pragmáticos no momento de se relacionarem com o resto da sociedade.” (Berasategui et al. 2010, 25) Assim, determinaram como metas para solucionar o problema (1) a formação de profissionais para a interação e gestão do vínculo com clientes e (2) a criação de estratégias para o reconhecimento da profissão pelo grande público (Berasategui et al. 2010; S.A. 2012b, 64). A descoberta do método Livingston vem proporcionar a mudança desejada.

O panorama sociopolítico-habitacional do Uruguai da década de 1990 reflete a dualidade entre a vontade política de prorrogar o sistema de bem-estar social de cariz neoliberal e a reação social concretizada pela resistência das organizações cooperativistas no campo da habitação.

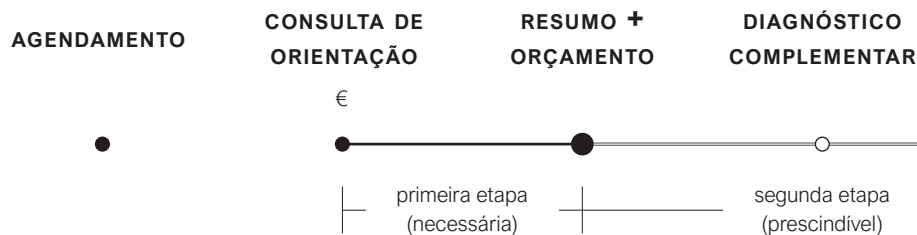
O cooperativismo uruguaio é inaugurado em meados da década de 1960, através de três projetos-piloto de autoconstrução de habitação promovidos por uma junta de cooperativas, unidas com o intuito de viabilizar o acesso a recursos públicos para a concessão de terrenos e créditos. Em 1968, o governo do Uruguai enquadra na nova Lei Nacional de Habitação (Lei 13.728, Plan Nacional de Viviendas 1968) a figura das cooperativas, contribuindo para o aumento acentuado do número destas organizações no país (Ghilardi 2017, 17). O texto previa a concessão de apoio técnico às cooperativas, por via dos *Institutos de Asistencia Técnica* (IAT)³⁰.

O início da década de 1970 dita um período de crise económica e política que culmina na instalação de uma ditadura repressiva e persecutória do cooperativismo (Ghilardi 2017, 18 e 19). O estado implementa políticas de privatização da propriedade e o *Banco Hipotecário del Uruguay* (BHU) cessa os créditos às cooperativas resistentes. O papel ativo das cooperativas na sociedade da época reflete-se na



FIG.27. Cartaz publicitário *Arquitectos de la Comunidad Uruguay*.

30. A Lei Nacional da Habitação (Lei 13.728 1968) cria e define os *Institutos de Asistencia Técnica* como “(...) aqueles destinados a proporcionar, a título oneroso, serviços jurídicos, de educação cooperativa, financeiros, económicos e sociais às cooperativas e outras entidades sem fins lucrativos, podendo incluir também os serviços técnicos de projeto e direção de obra” (Lei 13.728, Plan Nacional de Viviendas 1968, art. 171).



TAB.06. Estrutura do método aplicado pelo programa *Arquitectos de la Comunidad*, com indicação das etapas e custo. Fonte: autora, com dados recolhidos de AAVV (2010) e *Arquitectos de la Comunidad de Uruguay* (s.d)



FIG.28. Inauguração do primeiro escritório do ArqCom, instalado numa antiga infraestrutura ferroviária cedida ao programa.

construção de equipamentos e serviços junto aos conjuntos habitacionais pré-existent (Ghilardi 2017, 19). O cooperativismo impregnado na sociedade uruguaia fez frente ao regime enquanto a principal força de resistência e acabou por conseguir destituí-lo³¹. Com o retorno à democracia (1985), as cooperativas procuraram marcar presença na definição das políticas públicas de habitação³², enquanto o novo regime procurava suprir as necessidades habitacionais, agravadas no período ditatorial³³ (Ghilardi 2017, 20). As resoluções do governo assentaram no fomento às organizações cooperativas e à autoconstrução e em paralelo, criaram estratégias de acesso a crédito. As medidas tomadas contribuíram para aumentar as desigualdades: a disponibilidade de crédito ampliou a especulação imobiliária (Magri 2015, 101), a concessão de empréstimos, determinada pelos rendimentos das famílias, prejudicou os agregados mais pobres, e as soluções habitacionais estatais – os *Núcleos Básicos Evolutivos (NBE's)* – gozavam de condições de habitabilidade muito precárias³⁴ (Ghilardi 2017, 20 e 21).

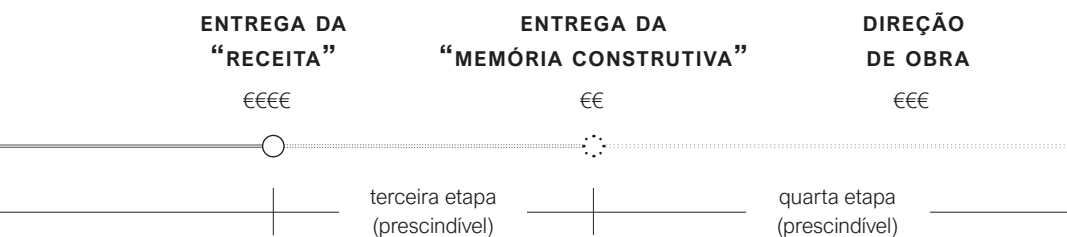
Em 1990 é criado o *Ministerio de Vivienda Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente (MVOTMA)* com o intuito de assumir as funções até então asseguradas pelo *BHU* (Magri 2015, 105). A transferência de responsabilidades reforçou a promoção de construção de habitação nova e excluiu políticas voltadas para a reabilitação e arrendamento (Magri 2015, 109 a 112). Aliado a isso, o modelo de acesso aos recursos públicos pressupunha a inscrição voluntária das famílias. Ambas resoluções foram responsáveis pela exclusão indireta da população mais pobre e com maior dificuldade no acesso à informação dos programas de apoio

31. Em 1983, o governo militar tentou implementar um projeto de lei que propunha individualizar o crédito concedido às cooperativas, transformando as construções em propriedade horizontal. Em resposta, a população boicota o pagamento dos créditos. (Ghilardi 2017, 20).

32. Em 1984, a Federação de Cooperativas do Uruguai (*FUCVAM*) apresentou ao recém governo a sua proposta para a política de habitação através das *Bases para la reformulación de una propuesta de vivienda para sectores de bajos ingresos* (Magri 2015, 100).

33. As condições habitacionais agravaram-se no período da ditadura consequência de despejos justificados pela incapacidade de pagamento das rendas ou créditos bancários (Magri 2015, 100).

34. Em resposta à ineficiência do estado, a *FUCVAM* amplia o seu campo de ação para operar com as famílias de menores rendimentos, num processo que teve menos sucesso do que as intervenções anteriores (Ghilardi 2017, 21).



público (Magri 2015, 105, 106 e 112).

Neste contexto, os serviços introduzidos pelos *Arquitectos de la Comunidad* do Uruguai não são metodologicamente inéditos no país, uma vez que se assemelham aos serviços prestados pelas *IAT*. No entanto, a metodologia adotada pelo programa, aproxima-se do novo modelo de propriedade da época – enquanto as *IAT* serviam as cooperativas, o *ArqCom*³⁵ serve famílias enquanto proprietários privados. Por outro lado, período de fundação do grupo remete para o período pré-ditatorial quando considerada a crescente debilidade económica³⁶ e os seus reflexos na escassez de trabalho para os arquitetos.

O programa *ArqCom* é constituído exclusivamente por arquitetos. Para se associarem ao programa, os arquitetos passam por um período de formação com seminários dirigidos pela *SAU* e estágio num dos “consultórios” do programa. Findo o período experimental, e mediante desempenho positivo, os arquitetos são distribuídos em duplas para integrar as equipas de trabalho (Berasategui et al. 2010, 50). O programa é gerido a partir de uma estrutura hierárquica dividida em cinco estratos³⁷, em que a Assembleia de Arquitetos inclui todos os integrantes e os Coordenadores assumem a figura de maior responsabilidade de gestão do programa (Berasategui et al. 2010, 37). A estrutura contempla, ainda, departamentos dedicados a funções que variam entre (1) a organização de eventos formativos (Comissão de Formação), (2) a partilha de informação relativa ao programa (Comissão de Difusão) e (3) a regulamentação dos honorários aplicáveis em articulação com as taxas tabeladas pela *SAU* (Comissão de Taxas). Presume-se também (4) a criação de Comissões

35. Abreviatura utilizada frequentemente pelos elementos dos *Arquitectos de la Comunidad* do Uruguai para se referirem ao programa.

36. Em 2001 e 2002, o Uruguai sofre uma grave crise económica com efeitos desastrosos no acesso à habitação (Magri 2015, 119 e 138).

37. A organização descrita corresponde ao período em que o programa esteve sob a responsabilidade da *SAU*. Em 2012, o programa passou a constituir-se formalmente como uma organização cooperativa (Rómboli 2015). As informações disponíveis nas plataformas de partilha do grupo sugerem que a reestruturação institucional assumiu carácter predominantemente administrativo e simbólico, não se tendo traduzido em alterações substantivas na sua estrutura interna nem na sua metodologia de atuação.

Os *Arquitectos de la Comunidad* estabelecem habitualmente acordos de cooperação com diversas entidades, com vista à ampliação da acessibilidade dos seus serviços.



FIG.29. Celebração do acordo de cooperação com a cooperativa de habitação FECOVI. 2025.

FIG.30. Celebração do acordo de cooperação com a cooperativa de habitação FUCVAM. 2024.

No que respeita à metodologia de trabalho, o processo estrutura-se em sete procedimentos agrupados em cinco etapa. O vínculo entre arquiteto e cliente não implica a concretização de todas as fases uma vez que o processo pode ser interrompido a cada etapa de acordo com interesse, necessidade e recursos do cliente. A primeira etapa (1) corresponde ao **Primeiro Contacto**, que ocorre através de uma chamada telefónica ou de uma visita a um dos consultórios, onde o cliente esclarece ao arquiteto o motivo do contacto e agenda uma “consulta de orientação”. (2) A “**Consulta de Orientação**” realiza-se no local da futura obra e permite ao arquiteto avaliar o problema diagnosticado pelo cliente. Após a visita, o arquiteto retoma ao escritório para preparar um documento **Resumo** com a descrição dos trabalhos a realizar e, mediante interesse do cliente, um **Orçamento** para dar continuidade ao processo de projeto. Este procedimento procura dar a assessoria necessária quanto a problemas espaciais, construtivos ou normativos antes de qualquer intervenção” (Arquitectos de la Comunidad de Uruguay s.d.). (3) Se o cliente desejar prolongar o vínculo com os arquitetos, é realizado um “**Diagnóstico Complementar**”, que inclui um levantamento métrico detalhado do local a intervir, acompanhado de entrevistas aos proprietários utilizando as ferramentas do método Livingston (diagnóstico complementar) (Berasategui et al. 2010, 34). Com recurso ao resultante do diagnostico, é preparada a “**Receita**” que consiste na prescrição das estratégias construtivas a adotar para solucionar os problemas encontrados³⁸. O processo pode prolongar-se para a conceção e entrega da (4) “**Memória Construtiva**” - que desempenha as mesmas funções do “Manual de Instruções” do *Método* - para a assessoria na escolha do construtor e (5) **Direção de Obra**.



FIG.31. Consulta de orientação nos escritórios dos *Arquitectos de la Comunidad Uruguay*.

A abordagem dos arquitetos do Uruguai diverge significativamente, tanto da hipótese de Livingston como da proposta cubana. Embora as fases de trabalho sejam substancialmente semelhantes, a metodologia uruguaia permite uma maior segmentação do processo o que, por um lado, oferece maior flexibilidade aos clientes, mas, por outro, implica propostas menos comprometidas com a qualidade final das soluções. De resto, os arquitetos do *ArqCom*, assumem declaradamente uma posição de autoridade, colocando-se como a figura mais qualificada na hierarquia do conhecimento técnico especializado³⁹, instigando a tendência para encomendas de cariz mais técnico-construtivo e menos relativas a problemas espaciais.

A tabela 07 reúne algumas considerações sobre o programa, considerando os aspetos positivos e negativos, relativos ao contexto onde se enquadra a proposta, e os fatores favoráveis e desfavoráveis que lhe são intrínsecos.

38. A receita será equivalente ao “Ajuste Final” da proposta do Método de Livingston.

39. Cf. “O aspeto questionável do programa nos seus inícios era o marcado predomínio da consulta técnica, onde prevalecia a visão do arquiteto como exponente máximo da linha ascendente peão-pedreiro-construtor-arquiteto, isto é, o arquiteto como superconstrutor capaz de aconselhar melhor o arranjo de paredes ou tetos que, em muitos casos, deviam eliminar-se por completo (...)” (Livingston 2006, 277)

OPORTUNIDADES

- . Aproximar de uma crise económica gera interesse pela mudança junto dos arquitetos.
- . Existência do Método, previamente testado, com possibilidade de adaptação e integração em diferentes contextos.
- . Sociedade dos Arquitectos (SAU) age proactivamente perante contexto de instabilidade.
- . Reconhecimento e apoio estatal para o desenvolvimento do programa (a partir de 2001).
- . Medidas de apoio público requerem técnicos capazes de interpretar os programas.

VIRTUDES

- . Divisão em cinco fases possibilita contractos com famílias com menos rendimentos.
- . Possibilidade de assessoria via telefone agiliza a eficácia de respostas para determinados problemas.
- . Participação em atividades culturais comunitárias e municipais capta clientes.
- . A qualificação de profissionais a integrar o programa decorre de um longo período de estágio e formações.
- . Responsável pela fundação de encontros internacionais sobre arquitetura de apoio social.

LIMITAÇÕES

- . Acusação de concorrência desleal, por parte da classe dos arquitetos.
- . Por estar integrado na SAU, o programa teve de enfrentar os preconceitos e paradigma da instituição.
- . Parque habitacional, na sua maioria, autoconstruído e estigma (cultural e económico) quanto à contratação de um arquiteto.
- . Panorama anterior à criação do programa caracterizado por pouca procura e pouca encomenda decorrente da tradição da autoconstrução.

FRAGILIDADES

- . Modelo de preçário, pretendia simplificar a estrutura original do Método, mas acaba sendo menos inteligível.
- . Modelo de atuação acusado de desonestidade quanto ao propósito de servir as famílias. Livingston (2006, 278) interpreta que, enquanto programa criado pela SAU, visa servir os arquitetos e não a população.
- . Prorroga que as famílias com menos recursos mantenham a desvantagem face às restantes.
- . Propostas desenvolvidas demasiado focadas nos aspetos construtivos.

III ENCONTROS LATINO-AMERICANOS DE ARQUITETURA COMUNITÁRIA

Em 2010, com o pretexto da celebração do décimo aniversário do programa *Arquitectos de la Comunidad* do Uruguai, a SAU, organizou um encontro para partilhar distintas abordagens à prática profissional vinculadas ao *Método* de Livingston (Sociedad de Arquitectos del Uruguay 2011, 07 e 39). O sucesso do 1º *Encuentro Latino-Americano de Arquitectos de la Comunidad (ELAC I)* motivou a realização de congressos de recorrência bienal com vigência atual, movidos pelo desejo de investigar e debater os temas que assolam os profissionais e estudantes interessados numa arquitetura socialmente comprometida.

Na primeira edição, o debate decorreu do mote “Uma Visão, Distintas Experiências” (UNI Radio 2010), sustentando-se nas idiossincrasias relativas às várias aplicações práticas do *Método* de Livingston. A partilha evidenciou um significativo redesenho de estratégias, moldadas em resposta aos contextos de atuação específicos, sublinhando a necessidade de um posicionamento crítico por parte dos técnicos quando confrontados com o modelo de Livingston (Sociedad de Arquitectos del Uruguay 2011, 41). A discussão permitiu, ainda, o reconhecimento de estratégias de atuação próprias, dissociadas da teoria de Livingston, mas próximas desta na medida das intenções postuladas e resultados esperados.

O *ELAC II* (2012) reflete sobre a multiplicidade de estratégias adotadas pelos profissionais e estudantes no terreno, em respostas às necessidades habitacionais da população. Como consequência, a discussão distancia-se, definitivamente, da hipótese de Livingston, de um modelo universal e transversalmente aplicável.

“(...) o Encontro (2010) nasceu vinculado ao redor daqueles que haviam realizado experiências vinculadas ao *Método* do arquiteto Livingston. Foi parte da convocatória do primeiro Encontro inclusive. Penso que depois dos dias que partilhamos (durante o *ELAC II*), aparecem nesta diversidade de realidades, e nestas diversas manifestações dos problemas habitacionais, diversos métodos de trabalho. **Para os problemas, as realidades, os atores sociais, para as escalas, há diversos métodos.**”⁴⁰ (Proyecto Habitar 2012)

Assim emerge a consciência de que uma arquitetura socialmente comprometida não deve estar condicionada à aplicação de um método fechado, nem reside num manifesto comum. Pelo contrário, depende da sensibilidade, compromisso e responsabilidade de profissionais e estudantes, em formular respostas ajustadas à leitura que fazem dos problemas concretos dos territórios e das comunidades⁴¹.



FIG.32. Conversa entre Rodolfo Livingston e membros da equipa dos *Arquitectos de la Comunidad Uruguay* antes da realização do 1º *Encuentro Latinoamericano de Arquitectos de la Comunidad*.

40. A citação corresponde a um trecho do discurso de encerramento do *ELAC II*, proferido pelo arquiteto Julian Salvarredy, membro do *Proyecto Habitar* e promotor do Encontro em 2012.

41. Julian Salvarredy afirma no discurso de encerramento do *ELAC II* (2012): “Agora, creio que o desafio passa por compreender que estamos sempre inseridos num processo social, que possui características particulares, materiais e concretas em cada um dos territórios onde trabalhamos. Esboçam-se objetivos comuns, é difícil estabelecer um manifesto comum, mas vislumbram-se objetivos partilhados, e a diversidade que hoje existe deve-se também à aceitação dessa pluralidade de leituras sobre o que é a realidade e qual o método que cada equipa de arquitetos e estudantes constrói para se inserir nessa realidade.” (Proyecto Habitar 2012).

Os processos de investigação-ação resultam, invariavelmente, em múltiplas metodologias que, embora orientadas pelo mesmo propósito, recorrem a ferramentas próprias e enfrentam as limitações e oportunidades específicas dos cenários de intervenção. A mudança de paradigma reflete-se na redesignação dos eventos para *Encuentros Latino-Americanos de Arquitectura Comunitária* (Salvarredy 2012).

ARQUITECTURA COMUNITÁRIA

A **Arquitetura Comunitária** defendida nos *ELAC* está velada por “(...) uma vontade de ação transformadora perante uma realidade desigual e injusta” (Salvarredy 2020). Surge da reconhecida necessidade da arquitetura se aproximar da sociedade, particularmente dos sectores da população com maior dificuldade em aceder aos seus serviços (Salvarredy 2012, 73). Pressupõe urgência na procura de soluções rápidas, mas virtuosas, para necessidades habitacionais iminentes, e prioriza processos de conceção, gestão, construção e investigação amplos, interdisciplinares, transparentes, democráticos e participados, articulados entre diferentes agentes de ação (Salvarredy 2020). Uma prática que, em vez de se impor, procura gerar diálogo entre o conhecimento técnico profissional e o conhecimento popular para determinar respostas sustentáveis e adequadas aos lugares. Entende-se a Arquitetura Comunitária como “(...) um processo de construção coletivo de uma perspetiva integral da arquitetura e da teoria arquitetónica compreendida como parte dos processos de transformação territorial, que desde uma noção situada pretende direccionar a sua ação a favor de um território mais justo e democrático” (Salvarredy 2020). É, por isso, uma prática social e politicamente consciente, que se debate sobre o potencial de transformação dos territórios e o tipo de profissionais necessários para “(...) alcançar projetos e processos democráticos para cidades mais justas e igualitárias” (Salvarredy 2020).

Desde 2012, os *ELAC* assumem-se como momentos de investigação coletiva e plural sobre o conceito de Arquitetura Comunitária, promovendo a colaboração entre os participantes nos processos de investigação (Proyecto Habitar 2012). De forma transversal, todos os encontros adotam o modelo de palestras e debates, no entanto, nas edições mais recentes, o debate é enriquecido com a apresentação de artigos científicos, posters de projetos e ações de formação, bem como múltiplas mesas de debate, em eventos sucessivamente mais organizados e estruturados. O programa de cada edição é sucessivamente avolumado com novas abordagens e temáticas. A configuração dos eventos permite que o tema central a debate se decomponha em múltiplos subtemas⁴², mais restritos, que permitem aprofundar as matérias em discussão. Por outro lado, a multiplicação de temas motiva debates progressivamente mais abrangentes. Se, numa fase inicial, o foco recaía sobre a unidade “casa-família”, nos últimos encontros, destaca-se a transição para a escala do “habitat-comunidade”. Esta transformação permitiu redireccionar e expandir o âmbito da investigação, promovendo um olhar mais completo sobre o território. De entre os temas explorados, é recorrente o interesse pela construção sustentável, em

42. Exemplo do exposto é a comparação entre a segunda e a sexta edição *ELAC*. Enquanto o tema “O Papel Profissional na Produção Social do Habitat” do *ELAC II* (2012) foi dividido em dois subtemas para tratar a dicotomia “Universidade e Formação” e “A Prática Profissional”, o tema da última edição (*ELAC VI*, 2024) “Tecnologias Sociais e Autonomia Construtiva no Habitat Latino Americano” deu origem a seis subtemas, distribuídos por seis mesas de debate.

EDIÇÃO**TEMA****ASSUNTOS-CHAVE**

<i>ELAC I</i> . 2010 Montevideo, Uruguai	“Uma Visão, Distintas Experiências”	Arquitetura Participativa . Política de Habitação . Relação entre Arquitetos e Clientes . Pensamento técnico na formação do Habitat
---	-------------------------------------	---

<i>ELAC II</i> . 2012 Buenos Aires e La Plata, Argentina	“O Papel do Profissional na Produção social do Habitat”	Autoconstrução . O Papel da Academia vs O Papel da Profissão . Relação entre Arquiteto, Estudante e Comunidade . Arquitetura e Política Pública
---	---	---

<i>ELAC IV</i> . 2018 La Plata, Argentina	“O Papel da Arquitetura nos processos de construção dos povos latino-americanos”	Compromisso Ambiental . Perspetiva de Género . Conhecimento Popular . Política e Resistência Popular . Construção Industrial e Tradicional . Democratização do Território
--	--	---

<i>ELAC V</i> . 2022 Cidade do México, México	“Os povos latino-americanos a construir o seu Habitat”	Arquitetura Participativa . Políticas de Habitação . Vínculo entre Arquiteto e Cliente . Pensamento Técnico na Criação do Habitat
--	--	---

<i>ELAC VI</i> . 2024 Foz do Iguaçu, Brasil	“Tecnologias sociais e autonomia construtiva no Habitat latino-americano”	Construção Industrial ou Tradicional . Relação Universidades Comunidades . Comunidades Rurais . Espaço Urbano . Arte Comunitária . Direito à Habitação . Função Social do Arquiteto
--	---	---

CONCLUSÕES DOS DEBATES

O encontro apelou à profissionalização e remuneração justa do apoio técnico. Propôs reforçar a visibilidade dos “Arquitetos de Comunidade” junto das instituições públicas para influenciar o desenho e implementação de políticas de habitação; ampliar a investigação e despertar interesse académico no tema; criar espaços de debate e consolidar uma rede internacional de apoio mútuo entre profissionais.

O *ELAC II* rejeitou a hipótese de um modelo único, reconhecendo a diversidade de estratégias. Defendeu a interdisciplinaridade como condição para respostas integrais e o reforço da articulação entre instituições e organizações locais para analisar e intervir no território. Insistiu na investigação para consolidar conhecimentos sobre arquitetura popular autoconstruída. Enfatizou o papel das universidades como potenciais promotoras de justiça socio espacial.

O evento defendeu a reformulação da prática profissional e dos planos de estudo de arquitetura em concordância com as novas exigências da disciplina, integrando o saber popular e o conhecimento do território e das comunidades no processo. Destacou a urgência da arquitetura comunitária perante cenários políticos e económicos frágeis e sublinhou a importância de gerar mecanismos para superar o voluntariado e assegurar a continuidade das práticas.

33

O debate apoiou a integração da perspectiva feminista no desenho urbano e a valorização do conhecimento popular para práticas que conciliem o saber técnico e popular. Apontou a escassez de recursos e a burocracia como entraves à arquitetura participativa. Reforçou a importância do trabalho prático na formação académica. Reivindicou políticas públicas capazes de proteger os territórios e os povos originários, remunerar os serviços técnicos e assegurar a distribuição justa de recursos.

O último encontro defendeu a formação em técnicas de construção tradicional com incentivo público e a criação de espaços dedicados ao apoio às comunidades nas universidades. Propôs sistematizar ferramentas para enfrentar problemas habitacionais. Alertou para o reconhecimento do espaço urbano enquanto propriedade coletiva. Assinalou a urgência em reduzir a carga burocrática para recentrar a ação na produção arquitetónica. Reforçou a necessidade de fortalecer redes de apoio no âmbito da arquitetura comunitária.



FIG.33. Sessões de debate ELAC II.
Fonte: Proyecto Habitar . 2012

FIG.34. Sessões de debate ELAC IV.
Fonte: Encuentro Latinoamericano de
Arquitectura Comunitária . 2018

termos ambientais e económicos, a valorização do conhecimento das comunidades na produção de urbanidades e importância da relação da arquitetura com a paisagem natural.

A cada edição corresponde um livro de atas que compendia os resultados das discussões e serve como meio para a publicação dos artigos preparados para os eventos. A tabela da página anterior resume os temas tratados e as reflexões decorrentes do debate de cada uma das edições *ELAC*⁴³. A partir da leitura do quadro, é incontestável que a Arquitetura Comunitária defendida nos Encontros, concentra em si três fatores indissociáveis – **investigação, ação e formação**⁴⁴. A boa articulação entre os três aspetos permite que as propostas sejam bem-sucedidas no processo de transformação do paradigma da produção arquitetónica convencional, orientando-a para a construção de territórios mais justos e democráticos.

SOBRE A AÇÃO

Como já apontado, o papel prático da Arquitetura Comunitária passa por prestar apoio técnico a famílias e comunidades na supressão das suas vulnerabilidades habitacionais e urbanas, promovendo soluções sustentáveis, participadas e adequadas aos recursos disponíveis – sejam materiais, humanos ou institucionais.

Dos problemas que assolam a *ação* da Arquitetura Comunitária, o voluntariado tende a ser o tema mais recorrentemente levantado⁴⁵. Muitas das abordagens expostas nos *ELAC*, diante as dificuldades de assegurar as verbas para o pagamento dos serviços, encontram no trabalho voluntário a alternativa possível no apoio à população. Ao longo dos debates, apela-se à remuneração justa dos profissionais, quer pelo interesse numa maior justiça laborar, quanto pela necessidade de mitigar a instabilidade associada a práticas exclusivamente dependentes do voluntariado, que podem prejudicar os beneficiários (Sociedad de Arquitectos del Uruguay 2011, 41). Como estratégias de superação, sugere-se a inclusão de verbas específicas para remuneração dos técnicos nos orçamentos destinados às políticas públicas de habitação (Laguna Galindo e Hernández Morales 2023, 191); ou, a integração dessas iniciativas no âmbito universitário⁴⁶ (S.A. 2018) aproveitando a robustez das instituições para assegurar a continuidade das abordagens desenvolvidas. Ao exposto acrescenta-se a vontade de devolver à sociedade o investimento despendido com o ensino.

O *ELAC IV* acusa as instituições de ensino de terem contraído uma “grande

43. A terceira edição *ELAC* decorreu em Caracas, Venezuela, em 2014 e teve como objeto de debate a premissa “Revolução, Transformação e Produção Popular de Espaços Habitacionais, Socialistas e Autogeridos”. Não foi possível encontrar nenhum registo quanto aos resultados do evento, motivo pelo qual não se fará menção aos resultados do *ELAC III*.

44. Na quarta edição *ELAC*, realizada em simultâneo com o XXIV Encontro da Rede ULACAV (Red Universitaria Latinoamericana de Cátedras de Vivienda), conclui-se: “A construção de um habitar digno é um problema social e cultural que deve ser estudado nas universidades e posto em prática nos territórios, de mão dada com as comunidades.” (Laguna Galindo e Hernández Morales 2023, 232).

45. Desde a primeira edição do *ELAC* que os praticantes do Método são confrontados e alertam para a condição precária do trabalho desenvolvido por colegas, noutros países, cuja proposta assentava na prestação de um serviço gratuito à população (Sociedad de Arquitectos del Uruguay 2011, 41).

46. Para a integração da prática de Arquitetura Comunitária em contexto académico, propõem-se a criação de unidades curriculares, ou a constituição de núcleos satélite vinculados às instituições de ensino.

dívida” («Primer Circular ELAC 2018» 2018, 1) com as sociedades resultante do perpetuar de práticas formativas alheias e impassíveis perante as transformações e necessidades das sociedades. Assim, acreditam ser necessário promover espaços de trabalho dentro das universidades que sirvam as comunidades (Moassab e Reis 2024, 50 e 51) e que, em simultâneo, prezem pela inclusão dos métodos de construção da arquitetura tradicional na formação (Moassab e Reis 2024, 15 a 17), pela diversificação do campo de responsabilidades dos futuros profissionais, e pela adoção de ferramentas “(...) que sirva(m) à produção de espaços habitáveis indispensáveis para a vida digna, para todos os setores da sociedade e não só para quem pode pagar.” («Primer Circular ELAC 2018» 2018).

SOBRE A FORMAÇÃO

Apela-se à necessidade de incorporar nos planos de estudo das faculdades, o interesse académico pela arquitetura comunitária, inaugurado em unidades curriculares opcionais, grupos satélites às universidades e nas investigações científicas⁴⁷. Este argumento é reforçado pela consideração de que estas práticas são positivas para a formação dos estudantes (Sociedad de Arquitectos del Uruguay 2011, 41), não só por proporcionarem uma compreensão prática do contexto socio-territorial em que irão atuar, mas também por permitirem uma primeira experiência profissional antes da conclusão do curso, contribuindo para uma formação mais completa e uma melhor preparação para a prática real da profissão e para a intervenção no campo das políticas públicas. Por outro lado, a Arquitetura Comunitária estimula o pensamento crítico quanto aos moldes da arquitetura convencional sob a lente da justiça socio-espacial. Esta vertente pedagógica promove profissionais mais ágeis, críticos e socialmente comprometidos, capazes de formular respostas sensíveis e adequadas às exigências da população mais vulnerável, contribuindo para a transformação estrutural do paradigma da produção do espaço habitável.

Segundo Fermim Estrella (Proyecto Habitar 2012), a arquitetura “erudita” não deu lugar a uma análise atenta da “(...) história sobre a habitação popular na América latina, sobre a luta pela habitação (...)” privando muitos estudantes e profissionais de um troço relevante da história da região. O saber popular teve um papel preponderante no desenvolvimento urbano e social dos países da América latina expressa, não apenas na supressão de carências em conjuntos habitacionais muito precários, mas, particularmente, nos bairros cooperativos autogeridos, erguidos sob panoramas de instabilidade política e políticas públicas ineficientes (Salvarredy 2012, 8; S.A. 2012a, 1).

SOBRE A INVESTIGAÇÃO

Se a segunda edição levanta o debate, o quinto Encontro quebra, definitivamente,

47. Na América Latina, existem vários espaços formativos dedicados à produção de arquitetura comunitária, maioritariamente presentes em cursos de pós-graduação de caráter interdisciplinar (Zalazar et al. 2020). Existem também grupos de trabalho dispersos pela região, dos quais se destaca a ATHIS (Assistência Técnica de Habitação de Interesse Social) que consiste na prestação de um serviço de apoio técnico multidisciplinar à população com menos rendimentos, desenvolvido frequentemente no vínculo com as universidades brasileiras pela figura de “extensão universitária” (consultar <https://caubr.gov.br/observatorioathis/>).



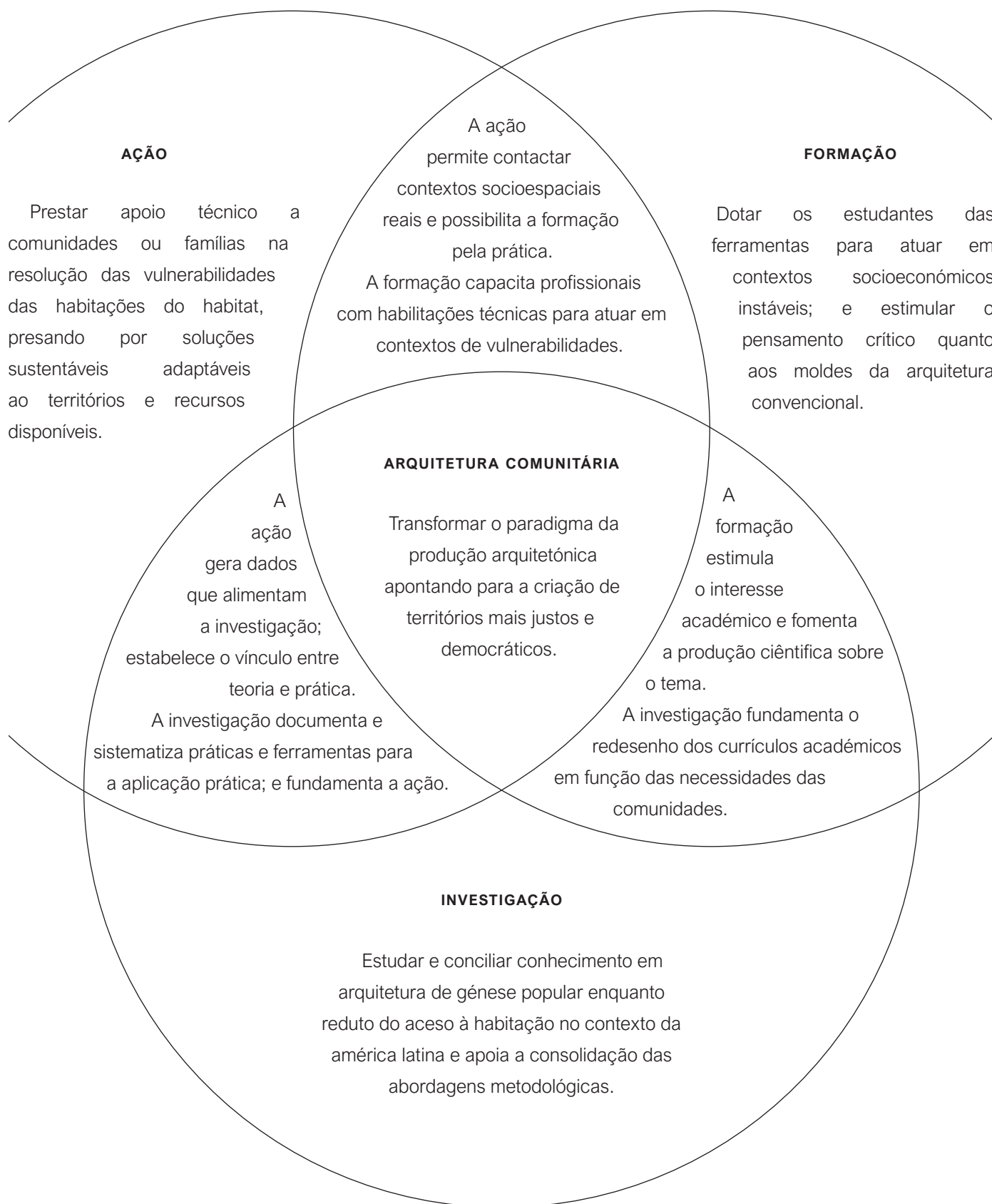
FIG.35. Capa do Livro de Atas do ELAC VI.

com a presunção de superioridade do conhecimento técnico sobre o conhecimento popular. Desta forma, o papel da investigação passa por analisar e consolidar conhecimentos sobre a arquitetura autoconstruída e a história da luta pelo direito à habitação enquanto reduto do acesso à habitação, no contexto particular da região da América Latina. Assim, propõem-se “(...) revalorizar, retomar e reinterpretar o conhecimento técnico próprio das comunidades (...)” (Red ULAVAC 2018, 3) conscientes de que “(...) a construção social do habitat não é da exclusiva responsabilidade dos arquitetos, é uma incumbência da sociedade no seu conjunto, e que só a partir de uma construção coletiva é possível produzir um conhecimento significativo para a sociedade.” (Salvarredy 2012, 2). Introduz-se assim, a necessidade de uma relação articulada entre as várias disciplinas que atuam sobre o território, bem como o diálogo entre os técnicos e as populações, associações e comunidades que habitam os territórios. Tal aproximação tem em vista repensar o desenho do espaço urbano a partir dos seus problemas reais (Red ULAVAC 2018, 3), potenciando o exercício de uma prática que vincula os “saberes disciplinares e comunitários” (Laguna Galindo e Hernández Morales 2023, 210). Neste âmbito, remete-se para a necessidade, frequentemente menosprezada, de incluir a população nos debates (Laguna Galindo e Hernández Morales 2023, 198).

Esta intenção de diálogo, defendida nas edições mais recentes do evento, adensa a proposta do arquiteto, não como um técnico incontestável, que oferece a solução para os problemas, mas como um agente capaz de guiar a população em processos de construção⁴⁸. De acordo com esta consideração, a investigação deve ser capaz de sistematizar e partilhar (1) ferramentas de autoconstrução adequadas aos recursos existentes nos territórios, que permitam a independência face à construção de base industrial, como forma de empoderamento da população e (2) a construção tradicional como combate à hegemonia de formas de construção danosas para o meio ambiente.

Em última análise, os debates concorrem para a necessidade de verbalizar os princípios defendidos pela Arquitetura Comunitária junto das instituições de poder, com o intuito de as responsabilizar pela aprovação de medidas, que tomem a defesa das populações e dos territórios não como uma prática alternativa, mas como paradigma dominante.

48. A partir do eixo de debate “Formas de integração dos técnicos nas forças sociais que lutam pelo território” do ELAC V, conclui-se a necessidade de “(...) revalorizar, retomar e reinterpretar o conhecimento técnico próprio das comunidades (...) e dessa forma assumirmo-nos (os arquitetos), não como provedores de saber, nem *experts*, nem solucionadores de problemas e necessidades, mas sim como guias durante os processos arquitetónicos e construtivos (...)” (Laguna Galindo e Hernández Morales 2023, 189).



TAB.09. Diagrama de Veen que estrutura a relação entre os três âmbitos sobre os quais a Arquitetura Comunitária opera - ação, formação e investigação.

02 ARQUITETOS DE FAMÍLIA RETRATO IBÉRICO

A prática *Arquitectes de Capçalera* (AC) é constituída por professores e ex-alunos da *Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Barcelona* (ETSAB) fundado em 2013 e organizado, desde 2019, sob a forma de uma associação (*AsociACIÓN*). Os AC dão formação a estudantes dos quarto e quinto anos do curso de arquitetura da ETSAB, através de um *workshop* e de uma unidade curricular. A proposta pedagógica foca-se no desenvolvimento de projetos de arquitetura ou ações de intervenção em contexto real, que versam habitação ou espaço público, no seio de contextos urbanos destrutturados.

39

A metodologia *Arquitectos de Familia* (AF) é uma proposta formativa posta em prática por intermédio da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (FAUP) em parceria com outras entidades. Fundado a partir de uma edição piloto em 2017, o *Workshop* integra o programa *Habitar Porto* (2016), dinamizado por uma associação sem fins lucrativos. A proposta AF visa dar formação, em contexto real, a estudantes dos quarto e quinto anos da FAUP, interessados em explorar o potencial da disciplina de arquitetura no campo da política pública para a habitação.

Apesar dos paralelismos entre as duas práticas – ambas enquadradas nos princípios da Arquitetura Comunitária evidenciados nos capítulos anteriores – os dois grupos divergem significativamente quanto à forma de materializar as aspirações que partilham. A partir da descrição das condições do contexto que justifica a sua fundação e da caracterização dos respetivos processos de trabalho, este capítulo procura clarificar as convergências e dissonâncias entre as propostas metodológicas, com o objetivo de compreender variantes à viabilização de práticas de arquitetura comunitária em contexto europeu.

Ao contrário das metodologias anteriormente expostas, os métodos adotados nos casos de Barcelona e do Porto apresentam uma estrutura aberta, ajustando-se em função dos beneficiários, os agentes envolvidos, os recursos disponíveis, o tipo de intervenção e o enquadramento legal. Assim, os subcapítulos seguintes recorrem de bibliografia relativa a casos concretos para, a partir de generalizações fundamentadas, delinear o processo de trabalho subjacente a cada proposta.

O conceito de Oportunicrisis é definido na Carta Editorial da 2ª edição da revista chilena *Huevo de Pato*, para introduzir um conjunto de práticas de arquitetura que se serviram de circunstâncias convenientes em contextos hostis como incubadora para iniciativas vinculadas ao apoio social.

“A *Oportunicrisis*, tal como a palavra sugere, é a **mutação de uma crise numa oportunidade**. Este processo dá-se mediante um questionamento e posicionamento crítico que procura a evolução e o crescimento”. Numa realidade de crise há “a possibilidade de questionar tudo; a forma como vivemos, como nos relacionamos e as projeções que temos como sociedade. Parece-nos pertinente refletir sobre isto, desde o âmbito da arquitetura para criar futuras oportunidades de transformação” (colectivo RE 2020, 5).

Considera-se que o termo sintetiza adequadamente o conteúdo que se pretende expor neste capítulo. Identificar as motivações que conduziram à criação dos dois grupos responsáveis pelos dois casos de estudo analisados, tendo em conta as idiossincrasias do contexto específico de atuação. Para lá da coincidência de inquietações e intenções, os grupos do Porto e de Barcelona têm em comum respostas proactivas face às circunstâncias adversas dos respetivos cenários políticos, económicos e sociais. Identifica-se nos grupos analisados a capacidade de definir estratégias de atuação com potencial para responder às solicitações das sociedades em transformação, encarando a própria prática da arquitetura como algo mutável que deve estar em concordância com as exigências sociais, económicas e ecológicas que lhe são contemporâneas.

Os dois subcapítulos seguintes descrevem o panorama histórico, político, económico, burocrático, e legislativo de cada um dos contextos, com o intuito de esclarecer o papel contestatário e reativo dos grupos analisados.

As premissas *Arquitectes de Capçalera* enquadram-se nos princípios de um movimento reformador assente no associativismo e cooperativismo que sucedeu o rebentar da bolha imobiliária (2008), com reflexos por toda Espanha mas com particular efeito na Catalunha. O crescente descontentamento face à gestão urbana e do património habitacional atingiu o seu auge com o *Movimento 15M* (2011) que reivindicou o retorno dos problemas sociais às agendas políticas (Avilla-Royo 2022, 18). Inspirados pelo emergir de algumas cooperativas de arquitetos em Barcelona, em 2013, estudantes e professores da *ETSAB* põem em causa o papel do ensino de arquitetura e da academia numa sociedade em que a profissão se havia descartado dos dilemas sociais e atuava com propósitos exclusivamente capitalistas (Bilbao e Cabrera 2017). No mesmo ano, a embrionária metodologia *Arquitectes de Capçalera* é posta em prática pela primeira vez.

CONTEXTO URBANO

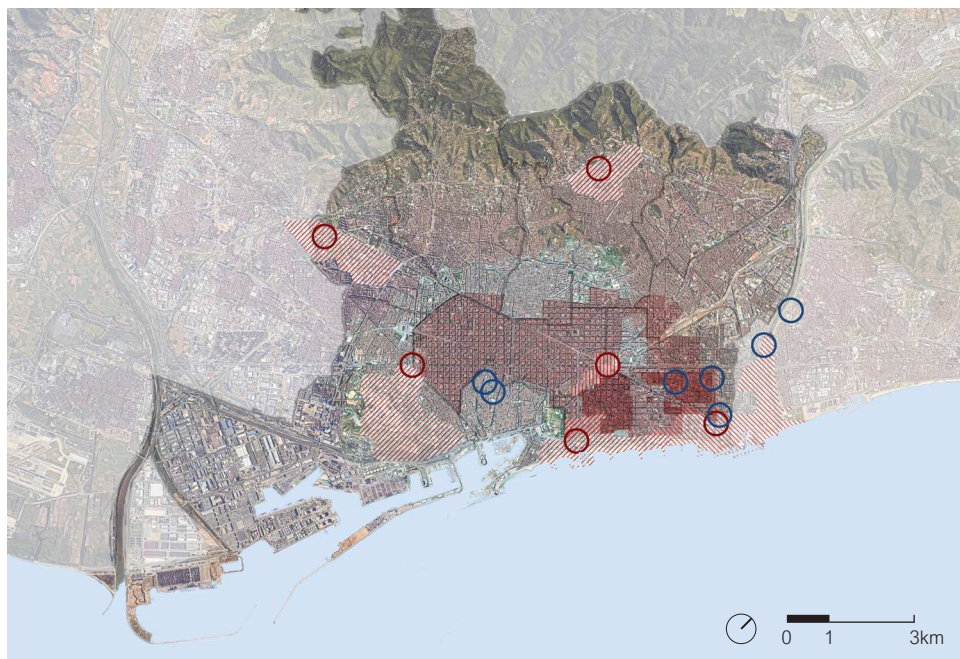
Ao longo do século XX e princípios do século XXI, os grandes empreendimentos urbanos levados a cabo em Barcelona vão sendo determinados pela receção de eventos de escala mundial na cidade⁴⁹. A aprovação da candidatura para realizar os Jogos Olímpicos de 1992 e a estratégia urbana proposta para o efeito permitiu que o investimento revertesse para melhorias das condições urbanas e de habitabilidade da cidade. O sistema de intervenção ficou conhecido internacionalmente como *Modelo de Barcelona* e propunha a regeneração urbana por via da criação de “novas centralidades”⁵⁰ (Montaner 2004, 204 e 205). Após a celebração dos Jogos Olímpicos e até princípios do século XIX, as estratégias urbanas perpetuaram o celebrado *modelo de Barcelona* com recurso ao programa *Barcelona Posa't Maca* e a capital privado.

Em 2001, são aprovados o plano para o *Fórum de las Culturas 2004* e o plano *22@Barcelona*. O *Fórum 2004* ambicionou replicar o impacto dos Jogos Olímpicos (Avilla-Royo 2022, 45). O investimento captou o interesse estrangeiro que introduziu capital privado na regeneração urbana da zona norte da cidade (Panóptica e Lacol 2011). O plano *22@Barcelona* ou *Barcelona: Districte de la Innovació* tinha como propósito a regeneração urbana do bairro Poblenou que havia sido negligenciado desde a desindustrialização da cidade (Montaner 2004, 204), e estava, à época, repleto de ruínas da anterior maior fonte de rentabilidade da cidade. O plano propôs

49. Ainda em 1888, a realização da Exposição Universal de Barcelona, motiva o redesenho do Parc de la Ciutadella, às portas da cidade medieval; em 1929, o acolhimento da Exposição Internacional desencadeia a urbanização de Montjuïc; a partir de 1986, várias zonas da cidade sofrem transformações urbanas para a receção dos Jogos Olímpicos de 1992; e, em 2001, a aprovação para a concretização do Fórum Universal das Culturas para 2004, motiva a requalificação urbana do extremo norte da Avenida Diagonal.

50. As “novas centralidades” propostas consistiam em espaços urbanos ligados entre si por um sistema de circulação eficiente, composto por transporte público e vias rápidas subterrâneas. Áreas multifuncionais marcadas pelo predomínio de um serviço específico, compostas por elementos arquitetónicos excepcionais que visam aglutinar e potenciar a transformação urbana da envolvente próxima. (Borja et al. 2004, 204 e 205)

FIG.36. Vista aérea do município de Barcelona com a indicação das divisões administrativas e principais planos urbanos executados ou em execução.



a atualização dos propósitos económicos do bairro através do incentivo à criação de uma zona economicamente destinada a sedimentação de empresas vinculadas à inovação tecnológica e produção de conhecimento.

CONTEXTO HABITACIONAL

No plano da habitação, ainda no século XIX, paralelamente aos processos de industrialização da cidade, começam a ser documentadas as primeiras referências a condições de habitabilidade precárias (Carnicer et al. 2020). As “barracas”⁵¹ representavam a solução habitacional possível para as famílias de migrantes, provenientes do interior do país, que procuravam melhores condições de vida através do trabalho industrial. Estes assentamentos foram sendo progressivamente substituídos pelos programas estatais de promoção habitacional.

As décadas de 1990 e 2000 foram marcadas pela liberalização do mercado imobiliário e pela diminuição da garantia de acesso à habitação que começou a afetar a classe média. Embora a concessão de créditos à habitação permanecesse facilitada, as políticas do solo urbanizável, o aliciamento à construção e o desenvolvimento de um mercado imobiliário baseado na propriedade privada, provocaram uma grave especulação imobiliária que teve como consequência a distorção dos preços da habitação⁵². Ainda que, no território espanhol, a especulação se tenha refletido num elevado número de casas vazias, as políticas de regeneração urbana e a criação de equipamentos culturais em Barcelona contribuíram para a conversão de grande parte das construções disponíveis para a habitação em estruturas para o turismo (Kothari 2008, art. 18).

A constante privatização do solo urbanizável e a privatização de habitação de proteção estatal conduziu à escassez de solo edificável ou disponível para o fomento de habitação acessível para as famílias com menores rendimentos⁵³ (Kothari 2008,

42

Apesar dos esforços para mitigar as “barracas”, a erradicação definitiva dos assentamentos só acontece em 1990, na senda da realização dos Jogos Olímpicos.



FIG.37. Barracas na praia de Somorrostro, Poblenou. 1964.

FIG.38. Demolição das restantes barracas de Somorrostro para conclusão da urbanização da frente marítima. 1966.

51. As “barracas” eram habitações de natureza provisória, construídas com materiais precários encontrados na proximidade dos assentamentos, normalmente implantadas em lugares inóspitos ou marginalizados (Carnicer et al. 2020).

52. Cf. Kothari (2008, 14) “(...) entre 1997 e 2007, o preço de venda de habitação dobrou (...).”

53. Dado que o arrendamento tende a ser a alternativa habitacional viável para as famílias com menor

art. 2). Aliado a isto, a deficiente regulação dos contractos de arrendamento afetava negativamente a estabilidade habitacional dos inquilinos e desencorajava o investimento privado.

Os estudos demográficos que precedem a crise identificam que o contingente mais afetado pela condições habitacionais irregulares são “aqueles que vivem em lugares que até agora apresentavam preços inferiores, aqueles que acedem pela primeira vez à habitação; ou aqueles que procuram ou querem renovar contractos de aluguer” (Oller 2007, 149) que correspondem, respetivamente, em termos globais, às famílias em situação precária de trabalho ou em situação de desemprego, os jovens que procuram emancipar-se⁵⁴ e os idosos que ainda gozam dos contractos de arrendamento anteriores a 1985⁵⁵ (Oller 2007, 155).

POLÍTICAS PÚBLICAS

A resposta estatal aos problemas habitacionais, do período pós-ditatorial, é divisível em 3 tipologias de fomento de habitação acessível (Falagán 2019, 28): (1) a intervenção direta do estado na promoção de habitação acessível, que inclui uma postura ativa – a construção efetiva – ou uma estratégia passiva – a liberalização de solo urbanizável de uso condicionado á construção de habitação; (2) o recurso à política fiscal em que se enquadram ferramentas de apoio à compra e aluguer ou alívio das obrigações fiscais; (3) e a ação legislativa que regula os contractos de aluguer.

Na primeira metade do século XX, o governo local intervém através da construção de habitação para a classe operária sob a alçada da *Ley de las Casas Baratas*. As construções levadas a cabo pelo programa eram extremamente precárias e demasiado pequenas para os agregados familiares médios. A alternativa à elevada procura por habitação acessível resultou na dispersão pelo território de blocos habitacionais isolados, em zonas não urbanizadas e não infraestruturadas, num processo ao abrigo do *Plan de Urgencia Social* (1958) que ficou conhecido pelo termo depreciativo de “barroquismo vertical” (Museo de Historia de Barcelona 2009).

Ainda em ditadura, em 1963, foi estabelecido o regime de *Vivienda de Protección Oficial* (VPO) que é, até hoje, o principal agente de promoção da habitação acessível do estado espanhol. A VPO integra os *Planes Estatales de Vivienda* (Kothari 2008, art. 19) de periodicidade trienal, que regulam o território das comunidades e cidades autónomas em matéria de habitação e gestão urbana e que constituem a ferramenta segundo a qual o estado central supervisiona as intervenções no território (Kothari 2008, art. 6). Nos primeiros anos da sua aplicação e até ao fim da ditadura franquista, o programa VPO foi responsável pela construção de 4000 fogos de

rendimento, a escassez de um parque habitacional, público e privado, destinado ao arrendamento (Kothari 2008, art. 13), afeta particularmente as pessoas que já se encontram em situação de maior vulnerabilidade.

54. “O atraso na emancipação tem sido a resposta adaptativa às condições de precariedade laboral e ao acentuado aumento dos preços da habitação e das rendas que, combinados, tornaram impossível para muitos jovens o acesso a uma habitação a preços acessíveis” (Oller 2007, 151).

55. Os contratos de arrendamento celebrados até 1985 não tinham termo nem cláusulas relativas à atualização de rendas, o que contribuiu para a deterioração das condições de habitabilidade, pela ausência de investimento na manutenção dos prédios. A pressão imobiliária fomentou o assédio imobiliário e incitação ao despejo.



FIG.39. Exemplo de empreendimento imobiliário privado em zona de expansão urbana. Bairro Bellvitge, edificado pela imobiliária Ciudad Condal em L'Hospitalet de Llobregat, Barcelona. 1971.

43

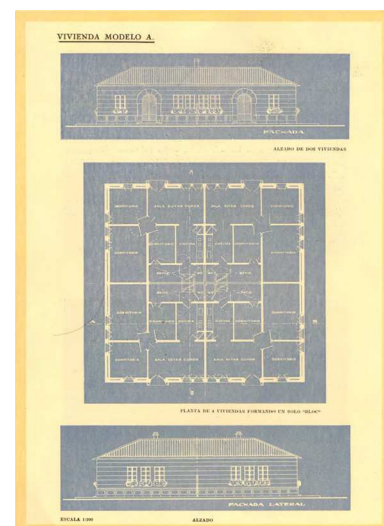


FIG.40. Modelo A do relatório que sustentou a construção do programa *Casas Baratas* em Barcelona. 1928.

FIG.41. *Casas Baratas de Bon Pastor*, construídas segundo o modelo A, em 1929.

promoção estatal direta, de carácter formal semelhante às operações do *Plan de Urgencia Social*.

A transição democrática ficou marcada pela relação franca entre os governos locais e as forças populares. O emergir de movimentos ativistas democráticos forçou espaço à integração dos problemas sociais nas instituições públicas e pressionou a reconfiguração das estruturas de governo (Avilla-Royo 2022, 65 e 66; Borja et al. 2004, 11). A proposta de Barcelona passou pela escuta ativa dos movimentos sociais e aplicação de um urbanismo democrático constituído por projetos para a resolução localizada dos problemas urbanos, com uma enorme escassez de recursos, uma atitude justificada pela necessidade de ação imediata, mais do que por um planeamento estratégico coeso. (Borja et al. 2004, 11)

A democracia foi transformando, progressivamente, a VPO numa mera ferramenta de gestão e regulação do parque habitacional público, em vez de um programa de verdadeira promoção habitacional (Oller 2007, 152). A tendência à compra e a facilidade de recurso a créditos bancários nos primeiros anos de execução da VPO⁵⁶, conduzem à privatização continuada da habitação de promoção pública que, apesar do regime de proteção, pôde ser vendida pelos proprietários terminado o período de entre 15 a 50 anos, acordado em contrato (Oller 2007, 152). Como resultado, assiste-se à transferência da propriedade pública para privados, e à diminuição progressiva da habitação pública disponível, com enorme prejuízo para as famílias mais vulneráveis, excluídas do mercado imobiliário.

A grande proximidade entre as instituições e o público deteriora-se com a aprovação da candidatura a emergência da preparação para o acolhimento dos Jogos Olímpicos. “(...) Quando Barcelona recebe a candidatura aprovada para ser a próxima cidade olímpica (1986) houve uma mudança de agendas das políticas públicas municipais para uma transformação capitalista do espaço urbano, na qual os problemas sociais foram progressivamente deixados de parte.” (Avilla-Royo 2022, 65 e 66). Neste processo, a crise internacional (crise do petróleo, 1973 e 1979) serviu de agravante, uma vez que o governo local se vê condicionado a adotar estratégias de renovação urbana e promoção habitacional com recurso a financiamento privado (Borja et al. 2004, 11).

Como estratégia para potenciar melhorias urbanas e habitacionais sem grande investimento público, o município promove a campanha *Barcelona Posa't Maca* que concedia apoio financeiro a proprietários ou comunidades de vizinhos para a conceção de reformas de âmbito habitacional e urbano. Apesar de bem-intencionado, o programa resultou num processo de mero “embelezamento” do espaço urbano (Bilbao e Cabrera 2017) sem reflexos na melhoria efetiva das condições de habitabilidade, acessibilidade e sustentabilidade ambiental previstas no regulamento.

Simultaneamente, o estado regulou os contratos de aluguer através da *Ley de Arrendamientos Urbanos* (LAU, 1985), que vem substituir a lei vigente de 1964, com a permissão de contratos de aluguer de termo e custo livres, acordados entre inquilinos e proprietário. A medida ambicionava aumentar o número de casas privadas disponíveis para arrendamento. (Falagán 2019, 26). Revisões posteriores da LAU (1994 e 2013), embora retrocedessem para uma maior proteção dos

Expansão urbana de Barcelona no pós 2ª guerra mundial.



FIG.42. Bairro Marresme, 1958 – 1960. Iniciativa privada. (acima o conjunto de casas da rua Maresme, objeto do caso prático TTAC21.

FIG.43. Bairro Sud-oeste del Besòs, 1959 – 1965. VPO construída no âmbito do *Plan de Urgencia Social*. (à esquerda, o conjunto de casas da rua Maresme).

56. A VPO previa a concessão de apoio financeiro e desagravamentos fiscais para a compra de habitação de promoção estatal, com possibilidade de recurso a créditos bancários. (Falagán 2019, 27)

arrendatários, perpetuaram a insegurança habitacional e fomentaram, ainda que involuntariamente, a especulação imobiliária (Falagán 2019, 26).

No âmbito da habitação em regime de propriedade, o estado adotou estratégias de liberalização do solo que visavam o fomento da produção de habitação de investimento privado (Ley del Suelo, 1998) (Cirugeda e Cruz 2009). A estratégia perspetivava a redução do preço da habitação pelo aumento da oferta, mas acabou por “(...) promover a mercantilização do solo e a especulação imobiliária, contrapondo-se à Constituição⁵⁷ que estabelece o direito a disfrutar de uma habitação digna e adequada.” (Falagán 2019, 9).

A viragem do século ficou marcada pela consolidação do valor comercial da cidade e do potencial económico das grandes transformações urbanas comprovadas pelos Jogos Olímpicos. Nesta época o envolvimento ativo de fundos privados na regeneração da cidade, provoca uma progressiva desresponsabilização do estado do seu papel social. Em 2006, durante a sua visita ao país, o Relator Especial das Nações Unidas, Miloon Kothari, embora saúde o esforço do governo espanhol na procura por soluções para responder às obrigações constitucionais relativas ao direito a uma habitação adequada, admite que as boas intenções das políticas aplicadas produziram “especulação generalizada, que tiveram efeitos negativos para o direito a uma habitação adequada em Espanha.” (Kothari 2008, art. 2).

Para reverter a situação, O *Plan Estatal de Vivienda* 2005-2008, em conjunto com a *Ley del Suelo*, aprovada em 2007, incorporam medidas para a reintrodução do papel social do estado na salvaguarda do direito à habitação. A *Ley del Suelo* 2007 delimitou a área de solo dedicada a habitação com apoio público (Kothari 2008, art. 2), enquanto o *Plan Estatal de Vivienda* determinou um novo quadro no panorama da VPO – a *Vivienda Concertada*. Esta vertente do programa propunha apoio financeiro a famílias que, embora não apresentassem as condições exigidas para a candidatura a VPO, também estavam impedidas de aceder ao mercado imobiliário (Kothari 2008, art. 23) e ainda, destinou parte da VPO de menores dimensões a habitação de rendas acessíveis para jovens e idosos (Oller 2007, 154). Em simultâneo, na Catalunha, é aprovada a *Llei del Dret a l'Habitatge* (2007) com o intuito de penalizar a perpetuação de casas desabitadas, sobrelotadas em regime de aluguer e a intimação para o despejo a inquilinos com contractos contraídos até 1985.

Apesar das medidas tomadas, dos alertas internacionais para o clima de insegurança habitacional (Kothari 2008) e do aproximar da crise económica mundial, o governo central de Espanha procurava apaziguar os cidadãos menosprezando o problema (Cirugeda e Cruz 2009). A crise económica mundial e o consequente rebentar da bolha imobiliária, obrigou o governo a determinar severas medidas de austeridade. Aliado ao aumento das condições de trabalho precário e desemprego (Kothari 2008, art. 15), o conjunto de famílias em situação de vulnerabilidade habitacional e financeira estendeu-se à classe média (Kothari 2008, art. 16). Quer habitando em regime de arrendamento ou propriedade, as famílias ficaram sujeitas

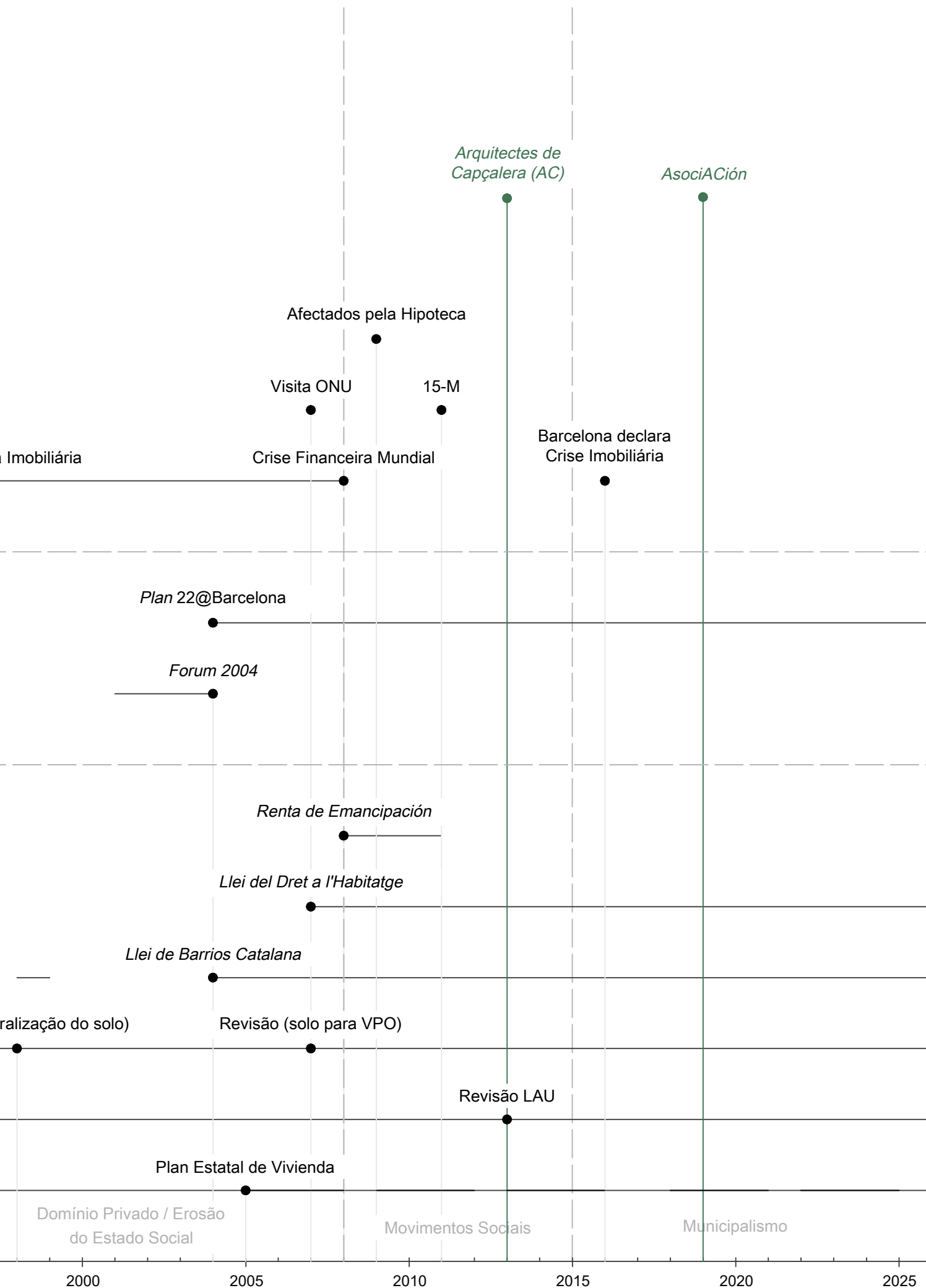


FIG.44. Campanha publicitária *Barcelona Posa't Guapa*. Nas vinhetas lê-se: “Apoio especial para restaurar ou alterar os títulos, toldos e anúncios luminosos; Apoio especial para converter os interiores dos quarteirões em espaços verdes; Apoio especial para restaurar fachadas e empenas de edifícios; Apoio especial para adaptação de casas de banho e cozinhas em bares.”

57. Consta do art. 47º da Constituição espanhola (1978): “Todos os espanhóis têm direito a disfrutar de uma habitação digna e adequada. Os poderes públicos promoverão as condições necessárias e estabelecerão as normas pertinentes para fazer efetivo este direito, regulando a utilização do solo de acordo com o interesse geral para impedir a especulação. A comunidade participará das mais valias que a ação urbanística dos entes públicos gerar.”

TAB.10. Cronologia do contexto socio-político, habitacional e urbano de Barcelona até à criação dos *Arquitectes de Capçalera*. Fonte: autora, com dados recolhidos de outros autores.





a despejos e ao prolongar das dívidas aos bancos mesmo depois de verem os seus bens penhorados (Falagán 2019, 10). A resposta institucional à crise habitacional e económica, rapidamente se transformou numa crise política e social (Avilla-Royo 2022, 17 e 18). Dados de 2007 (Oller 2007, 117) revelam o início de um clima de desconfiança quanto à capacidade de gestão do estado e dos governos locais, da propriedade pública e da habitação apoiada (VPO), bem como um descrédito quanto à capacidade ou vontade de atuação dos governos perante as crescentes desigualdades sociais e a capitalização do acesso à habitação (Oller 2007, 184).

REAÇÃO SOCIAL

A presença dos grandes investidores privados torna-se claustrofóbica e os “efeitos perversos do êxito urbano” (Borja et al. 2004, 12) começam a soar alarmes sociais. Tanto a sociedade civil como os arquitetos entendem que algumas políticas urbanas concebiam a cidade como um conjunto de retalhos a resgatar, intervencionados em função do potencial rentabilidade imediata. O uso da cultura e da oferta do ócio como um fator de atração, acabou por converter a cidade num parque temático muito atrativo para o turismo (Borja et al. 2004, 12). Apesar da melhoria nos serviços culturais e requalificação urbana, o investimento tornou a cidade inacessível aos seus habitantes. Generalizou-se, assim, a percepção de que planeamento urbano havia marginalizado um olhar sério sobre as condições de habitabilidade da cidade, bem como, que tinha sido responsável pelo deteriorar dos canais de diálogo entre cidadãos e governos locais. As iniciativas, que até então, o governo local havia promovido para incluir a voz dos cidadãos na tomada de decisões políticas passaram a ser interpretadas como simulações de processos participativos, isto é, instrumentos utilizados para criar a impressão de que a opinião das comunidades estava a ser considerada. (Col·lectiu REpensar Barcelona e Grup de Participació 2008; Avilla-Royo 2022, 66 e 67).

O descontentamento social encontra o seu expoente definitivo no *Movimento 15-M* ou *Movimento de los Indignados* (2011) que “acusou o governo de gestão danosa dos recursos públicos, corrupção sistémica, e favorecimento do poder financeiro enquanto alienavam os cidadãos da tomada de decisões.” (Avilla-Royo 2022, 18). O movimento teve repercussão por todo o país aumentando a consciência política dos cidadãos e, em Barcelona, resultou em duas medidas particulares: por um lado, motivou o aparecimento dos princípios políticos do “municipalismo”⁵⁸ e por outro fomentou um movimento reformador na arquitetura que visou adequar a disciplina às necessidades sociais e políticas eminentes. O novo modelo de gestão municipal conferiu maior apoio e concessões a iniciativas comunitárias e cooperativas autogeridas o que “(...) aumentou de forma direta as oportunidades de arquiteturas implicadas em projetos comunitários (...)” (Avilla-Royo 2023, 312).



FIG.45. Ada Colau, futura presidente de Barcelona (2015 – 2023), disfarçada de SuperVivienda invade ato político em protesto pelo direito à habitação acessível. 2007

FIG.46. Cartaz da manifestação organizada pelo coletivo V de Vivienda. 2006.

58. O municipalismo preza pela valorização de um poder administrativo descentralizado que, em Barcelona, é aplicado com o intuito de aproximar o debate político e urbano dos cidadãos. Mais do que uma participação passiva com recurso à consulta de opiniões em “processos opacos”, é promovido o debate público nas diversas fases dos processos de projeto e planeamento da cidade e o cooperativismo e associativismo são amplamente apoiados. A corrente de pensamento está presente em Barcelona desde 2015, como a eleição da coligação política Barcelona em Comu – que reuniu a maioria dos partidos de esquerda – mas também vindo a ser aplicada transversalmente, independentemente do posicionamento político (à esquerda ou direita) dos governos consequentes. (Avilla-Royo 2022, 27 e 28). As políticas habitacionais posteriores ao “municipalismo” têm vindo a introduzir temáticas de habitação cooperativa e concursos para o fomento de habitação pública para aluguer.

A consequência dos processos urbanísticos anteriores à crise fez com que a sociedade de Barcelona colocasse em cheque a responsabilidade cívica e social dos arquitetos que tinham participado ativamente no processo de especulação imobiliária, sobreconstrução e construção com propósitos exclusivamente capitalistas. Alunos e professores das escolas de arquitetura de Barcelona ressentiam-se e partilhavam do sentimento popular, levantando o debate sobre “a utilidade e pertinência” de continuar a formar arquitetos (Bilbao e Cabrera 2017)⁵⁹.

Em 2013, a ETSAB e a ETSAV (*Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Valls*) organizam o ciclo de debate *Open ETSAB/V* com o propósito de discutir o futuro do ensino da arquitetura na cidade. Como resultado da iniciativa, são criadas um conjunto de propostas formativas para responder aos problemas contemporâneos da cidade e da sociedade. A proposta *Arquitectes de Capçalera* nasce desse debate, no seio da unidade curricular de *Habitatge y Ciutat* da ETSAB que até então trabalhava “(...) sobre habitação nova, de planta nova (...)” (Bilbao e Cabrera 2017) e uma metodologia estanque que apenas se aproximava do lugar num momento de levantamento e contextualização. A nova proposta passou por voltar ao lugar sobre o qual haviam trabalhado durante esse ano letivo - o bairro el Raval - “(...) de outra maneira, e essa outra maneira consistia em algo tão óbvio, mas também tão difícil de conseguir que seria perguntando a quem lá vivia.” (Bilbao e Cabrera 2017). A ideia passava por aproximar a universidade dos cidadãos, “(...) rompendo a barreira da *Barcelona Posa’t Maca*(...)”, (Bilbao e Cabrera 2017) ou seja, explorando para lá da cidade visível, cuidando de tratar o que está para lá das fachadas dos edifícios.

No final do ano letivo de 2012/2013, os trabalhos experimentais desenvolvidos foram expostos no CCCB e foram levantadas hipóteses quanto ao rumo do modelo de ensino vigente. Consequentemente, foi elaborada uma estratégia de integração da recém-criada metodologia AC no sistema de ensino da ETSAB. A estratégia resultou na criação do *Workshop Arquitectes de Capçalera*, em 2015, integrado na *SummerSchool* da ETSAB e, em 2017, na integração da proposta formativa no plano de estudos enquanto uma unidade curricular do quinto ano de estudos em arquitetura (Bilbao et al. 2018, 10; Gonçalves 2020, 59). Desde 2017, a atividade dos *Arquitectes de Capçalera* decore sem interregno, representada pelo *workshop* de verão (WAC) pelo estúdio de projeto opcional (TTAC).

A proposta AC caminha em continuidade com as experiências sociais e arquitetónicas desenvolvidas por coletivos e associações formadas ao longo da primeira década do séc. XXI. Movimentos sociais formados por equipas multidisciplinares de maioria arquitetos começaram a entender a arquitetura “(...) como uma ferramenta para a transformação social (...)” capaz de “(...) redefinir os limites entre o projeto de arquitetura, os modelos sociais de governação e as políticas urbanas.” e requeriam a “politização da arquitetura a todos os níveis e agendas (políticas) mais exigentes e socialmente comprometidas.” (Avilla-Royo 2022, 5).



FIG.47. *Movimiento de los Indignados* na praça Catalunya. 2011.



FIG.48. Acampamento do *Movimiento de los Indignados* na praça Catalunya, após a tentativa policial de desmantelamento. 2011.



FIG.49. *Open ETSAB/V*. 2013.

59. A reestruturação da arquitetura a partir do ensino não é um fenómeno inédito; é, aliás, sintomático de problemas contemporâneos da prática profissional. Portas (2008, 22 a 26) relata algumas reformas académicas ocorridas na Europa dos anos 1960.

A metodologia *Arquitectos de Família* fundamenta-se na resposta concordante às oportunidades e limitações da política pública para a habitação. Perante as graves condições de acesso à habitação condigna, a contestação social e a falta de respostas sistematizadas e estruturadas à escala nacional, o governo português inaugura um quadro de medidas de apoio ao acesso à habitação. Neste panorama, os AF surgem como uma ferramenta de intermediação no movimento de democratização do acesso à habitação dos recursos públicos pré-existentes, explorando e partilhando instrumentos que permitem implementar políticas de habitação (Habitar, 2024).

Para enquadrar a proposta, as próximas páginas remetem para as características socio-territoriais e o panorama do acesso à habitação em Portugal, bem como, o quadro das políticas de habitação sobre as quais o *Workshop* operou até à edição de 2023. A leitura incide particularmente sobre os aspetos que influenciam as cidades do Porto e de Vila Nova de Foz Côa, enquanto palcos da ação do *Workshop*.

CONTEXTO TERRITORIAL

As cidades do Porto e de Vila Nova de Foz Côa ilustram a dicotomia entre a urbanidade das principais cidades costeiras e das cidades do interior do país. Queirós (2015, 13) descreve o Porto como “(...) um espaço físico e socialmente clivado, profundamente hierarquizado (...)”, onde o grande número de habitação social⁶⁰ e o “assinalável número de famílias alojadas em «ilhas»⁶¹ e outras modalidades de habitação precária” contrasta com “as novas urbanizações na frente marítima e a regeneração do edificado devoluto para o turismo”⁶². Em Vila Nova de Foz Côa, o território caracteriza-se por núcleos urbanos de difícil acesso, dispersos no território, subpopulados e ocupados por uma população e edificado envelhecidos (Município de Vila Nova de Foz Côa 2021, 5, 17, 20 e 54), em que formas de habitação precária se distribuem entre construções vernaculares, degradadas, de importância patrimonial e habitações de génese ilegal (Município de Vila Nova de Foz Côa 2021, 5 e 20).

A configuração do território português resulta de um conjunto de dinâmicas socioeconómicas e políticas, onde a política pública para o ordenamento do

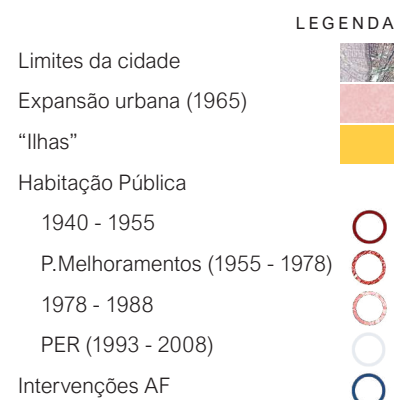
60. A habitação social representa 13% do parque habitacional total da cidade do Porto, ao passo que a média portuguesa é de apenas 2% do parque habitacional total (S.A. 2019).

61. “As ilhas do Porto são (...) uma morfologia de habitação originária da revolução industrial, destinada, na sua génese, à classe operária.” (Varea Oro e Jorge 2023, 74). A ausência de regulamentação aplicável à edificação no interior dos lotes resultou no investimento, por proprietários privados, na construção de casas pequenas, dispostas em fila ao longo da profundidade dos lotes, de muito baixo custo, com recurso a materiais de reduzida qualidade, dispensa de água corrente, eletricidade e esgotos (Vázquez e Conceição 2015, 6). As características orgânicas e construtivas das “ilhas”, bem como o tipo de ocupação original – de proveniência rural – foram responsáveis pela acelerada degradação sanitária dos aglomerados.

62. Segundo Queirós (2015, 152, 153 e 155), os processos de gentrificação no Porto têm origem na década de 1980, com o início da reabilitação do centro histórico da cidade, orientada para a valorização patrimonial e turística, frequentemente dissimulada sob a narrativa de recuperação de espaços fundamentais para usufruto dos moradores. A gentrificação é retomada em 2004, quando o discurso mediático aponta a necessidade de “modernizar” a Ribeira, promovendo a transição de “gueto social” para “zona de luxo”. (Queirós 2015, 198).



FIG.50. Vista aérea do município de Porto com a indicação das divisões administrativas e principais características urbanas.



território e da habitação desempenhou um papel determinante (Travasso 2025, 361). A estratégia de investimento público no território concentrou-se na provisão de habitação e ignorou o cuidado com ordenamento do território durante um longo período. Destacam-se dois períodos da política de gestão do território⁶³: (1) o período de **expansão** (1976-2008), em que o estado apela à aquisição de habitação e se generalizam planos diretores municipais permissivos, com perímetros alargados e a figura do "solo urbanizável" (Travasso 2025, 346). O modelo manteve-se até 2008, marcado no território pelo aumento das periferias urbanas, segregadas e pouco qualificadas (RCM nº50-A/ 2018, 4830-(1)). A Crise Financeira Global (2008) marca o início do posicionamento crítico quanto ao modelo de gestão territorial anterior (Travasso 2025, 349) e potencia (2) o período de **reabilitação** (2008-2023). As medidas implementadas favoreceram o retorno do investimento aos centros urbanos degradados. No entanto, não salvaguardaram o direito à cidade da população residente (Farha 2017, art. 65). Esta circunstância motivou o emergir de movimentos de contestação social que reivindicam medidas de controlo político face à crescente mercantilização do espaço urbano. No mesmo período, é aprovada a Nova Geração de Políticas de Habitação (RCM nº50-A/ 2018) empenhada numa abordagem integral do território nacional e no desenvolvimento urbano planeado.

CONTEXTO HABITACIONAL

Na transição para a democracia, Portugal enfrentava um défice habitacional significativo⁶⁴ e um número elevado de casas (31 110 fogos) em condições precárias de habitabilidade⁶⁵ (Agarez 2020, 84; Jorge e Melo 2023, 124). A dispersão de

63. Travasso (2025) distingue três momentos na política de gestão do território português: o período de expansão (1976-2008), o período de reabilitação (2008 – 2023) e o retorno à expansão, a partir de 2023. No entanto, no contexto desta dissertação não se justifica explorar o último período.

64. Dados de 1966 indicam que existiam em Portugal 2 200 000 fogos e um défice habitacional de 483 mil fogos (Agarez 2020, 84).

65. Os fogos precários mencionados integram a categoria "Unidades de alojamento improvisados – abrigos ou construções de acaso", vulgo "barracas e outros" do 1º Recenseamento da Habitação (Instituto Nacional de Estatística 1971). Este conjunto não abrange todos os alojamentos desprovidos de água canalizada, instalações sanitárias ou rede elétrica, o que indicia que o número de habitações com

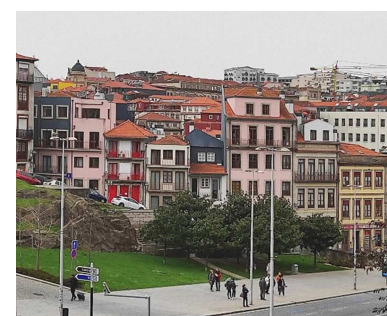


FIG.51. Abandono do centro histórico do Porto. Quarteirão do Corpo da Guarda. 2004.

FIG.52. Retorno ao centro. Reabilitação pública urbana e reabilitação privada do edificado. Quarteirão do Corpo da Guarda. 2021.



FIG.53. Empreendimento urbano abandonado durante a crise. Valongo. 2011.



FIG.54. Empreendimento urbano abandonado durante a crise. Valongo. 2012.

bairros de “barracas” ou construções ilegais dominavam a paisagem das periferias das cidades do Porto e Lisboa.

Ao longo das décadas de 1980 e 1990, a provisão de habitação consolidou-se, sobretudo, através da propriedade privada, com recurso ao crédito à habitação, bonificado pelo estado (Regime de Crédito Bonificado – RCB, 1976 – 2002), como alternativa possível ao inexistente mercado de arrendamento. A partir dos anos 2000, as dificuldades no acesso à habitação agravaram-se com a internacionalização do mercado imobiliário, que colocou os residentes locais a competir por habitação com investidores com muito maior poder de compra (Travasso 2025, 336). Esta prática despoletou processos de gentrificação e provocou especulação imobiliária (Xerez et al. 2018, 490).

A crise de 2008 e o período de austeridade imposto pela *Troika* (2011 – 2014) expuseram a vulnerabilidade das garantias de habitação. As condições de emprego e proteção social deterioraram-se, colocando em risco quer as famílias que viviam em regime de propriedade – incapazes de continuar a pagar os créditos que tinham contraído – quer para as famílias em regime de arrendamento – confrontadas com a maior instabilidade contratual num quadro legal que facilitava o despejo (NRAU, 2006). A partir de 2014, o retomar da estabilidade económica fez com que os valores de arrendamento e propriedade voltassem à sua tradicional proporção, num crescimento linear (Xerez et al. 2018, 501), acompanhados, agora, pelo aumento do turismo.

Atualmente, a habitação em Portugal distribui-se entre habitação em regime de propriedade – 70% – e de arrendamento – 30% –, onde se inclui a habitação de apoio público (INE 2023, 37). O parque habitacional com apoio público⁶⁶ corresponde a 120 000 casas, o equivalente a 2% do parque habitacional total do país, em 2016 (Xerez et al. 2018, 478; Farha 2017, art. 54). O relatório da ONU após a visita a Portugal (Farha 2017, art. 55 a 58) assinala que, quase toda a habitação pública, disponível à data, tinha sido construída ao abrigo do Programa Especial de Realojamento (PER, 1993) e que, “(...) no Porto, nem uma única casa destinada a habitação social foi construída desde a década de 1990.”

Em 2018, o Levantamento Nacional de Necessidades de Realojamento regista 26 mil agregados familiares em situação de carência habitacional, quer em regime de propriedade (15%), como arrendamento privado (38%) e do setor público (15%), a restante percentagem (26%) integra a categoria “construções clandestinas” e “outra” (IHRU 2018, 3). O documento, que informou a Nova Geração de Políticas de Habitação, determinou como carência habitacional todas as circunstâncias de precariedade, insalubridade, insegurança, sobrelotação e inadequação (Decreto-Lei nº 37/ 2018, 4).

POLÍTICAS PÚBLICAS

No período pós-revolucionário, a habitação tornou-se uma das bandeiras do



FIG.55. Manifestação pelo direito à habitação no Porto. 1975



FIG.56. Construção do Bairro do Leal no Porto. SAAL, 1975.

carências graves seria superior ao registados (Agarez 2020, 84).

66. Em Portugal, a maioria da habitação social é promovida, financiada e gerida pelo estado, através do IHRU. Os municípios são os principais proprietários, coexistindo com cooperativas e IPSS. Em contraste com outros países europeus, em Portugal, não existe a participação de proprietários privados na provisão de habitação social. (Xerez et al. 2018, 478)

novo regime, vindo a integrar a Constituição da República Portuguesa no art.º 65⁶⁷. Durante o PREC⁶⁸ (1974 – 1976), o direito à habitação foi assegurado por uma variedade de programas de fomento do cooperativismo e autoconstrução geridos pelo Fundo de Fomento Habitação (FFH, 1969 – 1982) que controlava a distribuição dos recursos públicos destinados à habitação entre os setores público e privado.⁶⁹

O protagonismo do estado na promoção direta de habitação dissipou-se na década de 1980, marcada pela ascensão do neoliberalismo económico e a liberalização do setor da habitação, em processos acelerados pelas intervenções do Fundo Monetário Internacional (1978 e 1983-85) e reforçados pelas exigências da adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia em 1985 (Jorge e Melo 2023, 125; Agarez 2020, 96; Travasso 2025, 343). Neste contexto, o estado central adota a postura de gestor e financiador dos municípios, cooperativas e proprietários privados (Agarez 2020, 35). Ainda em 1976, é aprovado o regime de crédito à habitação e as respetivas bonificações a cargo do estado (RCM, 19 de março 1976). O RCB inclui, ainda, prazos alargados em empréstimos destinados à aquisição de habitação, atribuída com base no rendimento das famílias⁷⁰ (Xerez et al. 2018, 471; Travasso 2025, 344).

Institucionalmente, a nova postura do estado refletiu-se na criação do Instituto Nacional de Habitação (INH, 1984) – antecessor do IHRU – e do Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE, 1987 – 2002). O INH surge para substituir o Fundo de Fomento Habitação (FFH, 1972-1982) e fica responsável pelo “(...) planeamento e gestão financeira dos apoios à habitação (...)” para permitir ao estado central distanciar-se dos “(...) aspectos práticos e técnicos do problema (...)” para se concentrar “(...)na «administração e financiamento de programas de habitação social (...)»” (Agarez 2020, 95). O IGAPHE ficou responsável pela transferência da habitação de renda social do estado para moradores e municípios⁷¹.

Na década de 1990, o IGAPHE financiou municípios e IPSS, das áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa, para executar o Programa Especial de Realojamento (PER, 1993). O PER retoma as grandes intervenções do estado com o intuito de erradicar os bairros de “barracas” na senda da Lisboa Capital da Cultura

67. A primeira versão do art.º 65 da Constituição da República Portuguesa (Decreto de 10/04 de 1976, art. 65) consagra que “(...) todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto (...)” e atribui ao estado a responsabilidade de apoiar iniciativas locais e cooperativas, estimular a construção privada subordinada ao interesse público e adotar “(...) uma política tendente a estabelecer um sistema de renda compatível com o rendimento familiar e de acesso à habitação própria.”

68. O PREC, Processo Revolucionário em Curso conduziu Portugal durante os primeiros anos de democracia.

69. Coube ao FFH o desenho dos Planos Integrados para a construção de habitação acessível sob princípios de integração socio-territorial; a celebração dos Contractos de Desenvolvimento para Habitação (CDH, 1974 – reformulados em 1985) para promoção de oferta privada de habitação de custos limitados; a orientação da Comissão para o Alojamento de Refugiados (CAR, 1976 – 1981) na aquisição de casas pré-fabricadas para repatriados das ex-colónias; e o acompanhamento do Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL, 1974 – 1976) que concretizou projetos de arquitetura participados com os recursos individuais e comunitários disponíveis (Agarez 2020, 83 a 86, 92 e 102; Bandeirinha et al. 2018, 267 a 272).

70. O programa previa apoios mais significativos para famílias com rendimentos inferiores, no entanto, a medida nunca chegou a ser implementada. (Travasso 2025, 334)

71. O argumento apresentado para a transferência do património do estado para os municípios baseia-se na crença de que a gestão do parque habitacional seria mais eficiente quanto maior a proximidade com as dinâmicas os territórios. (Agarez 2020, 95)

O PER no Porto privilegiou a criação de novos conjuntos habitacionais integrados na malha urbana consolidada do centro da cidade ou em articulação com bairros pré-existentes.

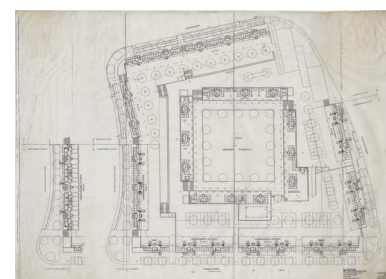
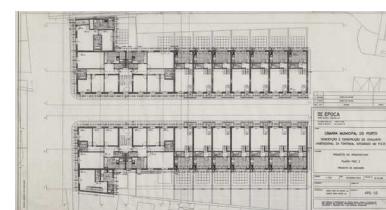


FIG.57. Conjunto habitacional da Fontinha. Planta piso terreo.1998-2001.

FIG.58. Conjunto habitacional da Fontinha.

FIG.59. Conjunto habitacional do Ilhéu. Planta do piso térreo. 1996-1998.

FIG.60. Conjunto habitacional do Ilhéu.



FIG.61. Demolição das “barracas” da escarpa dos Guindais. Porto. 1996.

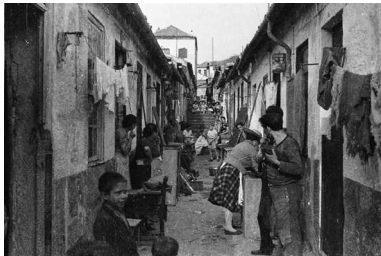


FIG.62. “Ilha” na rua de São Vitor. Porto. 1941.

1994 e da Expo98 (Decreto-Lei nº163/ 1993; Xerez et al. 2018, 481). Embora em Lisboa a maioria das construções a substituir recaísse na categoria “barracas”, no Porto predominava a categoria “Conjunto Urbano Consolidado Degrado”, ou seja, as “ilhas” (Agarez 2020, 12).

Desde o início do século XX, a resposta pública ao problema das “ilhas” passou pela proibição da construção de novos núcleos e pela demolição dos existentes (Vázquez e Conceição 2015, 14; Varea Oro 2022, 23). O estudo *‘Ilhas’ do Porto: Levantamento e Caracterização* (2015) introduz a necessidade de criar medidas de apoio públicas para a reabilitação das “ilhas”. Recentemente, assiste-se à criação de enquadramento legal para a reabilitação dos núcleos, bem como, programas de apoio financeiro municipais (p.e.: Casa Reparada, Vida Melhorada, Campanhã) e nacionais (1º Direito).

A política pública dos anos de 1980 e 1990 agravou as condições de acesso à habitação das famílias mais pobres, sendo que estas ficaram (1) impedidas de aceder ao mercado para a compra de casa dada a inflação e especulação imobiliária resultante do RCB⁷² (Xerez et al. 2018, 472); (2) sem acesso ao mercado de arrendamento – estagnado resultado de longos períodos de rendas congeladas⁷³; e (3) com chances cada vez mais escassas de aceder às casas do estado, alienadas pelo IGAPHE (Agarez 2020, 77).

A partir de 2002, os consecutivos governos nacionais esforçaram-se por reverter o modelo paradigmático da habitação em Portugal, introduzindo debate e medidas concretas de fomento ao arrendamento e reabilitação urbana, em oposição à expansão e construção nova (Xerez et al. 2018, 474 e 486). Em 2002, o RCB é extinto⁷⁴; em 2006, é aprovado o Novo Regime de Arrendamento Urbano⁷⁵ (NRAU, 2006) com o intuito de gerar interesse junto do capital privado para o investimento no sector; e em 2008, é atualizado o Incentivo ao Arrendamento Jovem através do programa Porta 65 Jovem (Porta 65, 2008).

O colapso financeiro de 2008 teve profundas repercussões na economia portuguesa, na segurança social e no acesso à habitação. O escalar do desemprego e o aumento generalizado do custo de vida, associado ao sobre endividamento das famílias resultante de duas décadas de apelo à aquisição de casa própria e à facilidade dos despejos concedida pelo NRAU provocou um aumento acentuado dos



FIG.63. Manifestação contra a presença da Troika em Portugal.



FIG.64. Manifestação da “Geração à rasca” no Porto, com o grupo Homens da Luta a liderar os cânticos. 2011.

72. O RCB (Decreto-Lei 515/77 1977) foi decretado com a consciência de se tratar de um instrumento de estímulo económico para a reativação do mercado imobiliário e dinamização da indústria da construção. A amplitude do programa, que abrangia 83% das pessoas entre os 18 e 55 anos (Xerez et al. 2018, 471 e 472), resultou na inflação dos preços da habitação pelo aumento da procura, na sobre-construção, especulação imobiliária e sobre-endividamento das famílias, sem reflexos positivos para as famílias mais vulneráveis (Agarez 2020, 108 e 109). Como esclarece Agarez (2020, 108), o RCB colocou as famílias com menores rendimentos em desvantagem porque “(...) incorpora (-os) no mercado existente, onde passarão a competir por alojamento com outros interessados, de níveis económico-sociais diversos.”

73. Durante o Estado Novo, as rendas do Porto e Lisboa foram congeladas. Em 1974, a medida estendeu-se a todo o país e assim se manteve até 2006, apesar da intenção temporária original (Jorge e Melo 2023, 125). A política motivou o desinvestimento no setor e contribuiu para a degradação generalizada do parque habitacional arrendado (Farha 2017, art. 26).

74. Apesar da extinção, o RCB continua disponível para pessoas portadoras de deficiência (Xerez et al. 2018, 471).

75. O NRAU criou um regime de atualização de rendas antigas baseado no cálculo do valor dos imóveis, prevendo a concessão de subsídios de renda a idosos e famílias com menores rendimentos. O documento previa, ainda, uma maior liberdade na denúncia dos contratos por parte do senhorio (Xerez et al. 2018, 494).

índices de pobreza e exclusão social (Farha 2017, arts. 5 e 11).

Face à conjuntura o estado implementou um conjunto de medidas de austeridade, reforçadas, no período de 2011 a 2014, pelo Memorando de Entendimento assinado entre Portugal e a *Troika*. A intervenção focou-se na recuperação da estabilidade económica do país com prejuízo para a garantia das condições sociais⁷⁶.

Para ultrapassar a crise social decorrente da crise financeira, o governo cria o Mercado Social de Arrendamento (MSA, 2011 – 2012), integrado no Programa de Emergência Social (PES, 2011 – 2014). O MSA previa a disponibilização de casas desocupadas, detidas pelos bancos, para arrendamento a custos controlados, a agregados familiares que, não sendo elegíveis para o arrendamento social, também não tinham condições para aceder ao mercado (Xerez et al. 2018, 493). Trata, também, de aprovar a Lei nº 58/2012 que estabelece o Regime de Proteção para devedores de hipoteca e reestrutura os empréstimos.

Apesar da intenção de reativar o mercado de arrendamento, as políticas (MSA, NRAU 2012) não tiveram grande impacto no aumento das casas disponíveis para arrendamento (Xerez et al. 2018, 500). Uma justificação possível para esta tendência foi o despejo de inquilinos para a conversão em unidades de turismo ou habitação de luxo⁷⁷ (Xerez et al. 2018, 487).

O fim da intervenção externa em Portugal é marcado pela aprovação da Estratégia Nacional para a Habitação 2015-2030 que volta a alertar para a necessidade de regeneração e reabilitação urbana dos centros históricos, contenção dos perímetros urbanos e dinamização do mercado de arrendamento (Xerez et al. 2018, 476).

Após a visita a Portugal, a relatora especial da ONU (Farha 2017, art. 83) propõe que o país adote “(...) uma lei-quadro nacional da habitação (...)”. A Nova Geração de Políticas de Habitação (NGPH, RCM nº50-A/ 2018), aprovada em 2018 responde ao apelo. A NGPH tem como objetivo aumentar o peso do parque habitacional com apoio público de 2% para 5% e baixar a sobrecarga das famílias com despesas com a habitação de 35% para 27%, através da reorganização de programas vigentes e criação de novos. Para isso, as estratégias distinguem-se em dois grupos de programas: o primeiro, destinado a carências habitacionais graves, a que respondem o programa 1º Direito – substituto do Programa de Financiamento para Acesso à Habitação⁷⁸ (Prohabita, 2004-2008) – e o Porta de Entrada; e o segundo conjunto, dedicado às famílias que não encontram solução habitacional por via do mercado, que inclui o programa de Arrendamento Acessível – descendente do MAS – e o Porta 65 Jovem. A proposta é ainda acompanhada de incentivos à reabilitação e eficiência energética e inclui programas de apoio à coesão social e territorial optando por estratégias que aproximam a política nacional dos territórios.

No ano seguinte, é aprovada a Lei de Bases da Habitação que reconhece o direito

76. “Entre as condições anexadas ao empréstimo estavam uma série de medidas de austeridade que, pela sua natureza, resultaram no aumento dos níveis de pobreza, reduziram os benefícios de proteção social, provocaram índices mais altos de pessoas em condição de sem abrigo e habitação e serviços públicos inacessíveis.” (Farha 2017, art. 11). O documento incluía, ainda, um conjunto de medidas destinadas a melhorar o acesso, gestão e utilização do parque habitacional (Farha 2017, art. 12).

77. O NRAU “(...) permitiu a liberalização do mercado de arrendamento e o aumento acentuado do preço da habitação, no centro das grandes cidades, e levou a uma mudança de residentes (...)” (Xerez et al. 2018, 487)

78. O Prohabita destinava-se a apoiar famílias em situação de grave carência habitacional, proprietárias ou arrendatárias, por meio de participações e/ou empréstimos bonificados para a reabilitação de fogos, prédios devolutos e bairros sociais (a partir de 2007) ou para a construção nova em casos de degradação irreversível (Xerez et al. 2018, 483; Farha 2017, art. 33).



FIG.65. Capa da apresentação do pacote legislativo da NGPH.



FIG.66. Sessão de debate sobre os problemas com a habitação no Porto, organizados pelos grupos Caravana pela Habitação e O Porto não se vende. 2017.

FIG.67. Colocação de cartazes de sensibilização para os problemas com a habitação no Porto, pela Caravana pela Habitação. 2017.



universal a uma habitação digna e define as responsabilidades do estado na sua garantia, bem como os princípios orientadores para a política pública de habitação em Portugal.

Em conjunto, a NGPH e a Lei de Bases, propõem um olhar simultâneo para o território e habitação. Através da figura das Estratégias Locais de Habitação, integradas no programa 1º Direito, estabelecem um sistema de atenção à regeneração urbana e em simultâneo à habitação, para que se produzam tanto habitações quanto habitats qualificados em todo o território nacional e não apenas nas cidades com maior concentração urbana.

REAÇÃO SOCIAL

A intervenção da *Troika* em Portugal entre 2011 e 2014, produziu um impacto profundo nas garantias do acesso à habitação. A estratégia de recuperação económica traçada concentrou-se na atração de investimento externo e na promoção do turismo. Embora, a partir de 2014, se registe uma estabilização económica traduzida no aumento da compra de habitação e na redução dos contratos de arrendamento (Xerez et al. 2018, 500), uma parte significativa das transações corresponderam à venda de imóveis por proprietários locais a investidores privados para inversão turística. Aquilo que pretendia ser um plano para a entrada de capital no território nacional acabou por servir de mecanismo de reforço a processos de gentrificação.

Em paralelo, emergiu uma crescente consciência cidadã e política⁷⁹, tanto a nível nacional como internacional, que alerta para a relevância do direito à habitação nos países desenvolvidos que permitiram a capitalização e *financeirização* do sector desde a década de 1980.

Na prática, este processo de consciencialização refletiu-se, no plano nacional, na preparação da Nova Geração de Políticas de Habitação e na construção da Lei de Bases da Habitação – parcialmente impulsionada pela visita da ONU, em 2016. No plano local, no caso particular do Porto, as freguesias do Bonfim e de Campanhã criam o programa *Casa Reparada, Vida Melhorada*⁸⁰, como uma ferramenta de apoio às famílias em situação de maior vulnerabilidade habitacional.

Neste contexto, um grupo de técnicos superiores das disciplinas de arquitetura e ação social cria o programa Habitar – um serviço de assistência técnica capaz de articular a relação entre potenciais beneficiários (pequenos proprietários, moradores, associações) e as instituições públicas de habitação e reabilitação urbana.

O programa foi concebido com a intenção de superar as limitações identificadas na execução dos programas de apoio locais. Os técnicos do Habitar verificaram que as famílias mais vulneráveis enfrentavam dificuldades no acesso à informação, e que o apoio prestado pelas entidades promotoras não supria as necessidades. Além disso, os custos a suportar pelos beneficiários, a morosidade e burocratização

79. Oro et al. (2019, 62) observam que a habitação passou a ocupar um lugar central nas agendas públicas: “Um dos factores que mais se destacam no actual debate público é a pressão cidadã e mediática à volta da dificuldade de acesso a uma habitação condigna. (...) é decorrente de um conjunto de medidas de liberalização do mercado de habitação, que tiveram o seu auge nos anos pós-troika.”

80. O programa “Casa Reparada, Vida Melhorada” desenvolvido pela junta de freguesia do Bonfim e Campanhã propunha apoiar as famílias em situação de vulnerabilidade financeira e habitacional, através da doação de materiais de construção e mão de obra para a reabilitação de casas.

dos processos e a inadequação de algumas políticas tornavam o apoio inviável (El-Dash 2022, 1 e 2). Estes fatores contribuíam para o agravamento das desigualdades sociais, uma vez que os principais beneficiários dos recursos eram sobretudo os grupos com maior literacia política e capacidade de investimento. Em paralelo, geravam-se dinâmicas de crescente descrédibilização e desconfiança face às entidades responsáveis pela implementação de políticas públicas (Varea Oro et al. 2019).

Como observa El-Dash (2022, 38), o problema central residia no “(...) distanciamento e na falta de permeabilidade entre quem tem o problema e quem detém os meios (...)”, sendo necessária “(...) a criação de espaços permeáveis aos atores periféricos (...)” capazes de promover o diálogo para acesso efetivo aos recursos.

Os primeiros contatos com o território dão-se através das “ilhas”, cuja atenção resulta da constatação dos múltiplos fatores de risco que afetam as famílias residentes. Destacam-se, por um lado, os riscos para a saúde decorrentes do estado de degradação das construções precárias e, por outro, a ameaça de despejo instigado pela pressão imobiliária, pelas rendas baixas e pela falta de recursos económicos dos proprietários para suportar despesas de reabilitação (Varea Oro e Travasso 2019, 432; Varea Oro et al. 2019, 64 e 65).

Em 2018, o Habitar cria o *Workshop* Arquitectos de Família como uma proposta formativa em contexto real para integrar o movimento de reabilitação do parque habitacional tratado pelo Habitar. Os AF têm como objetivo a inclusão de um projeto formativo numa prática de apoio real. O *Workshop*, que teve uma edição piloto em 2017, atua anualmente desde 2018 e destina-se a estudantes dos quarto e quinto anos do Mestrado Integrado em Arquitetura da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (Miarq, FAUP), interessados em explorar o papel da arquitetura nas medidas de apoio público à habitação, através da prática da disciplina em contexto real. O projeto pretende formar profissionais de arquitetura capazes de operar em contextos vulneráveis e potenciar o interesse dos futuros arquitetos na prática de habitação com apoio público (Habitar Porto s.d.).

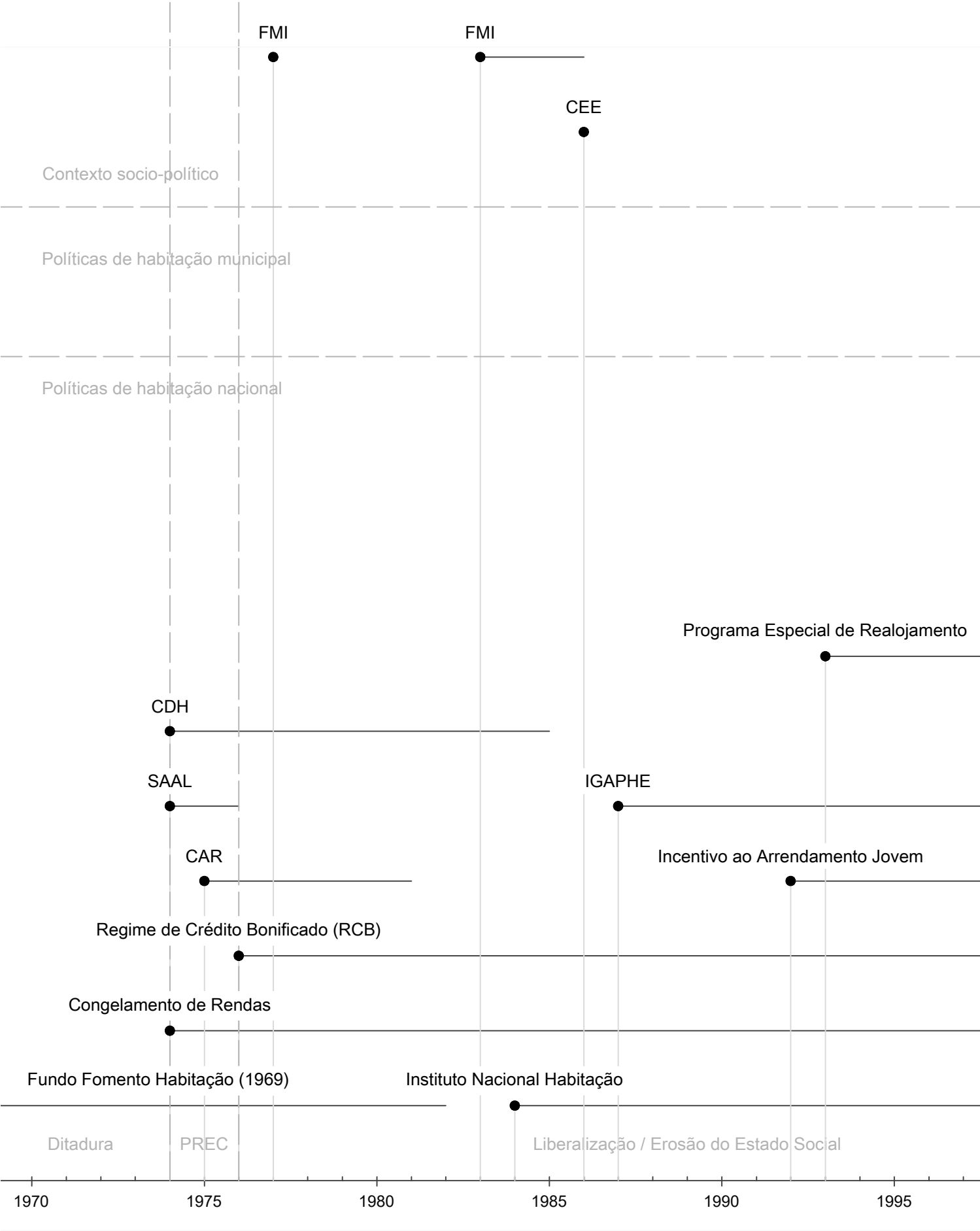
Assim a proposta do Habitar e do *Workshop* Arquitectos de Família fundamenta-se na premissa de que “(...) os problemas de um proprietário que não pode reabilitar a sua propriedade, de um inquilino que não encontra habitação com rendas acessíveis e de um profissional da construção que não encontra trabalho ou que gostaria de desenvolvê-lo dentro de outros moldes não são três problemas separados, mas três sintomas do mesmo problema: as ferramentas existentes para a promoção da cidade não alcançam uma maioria social (e, portanto, devem ser democratizadas)” (Varea Oro et al. 2019, 63). Sob estes princípios, as propostas promovem o usufruto da máxima potencialidade das políticas públicas de habitação, através de um serviço de apoio técnico especializado em arquitetura, destinado a famílias em situação de vulnerabilidade e entidades promotoras.

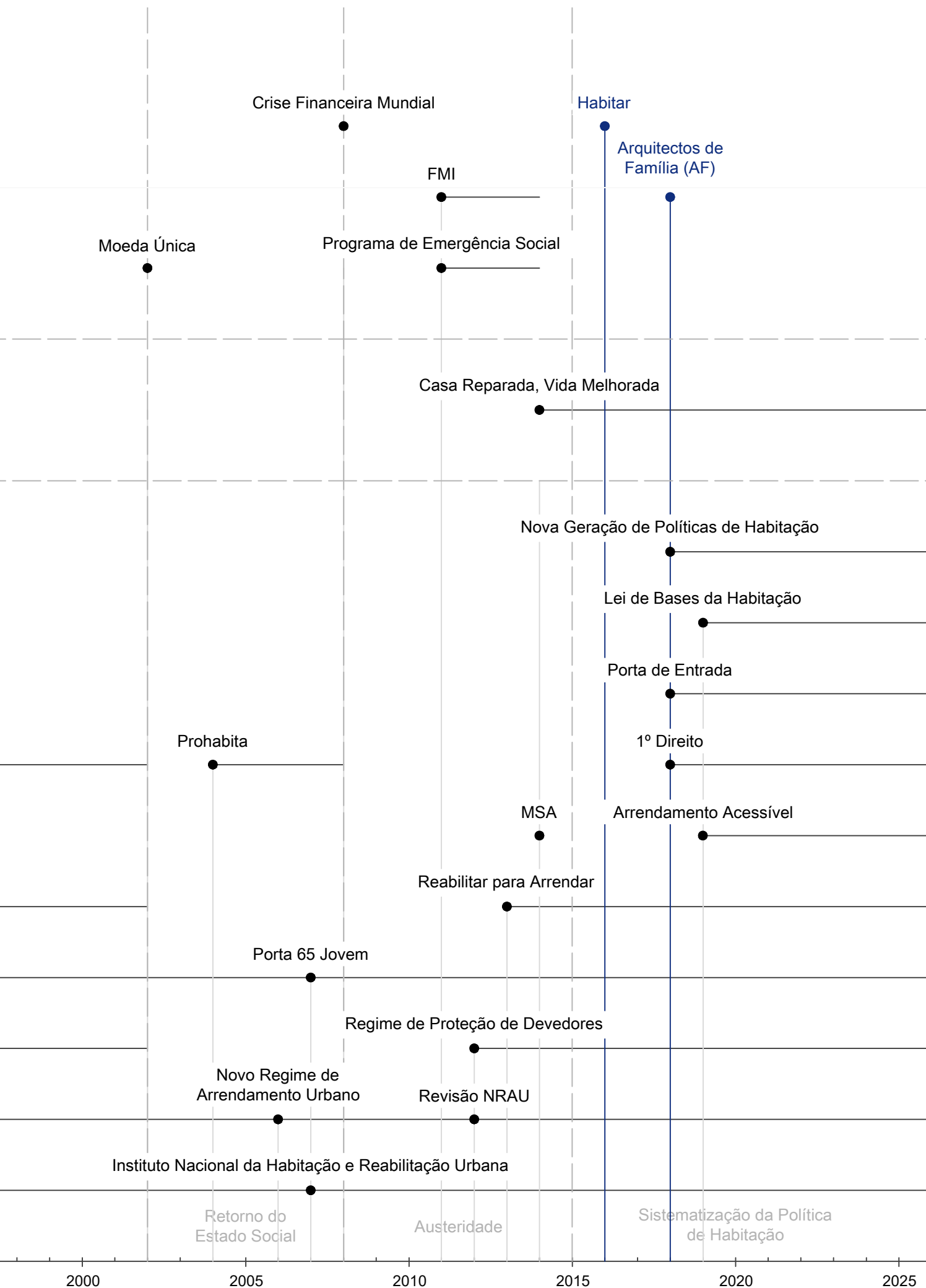


FIG.68. Trabalhos de reabilitação das habitações da edição piloto do *Workshop* AF.

FIG.69. Resultados da edição piloto do *Workshop* AF.

TAB.11. Cronologia do contexto socio-político, habitacional e urbano de Portugal até à criação dos Arquitectos de Família.





Os *Arquitectes de Capçalera* formam-se num período de intensa e mediática contestação social pelo direito à habitação, bem como, numa crise disciplinar expressa no questionamento crítico quanto à responsabilidade da arquitetura na construção da sociedade.

Neste contexto, os AC geram uma resposta **contestatária e politizada**, baseada no contacto direto com moradores e associações locais, privilegiando processos participados e projetos de autoconstrução para a regeneração urbana e reabilitação da habitação dos lugares intervencionados. Propõem uma metodologia **experimental**, que nasce de inquietações dentro da **academia**, cresce como uma unidade formativa e desenvolve-se para uma associação. A falta de recursos públicos disponíveis para a multiplicidade de circunstâncias de urgência pede a **mediatização** das soluções de modo a **sensibilizar** instituições públicas para apoiar os projetos.

A metodologia Arquitectos de Família surge num contexto de um vasto escrutínio em torno de um quadro embrionário de políticas públicas de habitação, marcado pela existência de instrumentos concebidos para responder a situações de grave vulnerabilidade habitacional, no entanto, inacessíveis aos potenciais beneficiários.

Em resposta, nascem o Habitar e o *Workshop* AF enquanto ferramentas

TAB.12. Quadro comparativo entre os problemas identificados e as prioridades estabelecidas pelos *Arquitectes de Capçalera* e os Arquitectos de Família.
Fonte: autora, com dados recolhidos de outros autores.

DIFICULDADES IDENTIFICADAS

ARQUITECTES DE CAPÇALERA (AC)	. Resposta pública padronizadas para atender às carências habitacionais. . Crescente descrença popular quanto à capacidade do estado em gerir os problemas com a habitação. . Questionamento interno relativamente ao papel social da arquitetura e crítica ao paradigma do ensino vigente.
ARQUITECTOS DE FAMÍLIA (AF)	. Processos de catalisação de apoio público burocráticos, complexos e morosos. . Falta de técnicos especializados nas instituições públicas para dar resposta às carências habitacionais existentes. . Falta de profissionais de arquitetura com formação para operar no contexto da habitação com apoio público.

integradas nos processos de alavanca dos recursos públicos, destinadas a reestabelecer a ponte entre quem detém os meios e quem necessita deles. O *Workshop* adota a metodologia **experimentada** pelo Habitar que promove o desenho de propostas **sensatas** e o domínio dos documentos legais como condição fundamental para mobilizar o financiamento necessário à execução dos projetos. Trata-se de uma proposta formativa, fundada na prática **profissional**, que se integra no contexto acadêmico ao identificar a necessidade de qualificar profissionais com literacia em política pública.

Para os AC, a disciplina necessita de uma mudança estrutural na forma de pensar, projetar e exercer a arquitetura. Afirmam ser preciso “(...) introduzir o sentido político no que fazemos” e sublinham que “urge que a universidade aceite o desafio de repolitizar a arquitetura, questionando para que serve o que se faz, quem ganha e quem perde com isso e ao serviço de que realidade está a ser posta a arquitetura.” (Bohigas 2016). Por outro lado, os AF concentram-se no funcionamento dos mecanismos existentes, procurando otimizar a articulação entre os recursos e as necessidades, partindo do princípio que “(...) a resposta à crise não deve depender de uma mudança estrutural ou da adição de elementos exógenos, mas deve surgir da ativação e recombinação de atores e recursos já disponíveis, (...)” (Varea Oro e Travasso 2019, 432).

Cada uma das estratégias deriva de circunstâncias históricas, políticas e sociais distintas o que resulta em propostas de atuação diametralmente opostas. Não obstante, ambas se revelam igualmente ajustadas aos requisitos e especificidades dos respetivos contextos.

61

RESPOSTAS ENCONTRADAS

- . Desenvolvimento de uma metodologia próxima dos cidadãos que permita pressionar as instituições a apoiar projetos locais
 - . Procura por reaproximar a arquitetura da sociedade por via da academia
 - . Formação de estudantes em contexto real, promovendo uma prática politizada e socialmente comprometida
-
- . Desenvolvimento, pelo Habitar, de uma metodologia capaz de responder às exigências de processos com apoio público
 - . Apoio técnico a instituições, famílias e proprietários para alavancar os recursos públicos
 - . Formação de estudantes interessados em conhecer o âmbito da habitação com apoio público, em contexto real

Se o contexto em que ocorre a intervenção desempenha um papel determinante na definição de princípios orientadores, objetivos e metas a atingir, também as características específicas dos processos metodológicos das arquiteturas comunitárias — incluindo as etapas de desenvolvimento, as entidades envolvidas, as ferramentas e estratégias adotadas, e os recursos mobilizados — condicionam diretamente a sua capacidade de atuação. Essa influência manifesta-se tanto nos resultados ativos, isto é, nas respostas concretas às necessidades reais identificadas, como nos resultados passivos, associados aos contributos para a formação académica e para a investigação em torno da prática arquitetónica socialmente comprometida.

A análise das estratégias e instrumentos utilizados pelos *Arquitectes de Capçalera* e pelos Arquitectos de Família, em articulação com o Habitar, permite compreender operacionalidade dos respetivos processos metodológicos. Para identificar paralelismos e divergências entre os dois modelos de atuação, recorrem-se a exemplos concretos que ajudam a clarificar as etapas do processo e que ilustram a aplicabilidade e viabilidade de cada uma das propostas.

Partindo do pressuposto de que ambas as propostas se aproximam do conceito de arquitetura comunitária, tal como definido nesta dissertação, as páginas seguintes procuram esclarecer de que modo os princípios de compromisso social se traduzem na prática arquitetónica desenvolvida pelos grupos do Porto e de Barcelona. Embora as metodologias em causa assumam uma natureza aberta e flexível, que dificulta a sistematização, é possível reconhecer, em ambas, um conjunto de princípios e momentos estruturantes que orientam o desenvolvimento dos projetos.

Deste modo, as páginas seguintes tratam de examinar a natureza da ação de cada grupo, os objetivos e os resultados alcançados, organizando o processo metodológico em diferentes fases, de forma a avaliar comparativamente a eficácia e o alcance das duas propostas.

A metodologia de trabalho *Arquitectes de Capçalera* organiza-se entre cinco a seis fases: (1) aproximação, (2) levantamento, (3) discussão e definição da estratégia, (4) projeto, (5) ação detonante e, se o processo permitir, (6) acompanhamento de obra⁸¹. A metodologia AC promove o desenvolvimento de projetos académicos em contexto real, potenciando o compromisso entre o ensino e a ação social por via do contacto direto com o território e da elaboração de projetos de arquitetura que promovem a participação cidadã.

O grupo pretende que a formação em arquitetura sirva para “(...) saber questionar, reclamar, comunicar e partilhar conhecimento, compatibilizando o trabalho de investigação, ‘de laboratório’, com uma clara vontade de abrir o processo ‘descendo à arena’ para contaminá-lo com a realidade crua.” (Bohigas 2016). Assim, a metodologia apropria-se das oportunidades e limitações dos contextos de atuação para, em parceria com agentes locais, desenvolver projetos de arquitetura que respondam às necessidades das comunidades, em processos velados pela experimentação, investigação, interdisciplinaridade e, sobretudo, no “aprender fazendo”⁸² (Robles 2018). Segundo Bohigas (2016) “Trata-se de acompanhar (os moradores) na cartografia das suas necessidades e o diagnóstico das possíveis soluções, guiando-os até ao início do andamento das retificações necessárias, tanto projetuais como de gestão legal e obtenção de apoios económicos para a sua implantação.”

63

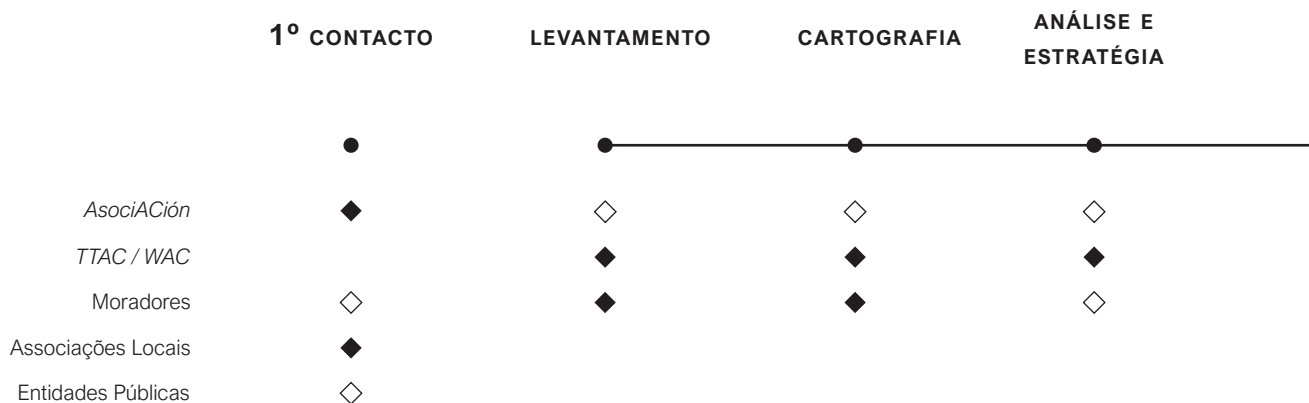
PRIMEIRO CONTACTO

Os AC defendem que a presença da figura do arquiteto no território deve antecipar a existência de uma encomenda (Bilbao e Avilla-Royo 2019, 151). Exemplo disso é o caso de trabalho do WAC2016 – o bairro de habitação plurifamiliar apelidado de Tupolev (García López 2017). O pedido de intervenção partiu da administração local; contudo, à chegada, os moradores não destacaram quaisquer problemas, o que sugeriu a irrelevância em prosseguir com o processo. Ainda assim, o contacto direto com o território permitiu diagnosticar que a falta de sentido comunitário do bairro facilitara a penetração de investidores privados na região para conversão de apartamentos para o turismo (García López 2017). Assim, a perspectiva AC determina que a aproximação ao território deve dar-se assim que existam indícios – diagnosticados pelos próprios ou pelas entidades que os contactam – da utilidade da sua intervenção.

A aproximação aos casos de estudo pode ser estabelecida por duas vias (Col.

81. A definição e caracterização das fases do processo foi determinada pela autora a partir da leitura da bibliografia disponível sobre o tema, uma vez que a estrutura do método catalão não está, formalmente, sistematizada.

82. Os AC valorizam o desenvolvimento de práticas baseadas na experimentação e no contato direto com o território. Este carácter é reconhecível no mérito que atribuem aos processos desenvolvidos por coletivos de trabalho. Bohigas (2016) assinala: “Os melhores exemplos estão fora das universidades, nas mãos de coletivos multidisciplinares que, todos os dias, inventam pequenas propostas piloto – reais e utópicas – que fazem emergir obviedades que a academia não vê ou que, com pena, estão subjugadas a estúdios opcionais.”



TAB.13. Estrutura do método aplicado pelos *Arquitectes de Capçalera*, com indicação das etapas e entidades envolvidas em casa fase. Fonte: autora, com dados recolhidos de outros autores.

lectiu RUSC. 2015, 16; Bilbao et al. 2018, 10): (1) Através do contacto direto entre associações locais, moradores ou entidades da administração pública com a *AsociACión* ou algum dos elementos que a compõe. Por esta via, os meios de comunicação para o efeito tendem a ser o site do grupo, as redes sociais ou os balcões de atendimento temporários que os AC têm vindo a conseguir implementar⁸³. (2) A outra forma de contacto, pressupõe a captação de casos pelos estudantes, através da investigação das vulnerabilidades de um determinado lugar, levantadas pelos moradores ou entidades locais. Neste processo, pretende-se que os alunos criem “cumplicidade com os vizinhos” (Gonçalves 2020, 70; Pérez Moya 2017), apresentando-se como figuras confiáveis, dispostas a ajudar as famílias ou comunidades na melhoria das condições das suas habitações ou habitat.

Nem todas as situações identificadas evoluem para projeto. Algumas revelam-se de resolução imediata ou extravasam o âmbito de atuação da arquitetura. Neste caso, os AC recorrem à rede de atores com quem estão habituados a trabalhar para encaminhar o problema para profissionais mais capazes de atender aos pedidos. Este processo de filtragem permite concentrar esforços nos casos em que a intervenção arquitetónica se revele mais pertinente e produtiva.

Para além da aproximação aos casos de trabalho, esta fase pressupõe o reconhecimento da rede de apoio local disponível para o desenvolvimento de propostas. Os AC reconhecem que não são os únicos, nem os primeiros agentes a operar nos territórios em que tencionam intervir⁸⁴. Por isso, em cada novo caso de estudo, procuram identificar os atores existentes para integrá-los no processo de transformação (Gonçalves 2020, 72; Robles 2018). Esta parceria permite, por vezes, a cedência de espaços para o desenvolvimento do trabalho dos estudantes

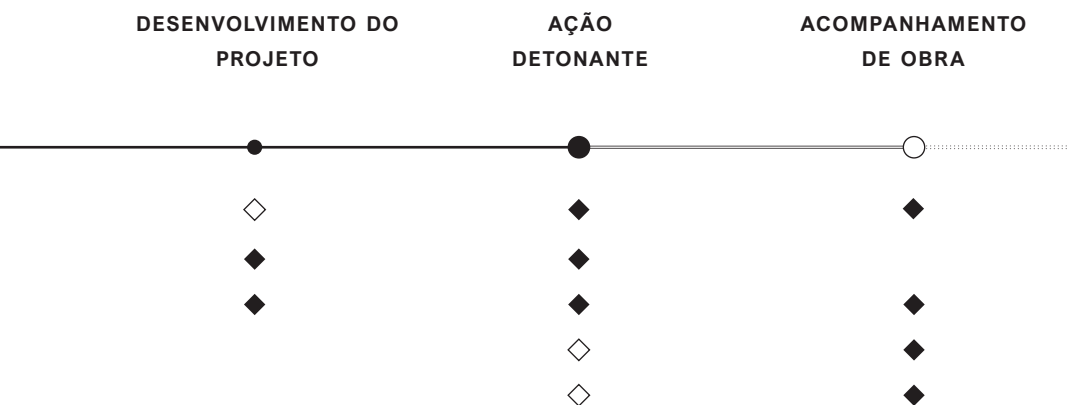


FIG.70. *Oficina d'Atenció al Ciutadà Arquitectes de Capçalera*, no CCCB para a exposição *Piso Piloto* e realização do WAC15.

FIG.71. Primeiro Contacto. Estudantes procuram patologias arquitetónicas junto dos habitantes. WAC15.

83. Até ao momento, os AC disponibilizaram dois balcões de atendimento, em períodos distintos – a *Oficina d'Atenció al Ciutadà Arquitectes de Capçalera*, implementada durante o WAC2015, no bairro El Raval (Bohigas 2016), e a *Oficina de Suport Tècnic a la Rehabilitació de Arquitectes de Capçalera* (OSTRAC), instalada no bairro Poblenou, em 2021.

84. Bilbao e Avilla-Royo (2019, 150), dois dos membros integrantes dos AC, afirmam “(...) vemos o arquiteto como uma figura capaz de interrelacionar e interrelacionar-se transversalmente: é indispensável, mas não é o único, e deve converter-se num mediador propositivo entre distintos e dispares agentes que atuam no território”.



no território versado.

LEVANTAMENTO

Após a seleção dos casos passíveis de intervenção, o processo avança para o levantamento social, arquitetónico e urbano, executados por esta ordem. Os AC começam pela aproximação ao “*contenido*” – o sujeito – para chegar ao “*contenedor*” – o objeto (Comma 2020, 04:00), num “(...) modelo pensado de dentro para fora” (Pérez Moya 2017). Este princípio de atuação advém da consciência do espaço enquanto um “organismo vivo” (Comma 2020, 10:00), mutável consoante a perceção e apropriação do sujeito. Assim, consideram que as barreiras entre sujeito e habitat, bem como, espaço privado, coletivo e público são “(...) um conjunto de limites difusos (...)” (Berenguer-Urrutia 2020, 43), porque dependem dos percursos quotidianos do usuário, e por isso os problemas não podem receber uma resposta localizada, requerem uma resposta transversal. Para isso, a caracterização e qualificação do espaço habitado não deve ser neutra, porque os espaços não são neutros (Robles 2018), deve ter a “experiência subjetiva” (Berenguer-Urrutia 2020, 43) do usuário e o seu “conhecimento específico” (Robles 2018) sobre o lugar como premissas fundamentais para a definição da encomenda.

Esta abordagem aos problemas – que coloca o sujeito como elemento central do processo – é reflexo dos contributos deixados pelo movimento 15-M, que reclamou maior participação cidadã no que diz respeito à gestão da cidade. E é, por outro lado, uma clara oposição à arquitetura concebida a partir da “vista de pássaro” (García López 2017), que caracterizou o modelo tradicional de desenho da cidade, e que é apontado como corresponsável pelas desigualdades e tensões sociais do tecido urbano de Barcelona.

O processo é conduzido através de um conjunto diversificado de ferramentas com afinidades às disciplinas da sociologia e antropologia – como inquéritos e entrevistas – e ferramentas tradicionais de levantamento arquitetónico – fotografias e medições rigorosas (Avilla-Royo 2022). A cartografia produzida deve determinar as características e patologias do espaço tangível – o espaço físico – e do espaço

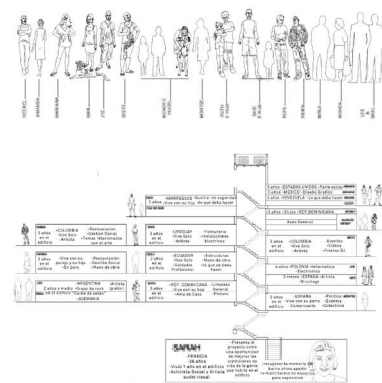


FIG.72. Levantamento social do edifício *Guernika*, com a identificação e caracterização de todos os moradores. WAC15.

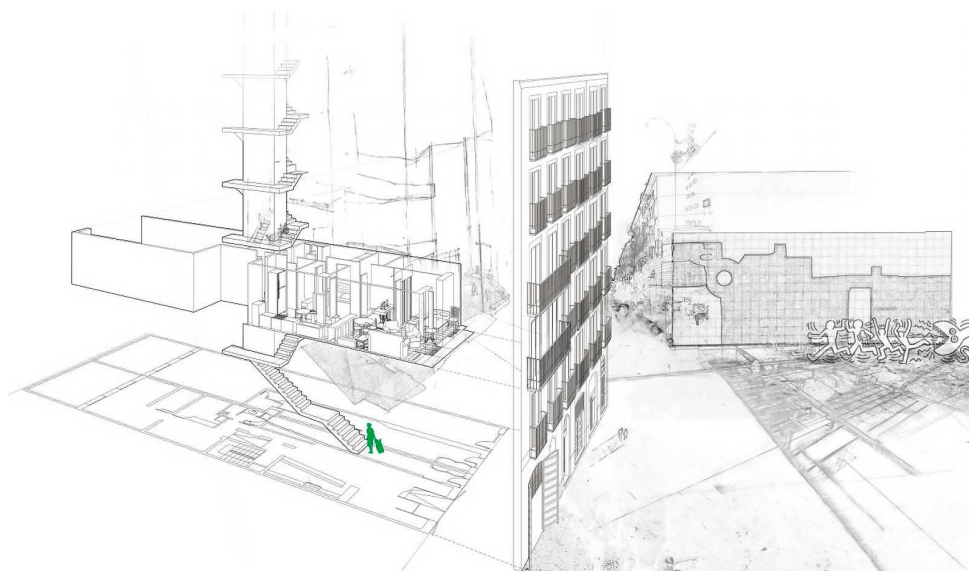


FIG.73. Levantamento físico de uma habitação no el Raval e relação com a envolvente urbana. WAC15.

intangível – as condições sociais e as características e costumes das famílias ou comunidade. Nesta fase do processo, os alunos servem-se das técnicas de investigação que considerem pertinentes, sem que haja exigências ou restrições para os recursos a utilizar⁸⁵ (Gonçalves 2020, 72), à exceção do respeito pela privacidade dos interlocutores e da capacidade de formular a “pergunta precisa” (Bilbao e Avilla-Royo 2019), isto é, desvendar o contexto aparente para inferir os problemas e oportunidades do caso de trabalho (Comma 2020, 00:06). Ainda assim, cabe destacar que o TTAC goza da existência de um seminário teórico que decorre paralelamente ao curso e informa os estudantes com metodologia e ferramentas específicas para a atuação nos contextos abordados.

Os materiais elaborados combinam esquemas, diagramas, plantas, entre outros, e são elaborados com um elevado grau de detalhe e abrangência para reunir toda a informação necessária que sustente a subsequente fase de discussão e estratégia.

DISCUSSÃO E ESTRATÉGIA

Nesta fase privilegia-se a partilha de ideias, o contacto com a comunidade e a interação com agentes exteriores à academia no sentido de gerar um debate crítico que conduza a estratégias para respostas mais completas aos problemas, perfeitamente contextualizadas e adequadas às exigências do contexto real. Assim, dilui-se, progressivamente, o sentido de competitividade académica para dar lugar à definição de propostas “(...) feitas a 60 mãos (...)”⁸⁶ (ver FIG. 77), isto é, respostas



FIG.74. Apresentação de Propostas aos professores. Do centro para a direita: Ibon Bilbao, Zaida Muxi e Josep Bohigas. TTAC17.

FIG.75. Debate entre estudantes. TTAC18.

85. Ibon Bilbao justifica a liberdade dada aos alunos no processo de levantamento: “(...) a forma de trabalhar dos *Arquitectes de Capçalera* tem sido muito voluntarista, por pura motivação no projeto e, sinceramente, acho que eles (os estudantes) encontraram uma maneira de detetar necessidades da cidade e da habitação coletiva de forma mais direta e rigorosa. Acreditamos que, com esta iniciativa estamos a adicionar parâmetros que nós, arquitetos, não tínhamos considerado antes, o que significa que os nossos alunos trabalham com um leque mais amplo de possibilidades, com as quais têm mais informações para tomar decisões” (Pérez Moya 2017).

86. Berenguer-Urrutia, membro dos *Arquitectes de Capçalera*, esclarece a ideia: “Normalmente, (...) em qualquer escola de arquitetura, dá-se um lugar e um programa e sobre ele constroem-se 30 projetos iguais, que variam em forma mas que (respondem todos à mesma encomenda). Nós (AC) fazemos diferente, trabalhamos com o lugar, com um bairro, e sobre esse bairro, e segundo o ponde de vista de cada aluno, sairão projetos diferentes porque se identificaram problemas e pontos fortes diferentes.

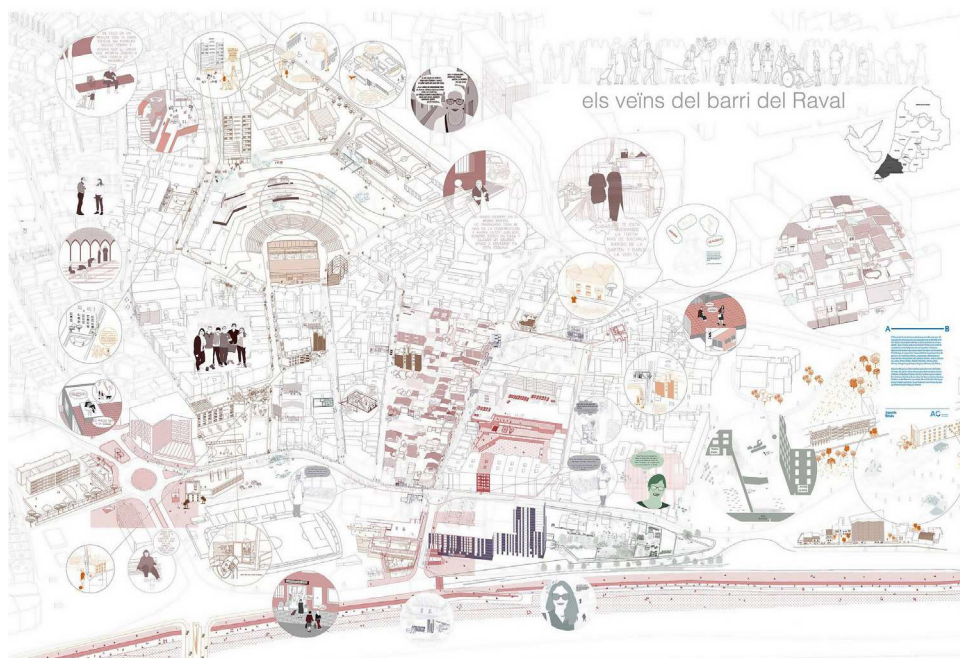


FIG.76. Catografia conjunta do el Raval. TTAC19.

participadas e com grande sentido de cooperação e benefícios comprovados⁸⁷.

O balanço crítico da cartografia produzida permite gerar uma imagem conjunta do contexto a intervir e por isso mais útil na elaboração de um plano de intervenção rigoroso no que toca à coerência e adequação ao contexto social, recursos disponíveis e necessidades identificadas. Fixa-se, assim, a encomenda – prioridades a atender, objetivos a cumprir, fases do processo de desenho, definição dos beneficiários, recursos materiais, humanos e financeiros a mobilizar, o papel da rede de atores envolvida – atendendo ao tempo disponível para desenvolvimento e execução de propostas (Avilla-Royo 2022, 164; Gonçalves 2020, 73; Rodríguez 2017)⁸⁸. Atendendo às limitações de recursos e tempo disponíveis associados a uma prática de teor voluntarista e académico, este conjunto de princípios deve orientar o “pensamento tático” (Avilla-Royo 2022) para soluções que procurem gerar “(...) o maior impacto possível com o menor esforço possível (...)”⁸⁹.

Deste processo resulta um documento conjunto, ou dividido pelos grupos de trabalho, que compendia e relaciona todos os fatores relevantes para o desenvolvimento da proposta. Frequentemente, este documento assume a forma de um mapa mental ou de uma cronologia complexa que sintetiza o processo daí em diante, incluindo recursos a alavancar, *deadlines*, objetivos e metas.

Assim, num mesmo ano temos projetos de equipamento, habitação e espaço público. O resultado não são 30 projetos diferentes, o resultado é um projeto feito a 60 mãos porque todos trabalhamos com um objetivo comum.” (Comma 2020, 00:06:00)

87. Durante o processo de compatibilização dos levantamentos realizados para o WAC2015, os estudantes identificaram que as necessidades de um indivíduo, em situação de sem abrigo, sem trabalho e recursos, e os problemas de mobilidade de uma idosa, a residir num prédio sem elevador, podiam ser colmatados, num primeiro momento, estabelecendo o contacto entre os dois (Comma 2020, 11:00). Assim, os estudantes encontraram uma estratégia de intervenção conjunta que, apenas com recursos humanos, melhorasse as condições identificadas no terreno.

88. Embora o período de trabalho do TTAC e do WAC esteja limitado aos timings do âmbito académico, os processos de trabalho podem prolongar-se, migrando entre cursos, como aconteceu na intervenção em Santa Coloma, Barcelona, onde os AC permaneceram por dois anos letivos. Por outro lado, a *Asociación* também cumpre o propósito de acompanhar as fases dos processos que não são compatíveis com as limitações temporais do calendário académico.

89. Avilla-Royo (2022, 57) exemplifica esta estratégia através do projeto El *contra-horari* do escritório Arqbag cuja resposta ao pedido de ampliação de uma escola foi a reestruturação dos horários das aulas, o que permitiu otimizar a ocupação das salas de aula, sem necessidade de construção nova.

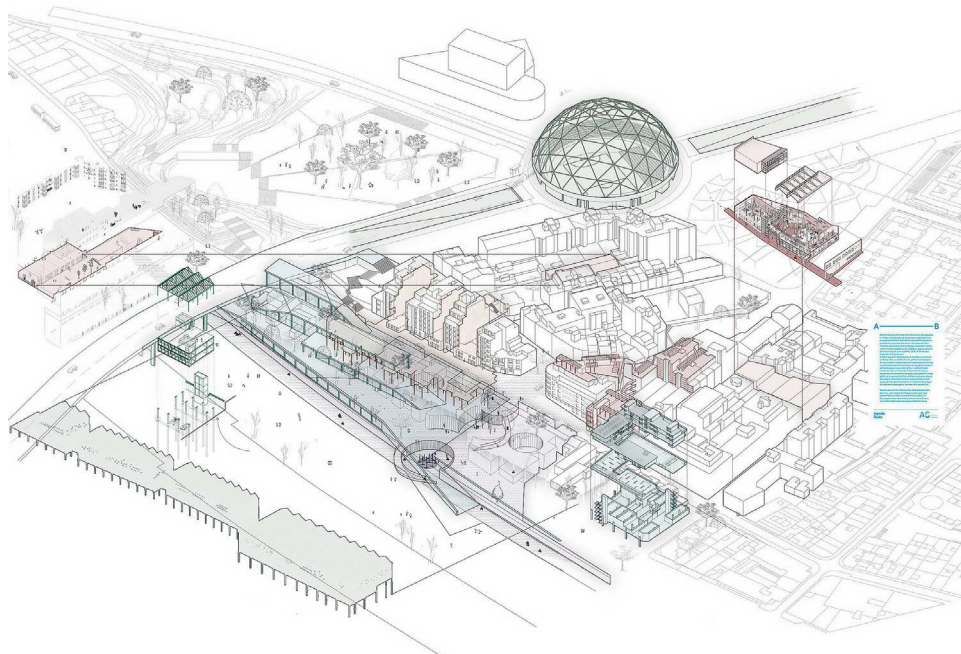


FIG.77. “Projeto a 60 mãos”. WAC17.

DESENHO

Uma vez definida a estratégia de intervenção, o processo continua para a fase de desenho de propostas, sustentado numa lógica de participação e colaboração. O processo de projeto procura formular soluções capazes de contornar a escassez de recursos, priorizando a re-significação de lugares, isto é, evitar o recurso à construção⁹⁰ (Avilla-Royo 2023, 246); ou, em alternativa, soluções de execução faseada, capazes de hierarquizar necessidades – desde a resposta emergente à solução ideal –, incorporando a flexibilidade de usos e a autoconstrução ou construção apoiada por agentes locais como formas de viabilizar a execução das respostas (García López 2017; Gonçalves 2020).

Considerando que a encomenda é determinada a partir da avaliação de casos após o início do curso, não existe um programa pré-definido a cumprir. Assim, os projetos podem assumir naturezas diversas – desde propostas de reabilitação até manuais de instruções ou ações reivindicativas – desenvolvidas por cada um dos grupos de trabalho ou em coordenação com todos os estudantes do curso (Comma 2020, 06:30; Gonçalves 2020, 71). Tal como o levantamento, também as propostas devem ser concebidas a partir da escala doméstica e expandir-se para a escala urbana.

Em determinadas circunstâncias, as fases de estratégia e desenho decorrem em paralelo. No WAC2015, por exemplo, a resposta aos problemas do edifício apelidado de *Guernika* foi progressivamente aprimorada. À medida que se recolhiam novos recursos, a estratégia e desenho ajustavam-se reciprocamente, ampliando a capacidade de transformação do lugar em função dos recursos alavancados.

A proposta final materializa-se sob a forma de dossiers ou cadernos de encargos que reúnem a informação essencial da proposta – levantamento e projeto – e que são entregues aos usuários. Estes documentos podem assumir a função de guias operativos, quando pretendem apoiar processos de autoconstrução a realizar pelos próprios usuários, ou servem de meio para empoderar famílias e comunidades face

Aspetto dos mapas mentais produzidos no âmbito do estudio AC.

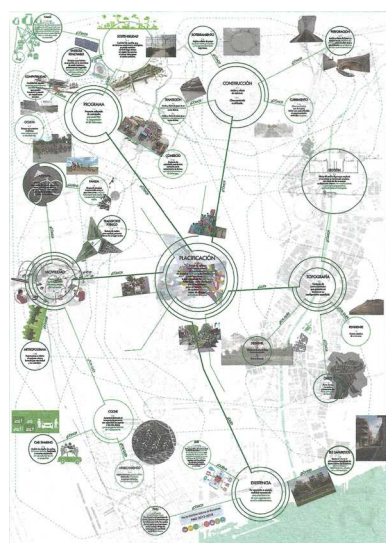
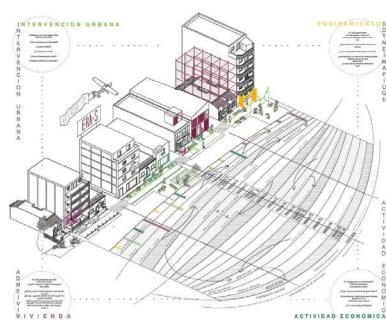
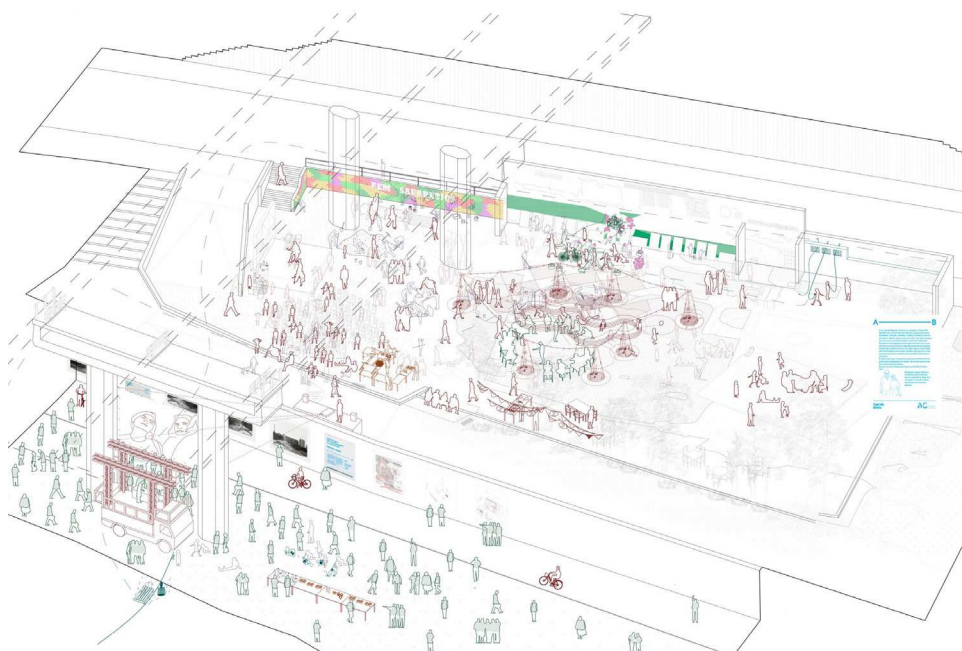


FIG.78. Mapa Mental. Proyecto ERAS-S TTAC17.

FIG.79. Mapa Mental. Proyecto Placificación. TTAC17.

90. Em entrevista (Col.lectiu RUSC. 2015, 14), Josep Bohigas esclarece “(...) primeiro é preciso esgotar a realidade para perceber se esta precisa de uma ficção imposta”.



a ameaças externas, uma vez que, por definirem estratégias de intervenção claras e exequíveis, reforçam a capacidade de diálogo dos cidadãos com as instituições públicas na defesa do direito à habitação ou à cidade (Robles 2018; Pérez Moya 2017).

AÇÃO DETONANTE

A primeira fase de execução das propostas é, sempre, “pensada no sentido de dar visibilidade” aos problemas diagnosticados (Gonçalves 2020, 73). Assim, com a conclusão do processo de projeto, é realizado a “Ação Detonante” entendida como “(...) um evento de curta duração que desencadeia outros acontecimentos de maior impacto, atuando como catalisador para outras ações ou, a nível administrativo, pressionando os responsáveis técnicos ou políticos a responder a certas situações indesejadas ou reivindicações sociais.” (Avilla-Royo 2023, 274). O evento determina o fim da intervenção AC, no entanto, caso o processo tenha continuidade este passa a ser acompanhado pela *AssociACión* que, em proximidade com as comunidades ou entidades da administração pública, procura viabilizar a execução conjunta dos projetos.

RESULTADOS

“Os projetos desenvolvidos convertem o estúdio universitário num estúdio de arquitetura: desenvolvem-se projetos de diagnóstico até à execução e avaliação, gestão de recursos (materiais, económicos e humanos), negocia-se com outros agentes (a administração municipal, os residentes) e produzem-se transformações no espaço urbano (sejam temporárias ou permanentes)” (Avilla-Royo 2023, 314).

A metodologia *Architectes de Capçalera* demonstra como o ensino de arquitetura consegue gerar impacto social real através da articulação entre o conhecimento académico e ação social. O método evidencia uma abordagem tática, flexível e colaborativa, que aposta na imersão direta dos estudantes em contextos de vulnerabilidade urbana.

Os resultados obtidos traduzem-se em aprendizagens significativas e

FIG.80. (esquerda) Planeamento da Ação Detonante. TTAC18.

FIG.81. Preparação da Ação pelos AC e moradores. TTAC18.

FIG.82. Ciclo de debates entre AC e moradores 28/05. TTAC18.



FIG.83. Folheto informativo sobre a investigação realizada no bairro Tupolev, distribuído à população local com o objetivo de tornar visíveis as conclusões do estudo.

O impacto físico depende dos recursos económicos, políticos ou culturais que se conseguem mobilizar.



FIG.84. Abertura de um vão para ventilar o piso térreo entaipado onde habitava a comunidade do edifício "Guernika". WAC16.



FIG.85. A Ação Detonante na Casa-Fábrica Can 60 e os documentos de levantamento produzidos travaram os despejos previstos.

transformações localizadas, ainda que de impacto limitado pela natureza efêmera e académica das intervenções. O envolvimento direto com as comunidades permite uma formação crítica, que alia o saber técnico-construtivo a competências sociais, sensibilizando o futuro arquiteto para a realidade heterogênea da cidade (Avilla-Royo 2023, 314). Esta aproximação promove o "aprender fazendo" e o desenvolvimento de competências de comunicação e linguagem não-especializada, negociação e mediação entre moradores, instituições e agentes locais (Avilla-Royo 2022, 59). Por outro lado, os levantamentos realizados em âmbito académico permitem gerar uma cartografia mais completa da cidade, capaz de influenciar os planos estratégicos das entidades públicas e privadas, motivando intervenções mais apropriadas aos lugares, na medida em que incorporam mais critérios.

Apesar da relevância formativa e simbólica, o impacto físico das ações tende a ser condicionado por orçamentos reduzidos, por recursos materiais escassos, pela dependência de voluntariado⁹¹ e pela gestão desafiante, e não raramente inviável, da execução dos projetos que decorre após o fim do ano letivo (Pérez Moya 2017). Para combater as dificuldades e agilizar os processos de execução a *AsociACión* serve-se do apoio de associações locais e do apelo às instituições de administração local para que se responsabilizem pelas operações. No entanto, considera-se que uma leitura mais aturada das condicionantes legais afetas aos lugares de intervenção traduzir-se-ia em impactos mais significativos e duradouros. Esta afirmação justifica-se quando observados os resultados da intervenção em Safaretjos (*TTAC2-2018*) (ver FIG.s 80 a 82). Após a realização da ação detonante, os elementos de sombreamento e o mobiliário deixado para futuras apropriações teve de ser retirado por inconformidade com as normas de segurança e acessibilidade da cidade (Gonçalves 2020, 69). Ainda assim, casos como o *Can 60* evidenciam o potencial de influência institucional da metodologia, capaz de gerar reações concretas da administração pública e de contribuir para a proteção das comunidades ameaçadas. O *Can 60* é uma antiga casa-fábrica, implantada na *Ciutat Vella* que havia sido adquirida por um fundo de investimento privado. O novo proprietário tencionava desalojar os moradores e expulsar as associações que operavam a partir da fábrica. A estratégia adotada pelo grupo de estudantes do WAC2015 passou por realizar um levantamento aturado dos pontos fortes e fragilidades da construção – o seu carácter histórico, o seu papel dinamizador da comunidade do bairro e as patologias construtivas – permitiu travar a ameaça de despejo. "Poucos dias após os *Arquitectes de Capçalera* entregarem ao município um *dossier* com as conclusões do trabalho, congelaram-se as licenças de obras em todas as casas-fabrica do Raval (...)" (Pérez Moya 2017).

Em suma, a metodologia AC comprova o valor da arquitetura enquanto ferramenta de mediação social e instrumento de consciencialização cívica. Ainda que os seus efeitos físicos possam ser limitados, o método transforma a prática pedagógica num exercício crítico e participativo, que reintroduz a dimensão ética e política da profissão e reforça o papel do arquiteto como agente ativo na defesa do direito à habitação e à cidade.

91. Exemplo desta instabilidade operativa é o processo de preparação da ação detonante do *TTAC2-2018*: Os alunos prepararam uma "festa de bairro", uma tradição comum aos vários bairros de Barcelona, mas inexistente no território de atuação, o bairro de Safaretjos. Para o efeito "(...) procedeu-se à recolha e organização de recursos, à orçamentação e à gestão de fundos, conseguidos pelo investimento dos alunos e professores (em partes iguais) e pelas vendas realizadas no evento." (Gonçalves 2020, 63)

OPORTUNIDADES

- . Municipalismo reintroduz a sociedade civil nos processos de planeamento urbano (foco no cidadão).
- . Contexto sociopolítico conturbado, e abertura académica estimulam novas abordagens à prática e ensino da arquitetura.
- . Movimentos de transformação social: impacto da crise amplifica reivindicações.
- . Alertas internacionais relativos à situação habitacional do país.
- . Reafirmação do papel social do estado na provisão de habitação face à crise (2008).

VIRTUDES

- . Repolitização da arquitetura e da prática académica.
- . Presença no território precede a encomenda.
- . Levantamentos rigorosos e abrangentes consolidam o conhecimento sobre o território.
- . Propostas centradas ao sujeito e não no objeto.
- . Promoção do debate como meio de definição de soluções.
- . Capacidade de visibilizar a problemas marginalizados e pressionar a administração pública.
- . Seminário gera conhecimento sobre arquitetura de compromisso social.

LIMITAÇÕES

- . Perceção do arquiteto como agente coadjuvante nos processos associados à bolha imobiliária.
- . Investimento público habitualmente orientado para a atração de capital privado.
- . Respostas públicas insuficientes para problemas não padronizados.
- . Escassez de recursos materiais e financeiros disponíveis.
- . Ausência de encomenda em contextos de vulnerabilidade socioespacial.
- . Academia tradicionalmente ancorada em metodologias dissociadas do indivíduo.

FRAGILIDADES

- . Recursos financeiros e materiais frequentemente disponibilizados tardiamente.
- . Conhecimento limitado da legislação compromete a durabilidade das intervenções.
- . Dependência excessiva da maturidade e sensibilidade dos estudantes aumenta as fragilidades do processo.
- . Alcance das propostas condicionado ao empenho e disponibilidade dos alunos.
- . Acompanhamento das intervenções, findo o curso, é pouco exequível.
- . Mobilização tardia das entidades públicas prejudica a consolidação dos projetos.

A metodologia *Workshop* Arquitectos de Família foi desenvolvida pelo Habitar, entidade fundadora dos princípios operativos e coordenadora do desenvolvimento das propostas. O modelo metodológico assenta sobre sete fases: (1) primeiro contacto, (2) levantamento, (3) viabilidade e estratégia, (4) elementos instrutórios, (5) proposta, (6) submissão de candidaturas e (7) projeto de execução e obra.

Neste enquadramento, a atuação direta do Habitar termina na quinta fase, ainda que o objetivo prático do processo – a concretização da reabilitação – apenas se cumpra na sétima fase. Esta autoexclusão decorre do próprio foco programático do Habitar, que se centra na resolução dos constrangimentos identificados no contacto com o território, nomeadamente, a “(...) fraca adesão às respostas disponibilizadas pelo Estado por parte das populações que mais delas precisam (...)” (Varea Oro et al. 2019, 28).

Assim, o Habitar orienta a sua ação para a mediação entre recursos disponíveis e necessidades habitacionais, procurando articular os interesses de três sujeitos fundamentais – os proprietários, os inquilinos e os profissionais da construção – promovendo soluções que conciliem a reabilitação de imóveis para a reversão em habitação a custos controlados e, em simultâneo, criem emprego qualificado no setor da construção (Varea Oro et al. 2019, 61 e 63).

Desta abordagem, o *Workshop* Arquitectos de Família herda três objetivos basilares: a articulação do ensino e a ação social em contexto real; a consolidação de uma metodologia transparente e colaborativa entre a sociedade civil, o poder público e as instituições de ensino; e a capacidade de preparar documentos técnicos que informem e viabilizem operações urbanísticas que atendam aos interesses de todos os envolvidos (El-Dash 2022, 47).

PRIMEIRO CONTACTO

O primeiro contacto com os casos de estudo abordados no *Workshop* Arquitectos de Família é estabelecido através do Habitar. No âmbito da metodologia de trabalho adotada nos *Workshops*, o Habitar atua como entidade coordenadora, responsável por preparar, estruturar e enquadrar as atividades desenvolvidas ao longo do curso. Enquanto mediador entre o ensino e a ação social, o programa articula os objetivos formativos com as metas para a resolução das necessidades reais encontradas nos territórios, proporcionando aos estudantes a oportunidade de “aprender sendo úteis” (Varea Oro 2022, 110). Isto é, introduzir os participantes aos processos da prática profissional, promovendo o desenvolvimento de competências técnicas associadas à interpretação dos regulamentos urbanísticos e à compreensão das políticas públicas para a habitação, enquanto fomenta a produção de propostas com utilidade efetiva – seja pela sua aplicação prática imediata ou enquanto instrumentos de reivindicação de estratégias para reabilitações urbanas mais justas e democráticas.

Assim, o Habitar não apenas seleciona os casos de estudo a tratar durante os *Workshops*, como define os princípios para a execução das atividades considerando o tempo disponível e os recursos humanos envolvidos que, habitualmente, não

excedem dez estudantes.

A estreita relação que a iniciativa tem vindo a consolidar com as estruturas de governação local, nomeadamente, as juntas de freguesia do Bonfim e Campanhã, a Direção Municipal de Desenvolvimento Urbano | Divisão Municipal de Reabilitação Urbana, e a Porto Vivo – Sociedade de Reabilitação Urbana (Varea Oro 2022, 36) tem contribuído para que, ao longo do tempo, se estabelecessem pontes entre as carências habitacionais e a ação técnica do Habitar.

Os mecanismos de sinalização dos casos enquadram-se, tendencialmente, em três modalidades: (1) as entidades de administração local identificam situações de vulnerabilidade habitacional e contactam o Habitar para apoiar na definição de soluções adequadas. Esta forma de contacto ocorreu, por exemplo, na primeira edição do *Workshop* (Ilhas nas Antas), após o gabinete de ação social da Junta de Freguesia do Bonfim sinalizar o caso de uma moradora em situação de condição habitacional precária (Habitar Porto s.d.b); (2) os proprietários ou arrendatários de “ilhas” ou outras tipologias de habitação precária contactam diretamente o Habitar, através das suas plataformas de comunicação, ou por intermédio das entidades de administração locais. Este foi o caso da terceira edição, em que a proprietária de uma ilha devoluta recorreu à Câmara Municipal do Porto em busca de apoio para reabilitar os fogos ocupados, por sua vez a CMP encaminhou os casos para o Habitar; ou (3) o Habitar atua proactivamente, estabelecendo contacto com associações locais com o intuito de identificar contextos que requeiram o seu apoio. Tal como ocorre na sexta edição do *Workshop*, em que, após o diálogo com a Associação de Moradores do Bairro de Massarelos, foi identificada a necessidade de um novo espaço de convívio para a população idosa do bairro.

Ilha sinalizada a partir do Gabinete de Atendimento do Habitar na Junta de Freguesia de Campanhã.



FIG.86. Ilha das Antas. WAF#02, 2019.

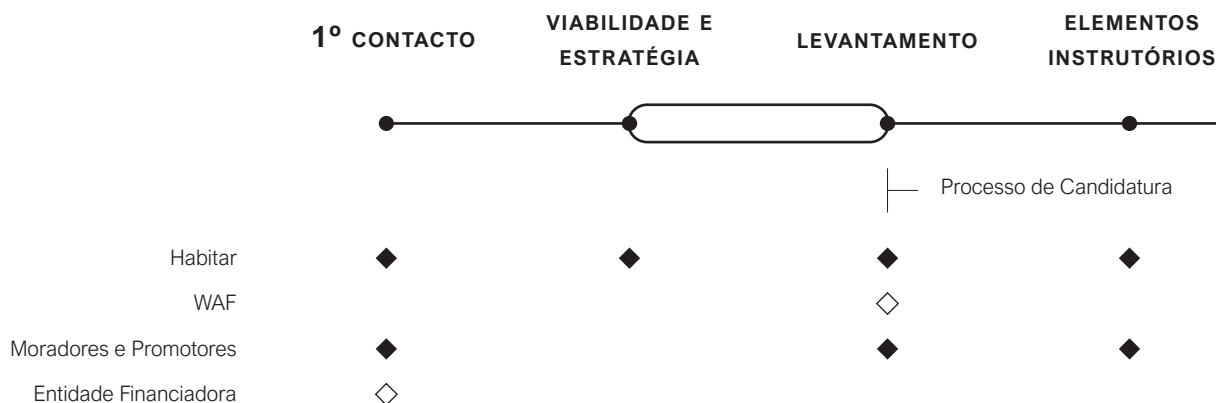
FIG.87. Interior de uma casa na Ilha das Antas. WAF#02, 2019.

LEVANTAMENTO

Independentemente da via de sinalização, cada caso de estudo inicia um processo de diagnóstico – a fase de levantamento – que tem como objetivo compreender, com rigor técnico e analítico, as condições físicas, legais e sociais que fundamentam a formulação de propostas de intervenção.

“O primeiro passo é uma abordagem geral à ilha e ao seu enquadramento urbanístico, através da consulta ao PDM (Plano Diretor Municipal) e à (eventual) cartografia antiga relevante. De seguida, faz-se o levantamento físico e, se for caso, social.” (Habitar Porto s.d.a) Embora a citação remeta para o caso específico das “ilhas” do Porto, esta descrição pode, e deve, ser entendida em sentido lato, designando de forma generalizada os casos de estudos analisados pelo Habitar e pelo *Workshop*, independentemente da sua tipologia ou contexto de aplicação.

A cartografia das características estruturantes do contexto de intervenção considera as dimensões histórica e jurídica do imóvel, bem como a composição social (proprietários e ocupação). Esta tarefa é desenvolvida pelo Habitar ou, mais raramente, pelos estudantes sob a orientação do Habitar. O levantamento tem, assim, a função de aprofundar o conhecimento sobre o território e fundamentar a definição de critérios e parâmetros para a formulação da encomenda. Detalhando, esta etapa compreende a recolha sistemática de dados, organizados em dois eixos principais: (1) a caracterização física e construtiva do objeto, que incide sobre o estado do edificado e patologias; e (2) a caracterização social referente



TAB.15. Estrutura do método aplicado pelo Habitar e pelos Arquitectos de Família, com indicação das etapas e entidades envolvidas em cada fase. Fonte: autora, com dados recolhidos de outros autores.

aos moradores e proprietários. Sob o primeiro eixo, analisa-se o enquadramento urbanístico, identificando a regulamentação aplicável ao objeto de estudo; as potenciais incongruências entre o levantamento do existente, descrição predial e a regulamentação urbanística; e os elementos arquitetónicos que qualificam e desvirtuam o conjunto. Quanto ao segundo eixo, são considerados o perfil socioeconómico das pessoas versadas e as carências específicas dos moradores e proprietários, em paralelo com o reconhecimento do impacto das condições físicas na vida quotidiana dos residentes (El-Dash, 2022, 52–56). Os instrumentos utilizados para a análise incluem cartografias históricas comparadas com o cadastro atual, inquéritos sociais, documentos de descrição predial e o levantamento físico e fotográfico.

Neste processo são, ainda, identificadas as entidades parceiras de modo a compreender objetivos comuns, competências e canais de comunicação relevantes para o futuro desenvolvimento do projeto (Varea Oro 2022, 50–52).

A fase de levantamento, embora constitua um momento autónomo, encontra-se frequentemente interligada com a determinação da viabilidade e a definição de estratégias de intervenção. À medida que se reconhecem as condições específicas de cada lugar, começa também a delinear-se o tipo de resposta adequada e os moldes de operacionalização do processo. Do mesmo modo, a formulação de estratégias pode implicar o regresso ao levantamento inicial, para aprofundamento ou recolha de novos dados.

VIABILIDADE E ESTRATÉGIA

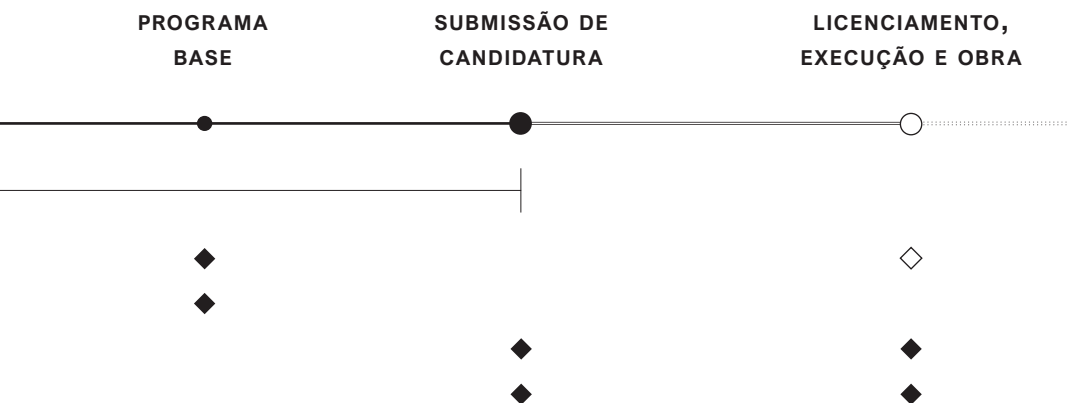
O primeiro passo desta fase consiste em compreender, face aos problemas diagnosticados, às condições do imóvel e à caracterização socioeconómica dos proprietários e dos moradores, que tipo de recursos podem ser mobilizados. Trata-se, portanto, de aferir, no panorama das políticas públicas municipais ou nacionais, se existe algum programa de apoio à habitação, ou outro tipo de mecanismo capaz de responder às carências e condicionantes identificadas.

Ao longo das várias edições do *Workshop*, o Habitar conseguiu articular



FIG.88. Levantamento da Ilha Grande. WAF#01, 2018.

FIG.89. Levantamento da Ilha do Campo Alegre. WAF#03, 2020.



diferentes programas de distintas escalas. A título de exemplo, a edição piloto e as duas subsequentes recorreram ao programa “Casa Reparada, Vida Melhorada”, promovido pela Junta de Freguesia do Bonfim e estendido à de Campanhã; daí em diante e até à 5.^a edição, o *Workshop* passou a operar no âmbito do programa 1.º Direito.

Perante o panorama geral de cada intervenção — isto é, as características do existente e os programas de apoio disponíveis — o Habitar estabelece e prioriza critérios de intervenção capazes de sustentar candidaturas tecnicamente viáveis, em conformidade com as exigências dos programas de financiamento públicos existentes (Varea Oro 2022, 45). Para tal, considera-se o enquadramento regulamentar aplicável à edificação e reabilitação urbana — Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU), Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU), Regime Jurídico da Segurança Contra Incêndios em Edifícios (RJSCI) e Regime da Acessibilidade —; bem como os instrumentos de gestão territorial e planeamento municipal — Plano Diretor Municipal (PDM), Regulamentos Municipais de Urbanização e Edificação (RMUE) e as Áreas e Operações de Reabilitação Urbana (ARU e ORU) —; e ainda, os critérios específicos dos programas de financiamento aplicáveis (El-Dash 2022, 54).

De forma geral, as estratégias definidas pelo Habitar, posteriormente integradas na ELH do município do Porto, no âmbito da reabilitação das “ilhas”, incluem: a reabilitação do edificado sempre que o estado de conservação o justifique, o aumento da área permeável, o aumento das condições de ventilação e insolação naturais, garantia das condições mínimas de habitabilidade (áreas úteis, acessibilidade, e instalações) em adequação ao perfil dos agregados familiares, a redução de barreiras arquitetónicas, a adoção de medidas de segurança contra incêndios e a qualificação dos espaços comuns (Varea Oro 2022, 36).

A importância de uma análise rigorosa do enquadramento legal das intervenções prende-se com a consciência, expressa por Oro et al. (2019, 3), de que “(...) não há uma resposta satisfatória se ela não se insere num enquadramento institucional estável”. Assim, a resolução da precariedade habitacional só é efetiva quando a reabilitação realizada adquire legitimidade jurídica, prevenindo o risco de futuras

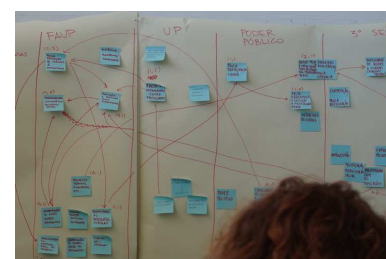


FIG.90. Debate para a definição de estratégias de intervenção. WAF#06, 2024.



FIG.91. Ilha Grande. Levantamento de patologias espaciais e construtivas. WAF#01.

ameaças externas.

Atendendo aos critérios estabelecidos para assegurar a exequibilidade das intervenções, o Habitar define a estratégia de atuação que regula o processo de trabalho. Esta estratégia abrange o reconhecimento de potenciais entidades parceiras e a distribuição das respetivas responsabilidades, a determinação de prioridades e princípios de intervenção, a recolha e preparação de elementos instrutórios para a elaboração de candidaturas (Varea Oro 2022, 45). Nas várias edições do *Workshop*, a rede entidades parceiras incluiu instituições de ensino, entidades da administração local, associações de moradores e escritórios de arquitetura.

Em síntese, as fases de levantamento e de planeamento articulam-se num mesmo propósito: “(...) a criação de uma leitura conjunta e compartilhada sobre a realidade existente e desejada; e a definição de cursos de ação e ferramentas a mobilizar.” (Varea Oro 2022, 50).

ELEMENTOS INSTRUTÓRIOS E PROPOSTA

“Finalmente, cruzando o existente, o desejável e o possível, constrói-se um projecto de intervenção que aborda várias escalas, desde a dimensão urbana ao pormenor construtivo, baseado em constrangimentos e condicionantes (físicas, sociais, orçamentais, regulamentares) reais.” (Habitar s.d. d).

A elaboração da proposta de intervenção deve respeitar rigorosamente os critérios definidos na fase de viabilidade e estratégia. Este princípio metodológico responde a dois objetivos complementares: (1) por via do cumprimento dos regulamentos técnicos, a proposta torna-se imune ao deferimento na fase de candidatura, o que otimiza a celeridade da mobilização de recursos; (2) por via da adoção de soluções construtivas simples, que, simultaneamente, ofereçam margem para a criatividade dos técnicos de arquitetura responsáveis pelos projetos de execução e contribuam para reduzir a complexidade construtiva e o custo da execução, otimizando a exequibilidade. Como assinala Varea Oro (2022, 52), nesta fase, o projeto de arquitetura, mais do que uma “(...) ferramenta para concretizar

obras (...)", deve ser entendido como um "(...) processo de articulação de vários estágios (desde o enquadramento urbanístico até ao seu papel na submissão de candidaturas a financiamento)". Os documentos produzidos servem, ainda, como uma ferramenta de comunicação entre os diferentes agentes envolvidos — proprietários, beneficiários, promotores e entidades públicas.

Os elementos gráficos e escritos elaborados para esta fase estão compreendidos pelo Programa Base. El-Dash (2022, 46 e 47) descreve a composição deste elemento: "O Programa Base a ser preparado no *Workshop* é constituído pelos seguintes elementos: memória descritiva e justificativa do projeto proposto, detalhado à escala 1:100 e 1:50, com o enquadramento no quadro regulamentar urbanístico, em específico instrumentos como o RGEU, PDM, RJUE e RJRU; descrição das condições de habitabilidade, com caracterização dos agregados e reconhecimento das condicionantes e; apresentação das soluções construtivas e proposta de operacionalização das obras.". A elaboração deste conjunto de elementos visa acelerar o processo de candidatura, reduzindo a necessidade de instruir pedidos de licenciamento mais complexos, demorados e onerosos (El-Dash 2022, 47).

As propostas elaboradas no âmbito do Habitar têm em consideração o "peso" dos programas a que se candidatam, isto é, a sua capacidade de resposta financeira. Assim, o grau de detalhe e a natureza das soluções apresentadas variam em função dos recursos disponíveis, distinguindo-se, por exemplo, os casos desenvolvidos ao abrigo do programa Casa Reparada, Vida Melhorada, e os que decorreram no âmbito do 1.º Direito ou do PRR, cujas exigências regulamentares e possibilidades de financiamento são substancialmente diferentes.

O Habitar assume a coordenação geral do processo de preparação das candidaturas, assegurando a organização e consolidação dos elementos técnicos relativos à arquitetura, bem como o acompanhamento dos proprietários e promotores na recolha da restante documentação necessária. Para garantir a eficácia e uniformidade dos procedimentos, a equipa do Habitar desenvolveu um conjunto de minutas que orientam e otimizam a celeridade de produção dos documentos.

No âmbito do *Workshop* Arquitectos de Família, os estudantes participam ativamente na elaboração das propostas arquitetónicas e das memórias descritivas a integrar no Programa Base, sob orientação direta do Habitar e com o apoio de especialistas convidados e representantes institucionais, que contribuem para o esclarecimento de questões específicas e para o aperfeiçoamento das propostas finais. É este o momento, por excelência, de envolvimento do *Workshop*, cuja ação se torna mais expressiva e colaborativa do que nas fases anteriores, predominantemente conduzidas pelo Habitar.

CANDIDATURA

A fase de candidatura constitui o culminar da participação do Habitar no processo, no qual se reúnem e organizam todos os elementos necessários à formalização do pedido de financiamento. No entanto, o Habitar não assume responsabilidade direta pela submissão das candidaturas, tarefa que compete às entidades públicas. O seu papel é, por um lado, garantir que o processo, até esse ponto, decorre de forma fluida, rigorosa e tecnicamente consistente, assegurando a viabilidade e a coerência das propostas com o apoio a alavancar e, por outro lado, dotar os requerentes do



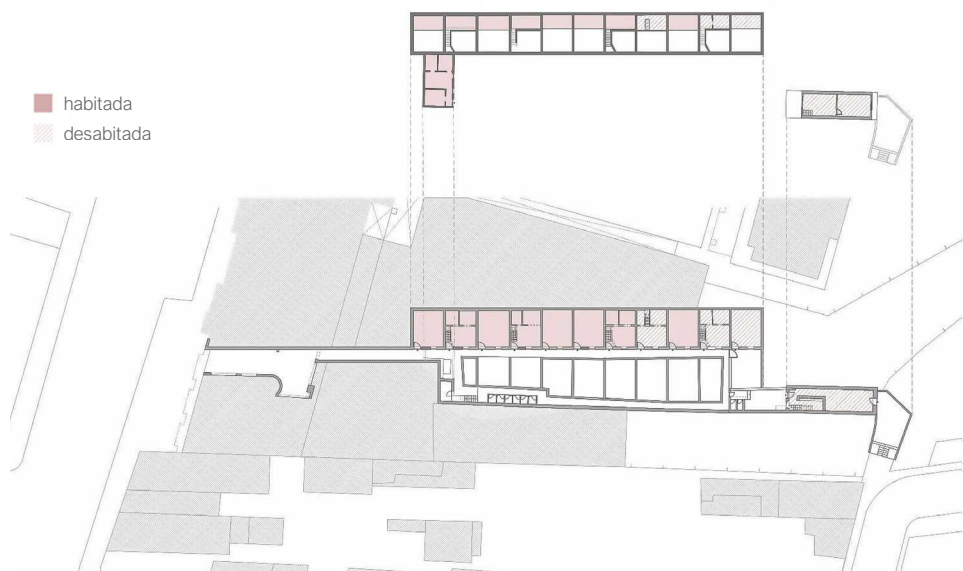
FIG.92. Preparação de elementos.
WAF#07. 2025.



FIG.93. Ilha do Campo Alegre. WAF#03, 2020.

FIG.94. Ilha do Campo Alegre. WAF#03, 2020.

FIG.95. (direita) Levantamento da Ilha do Campo Alegre. WAF#03, 2020.



conhecimento e dos documentos necessários para que o processo de candidatura decorra de forma autônoma e informada (Varea Oro 2022, 94).

EXECUÇÃO E OBRA

Embora o Habitar não intervenha diretamente na fase de execução e obra, o seu trabalho prévio tem um impacto determinante na viabilidade e continuidade das intervenções. Como observa Oro et al. (2019, 65), “(...) às vezes o problema não é cumprir os regulamentos (dos programas de financiamento ou dos projetos necessários para usufruir deles), mas sim as burocracias associadas (sendo estas, por vezes, um fator de exclusão dos cidadãos com menos competência técnica ou poder para adquiri-la)”. Neste contexto, a atuação do Habitar centra-se na mediação “(...) linguagem e tempos de ação divergentes: o terreno físico (da sociedade civil e das estruturas de proximidade) e o terreno institucional (das estruturas de governação)” (Varea Oro 2022, 45).

Assim, o papel do Habitar deve ser entendido como o de um agente possibilitador, simultaneamente em duas margens, que converte a incerteza inerente ao processo de acesso aos recursos, na certeza do financiamento assegurado. Ao garantir que as propostas do Programa Base estão fundamentadas e alinhadas com os requisitos de financiamento, o Habitar contribui para que a fase de execução decorra com maior segurança, celeridade e estabilidade, para benefício de todos os intervenientes — proprietários, agregados familiares, entidades municipais e projetistas.

RESULTADOS

A metodologia Arquitectos de Família, ancorada à estrutura do Habitar, propõe uma prática de arquitetura centrada na mediação entre políticas públicas, instituições e cidadãos, procurando responder, com um modelo sistematizado às vulnerabilidades habitacionais. A metodologia caracteriza-se pela racionalidade técnica e proximidade institucional que orientam a sua ação, assegurando a exequibilidade e continuidade dos processos. A abordagem do Habitar zela “(...) para que o foco não se esgote

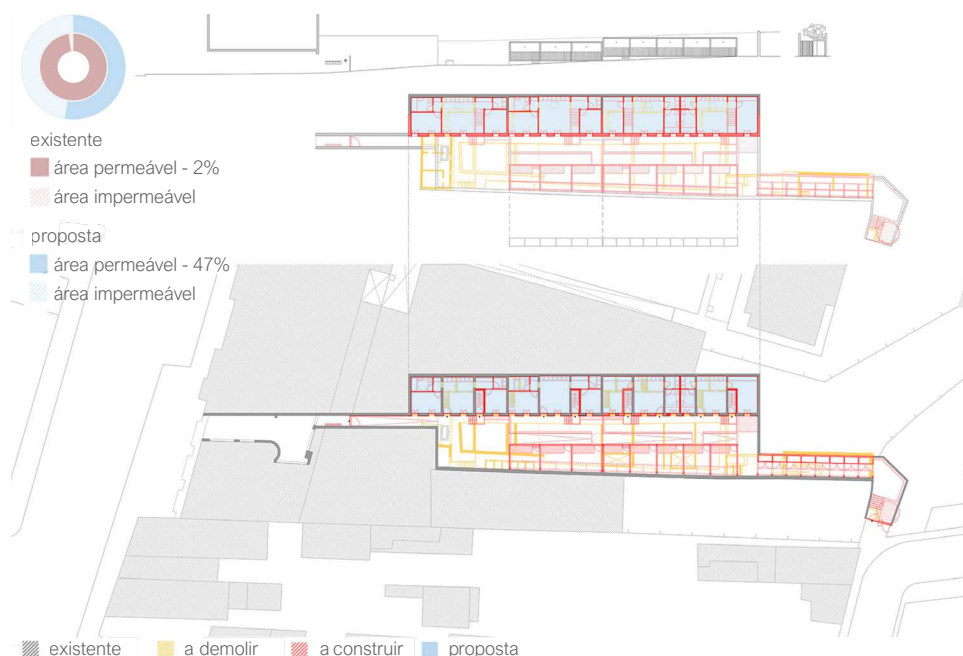


FIG.96. Proposta para a Ilha do Campo Alegre a submeter a financiamento do programa 1º Direito. WAF#03, 2020.

na caracterização das carências existentes (...)” (Varea Oro 2022, 94) de modo a conseguir articular respostas concretas e ajustadas. Este objetivo é alcançado por duas vias: por um lado, no “terreno físico”, pela identificação de carências e disponibilização de apoio técnico para mobilização de recursos; por outro, no “terreno institucional”, com a sinalização de constrangimentos operacionais que possam informar e influenciar a transformação das políticas públicas e regulamentos urbanísticos (Varea Oro 2022, 66).

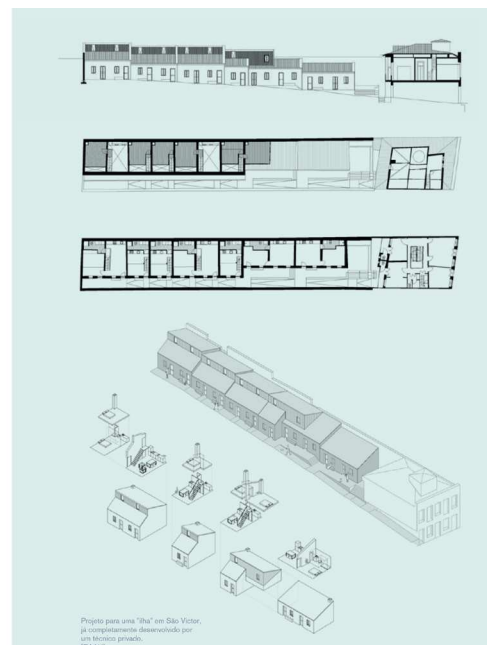
Os resultados da aplicação deste modelo são visíveis pela criação de pontes operativas entre a sociedade civil e as estruturas de governação que se traduzem em candidaturas a programas públicos para a habitação e na viabilização de projetos de reabilitação concretos. O reconhecimento prévio dos recursos disponíveis e a adequação rigorosa aos enquadramentos legais e financeiros conferem sustentabilidade e realismo às propostas, reduzindo o risco de inviabilidade da sua execução. Em dados concretos, e a título de exemplo, as operações do Habitar, em coordenação com as juntas de freguesia do Bonfim e Campanhã e a Divisão Municipal de Desenvolvimento Urbano | Divisão Municipal de Reabilitação Urbana conseguiram “(...) aceder às verbas do 1º Direito e, por esta via, poder vir a reabilitar até 815 casas de ‘ilha’ (730 a partir de privados, 85 a partir da Porto Vivo – Sociedade de Reabilitação Urbana), conforme previsto na Estratégia Local de Habitação do Porto (ELH) (...)” (Varea Oro 2022, 36). Apesar do elevado número de reabilitações previstas na ELH do município, a execução das reabilitações ficou muito aquém dos valores avançados na primeira fase.

Por outro lado, a execução das propostas está fortemente condicionada pelos recursos públicos disponíveis. Essa limitação revela-se na sexta edição do *Workshop*, dedicado ao bairro de Massarelos. O Habitar procurou recorrer ao programa Bairros Saudáveis com o objetivo de financiar intervenções destinadas a melhorar as condições de vida da população idosa. Contudo, a revogação do programa antes da realização do *Workshop* inviabilizou o acesso ao financiamento previsto. Embora tenha sido elaborado um programa base, a impossibilidade de assegurar os meios necessários acabou por impedir a concretização prática das propostas desenvolvidas.



FIG.97. Imagem da reabilitação da ilha da ilha na rua de São Vitor, 172, produzida por Pixelparable. Projecto da autoria do estúdio BAAU.

FIG.98. (direita) Ilha na rua de São Vitor, 172. WAF#01. Páginas retiradas de Varea Oro (2022). À esquerda, o programa base elaborado pelo Habitar e pelo BAAU com vista ao acesso a financiamento; à direita, parte do projeto de execução desenvolvido pelo estúdio BAAU após a obtenção dos fundos.



A dimensão pedagógica do *Workshop* permite a formação de estudantes num contexto de aprendizagem útil e colaborativa, que articula teoria e prática profissional e familiariza os participantes com as dinâmicas da administração pública, os regulamentos e as políticas de habitação. Este contacto direto com a realidade social e institucional reforça o sentido ético e de responsabilidade cívica dos futuros arquitetos, tendo contribuído para um crescente interesse estudantil pelas problemáticas do compromisso social em arquitetura.

Ao longo das edições, o envolvimento estudantil tem tido reflexos na produção de dissertações de mestrado resultantes da experiência no *Workshop*, com a edição piloto a desenvolver quatro investigações coordenadas sobre processos de reabilitação das "ilhas". Além disso, existe interesse dos participantes em dar continuidade ao trabalho em colaboração com o Habitar (El-Dash 2022, 47 e 103), expressa com a criação do GATE – Gabinete de Apoio Técnico Estudantil, concebido para prolongar, durante o ano letivo, as atividades desenvolvidas no *Workshop* e, simultaneamente, aprofundar a reflexão teórica sobre os temas tratados.

A metodologia AF distingue-se, assim, pela consolidação de uma prática próxima das instituições, que não se limita à identificação das carências, mas procura viabilizar soluções exequíveis, informando e capacitando tanto beneficiários como os quadros técnicos locais (Varea Oro 2022, 94). Defendem que a "intervenção da sociedade civil é sempre desejável e necessária (...)" e que seria uma conquista "(...) tornar esta participação não apenas mais frequente como, principalmente, mais sustentável" (Oro et al. 2019, 69). Nesse sentido, o *Workshop* assume-se como uma plataforma de mediação entre os recursos públicos e os potenciais beneficiários, articulando simultaneamente o ensino e a ação social (El-Dash 2022, 47). Ao adotar o princípio de "aprender fazendo", a metodologia dissolve a barreira entre planeamento e execução, reduzindo o risco de propor ações irrealizáveis e transformando o diálogo entre populações e o Estado num processo de cooperação contínuo e produtivo (Varea Oro 2022, 44).

OPORTUNIDADES

- . Crescimento de consciência social e política sobre a habitação propicia medidas públicas.
- . Instrumentos de política pública (local e nacional) favoráveis à superação de vulnerabilidades.
- . Disponibilidade de financiamento à reabilitação catapultada pelo PRR.
- . Política pública abrange as “ilhas” do Porto.
- . Abismo técnico e burocrático entre recursos públicos problemas dos cidadãos motivam a ação do Habitar.
- . Abertura da académica à inclusão de abordagens de teor social.

VIRTUDES

- . Proximidade com a administração pública facilita a identificação de casos passíveis de intervenção.
- . Otimização da utilização dos recursos disponíveis.
- . Colaboração com agentes de diferentes áreas de formação enriquece as respostas propostas.
- . Transformação da incerteza (ausência de recursos para intervenções) em certeza.
- . Pragmatismo, objetividade e rigor das propostas aumentam a taxa de aprovação das candidaturas.
- . Ampliação do debate sobre a eficácia da política pública através da ação em contextos reais.
- . Mediação entre carências habitacionais e recursos disponíveis.

LIMITAÇÕES

- . Falta de permeabilidade (público/instituições) e complexidade burocrática dificultam o acesso aos recursos.
- . Dificil territorialização das políticas existentes.
- . Processos longos, constrangidos pela capacidade financeira e prazos da política pública.
- . Competitividade do mercado imobiliário exige respostas rápidas que dificultem a gentrificação.
- . Agilidade dos quadros técnicos municipais varia entre diferentes territórios.
- . Baixa literacia burocrática e política associada a desconfiança dificulta intervenções.

FRAGILIDADES

- . Dependência de uma rede de atores público e privados para aceder aos recursos e concretizar intervenções.
- . “(...) dificuldade de entregar projetos de arquitetura a gabinetes privados a partir de uma estrutura que, sendo do 3º setor, trabalha ao abrigo do poder público.” (Oro et al. 2019, 64)
- . Necessidade de atuação rápida reduz o tempo dedicado a levantamentos detalhados e ao atendimento das necessidades concretas das famílias.
- . Participação estudantil concentrada em uma fase restrita do processo de mediação.

Os métodos *Arquitectes de Capçalera* e *Arquitectos de Família* assentam numa convicção comum quanto à aproximação crítica à prática de arquitetura, centrada na valorização da dimensão ética e do compromisso social, no âmbito profissional e disciplinar. Na prática, esta abordagem manifesta-se na atenção prestada às circunstâncias concretas e emergentes de carência habitacional e urbana dos contextos próximos, bem como na procura por soluções, idealmente, ancoradas em processos participados, colaborativos e interdisciplinares, nos quais o desenho é concebido como um instrumento operativo de negociação, mediação, alavancagem ou reivindicação. Este processo reposiciona, inevitavelmente, a figura do arquiteto enquanto um agente mediador entre atores, necessidades e recursos.

Em ambos os casos, persiste a convicção de que o futuro da arquitetura socialmente comprometida exige contrariar — ou, pelo menos, a complementar — o modelo de produção arquitetónica tradicionalmente defendido e difundido nas escolas. Defendem uma formação que inclua ferramentas e conteúdos capazes de reivindicar “(...) o papel do arquiteto enquanto agente social, interlocutor, com conhecimentos técnicos, mas sensível ao tecido social.” (*Arquitectos de Cabecera* 2022).

As convergências não anulam diferenças estruturais quanto à natureza da atuação: a relação com as instituições (academia e administração pública), a interação com as famílias e comunidades, os mecanismos para aceder aos recursos, a forma como distribuem responsabilidades e o tipo de efeitos que produzem.

Em Varea Oro et al. (2019, 65), os autores recorrem à teoria proposta pelo sociólogo Tomás R. Villasante quanto às formas de articulação das redes sociais para enquadrar a tendência que o *Habitar*, e por extensão, o *Workshop Arquitectos de Família*, tem vindo a assumir. O sociólogo distingue três formas de articulação: a “*populista*”, que relaciona a administração com grupos informais; a “*ciudadanista*” referente à confluência entre grupos formais e grupos informais; e a prática “*gestionista*” que implica a relação entre grupos formais e a administração.

Apesar de reconhecerem maior valor a uma prática de carácter *ciudadanista*, os autores esclarecerem que, por imperativo do contexto, o trabalho do *Habitar* enquadra-se no último grupo⁹². Por contraste, a prática dos *Arquitectes de Capçalera* insere-se no modelo *ciudadanista* de Villasantes, uma vez que articula grupos formais (a *AsociACIÓN* e a *ETSAB*) com grupos informais (famílias e comunidades) para a formulação conjunta de soluções.

92. Oro et al. (2019, 65) esclarecem os motivos que conduzem ao carácter *gestionista* da prática que desenvolvem: (1) embora reconheçam que a proximidade com o território como um aspeto fundamental da sua atuação, destacam que essa aproximação pode concretizar-se pelo “campo burocrático” onde se identificou abertura à reconfiguração de procedimentos e práticas institucionais pré-estabelecidas; (2) por outro lado, perceberam que os proprietários e moradores “(...) não desejam ativistas, mas antes projetos aprovados”, essa tendência implica que o trabalho do *habitar* e torne mais técnico e especializado para atender às exigências; (3) e, por último, por considerarem a “(...) dicotomia ‘ativistas’ e ‘tecnocratas’ redutora, defendem que o trabalho pode revelar-se mais fecundo quando capaz de articular a proximidade com os territórios com o domínio dos campos técnicos e burocráticos.

Um dos principais pontos de rutura entre a metodologia AC e AF reside na forma de acesso aos recursos. Como demonstrado no capítulo 02.1, os contextos espanhol e português diferem quanto à disponibilidade de apoios públicos, o que condiciona as dinâmicas de atuação. No entanto, a gestão do acesso aos recursos não está exclusivamente dependente das especificidades do contexto, depende das estratégias adotadas por cada grupo. Assim sendo, importa esclarecer quem assume a responsabilidade de identificar e/ou recolher recursos.

No caso dos *Arquitectes de Capçalera*, essa responsabilidade recai sobre os estudantes, que procuram autonomamente oportunidades no território. Este processo depende da existência de recursos disponíveis *in situ*, bem como da predisposição das comunidades e instituições locais em colaborar. Esta estratégia tende, porém, a revelar-se excessivamente voluntarista, uma vez que se apoia na “boa-vontade”, carisma e persistência individual dos estudantes, carecendo de sistematização e contribuindo negativamente com um elevado grau de incerteza para o processo de desenvolvimento das propostas.

Em contraste, na metodologia *Arquitectos de Família*, o acesso aos recursos é estruturado, sistematizado e assegurado por técnicos do Habitar. Esta tarefa exige um conhecimento aprofundado dos instrumentos legais, dos programas de política pública vigentes, e da estrutura das instituições, para articular, de forma seletiva, as necessidades das famílias com as oportunidades disponíveis. Ao atribuir aos técnicos — e não aos estudantes — a responsabilidade por este processo, os AF reduzem o risco de insucesso e garantem maior estabilidade para o desenvolvimento de propostas.

CONTACTO DIRETO VS. INDIRETO

Outro ponto relevante diz respeito ao contacto com a população. Gonçalves (2020, 70 e 73) descreve a participação dos estudantes no *Taller Temático* e *Workshop Arquitectes de Capçalera* como um “(...) processo que exige uma grande maturidade e sensibilidade” uma vez que “(...) a relação direta com pessoas e situações reais, com as suas circunstâncias e expectativas, coloca os alunos numa situação de maior tensão e responsabilidade, mas, ao mesmo tempo torna toda a aprendizagem mais eficaz, por resultar de uma experiência pessoal, intensa e envolvente, em que se percebe o impacto de cada ação”.

Se, por um lado, o contacto direto parece potenciar a aprendizagem, por outra, evidencia fragilidades no processo de gestão da intervenção. A elevada responsabilidade atribuída aos estudantes sugere uma insuficiente assunção de responsabilidade docente, sobretudo ao intervir com pessoas em contextos de vulnerabilidade. Parte-se do pressuposto de que os estudantes possuem competências sociais e capacidade de gerir expectativas, embora não exista qualquer mecanismo que assegure essa avaliação ou formação para o efeito durante o curso. Sem formação especializada nem acompanhamento técnico adequado, os estudantes podem, inadvertidamente, gerar frustrações ou reforçar desconfianças



FIG.99. Os estudantes do WAC16 carregam o mobiliário urbano que construíram com restos de cartão para a Ação Final.

FIG.100. Programa de financiamento habitacional através do qual os AF arrecadou 700 mil euros destinados a intervenções de reabilitação.

93. O termo “resíduos” é aqui utilizado para designar os recursos subaproveitados dos territórios, ainda que, em alguns projetos AC, as propostas recorram efetivamente a resíduos em sentido literal.



FIG.101. Estudante do TTAC18 a orientar um workshop com as crianças do bairro versado.



FIG.102. Membros da equipa do Habitar a realizar o levantamento de uma casa para o WAF#05.

já existentes face às instituições, especialmente quando os projetos não avançam conforme previsto ou quando o acesso aos recursos falha.

No caso dos Arquitectos de Família, o contato direto com os beneficiários é deixado ao encargo de profissionais especializados para efeito. Mesmo quando os estudantes de arquitetura interagem com as famílias, o contacto decorre sob o acompanhamento dos técnicos ou de estudantes com formação nas ciências sociais. Esta estratégia resulta não só da possibilidade de aceder e integrar esses profissionais, mas também do reconhecimento da elevada responsabilidade envolvida na gestão de expectativas em processos longos e marcados por um grande aparato burocrático. Neste enquadramento, aos estudantes de arquitetura é atribuído o trabalho operativo, sem que essa condição implique uma desconexão com a dimensão social do trabalho, dado que lhes é incutido a leitura de todas as fases do processo.

EXPERIMENTAÇÃO VS. SISTEMATIZAÇÃO

No que diz respeito ao desenho das propostas, os *Arquitectes de Capçalera* tendem a adotar uma postura próxima do ativismo, orientando o trabalho técnico para a produção instrumentos de reivindicação em defesa das comunidades. Mais do que ferramentas informativas para captar recursos, os projetos assumem-se como argumentos para reclamar o direito à cidade ou à habitação digna. O carácter experimental da metodologia e a ausência de recursos pré-existent mobilizáveis conduzem a respostas de ampla liberdade projetual, sustentadas por lógicas de pensamento táticas que determinam a solução imediata – *el mientrasto* (Avilla-Royo 2023, 220) – e as soluções definitivas. A qualidade das propostas reside na perfeita adequação às necessidades das famílias, contudo, a diversidade de soluções e a limitação de recursos tornam a concretização integral das intervenções de difícil exequibilidade.

Em contraste, a atividade Arquitectos de Família desenvolve-se num quadro institucional mais estável, orientado para articular as necessidades das famílias com os recursos públicos disponíveis. Os projetos são elaborados com base no conhecimento técnico e domínio dos instrumentos legais, de forma a assegurar a viabilidade jurídica e financeira das intervenções e reduzir o risco de interrupções ao longo do processo. A arquitetura concebida neste contexto é condicionada pelo enquadramento legal, e por isso incorpora as especificidades necessárias para assegurar o acesso a financiamento. Embora não se destinem à execução, os desenhos são preparados com o rigor regulamentar e jurídico indispensável à aprovação das intenções preliminares por parte da entidade financiadora.

ALCANCE RELATIVO VS. EFETIVO

Ao aproximar a universidade das comunidades, da administração pública e das associações locais (Bilbao e Cabrera 2017), os *Arquitectes de Capçalera* reforçam a dimensão crítica, política e social da arquitetura (Avilla-Royo 2022, 46 e 47), promovendo o reconhecimento da disciplina como uma prática comprometida com o seu contexto. A sua intervenção caracteriza-se pela capacidade de mobilização comunitária, amplificação de debates públicos e exposição de problemáticas invisibilizadas. Por se situarem mais longe da alçada da administração, usufruem

de maior agilidade de atuação e maior capacidade reivindicativa, o que facilita a identificação de necessidades locais e, em circunstâncias favoráveis, pode gerar impactos concretos positivos e significativos, como demonstrado no projeto *Can 60*. No entanto, a ausência de acompanhamento institucional durante os processos e o reduzido domínio das dimensões legais e burocráticas limitam a capacidade de sustentar intervenções duradoura, como evidenciado no caso de Safaretjos.

Os Arquitectos de Família optam por soluções que atendam simultaneamente aos requisitos da entidade financiadora, assim como às necessidades das famílias. Embora a natureza da intervenção não permita um contacto tão personalizado com cada família, o potencial do trabalho dos AF está na capacidade de mediação. O domínio dos instrumentos técnicos e legais permite-lhes estruturar propostas viáveis e assegurar, do ponto de vista burocrático, a continuidade dos processos, consolidando uma metodologia replicável e promotora de melhorias habitacionais de longo prazo. Contudo, a dependência da colaboração com outros atores e instituições condiciona a sua margem de ação, sobretudo em contextos onde os atores públicos se encontram distantes das dinâmicas locais — circunstância em que a abordagem mais autónoma dos AC pode revelar-se estrategicamente vantajosa.

De modo geral, a atuação dos AC funciona como motor crítico e experimental, com elevada capacidade reivindicativa mas alcance operativo limitado; já os AF constituem um modelo estruturado e sustentável de interação entre ensino, ação social e políticas públicas, garantindo maior eficácia institucional e impacto duradouro. Esta diferença parece justificada pela estrutura fundacional de cada proposta: enquanto a abordagem AC parte de uma prática pedagógica para procurar prestar um serviço à sociedade, a metodologia AF percorre o sentido inverso, desenvolvendo-se desde uma prática profissional para ações de formação. Consequentemente, a resposta AC, porque mais académica, tende a assumir um carácter mais experimental e imaginativa, ao passo que os AF desenvolvem respostas mais objetivas e operativas.

TAB.17. Quadro comparativo referente às principais características que definem as propostas de atuação dos *Arquitectes de Capçalera* e dos Arquitectos de Família.

ARQUITECTES DE CAPÇALERA (AC)

NATUREZA DA ESTRUTURA	Organização “cuidadanista” (grupos formais e informais); autonomia relativa permite explorar modelos alternativos de organização, participação e intervenção; metodologia aberta e experimental, orientada para respostas críticas, politizadas e contestatárias.
NATUREZA DA AÇÃO	Prática interessada na construção coletiva do espaço urbano, integrando a participação cidadã ativa; preza por ações de urbanismo tático, pela visibilização de problemas e pela sensibilização do poder público para agir em prol das comunidades; o arquiteto entendido enquanto um agente possibilitador.
NATUREZA DA FORMAÇÃO	Aprendizagem relega aos estudantes a responsabilidade de gerir a maioria das fases do processo; Preza pelo questionamento das formas de produção do espaço e pelo “aprender fazendo”; Promove competências sociais pela ação direta em proximidade com os beneficiários.
NATUREZA DA INVESTIGAÇÃO	Investigação-ação; Contribuiu para a produção de conhecimento sobre processos participativos, pensamento tático e metodologias de ensino, sistematizados a partir dos conhecimentos adquiridos com o trabalho prático.

HABITAR / ARQUITECTOS DE FAMÍLIA (AF)

Organização “gestionista”, (grupos formais e administração); a institucionalização obriga a práticas coordenadas, claras, pragmáticas e eficientes; metodologia estruturada mas flexível, orientada para respostas concretas, tecnicamente robustas e informadas.

Prática interessada na articulação entre moradores, proprietários, administração local e política pública; preza por ações que mobilizem recursos para a suprir carências habitacionais, seja através da produção de objetos para integrar candidaturas ou de documentos que informem intervenções; O arquiteto enquanto um agente mediador.

Aprendizagem integra os estudantes em práticas profissionais em contexto real; Privilegia o “aprender sendo uteis”; Promove competências técnicas e o reconhecimento de política pública em proximidade com os processos de candidatura.

Investigação-ação-investigação; Contribui para a sistematização de conhecimento sobre instrumentos e estratégias de operação no terreno e gera dados sobre carências habitacionais e modelos de cooperação para a regeneração urbana.

03 ARQUITETOS DE FAMÍLIA DOIS PROJETOS

Após a apresentação das metodologias de trabalho Arquitectos de Família e *Arquitectes de Capçalera*, o presente capítulo dedica-se à exposição e análise de duas experiências concretas (casos práticos) desenvolvidas por cada grupo.

O presente exercício procura aferir em que medida as estratégias de atuação delineadas por cada grupo, quando postas em prática, se revelam eficazes na concretização dos propósitos declarados: apoiar famílias em situação de vulnerabilidade habitacional ou do habitat e promover uma prática arquitetónica socialmente comprometida. Os dois projetos apresentados permitem avaliar a transposição da teoria para a prática, identificando as barreiras e as oportunidades à efetiva implementação das propostas de atuação e das estratégias adotadas para contornar problemas e potenciar as oportunidades.

Através da análise de dois projetos desenvolvidos no âmbito do *Taller Temático Arquitectes de Capçalera 2021 (TTAC21)* e da 5.^a edição do Workshop Arquitectos de Família em 2023 (WAF#05) procura-se esclarecer o contributo das experiências no combate à precariedade habitacional. Em última análise, considera-se a avaliação do papel ativo – as estratégias e ferramentas adotadas para a efetiva execução dos projetos ou intervenções propostas; do papel formativo – a capacitação de futuros profissionais para o trabalho em contextos com vulnerabilidades; e do papel investigativo – a produção de conhecimento científico a partir da sistematização dos dados recolhidos.

O TTAC21, desenvolvido durante o 1º semestre do ano letivo 2021/2022, teve como objeto de estudo as designadas “casetas da rua Maresme” (Adjuntament de Barcelona 2019, 49) localizadas no bairro Besòs, em Barcelona. O conjunto surge num contexto urbano austero e legalmente desfavorável à sua preservação tanto pela proximidade ao polígono de atuação do Plano 22@Barcelona como pelas disposições previstas no *Pla General Metropolità* (PGM). A posição de fragilidade, refletida na tensão entre a transformação urbana e a defesa dos direitos da comunidade, foi gradualmente reconhecida por associações locais e moradores e, por fim, pelos *Arquitectes de Capçalera*.

As propostas desenvolvidas durante o semestre procuraram articular as diretrizes do planeamento municipal com a salvaguarda da integridade socio-espacial do conjunto, incidindo na importância de projetar um futuro para o bairro, pensado para e com os seus habitantes.

PRIMEIRO CONTACTO

Em 2021, a associação *Arquitectes de Capçalera* (AsociACión) recebe a responsabilidade de gerir um espaço dedicado à prestação de serviços de aconselhamento técnico arquitetónico, através do programa *Villa Veïna*⁹⁴ dinamizado pela Câmara Municipal de Barcelona. A *Oficina de Suport Tècnic a la Rehabilitació d'Arquitectes de Capçalera* (OSTRAC) ganha sede no Casal Ca L'Isidret⁹⁵, localizado no bairro Provençals de Poblenou.

Esta proximidade com o território, permitiu o contacto com a *Taula Eix Pere IV*, uma associação, criada em 2014, por entidades do bairro Poblenou, com o intuito de regenerar social, cultural e economicamente a rua Pere IV, enquanto eixo estruturante do bairro, por via da participação cidadã no debate público (*Taula Eix Pere IV* 2017). O encontro permitiu identificar as casetas da rua Maresme como um elemento de interesse patrimonial, excluído de planeamento urbano específico. Apesar do valor patrimonial e identitário declarado no documento conclusivo do processo participativo *Repensem el 22@* (Adjuntament de Barcelona 2018a), as casetas permaneceram em situação de vulnerabilidade: não foi criado nenhum instrumento legal específico para a sua preservação; não foram incluídas no reformulado plano 22@ que promove a reabilitação de núcleos habitacionais semelhantes; e estão sujeitas às disposições do PGM que prevê a utilização do solo para habitação (solo urbano – zona de renovação urbana sujeita a ordenação volumétrica específica) e equipamento público (sistema de equipamentos comunitários e infraestruturas – de

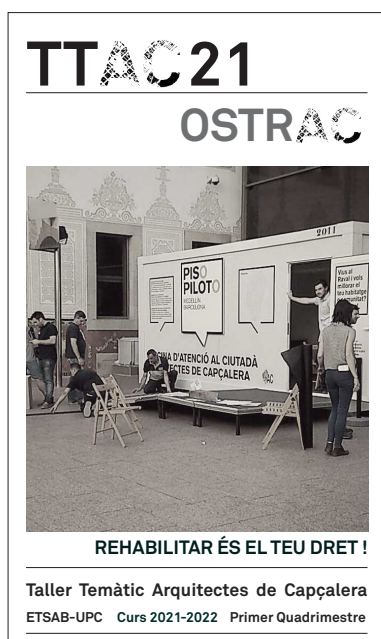


FIG.103. Capa do programa do curso para o ano letivo de 2021/2022.

94. O programa *Villa Veïna*, foi uma iniciativa municipal, desenvolvida entre 2021 e 2024, que oferecia apoio gratuito e de proximidade a pessoas a necessitar de cuidados. O projeto organizava-se a partir do território e conciliava serviços de informação, orientação e aconselhamento jurídico e laborar com espaços comunitários. (Adjuntament de Barcelona 2024)

95. Os *Casals de Barri* são equipamentos públicos, distribuídos pelos diferentes bairros dos distritos da cidade de Barcelona, são geridos por associações locais, e foram fundados com o intuito de dinamizar atividades que fomentem o conhecimento e desenvolvimento das comunidades e fortalecer vínculos entre vizinhos. (Adjuntament de Barcelona s.d.) O Casal Ca L'Isidret, em Provençals de Poblenou é gerido pela associação *Taula Eix Pere IV*.



FIG.104. Enquadramento das casetas da rua Maresme na cidade e nos planos urbanos realizados e previstos.

FIG.105. (esquerda) Enquadramento das casetas da rua Maresme na envolvente próxima e nos planos urbanos realizados e previstos.

criação nova de carácter local) (Normativa Urbanística del Pla General Metropolità de Ordenació Urbana 1976, art. 9), incompatível com a situação existente.

Neste panorama, os *Arquitectes de Capçalera* convergem com o *Pacte: Cap un 22@ més inclusiu i sostenible* (Adjuntament de Barcelona 2018b) e com o *Document de Criteris per al Desenvolupament d'un Poblenou amb un 22@ més Inclusiu i Sostenible* (Adjuntament de Barcelona 2019, 32) na valorização do património industrial, das estruturas urbanas tradicionais e dos tecidos sociais existentes de Poblenou e, particularmente, na urgência em definir estratégias de planeamento capazes de assegurar a preservação e integração das casetas da rua Maresme na envolvente urbana.

LEVANTAMENTO E CARTOGRAFIAS

O processo de trabalho do *TTAC21* iniciou-se com uma visita ao sítio, acompanhada de uma sessão de esclarecimento quanto ao enquadramento jurídico das habitações e principais preocupações levantadas entre 2017-2018 (Adjuntament de Barcelona 2018a), dirigida por representantes da *Taula Eix Pere IV* e da *OSTRAC*.

O levantamento das casetas da rua Maresme foi estruturado em três vertentes de análise: a caracterização histórica da arquitetura e contexto urbano, orientada pelo professor Josep Maria Montaner; a cartografia topográfica, arquitetónica e construtiva realizada através da observação direta; e o levantamento social, desenvolvido em contacto direto com os moradores. Neste processo, deu-se primazia não apenas ao registo das patologias construtivas mas também à compreensão dos modos de habitar, relações de vizinhança e necessidades dos moradores.

As casetas enquadram-se no polígono delimitado pela rua Pere IV (norte), Maresme (este), Marroc (sul) e pela *rambla* Prim (oeste), as três últimas organizadas segundo a malha ortogonal de Cerdá. O núcleo foi construído entre as décadas de 1920 e 1930 para habitação própria dos trabalhadores rurais da periferia de Barcelona. As construções, de pequena escala e propriedade vertical, ocupam lotes estreitos e profundos, em que o volume edificado, de um ou dois pisos e cobertura plana, desenha a frente de rua para libertar pátios tardozes, frequentemente



FIG.106. Apropriação da rua Jubany. Fotografia realizada no dia do primeiro contacto com os moradores.

PROFESSORES AC

Ibón Bilbao
Josep Bohigas
Antonio Tonet Font
Raül Avilla-Royo
(ETSAB e AssociACión)

Aos professores competiu o esclarecimento quanto à metodologia de trabalho AC, bem como o acompanhamento e monitorização do desenvolvimento das propostas, garantindo o cumprimento dos objetivos primários predeterminados e a observância do calendário estabelecido. Responsabilizaram-se por prestar aconselhamento relativamente ao planeamento tático, designadamente no que concerne à definição de momentos e estratégias de contato com os moradores e apoio no reconhecimento e gestão de recursos disponíveis.

SEMINÁRIO

Zaida Muxí
(ETSAB e AssociACión)

A arquiteta Zaida Muxí foi responsável pela condução do seminário, realizado semanalmente, cujo papel foi introduzir uma revisão crítica e histórica da arquitetura tendo como critério central de análise a perspectiva de género. A unidade curricular consolida um enquadramento teórico capaz de sustentar um posicionamento crítico, favorecendo o desenvolvimento de propostas melhor fundamentadas e conscientes.

CONVIDADOS

Jordi Callejón (*Taula Eix Pere IV*)
Eduard Milán (*Apropat*)
Ignacio Urbistondo (*OSTRAC*)
Josep Maria Montaner (*ETSAB*)
Joan Martí Morro (*Alumni*)
Caterina Figuerola (*Habitat3*)
Sandra Bestraten (*COAC*)

O TTAC21 contou com a participação de diversos convidados que contribuíram para a introdução de temas como, a história das “casetas da carrer maresme” (Josep Maria Montaner); a vulnerabilidade habitacional afeta ao bairro e a importância de repensar as condições das “casetas” (Jordi Callejón e Eduard Milán); as formas de atuação da metodologia AC (Joan Martí Morro e Ignacio Urbistondo); e, ainda, o panorama da habitação em Barcelona e a articulação com o planeamento municipal (Caterina Figuerola e Sandra Bestraten).

MORADORES

Casa da Estrela
Casa dos Arcos

Os moradores foram responsáveis pela definição da encomenda – a partir da identificação das necessidades e problemas associados às suas casas, rua ou bairro – e participaram no acompanhamento das propostas, intervindo de forma crítica sobre as soluções apresentadas.

TAB.18. Sumário do conjunto de atores envolvidos no processo de desenho de propostas para as casetas da rua Maresme, introduzindo o papel formativo de cada uma das entidades no âmbito concreto do curso.



FIG.107. Segundo contacto (semana 09) – Conversa com as famílias de Sara e Inês para apresentação das primeiras ideias para resposta às necessidades identificadas.

FIG.108. (esquerda) Terceiro contacto (semana 11) – Apresentação conjunta das propostas aos moradores do bairro, realizada num lote desocupado do conjunto.

cobertos, ao longo do tempo, para estender a exígua área útil das habitações.

A envolvente urbana transformou-se significativamente nas décadas de 1970, com a construção de grandes conjuntos habitacionais e de serviços, promovidos pelo município e por cooperativas para erradicar as “barracas”, nos termos do *Plan Parcial de Ordenación de la Zona Levante (Sector Sur)* (Adjuntament de Barcelona 1961). Embora o plano tenha caducado (Of. 1365 / 1987), o atual *PGM* mantém os usos de solo determinados em 1961 para o polígono correspondente às casetas – habitação a norte e poente, e serviços a sul. A nascente, o conjunto de casas confronta na área de atuação do plano 22@ e a *Ca'Il·la*⁹⁶, uma antiga fábrica de tintura têxtil desativada.

A revisão do plano 22@, desencadeada em 2017 pelo processo *Repensem el 22@*, originou o *Pacte Cap un Poblenou amb un 22@ més inclusiu e sostenible* que reúne os resultados do período de audição e debate entre o município, moradores, empresas e associações sediadas em Sant Martí. Neste contexto, é evidenciada a vontade de conciliar o desenvolvimento económico e tecnológico do 22@ com a preservação das estruturas sociais e da diversidade cultural do bairro, identificando as casetas da rua Maresme como um elemento relevante a integrar no plano (Adjuntament de Barcelona 2019, 32).

Apesar das intenções expressas no *Pacto* (Adjuntament de Barcelona 2018b) e nos critérios para o desenvolvimento de um renovado 22@ (Adjuntament de Barcelona 2019), o *MPGM22@* (Adjuntament de Barcelona 2022) não faz menção particular às casetas da rua Maresme.

O levantamento social e arquitetónico foi realizado após a constituição dos grupos de trabalho. Cada grupo regressou ao bairro em busca de potenciais interlocutores, interessados nos propósitos do trabalho a desenvolver. Seguindo princípios de planeamento participativo, a investigação realizou-se a partir de entrevistas às

96. Durante o processo participativo para ajuste do plano 22@, a fábrica passa a integrar o código “15@p – Zona de conservação de edificação protegida”, segundo as peças desenhadas do plano de ordenação (Adjuntament de Barcelona 2022), no entanto, a classificação não enquadra as casetas. A fábrica *Ca'Il·la* está, ainda, classificada pela carta do Património i.6.1d, das Plantas Informativas do Plano 22@ (Adjuntament de Barcelona 2022, i.6.1d) como “B – Bem de interesse local” e “D – Elemento protegido sem nível de proteção”.

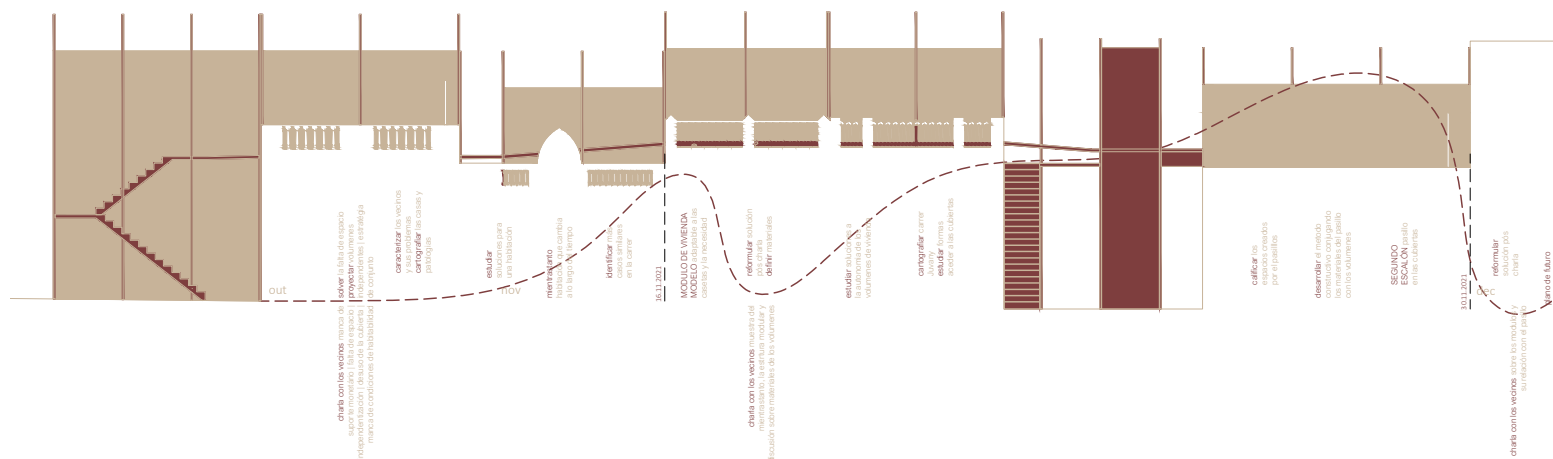


FIG.109. Mindmap do projeto Segundo Escalón, com a representação cronológica das diferentes fases do processo de projeto, bem como uma curva indicativa dos momentos de desenvolvimento projetual e das interações com os moradores.

famílias que consentiram colaborar.

ANÁLISE E ESTRATÉGIA

Estabelecida a cartografia social e urbana, o processo avançou para a construção do “plano tático”. Isto é, o reconhecimento e sistematização dos recursos disponíveis – materiais, humanos e temporais – que, combinados com os problemas identificados nas cartografias produzidas por cada grupo, fundamenta a definição de uma estratégia para o desenvolvimento das propostas e implementação dos projetos. De salientar que as estratégias assentam sempre, em primeiro lugar, na resposta às necessidades expressas pelos moradores ouvidos, para depois, por um processo de generalização, se estenderem para a escala da rua e do bairro.

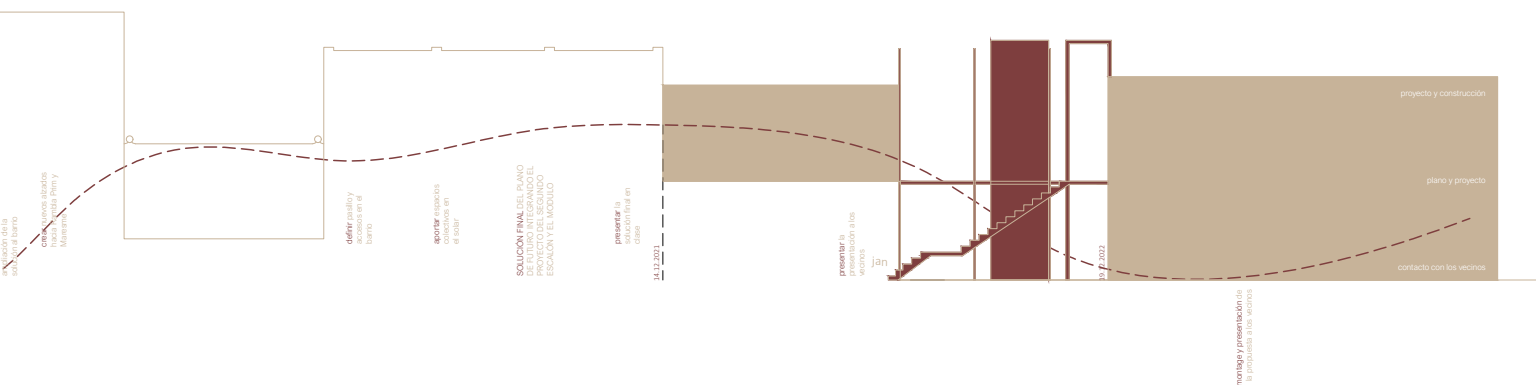
No *TTAC21*, o “plano tático” formalizou-se na forma de mapas mentais⁹⁷ que informaram o processo de projeto com a calendarização de diferentes momentos – contacto com os moradores, apresentação da proposta e execução de “ações detonantes” (Avilla-Royo 2023, 274) – articulada com os princípios chave que fundamentam a proposta – necessidades dos moradores, patologias das habitações ou bairro e recursos disponíveis.

PROJETO: EL SEGUNDO ESCALÓN

Partindo da metodologia de trabalho *Architectes de Capçalera*, o projeto *Segundo Escalón*⁹⁸ procura integrar o conjunto das casetas da rua Maresme nas dinâmicas de transformação urbana, introduzindo novos espaços habitáveis, mas respeitando

97. Definição de mapa mental, segundo o livro *Herramientas Colaborativas para Arquitecturas de Cabeceira* (2023, 168): “O mapa mental sintetiza grandes quantidades de informação mesclando desenhos e diagramas. Esta técnica de representação híbrida permite relacionar o diagnóstico com as estratégias, os agentes com as situações urbanas e os conceitos chave às circunstâncias, tanto existentes como previstas. (...) Evidenciam uma profunda compreensão de como se interconectam os distintos aspetos do processo de desenho em situações complexas. Aplicados à arquitetura, os mapas mentais incorporam uma forte componente de desenhos arquitetónicos, com o objetivo de expressar mediante um grafismo misto aquilo que tanto as palavras como os desenhos não conseguem explicar como ferramentas separadas.”

98. O projeto *Segundo Escalón* foi desenvolvido pela autora, João Pereira e Joan Collell.



a malha social e urbana pré-existente – através da manutenção das construções existentes e da criação de espaços para albergar as gerações mais jovens –, bem como, salvaguardando as necessidades expressas pelos moradores – recorrendo a processos de escuta ativa.

O contacto com família da Casa da Estrela e a família da Casa dos Arcos⁹⁹ permitiu identificar a escassez de espaço, sobretudo para os jovens, e a subutilização das coberturas planas como os principais problemas nas suas habitações (ver FIG.s 125 a 127, anexo A). A primeira hipótese de intervenção consistiu na proposta para a construção de volumes nas coberturas planas, destinados a albergar quartos ou pequenos módulos habitacionais, respondendo simultaneamente à escassez de espaço útil e à subutilização dos terraços (ver FIG.s 128 a 134, anexo A). Contudo, perante os limitados recursos económicos, a ideia inicial evoluiu para uma proposta modelar (ver FIG. 137, anexo A), passível de ser construída por etapas em função dos recursos disponíveis: numa primeira fase, uma estrutura em madeira e tecido serviria de sombreamento para os terraços áridos; depois, a adição de quatro paredes e uma cobertura, transformaria a estrutura num quarto, podendo gradualmente acrescentar-se uma *kitchenette*, uma instalação sanitária e, caso a área do terraço permitisse, uma pequena sala, consolidando, assim, uma habitação independente.

A experiência demonstrou que a solução poderia ser replicada nas restantes habitações da rua e do bairro, beneficiando os moradores. Para garantir maior flexibilidade e autonomia das novas construções, o projeto evoluiu para um sistema mais complexo no qual um passadiço elevado, parcialmente ligado ao espaço público, permitiria o acesso aos novos apartamentos (ver FIG. 138 a 140, anexo A). Esta solução possibilita a emancipação de diferentes membros dos agregados familiares e a integração de novas famílias no bairro. Na Rua Jubany, onde o projeto iniciou, e na rua Maresme, onde o *PGM* prevê uso de solo para equipamentos, a proposta incluiu a conversão de alguns lotes vazios em espaços coletivos, concebidos para reforçar a forte relação de vizinhança pela convivência e dinamização de atividades

99. As designações “Casa da Estrela” e “Casa dos Arcos” são títulos atribuídos às duas famílias com quem o trabalho dialogou, sendo utilizadas para salvaguardar a anonimidade dos moradores.

Peças desenhadas e escritas que sintetizam o trabalho desenvolvido com a participação da autora durante o TTAC21. O conjunto de três painéis, intitulado *Second Layer*, foi concebido a partir de documentos produzidos ao longo do curso, com o propósito de integrar o catálogo *Neighbourhood Index* da Trienal de Arquitetura de Oslo, dedicado a projetos, práticas e perspectivas sobre o “bairro”.

FIG.110. Painel 1/3 | Enquadramento urbano do conjunto e estágios de crescimento da proposta. © autora

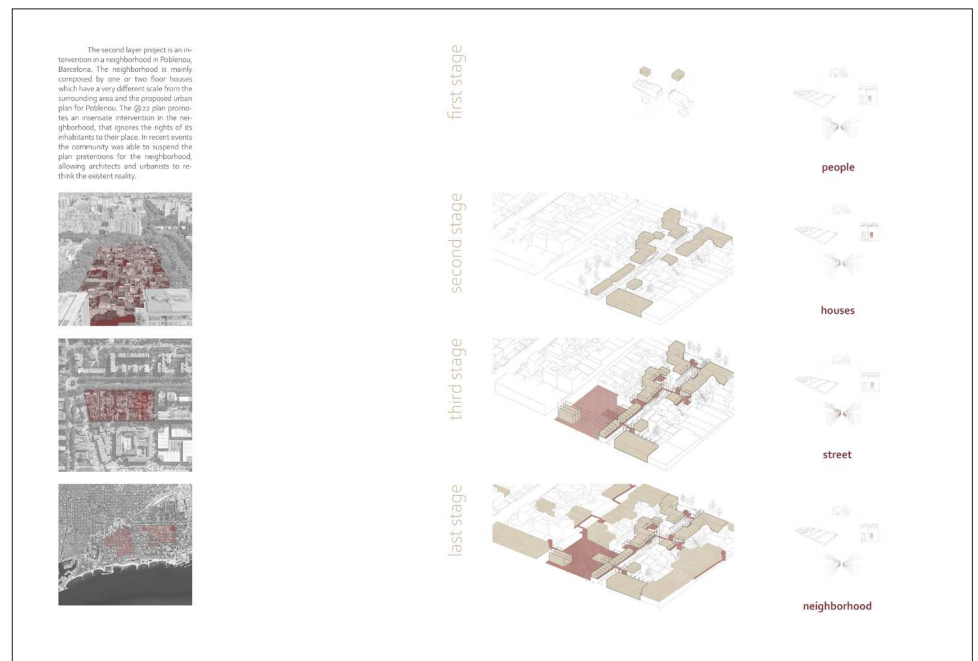


FIG.111. Painel 2/3 | Caracterização dos módulos habitacionais desenvolvidos para as famílias de Sara e Inês, com a indicação dos agregados familiares. © autora

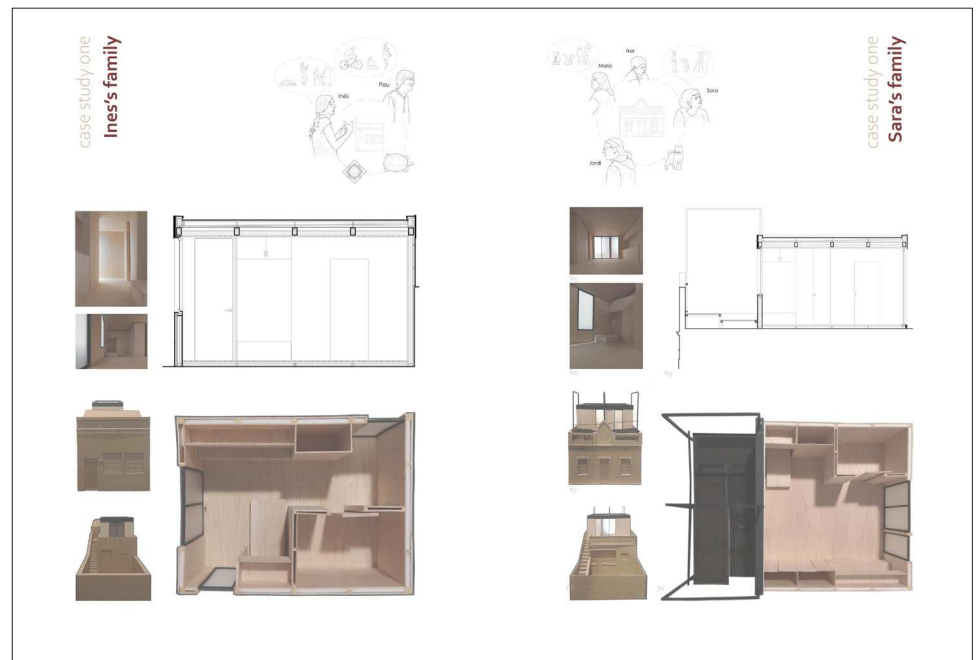
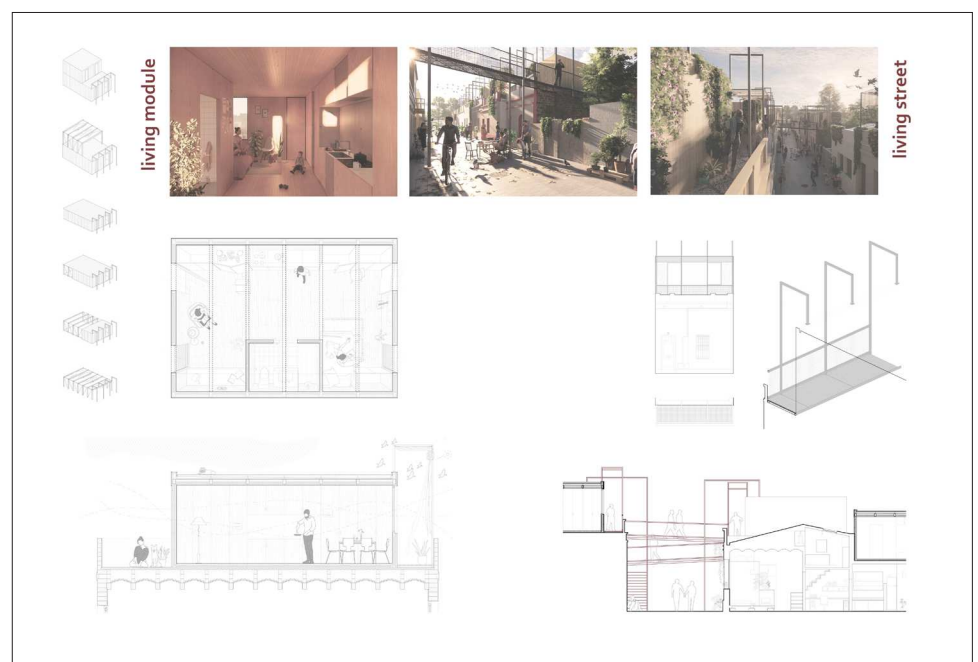


FIG.112. Painel 3/3 | Imagens do aspeto final esperado para a rua Jubany e interior dos módulos e caracterização dos aspetos construtivos da proposta. © autora





comunitárias.

Em síntese, o *Segundo Escalón* pretende densificar o tecido urbano sem comprometer a pequena escala e a singularidade das habitações, assegurando o direito dos moradores à propriedade, protegendo o conjunto das casas da pressão do entorno urbano e potenciando o crescimento reclamado pelas novas gerações.

AÇÃO DETONANTE

O processo de trabalho do estúdio culminou num momento de devolução do material produzido durante o curso à população. Durante a última semana, as propostas estiveram expostas no átrio do *Casa Ca'lsidret*, ao fim da qual, foi realizada o “ato de encerramento” ou “ação detonante”. Num momento festivo, preparado pelo conjunto de estudantes, na rua Jubany, foi possível reunir os habitantes do bairro para dar a conhecer as propostas finalizadas.

A responsabilidade pela continuidade do processo foi assumida pela OSTRAC e pela *AsociACión*, que se encarregaram de apresentar o trabalho desenvolvido às entidades municipais. Não foi, contudo, possível identificar referências relativas ao desenvolvimento subsequente deste processo.

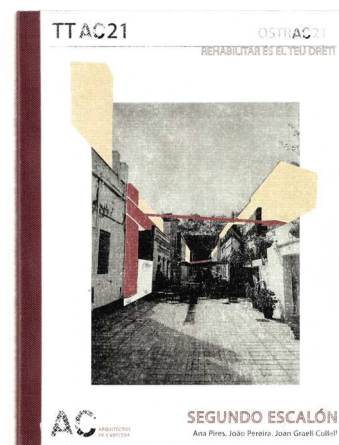


FIG.113. *Segundo Escalón* – documento produzido para o “Ato de Encerramento” destinado a devolver às famílias as conclusões decorrentes da análise realizada durante o curso.

FIG.114. (esquerda) “Ato de encerramento” (semana 17) – Apresentação final das propostas aos moradores do bairro, realizada na rua Jubany.

- SEMANA 01
- . 14/09 . Sessão de abertura | Esclarecimento quanto aos objectivos do *Taller Temático* e Seminário + Percurso desde *Can Ricart* até às “Casetas da Carrer Maresme” com Jordi Callejon, da *Taula Eix Pere IV* e Eduard Milán da associação local *Apropat*.
 - . 16/09 . Ponto de Situação | Apresentação das primeiras impressões sobre o conjunto. Uma reflexão crítica em formato de esquisso.

- SEMANA 02
- . 21/09 . Aula com Convidado | Apresentação de uma revisão histórica sobre a presença e desenvolvimento do conjunto em análise no bairro de Poblenou de Provençals e Besòs, por Josep Maria Montaner.
 - . 23/09 . Aula com Convidado | Apresentação da metodologia AC com recurso ao trabalho realizado na fábrica Can 60, pelo ex-aluno e membro da *AssociACión* Joan Martí Morro.
 - . Trabalho Livre | Formação dos grupos de trabalho.

- SEMANA 03
- . 28/09 . Aula com convidado | Apresentação *Operative Methods for Collaborative Practices in Architecture*, por Raúl Avilla-Royo (parte 01).
 - . Trabalho Livre | Preparação de “material coletivo” de base para futuro levantamento mais aturado (plantas e maquetes de turma).

98

- SEMANA 04
- . Visita ao bairro | Primeiro contato entre os grupos de trabalho e os moradores com expectativa de levantar os problemas, necessidades e recursos disponíveis para determinar propostas.
 - . Trabalho Livre | Cartografia social, urbana e construtiva + Início do processo de projeto pensado de dentro para fora (pessoas - casas - rua - bairro - cidade).

- SEMANA 05
- . Trabalho Livre | Início do processo de projeto pensado de dentro para fora (pessoas - casas - rua - bairro - cidade).

- SEMANA 06
- . 19/10 . Aula com convidado | Apresentação “Operative Methods for Collaborative Practices in Architecture” por Raúl Avilla-Royo (parte 02).
 - . Trabalho Livre | Preparação de propostas para responder às necessidades concretas apresentadas pelos moradores.

- SEMANA 07
- . 26/10 . Ponto de Situação | Apresentação das propostas em aula em formato de *PechaKucha*.

. Trabalho Livre Desenvolvimento das proposta tendo em consideração os comentários da aula anterior.	SEMANA 08
--	-----------

. Visita ao bairro Apresentação preliminar das propostas entre cada grupo de trabalho e os moradores. Avaliação das propostas por parte dos moradores.	SEMANA 09
--	-----------

. Trabalho Livre Adaptação das propostas aos constrangimentos apresentados pelos moradores.	
---	--

. Trabalho Livre Continuação do desenvolvimento das propostas para os moradores, incluindo proposta para possível extensão do projeto para a escala da rua e do bairro.	SEMANA 10
---	-----------

. Trabalho Livre Desenvolvimento da proposta final para a escala do bairro.	SEMANA 11
. 30/11 Visita ao bairro Apresentação conjunta das propostas aos moradores + Debate sobre as conclusões entre alunos e moradores.	

. Trabalho Livre Conclusão do desenvolvimento das propostas tendo em consideração os comentários dos moradores.	SEMANA 12
---	-----------

. Apresentação do TTAC21 na conferência (Es)casatón do Urbanbat Fest, em Bilbao.	
--	--

. Trabalho Livre Preparação para avaliação final.	SEMANA 13
---	-----------

. 14/12 . Apresentação Final Avaliação das propostas realizada em formato de PechaKucha na Can Ca'lsidret.	SEMANA 14
--	-----------

. Trabalho Livre Preparação para Apresentação Final.	SEMANA 15
--	-----------

. Trabalho Livre Preparação para Apresentação Final.	SEMANA 16
--	-----------

. 19/01 . Apresentação Final + Visita ao Bairro Apresentação final das propostas e entrega dos projectos aos moradores.	SEMANA 17
---	-----------

A 5ª edição do *Workshop* Arquitectos de Família decorreu entre Vila Nova de Foz Côa e a Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, durante duas semanas de setembro de 2023. Em Foz Côa, o *Workshop* interveio enquanto um veículo de apoio à submissão de candidaturas ao programa 1ºDireito – criado pela Nova Geração de Políticas de Habitação (RCM nº50-A/ 2018) e enquadrado pelas Estratégias Locais de Habitação. Treze estudantes dos quarto e quinto anos do Mestrado Integrado em Arquitectura da FAUP, acompanhados por docentes e técnicos próximos do território, desenharam 12 programas base e apoiaram a elaboração de memórias descritivas para candidatura ao financiamento disponibilizado pelo programa do governo.

PRIMEIRO CONTACTO

A convite do município de Vila Nova de Foz Côa, a partir de abril de 2023, o Habitar – entretanto integrado no Grupo de Morfologias e Dinâmicas do Território do CEAU-FAUP¹⁰⁰ – passa a integrar o processo de preparação de candidaturas ao 1º Direito, iniciado com a Estratégia Local de Habitação preparada pelo município (CEAU-FAUP 2023a). A cooperação entre as duas instituições gerou oportunidades para organizar a 5ª edição do *Workshop*. Até 2022, o âmbito de ação do *Workshop* estava limitado às “ilhas” do Porto, com a edição de Foz Côa foi possível explorar a flexibilidade e a capacidade de adaptação da metodologia do programa Habitar.

O regulamento do programa 1º Direito solicita aos municípios a elaboração do Plano de Estratégias Locais de Habitação (ELH) que determine os objetivos, princípios orientadores e meios de execução das propostas para a habitação e coesão socioterritorial da região visada (Decreto-Lei nº 37/ 2018, art. 30).

A ELH de Vila Nova de Foz Côa compendia o diagnóstico global das carências habitacionais do município e as potenciais respostas aos problemas identificados, por ordem de prioridade, enquadrando-os no âmbito de atuação do programa 1ºDireito. (Município de Vila Nova de Foz Côa 2021, 09 e 10).

Do levantamento socioespacial plasmado na ELH resulta a identificação de núcleos urbanos de difícil acesso, dispersos no território, subpopulados e ocupados por uma população e edificado envelhecidos (Município de Vila Nova de Foz Côa 2021, 05,17, 20 e 54), em que as situações de precariedade habitacional se distribuem segundo duas tipologias: construções vernaculares, degradadas, com valor patrimonial e habitações de génese ilegal (Município de Vila Nova de Foz Côa 2021, 05 e 20). Entre os fatores determinantes para a estratégia delineada destaca-se a consciência de um território protegido pela UNESCO¹⁰¹ e a inexistência de um parque habitacional público no município. Da análise executada, decorrem como principais



FIG.115. Cartaz da 5ª edição do Workshop Arquitectos de Família,

100. Centro de Estudos da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

101. O município de Vila Nova de Foz Côa está abrangido por duas classificações distintas inscritas na lista do Património Mundial da Humanidade: a Região do Alto Douro Vinhateiro (2001) e o Parque Arqueológico do Vale do Côa (1998). (UNESCO World Heritage Centre s.d.a; s.d.b)

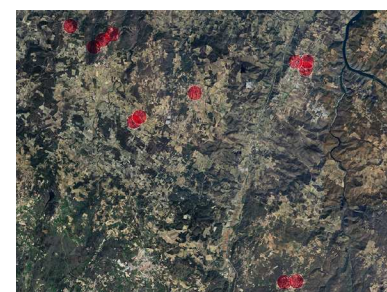


FIG.116. Distribuição dos 12 casos de trabalho pelo território do município de Vila Nova de Foz Côa.

FIG.117. (esquerda) Quadro com a identificação dos 12 casos versados no WAF#05, incluindo a distribuição pelas freguesias do município de Vila Nova de Foz Côa e a indicação dos proprietários (BD - Beneficiário Direto e EPP - Entidade Promota Pública).

linhas de intervenção a reabilitação de fogos privados – para beneficiários diretos representados pelo município nos processos de candidatura¹⁰² – e a compra para reabilitação – por parte do município, visando soluções arquitetónicas conscientes do valor histórico-patrimonial das pré-existências e do território (Município de Vila Nova de Foz Côa 2021, 05, 22 e 23).

A estratégia ambiciona reativar, física e socialmente, os centros urbanos, evitando o isolamento e, simultâneo, dispersar pelo território um inédito parque habitacional público, com rendas reduzidas, de boa qualidade arquitetónica e em conformidade com as intenções da UNESCO. A estratégia propõem-se a servir de inspiração para reformar de outros proprietários no município (Município de Vila Nova de Foz Côa 2021, 05, 26 e 27).

No total, foram identificadas pela ELH 68 situações de carência habitacional (distribuídas conforme indicado na TAB.20), embora o acordo final celebrado com o IHRU venha a contemplar apenas 51 casos – 22 soluções habitacionais públicas (EPP – Entidade Promotora Pública) e 29 soluções da responsabilidade das famílias (BD – Beneficiários Diretos) (A. Varea Oro et al. 2024, 23). Todos os casos assinalados vão ser preparados para candidatura a financiamento pelo Habitar (FAUP e Município de Vila Nova de Foz Côa 2023, 1), 12 dos quais são tratados no WAF#05.

LEVANTAMENTO E ESTRATÉGIA

Em Vila Nova de Foz Côa, a equipa do Habitar responsabilizou-se pelo (1) acompanhamento dos processos de candidatura ao 1º Direito, em proximidade com a Câmara Municipal¹⁰³; (2) pela definição de uma proposta habitacional para cada caso sinalizado; (3) e pelo apoio à elaboração de parte dos elementos obrigatórios à instrução das candidaturas (FAUP e Município de Vila Nova de Foz Côa 2023, 2 e 3).

102. Conscientes das difíceis dinâmicas dos processos de candidatura, o município de Vila Nova de Foz Côa optou por representar todos os beneficiários diretos no sentido de melhor agilizar o processo e articular a relação entre todos os intervenientes.

103. Importa salientar neste ponto que a Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa dispõe apenas de uma única arquiteta para todo o concelho.

TAB.20. Caracterização das candidaturas propostas pela ELH do município de Vila Nova de Foz Côa ao programa 1º Direito e o número de casos (por agregado familiar) tratados pela equipa do Habitar. Fonte: Estratégia Local de Habitação do Município de Vila Nova de Foz Côa (2021, 60).

Regime de Ocupação	Carência Habitacional	Solução Habitacional	Promotor	Nº Famílias	Nº Pessoas	
Proprietário	Insalubridade e insegurança	Reabilitação	Beneficiário Direto (BD)	33	78	29
	Sobrelotação			2	9	
	Inadequação			1	3	
Ocupação Ilegal	Precariedade	Aquisição e Reabilitação	Câmara Municipal (EPP)	1	3	22
Cedência de Habitação				16	28	
Arrendamento				Inadequação	5	
	Sobrelotação			2	14	
Arrendamento		Não elegível		8	15	
Total				68	159	51

Os casos a intervir passaram por um levantamento social, arquitetónico, construtivo e legal, através do qual foi possível deduzir o potencial de viabilidade de cada intervenção e avançar para a formalização das propostas e pedidos de financiamento.

Embora cada processo tratado pelo Habitar se construa gradualmente, à medida que se aprofunda o conhecimento sobre cada entidade e destinatário, a cultura de trabalho desenvolvida pelo programa, permitiu determinar, numa fase preliminar, uma série de aspetos que potenciaram a eficácia e qualidade da resposta (A. V. Varea Oro et al. 2024, 14), nomeadamente, (1) a divisão objetiva das partes do processo de candidatura e (2) a atribuição de responsabilidades claras e adequadas a cada interveniente; (3) a definição de critérios de intervenção claros, mas flexíveis, para fomentar a justa inserção urbanística e condições de habitabilidade adequadas; (4) e a criação de minutas para a maioria dos elementos instrutórios (A. V. Varea Oro et al. 2024, 15).

O trabalho desenvolvido pelo Habitar prepara, organiza e enquadra as atividades a desenvolver no contexto do *Worskhop*. Para o WAF#05, a equipa do Habitar realizou o levantamento espacial e fotográfico dos casos de trabalho e identificou, preliminarmente, o enquadramento legal aplicável e globais estado global de conservação de cada construção, associando a cada processo as características dos agregados familiares beneficiados. Para a realização do WAF foram selecionados doze casos de trabalho – um por cada estudante – distribuídos entre beneficiários diretos (seis casos BD) e a câmara municipal (seis casos EPP), implantados em diferentes freguesias do concelho.

ANÁLISE

Para além dos objetivos globais do *Worskhop* assinalados no capítulo 2.2.i. desta dissertação, a edição de Vila Nova de Foz Côa foi pautada por objetivos específicos decorrentes das características particulares da encomenda, do território e dos beneficiários. A intervenção num território do interior, classificado, obrigou à adequação das propostas aos moldes de um habitar rural e às exigências



FIG.118. Levantamento realizado pela equipa do Habitar para as três casas em Numão, Vila Nova de Foz Côa. Painel 1/2 (figura ao lado) | No documento figura a identificação preliminar do enquadramento legal aplicável, bem com a caracterização fotográfica do interior das casas e envolvente urbana. O painel 2/2 equivale ao painel 1/3 da proposta (ver FIG. 119).

decorrentes tanto do carácter patrimonial dos imóveis como do enquadramento urbano.

Para cada caso os estudantes foram convidados a: avaliar o contexto urbanístico, regulamentar e patrimonial das pré-existências; procurar soluções arquitetónicas para o espaço interior adequadas ao contexto urbano; e estudar as características da envolvente construída para determinar a solução construtiva adequada, em conformidade com as pretensões da preservação patrimonial.

Apelou-se a que os estudantes fossem capazes de representar e quantificar as soluções a financiar, por meio da elaboração dos programas base¹⁰⁴ e memórias descritivas dos respetivos casos de trabalho. Embora não fosse requerida a elaboração dos restantes elementos, foi motivado o contacto com todos os documentos da responsabilidade dos técnicos de arquitetura, onde se incluem quadros sinóticos, calendarizações, minutas para mapas de trabalhos, etc. Potenciou-se o reconhecimento da exigência da articulação entre todos os intervenientes no panorama de atuação em causa, e as responsabilidades e requisitos de cada entidade. O processo de trabalho foi acompanhado por um conjunto de profissionais responsáveis por orientar os estudantes para respostas melhor fundamentadas (ver TAB.21).

Nesta fase do processo, foi elaborado um documento partilhado de modo a assegurar a gestão adequada dos casos em análise, designadamente a identificação de elementos em falta, a deteção de incongruências entre os levantamentos realizados e a documentação oficial, bem como o esclarecimento de dúvidas levantadas pelos estudantes relativamente aos agregados, às pré-existências ou às propostas. Este instrumento permitiu à equipa do Habitar centralizar as questões, remetendo-as à entidade promotora que, por sua vez, encaminhava o pedido para as entidades competentes.



FIG.119. Momento de análise dos casos de trabalho versados no WAF#05.

104. O programa base consiste numa representação simplificada da proposta que permite ler a solução espacial e as intenções construtivas. Inclui desenhos do existente (cortes, plantas e alçados), desenhos da proposta, indicação das construções e demolições e corte construtivo.

COORDENADORES HABITAR

Aitor Varea Oro, Cynthia El-Dash, Céline Zraggen (FAUP) e Eva Raga i Domingo (Frent Estudi coop.)	Partilha da metodologia Habitar com os estudantes e apoio na preparação das propostas e elementos instrutórios requeridos (programa base e memória descritiva), bem como, esclarecimento quanto aos processos de política de habitação e introdução da NGPH e do 1º Direito.
---	--

CÂMARA MUNICIPAL

Ana Filipe, Helena Luna e Vera Barreiros (CMVNFC)	Deram a conhecer as situações de indignidade habitacional a tratar pelos estudantes, informando acerca das características dos agregados familiares, prestando esclarecimentos quanto a dúvidas práticas relativas a cada processo. Introduziram a ELH do município, as dificuldades de operacionalização e as soluções previstas.
---	--

DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA DO NORTE (DRCN)

David Ferreira (Diretor dos Serviços de Bens Culturais)	A Direção Regional da Cultura do Norte foi responsável pela aprovação prévia dos projetos a candidatura ao 1º Direito, em contextos de territórios classificados. Prestou esclarecimentos quanto às boas práticas de reabilitação do ponto de vista patrimonial e acompanhou criticamente um dos momentos de apresentação de propostas.
---	---

HABITAR PORTO

Marta Sousa (FAUP)	Conferência sobre a metodologia Habitar, aplicada ao contexto complexo das ilhas do Porto, enfatizando as dinâmicas do processo de candidatura, desde a sinalização dos beneficiários até à obra construída.
--------------------	--

CONVIDADOS

Teresa Neto (ISEP), Ana Fernandes e Ana Martins (CAOP)	Introdução do debate da “transição verde” e matérias relativas à promoção da eficiência energética na reabilitação. Conteúdos fundamentais para assegurar o acesso aos fundos do PRR.
--	---

Recorrendo a um caso concreto resultante do WAF#05,¹⁰⁵ expõem-se os critérios orientadores das decisões para a concretização da proposta, clarificando o impacto dos conteúdos versados.

Este caso consiste em 3 habitações dispostas em banda, localizadas na freguesia de Numão (ver anexo B). A encomenda solicitava soluções habitacionais para 3 agregados familiares a que correspondiam 3 tipologias distintas (T1, T2 e T3). Para enquadrar as diferentes tipologias de habitação em construções de volumetria e área construída idênticas, determinou-se uma solução modelo que, com alterações simples, permitisse a inclusão/exclusão de quartos, otimizando o tempo despendido na conceção de cada proposta (ver FIG. 154, anexo B).

A definição da disposição das escadas interiores é determinante para a melhoria de um conjunto de patologias identificadas: assegura condições de segurança e acessibilidade; aumenta o espaço útil na habitação, evitando a multiplicação de corredores; liberta a única fachada ensolarada do piso térreo e permite o usufruto de ambas as fachadas no piso superior.

Atendendo às exigências da DRCN e da UNESCO, no que concerne à preservação do património, a proposta considerou a demolição dos anexos apostos às fachadas tardoz das habitações, dissonantes do conjunto construído. Assomando fatores como a melhoria das condições de salubridade, eficiência energética, contenção de custos e o cumprimento da área bruta regulamentada, tornou-se imprescindível, para a qualidade da solução, a remoção dessas três estruturas (ver demolições FIG. 154, anexo B). Ainda assim, conscientes da relevância de um espaço exterior coberto, optou-se por criar uma zona exterior pavimentada, afastada da habitação, para futura apropriação dos moradores.

105

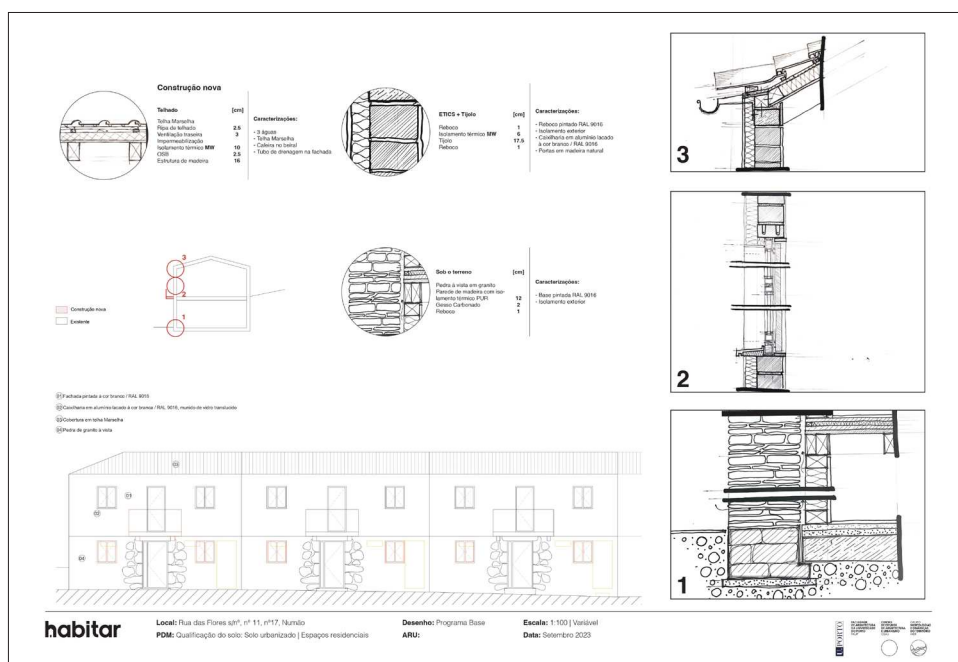
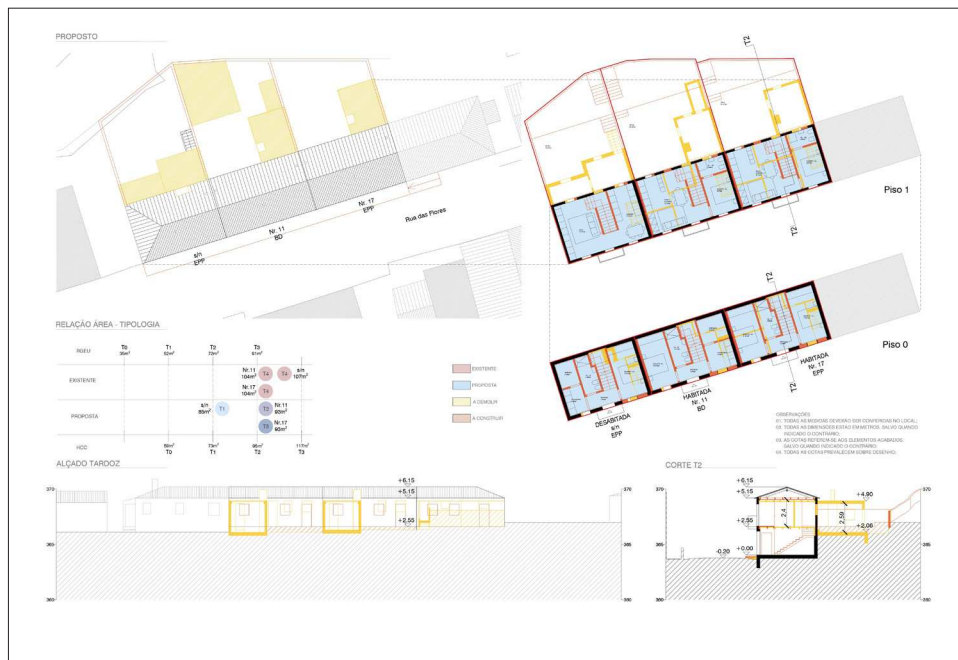
SUBMISSÃO E CANDIDATURAS

Finda a preparação dos programas base e memórias, a equipa do Habitar, em coordenação com a Câmara Municipal e os Beneficiários, terminou os restantes elementos da responsabilidade da arquitetura, remetendo para a Câmara Municipal o encargo da submissão das propostas ao IHRU.

Do conjunto de casos preparados, apenas os de candidatura pública foram submetidos, uma vez que, em nenhuma das candidaturas privadas foi possível compilar atempadamente todos os elementos instrutórios referentes aos agregados familiares. Todas as candidaturas submetidas foram aprovadas, num total de 22 propostas, e os projetos de execução foram distribuídos entre o CEFA da FAUP e técnicos privados (CEAU-FAUP 2023b).

105. O Programa Base exposto é da autoria da autora e da estudante Joana Gastalho

FIG.120. Painel 1/3 | O primeiro painel esclarece as características do enquadramento urbano e da compartimentação interior pré-existente. Identifica as tipologias existentes e propostas, em confronto com as dimensões mínimas para cada tipologia determinadas pelo Regime Geral das Edificações Urbanas (RGUE) e pela Habitação a Custos Controlados (HCC).



TAB.22. (Página Seguinte) Mapa de atividades desenvolvidas durante as duas semanas de duração do WAF#05.
Fonte: autora

SEGUNDA	. Sessão de abertura Esclarecimento dos objetos e objetivos do <i>Workshop</i> com os Coordenadores e a Câmara Municipal. . Trabalho Livre Apresentação e distribuição dos casos de trabalho + Análise do levantamento das pré-existências e agregados familiares + Introdução aos regulamentos do enquadramento legal para projetos de reabilitação.
TERÇA	. Visitas Visitas aos lugares a intervir + Esclarecimento de dúvidas com as famílias e assistentes sociais + Levantamento fotográfico. . Trabalho Livre Preparação das propostas acompanhada pelos Coordenadores.
QUARTA	. Trabalho Livre Preparação acompanhada das propostas . Ponto de Situação Apresentação das propostas com a participação de David Ferreira (DRCN). . Conferência no Centro Cultural de VNFC destinada aos estudantes do <i>Workshop</i> e aos profissionais da área da construção civil do município, com os oradores David Ferreira (DRCN), Ana Filipe (CMVNFC), Aitor Varea Oro (FAUP) e João Paulo Sousa (Presidente da Câmara Municipal).
QUINTA	. Trabalho Livre Preparação acompanhada das propostas. . Apresentação “Processo de candidatura ao 1º Direito” com Cynthia El-Dash. . Apresentação “Banco de Soluções Construtivas para Vila Nova de Foz Côa” com Céline Zraggen (FAUP).

107

18 - 22 DE SETEMBRO DE 2023 | FAUP

SEGUNDA	. Trabalho Livre Preparação das propostas acompanhada pelos Coordenadores – Introdução aos aspetos construtivos. . Apresentação “O programa Habitar Porto” com Marta Sousa (FAUP).
TERÇA	. Trabalho Livre Preparação das propostas acompanhada pelos Coordenadores.
QUARTA	. Trabalho Livre Preparação dos elementos para entrega – Programa Base e Memória Descritiva. . Apresentação Princípios de eficiência energética em reabilitação com Ana Fernandes e Ana Martins (CAOP).
QUINTA	. Trabalho Livre Preparação dos elementos para entrega – Programa Base e Memória Descritiva.

CAPACIDADE DE DIAGNÓSTICO E ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO

O trabalho desenvolvido no âmbito do *TTAC21* dedicou uma parte considerável do tempo disponível à identificação das características sociais, e dos modos de habitar das famílias envolvidas. Para além do registo das patologias construtivas e arquitetónicas, a metodologia *AC* requer compreender a relação entre os habitantes e os seus lugares, de modo a fundamentar a definição da encomenda e sustentar propostas ajustadas às características de cada família.

Paralelamente, durante o curso, foi promovida a leitura crítica dos regulamentos de planeamento urbano aplicáveis ao território visado, com o objetivo de determinar soluções compatíveis com as pretensões municipais e, assim, otimizar a exequibilidade das propostas. Num contexto de recursos limitados, os professores *AC* entenderam que a coordenação entre as necessidades das famílias e os interesses municipais era uma condição essencial para viabilizar qualquer transformação no bairro. Assim, a maioria das propostas apresentadas seguiu os princípios estabelecidos pelo *PGM* e procurou adequar-se às diretrizes do plano *22@*, cuja proximidade territorial configurava uma condicionante relevante. Neste quadro, as soluções adotadas procuraram constituir-se como objetos arquitetónicos singulares, com a intenção de dar visibilidade e dignificar o bairro na relação com a envolvente urbana. As propostas tenderam a dialogar, simultaneamente, com a linguagem arquitetónica e a volumetria das casas do bairro, e a responder à escala da envolvente, reforçando a permanência do conjunto no território.

Não obstante o levantamento cuidado e a correta identificação das oportunidades e limitações do contexto de atuação, as estratégias adotadas revelaram-se parcialmente desalinhas com os princípios da abordagem *AC*. Segundo o método *AC*, a ênfase de todo o processo de desenvolvimento de propostas assenta na leitura integrada desde o habitante à comunidade – desde a casa ao bairro, em que a própria definição da encomenda resulta do contacto direto com os habitantes. Ora, as estratégias de atuação do *TTAC21*, ainda que sustentadas no contacto direto com os moradores, privilegiaram as premissas do enquadramento municipal. Por outro lado, apesar do contacto próximo com as associações locais, os moradores e o território, através da *OSTRAC*, o *TTAC21* não conseguiu consolidar um diálogo consistente com os agentes municipais, detentores do efetivo poder executivo, já que estas entidades apenas foram envolvidas na fase final, aquando da apresentação das conclusões do estudo.

Quanto ao *WAF#05*, graças às premissas declaradas no regulamento do programa 1º Direito, o município de Vila Nova de Foz Côa pôde rodear-se de uma rede de cooperação para o diagnóstico mais incisivo das carências habitacionais do território. Apesar da mudança de paradigma no modelo de política pública de habitação em Portugal, a equipa do programa Habitar constata, a partir das operações no Porto e em Vila Nova de Foz Côa, que “(...) quem se encontra em

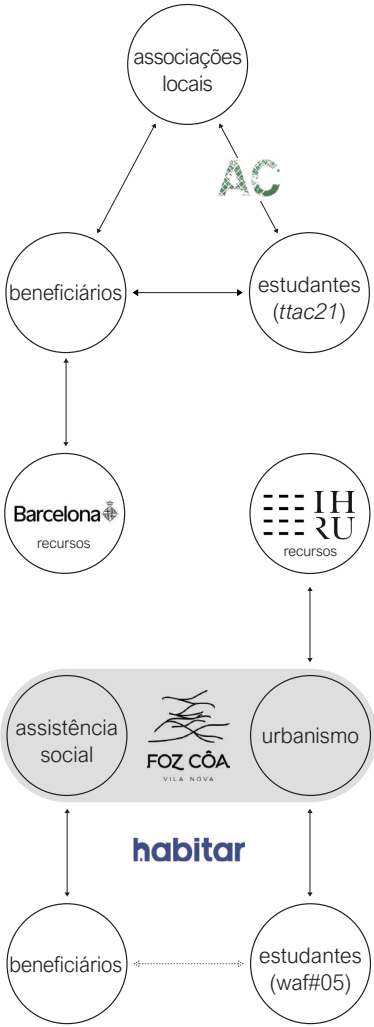
maior situação de vulnerabilidade é, em simultâneo, quem tem mais dificuldades em aceder (aos recursos)” (A. V. Varea Oro et al. 2024, 16), consequência da menor literacia burocrática e agilidade dos beneficiários, e do grau de especialização dos quadros técnicos das entidades promotoras (A. V. Varea Oro et al. 2024, 16), acentuados no interior do território. Neste contexto, a equipa do Habitar serviu-se do levantamento social, territorial, urbano e arquitetónico da ELH do município, para preparar a sua estratégia de intervenção. O acordo entre o Habitar e o município de Vila Nova de Foz Côa conclui que a intervenção do programa devia assumir um pendor técnico considerável para contrariar a falta de técnicos especializados no território com *Know-How* necessário para a gestão de processos de candidatura a financiamento público (domínio da linguagem técnica necessária, conhecimento dos *timings* envolvidos no tipo de processos em causa e capacidade de gestão de processos e equipas para consumir as candidaturas). A partir de uma rede de atores foi possível avaliar incisivamente as condicionantes e oportunidades do território; examinar as características dos munícipes e do parque habitacional; identificar caso a caso, as situações de maior urgência habitacional em condições de elegibilidade; encontrar uma resposta adequada às características particulares do território e do planeamento urbano; e proceder à submissão de um conjunto amplo de candidaturas.

A capacidade de reconhecer, desde o princípio, os recursos e constrangimentos do território, e a definição clara de responsabilidades entre os vários intervenientes permitiu otimizar o tempo despendido com cada processo de candidatura e aumentou a capacidade de dar respostas concretas e viáveis às famílias com vulnerabilidade (A. V. Varea Oro et al. 2024, 16).

Apesar da eficiente apropriação das cartografias elaboradas antes do envolvimento do Habitar nos processos de candidatura ao 1º Direito em Vila Nova de Foz Côa, os técnicos do Habitar e os estudantes do WAF#05 concentraram-se sobretudo no levantamento das patologias arquitetónicas e construtivas, no enquadramento legal de cada caso de trabalho e na identificação da documentação necessária à instrução das candidaturas. Esta estratégia deixou de parte o contato direto com as famílias visadas. Embora as propostas apresentadas revelassem sensibilidade aos modos de habitar observados durante as visitas aos locais, as exigências temporais do programa 1.º Direito e os constrangimentos associados ao financiamento do PRR limitaram a possibilidade de aprofundar a análise das especificidades de cada agregado familiar.

PAPEL ATIVO

O *TTAC21* desempenhou, sobretudo, um papel de sensibilização que contribuiu para dar visibilidade aos problemas afetos às famílias das casetas da rua Maresme. As propostas apresentadas assumiram sobretudo um carácter de denúncia e de experimentação de alternativas para a integração do bairro no contexto urbano, tendo um impacto menos significativo na resolução concreta das patologias habitacionais. Funcionaram como catalisadoras de debate, mas não produziram efeitos diretos no acesso das famílias a melhores condições de habitação. Ainda assim, a realização de um levantamento minucioso — baseado num contacto estreito e contínuo com



TAB.23. Relação entre as entidades envolvidas no TTAC21 e no WAF#05, respetivamente. Fonte: autora

os moradores e numa análise aprofundada das características físicas e sociais do bairro — produziu uma cartografia rica em informação, capaz de orientar futuras intervenções.

Quando analisados os projetos de arquitetura desenvolvidos no âmbito do curso, parece haver uma dupla desadequação relativamente às características do conjunto. Por um lado, a maioria das propostas recorrem à autoconstrução para a resolução dos problemas, declarando alguma ingenuidade face à complexidade do contexto jurídico e regulamentar da edificação urbana em Barcelona. Por outro lado, a necessidade de pensar soluções que a partir da escala do habitante se expandissem para responder às carências do bairro suscitou propostas logisticamente peculiares, baseadas numa leitura do conjunto enquanto propriedade coletiva. Ora, embora exista um sentido de comunidade no bairro, todos os lotes são de propriedade privada, pelo que soluções que preveem a utilização parcial de logradouros ou terraços privados para uso público ou coletivo soam irrealistas ou, no mínimo, de difícil concretização. Esta contrariedade parece decorrer da condição académica da proposta AC, cujo foco tente a recair na exploração arquitetónica e menos na resposta objetiva à realidade encontrada.

Em contraste, o impacto da 5ªed. do *Worskhop* Arquitectos de Família é concreto e mensurável. O *Worskhop* apoiou a elaboração de candidaturas a financiamento público, através da realização de programas base e memórias descritivas exímias do ponto de vista do cumprimento dos regulamentos, com intenção de potenciar a aprovação dos processos. A relevância prática da intervenção do WAF#05 residiu, assim, no contributo direto para melhoria efetiva das condições de habitabilidade das famílias visadas.

No entanto, note-se que o sucesso do *Worskhop* e da intervenção do Habitar não é condição exclusiva para a garantia do acesso aos recursos disponíveis, uma vez que os processos dependem da perfeita articulação, cooperação e capacidade de resposta de uma rede alargada de atores, com impacto na determinação e aprovação das soluções construtivas para responder às carências das famílias.

Os diferentes resultados no papel ativo decorrem, em larga medida, dos objetivos inicialmente determinados por cada experiência. Enquanto no WAF#05 existiu um propósito claro e operativo — a preparação de 12 programas base e memórias descritivas a submeter a candidatura —, no *TTAC21* a ausência de metas concretas resultou numa produção essencialmente investigativa e experimental, materializada sob a forma de cadernos cartográficos, que embora de grande valor analítico, não se traduziram em efeitos imediatos na melhoria das condições habitacionais.

PAPEL FORMATIVO

O *TTAC21* desenvolveu-se a partir de uma lógica pedagógica assente na experimentação, no contacto direto com os moradores e numa maior abertura à improvisação metodológica. Embora menos focado no cumprimento rigoroso de regulamentos, o processo ofereceu uma experiência formativa de arquitetura participativa, centrada na escuta ativa e no envolvimento comunitário. Ao longo do curso, foi disponibilizado aos estudantes um vasto conjunto de ferramentas

operativas, adequadas a contextos de projeto com participação cidadã. A experiência destacou-se pela densidade teórica expressa, não apenas na partilha de ferramentas de intervenção, mas também na exposição de exemplos bem-sucedidos de edições anteriores e na apresentação do enquadramento histórico de práticas arquitetónicas comprometidas com as questões sociais.

Através do método *Architectes de Capçalera*, os estudantes do TTAC21 estiveram ativamente envolvidos em todas as fases do processo — do levantamento e diagnóstico à definição de propostas — o que conferiu ao exercício uma maior diversidade e densidade de ferramentas e estratégias de atuação aplicadas, ampliando significativamente o conhecimento dos estudantes.

Em contrapartida, no WAF#05, a formação dos estudantes foi estruturada por exercícios próximos da prática profissional e orientados para a eficácia dos processos, tanto no respeito pelos regulamentos e como na atenção às especificidades dos mecanismos de acesso a financiamento público. O modelo pedagógico privilegiou a aprendizagem pela prática, dentro de um enquadramento normativo rigoroso, preparando futuros arquitetos para enfrentar a complexidade de processos associados a programas de financiamento para habitação. As fases do processo que não contaram com a participação direta dos estudantes foram transmitidas através de exposição teórica, assegurando a compreensão global do processo.

Ao longo do *Workshop*, não se promoveu contacto direto entre estudantes e moradores, de modo a evitar a criação de expectativas desajustadas junto das famílias. A opção decorre do reconhecimento de que a resolução dos problemas habitacionais envolve processos complexos e prolongados, que ultrapassam a boa vontade e a capacidade de intervenção imediata dos participantes. Assim, a responsabilidade pela comunicação com as famílias foi atribuída a profissionais com melhor capacidade de gerir expectativas e enquadrar os limites da intervenção.

Contudo, importa reconhecer a pertinência do argumento inverso: A presença de agentes investidos de maior responsabilidade institucional pode intensificar as expectativas das comunidades quanto à concretização de resultados, ao passo que, o contacto direto com estudantes tende a conferir aos processos um carácter assumidamente académico e experimental, reduzindo a perceção de compromisso imediato com a execução.

A proposta formativa do WAF#05, no que respeita ao trabalho prático realizado pelos estudantes, mostra-se relativamente moderada, quando comparada com o papel de um técnico de arquitetura num processo de candidatura. Embora todo o processo tenha sido apresentado, a intervenção direta dos estudantes esteve circunscrita às etapas de análise de levantamentos, interpretação de regulamentos e desenho de projetos.

PAPEL PARA A INVESTIGAÇÃO

No que respeita ao papel para a produção e partilha de conhecimento científico o TTAC21 teve um impacto significativo. Desde logo, todos os projetos desenvolvidos foram publicados nas redes de comunicação AC (Architectos de Cabecera 2022), em formato vídeo, cujo conteúdo sistematizou os resultados do levantamento

realizado por cada um dos grupos de trabalho, as estratégias e ferramentas adotadas para responder às encomendas, aspectos sobre o desenrolar dos processos e, finalmente, a explicação do projeto final proposto.

O *TTAC21* contribuiu, ainda, para consolidar a investigação de doutoramento *Collaborative Architecture Barcelona: The Architect as Enabler* (Avilla-Royo 2022). A tese incluiu um anexo, posteriormente publicado em livro (Avilla-Royo 2023), que compendia uma “caixa de ferramentas” destinada à consulta por parte de práticas de arquitetura comunitária. Neste contexto, os estudantes foram os pioneiros utilizadores do *toolkit* que, se por um lado apoiou a determinação de estratégias e ferramentas para atuar junto das famílias das casetas da rua Maresme, por outro, contribuiu para determinar a utilidade e usabilidade do documento para melhorá-lo. Os trabalhos académicos desenvolvidos no âmbito do seminário orientado por Zaida Muxí potenciaram essa avaliação e foram incorporados na tese.

A 5ª ed. do *Workshop Arquitectos de Família* foi excepcional na medida em que foi a primeira vez que a metodologia desenvolvida pelo Habitar se aplicou a um

TTAC21

PAPEL ATIVO

- . 13 alternativas de intervenção para a renovação do bairro a apresentar ao município.
- . Levantamento urbano, arquitetónico, construtivo e social cuidado capaz de fundamentar futuras intervenções.
- . Contacto próximo com moradores e “ação detonante” empodera a comunidade para a defesa do seu bairro.
- . Propostas traçadas a partir da encomenda determinada pelos moradores, desenhadas para e com a comunidade.

PAPEL FORMATIVO

- . Introdução a uma metodologia de trabalho que incentiva a participação cidadã na reabilitação das suas habitações e habitats.
- . Formação para uma metodologia livre das formas convencionais de projetar arquitetura em contexto académico: O processo de projeto inclui a descoberta da encomenda – pelo contato com a população – e não existe um resultado fechado esperado – depende das necessidades encontradas.
- . Introdução no percurso académico de ferramentas capazes de otimizar o contacto com os destinatários dos projetos.
- . Reconhecimento de práticas semelhantes através da formação teórica.

PAPEL PARA A INVESTIGAÇÃO

- . Contributo com o levantamento social e urbano de um bairro da cidade de Barcelona, a integrar a cartografia coletiva dos AC.
- . Publicação das propostas nas plataformas de comunicação AC.
- . Desenvolvimento do livro *Ferramentas Colaborativas para Arquitecturas de Cabecera* (Raul Avilla-Royo 2023).

TAB.24. Quadro comparativo dos resultados obtidos no *TTAC21* e no *WAF#05*, incluindo a capacidade formativa, as consequências práticas das atividades desenvolvida e os contributos para a investigação científica. Fonte: autora.

contexto distinto das ilhas do Porto. Assim, o *Workshop* de Foz Côa suscitou a produção e partilha de conteúdos que adensaram os debates relativos ao alcance do programa 1º Direito, às discrepâncias entre municípios de diferentes escalas quanto à capacidade de mobilizar os recursos públicos para a habitação, e às metodologias que permitem fazer a ponte entre as carências dos habitantes e os recursos disponíveis (Pires 2025; A. V. Varea Oro et al. 2024; Zraggen 2024).

Os resultados da comparação demonstram que quanto melhor a articulação entre o levantamento das oportunidades e limitações do contexto, e as ferramentas e estratégias de atuação adotadas, maior o impacto e pertinência das respostas. Confirma-se, assim, que, as práticas de arquitetura comunitária adquirem maior valor quando conseguem conciliar (1) a capacidade de interpretar o contexto, (2) a produção de efeitos práticos e (3) a produção de conhecimento que sustente e qualifique futuras intervenções.

WAF#05

- . Método inteligível pelos intervenientes e elementos em formatos estandardizados otimizam a eficiência e a eficácia da resposta.
 - . Contributo com respostas de qualidade arquitetónica com recursos limitados gera cultura de intervenção que inspira outros proprietários.
 - . Projetos de arquitetura exímios no que respeita aos requisitos específicos dos regulamentos e entidades reguladoras.
 - . Promoção da coesão territorial a partir da prestação de apoio a um município do interior, com recursos limitados.
-

- . Aproximação às dinâmicas dos processos de acesso a financiamento para a habitação com apoio público.
 - . Reconhecimento exigência técnica necessária para recorrer às medidas de apoio.
 - . Introdução a uma cultura de trabalho cooperativa, eficiente e flexível, útil em contextos de vulnerabilidade habitacional.
 - . Expansão do debate sobre o espaço da arquitetura no âmbito da política pública de habitação.
 - . Introdução a dimensões dos projetos de arquitetura excluídos do percurso académico (panorama burocrático e legislativo).
-

- . *Workshop* desenvolvido em articulação com o CEFA-UP.
- . Publicação de artigos científicos que retratam a metodologia de trabalho explorada no *Workshop*.
- . Criação de um banco de soluções construtivas para a qualificação da reabilitação da arquitetura vernacular (Zraggen 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do processo de investigação, tornou-se evidente que, precisamente entre os grupos em maior situação de vulnerabilidade, a procura por apoio técnico é menor, não pela ausência de necessidade, mas pela incapacidade de suportar os custos associados tanto à contratação de profissionais como à execução das obras. Assim, nos diferentes contextos de atuação analisados, os Arquitetos de Família enfrentam o mesmo conjunto de obstáculos que retraem o seu potencial contributivo: (1) a inexistência de procura pelos serviços técnicos de arquitetura; (2) a dificuldade em assegurar remuneração dos profissionais; e (3) a insuficiência de recursos para executar as intervenções propostas.

ESCASSEZ DE PROCURA

A falta de recursos culturais, políticos ou económicos – para fazer uso da terminologia proposta por Silke Kapp para a produção do espaço – afasta a população da procura por serviços de arquitetura. Esta circunstância decorre, quer porque os arquitetos não se mostram recetivos a aceder a solicitações provenientes destes grupos, como argumenta Livingston; quer porque as pessoas, conscientes da sua situação e desconhecendo os meios a que poderiam acorrer, acanham-se e acabam por resolver os seus problemas autonomamente, ou permanecem em condições indignas ou desajustadas de habitação.

Livingston contraria a tendência, apostando na aproximação direta à sociedade civil através de publicações regulares de conteúdos em jornais generalistas e da divulgação dos serviços disponíveis nos meios de comunicação primários. No entanto, mesmo esta estratégia de desmistificação da figura do arquiteto é insuficiente, uma vez que revela alcançar os segmentos da população com maiores recursos culturais e políticos, isto é, os grupos informados, capazes e com disponibilidade de estruturar um primeiro contacto com o arquiteto e formular uma primeira encomenda.

Em contrapartida, a estratégia adotada, simultaneamente, pelos *Architectes de Capçalera* e pelos Arquitectos de Família, determina que a presença dos técnicos no território pode, e deve, antecipar a existência de uma encomenda. Estes grupos não aguardam o contacto espontâneo dos moradores, pelo contrário, aproximam-se das entidades locais (associações ou administração), habituadas a operar em proximidade com o território e com a população vulnerável, para mapear, preliminarmente, necessidades, que são depois exploradas junto dos moradores para determinar a encomenda. Através da articulação com as instituições locais, os AC e os AF asseguram uma correspondência mais rigorosa entre os casos selecionados e as situações de maior carência, visto que não dependem da iniciativa das pessoas em situação de vulnerabilidade para se aproximarem do território.

AUSÊNCIA DE REMUNERAÇÃO

Quebrado o gelo entre técnicos e comunidades, importa perceber como o trabalho

pode ser sustentável para os técnicos, partindo do pressuposto de que uma prática de arquitetura baseada exclusivamente no voluntariado não apresenta potencial de viabilidade – quer porque os técnicos, ainda que empenhados na causa, não obtêm rendimentos, quer pelo preconceito de que uma prática voluntarista tende a gerar processos mais sinuosos e voláteis.

A proposta de Livingston parece superar esta condição. Por via da otimização de um método claro e de simples aplicação, aliado a um processo faseado, consegue gerar propostas de reabilitação para famílias com poucos recursos. Em contrapartida, a resposta continua condicionada aos clientes com os recursos económicos suficientes para ressarcir os técnicos de arquitetura pelos serviços prestados, excluindo, ainda assim, as famílias em condição de maior vulnerabilidade. Também os métodos de Cuba e do Uruguai apresentam a mesma fragilidade, embora Livingston louve a estrutura criada por Selma Diaz para o caso cubano. Livingston afirma: “O Programa cubano não surgiu das associações de arquitetos, nem das faculdades de arquitetura, nem de nenhuma outra instituição pré-existente. Selma Diaz, uma estratégia de gestão, acredita que é impossível criar este plano desde uma associação de arquitetos. O que a Selma fez foi criar uma ONG, evitando a luta com as estruturas pré-existentes.” (Livingston 2006, 274) Ora, por um lado, de facto, a independência do programa permite liberdade na forma de organização e no tipo de agendas defendidas – como se viria a provar no próprio programa cubano que, ao integrar o *Instituto Nacional de la Vivienda*, passou a estar mais constrangido. Por outro lado, em determinadas circunstâncias, a aproximação às instituições – de ensino ou de administração pública – pode ser uma mais-valia para assegurar a viabilidade financeira dos programas, no que toca ao retorno do trabalho dos técnicos.

A proposta *Arquitectes de Capçalera*, bem como de muitos dos casos apresentados nos *ELAC*, superam a falta de remuneração pelos trabalhos prestados por via da articulação entre a atividade profissional, ou profissionalizada, com a formação académica. No caso destes grupos, a operacionalização dos processos de levantamento e projeto é assegurada pelos estudantes sob orientação docente, e a continuidade dos processos é acompanhada pelos docentes.

Já no caso dos *Arquitectos de Família do Porto*, a proximidade dá-se, em primeiro lugar com a administração pública, que se responsabiliza pelo pagamento dos serviços técnicos. Enquanto a proximidade com o ensino dá-se no sentido de perpetuar o conhecimento adquirido dos processos experimentais realizados.

Assim, resulta que práticas isoladas, como a de Livingston, ao procurarem manter-se fieis aos seus próprios propósitos e agenda e, consequentemente, não se articularem com outros atores, tendem a não alcançar plenamente o objetivo de transversalidade da oferta.

CARÊNCIA DE RECURSOS

Não podemos deixar de ressaltar que as características da relação entre entidades e o sucesso e escala das operações estão invariavelmente vinculados às oportunidades e limitações do contexto. Alguns dos grupos operam de forma isolada, porque as condições políticas, como no caso de Livingston, assim obrigam, outros, como no caso do Porto, surgem por reconhecerem as oportunidades do

contexto.

Esta variação do panorama tem um impacto significativo relativamente aos recursos disponíveis para a execução de obras. No caso de Livingston, a ausência de apoios externos implica que os recursos para a execução dependam exclusivamente das famílias. Desde o início do desenho, a proposta é concebida de acordo com os recursos que cada família pretende investir. Esta condição reflete-se em dois pontos: na quantidade de trabalho apresentado pelo arquiteto – quanto menores os recursos, menor a quantidade de material que o arquiteto prepara; e no tipo de mão de obra e materiais utilizados para a execução do projeto, que pode resultar em má qualidade construtiva.

A hipótese AC para a execução das propostas é, por um lado, a escolha por projetos de execução faseada e, por outro, a realização de intervenções simples, descritas de forma clara, de modo a poderem ser executadas sem recurso a mão de obra especializada e, sempre que possível, ajustadas aos recursos mais facilmente acessíveis às famílias. Já os AF optam por preparar documentos que permitam às famílias aceder aos materiais e mão de obra necessários para a execução de projetos de arquitetura. Neste sentido, o trabalho dos AF é mais limitado, porque está mais distante da execução.

Novamente, a proposta de Livingston mostra-se significativamente limitada, ao passo que a abordagem AC aproxima-se de uma solução ideal, do ponto de vista da apropriação de recursos, especialmente pela autonomia no acesso aos recursos e execução das intervenções. Por sua vez, os AF concentram-se na viabilização do acesso a recursos, embora não consigam assegurar a continuidade do processo (execução e obra). Se é compreensível que os AC optem por esta independência, face à ausência de recursos disponíveis para o tipo de transformações que propõem, a sua resposta situa-se frequentemente fora do enquadramento legal vigente. Em contrapartida, os AF optam, sistematicamente, por propor soluções que se insiram dentro do quadro legal estável, no sentido de mitigar circunstâncias de insegurança.

CONSTRUÇÃO DE MÉTODOS

Em síntese, o desenvolvimento de práticas arquitetónicas orientadas por finalidades análogas às discutidas ao longo desta dissertação pode beneficiar das reflexões aqui sistematizadas. Ainda que os métodos de atuação analisados sejam, em larga medida, indissociáveis dos contextos específicos em que emergem, e, por isso, dificilmente replicáveis de forma literal, as suas matrizes metodológicas, heurísticas e ideológicas são apropriáveis, desde que criticamente reinterpretadas e ajustadas às condicionantes sociopolíticas, culturais e económicas de cada território. Assim, os contributos da análise servem menos de modelos a reproduzir e mais de princípios operativos suscetíveis de fundamentar respostas pertinentes a exigências específicas.

Considerando os três fatores críticos identificados – a falta de procura, a falta de remuneração e a falta de recursos –, práticas futuras com afinidades às preocupações dos Arquitetos de Família deverão formular estratégias contextualizadas e ajustadas aos seus campos de atuação por forma a superar as adversidades.

Assim sendo, no que concerne à falta de procura, é imperativo assumir uma

postura proativa, sobretudo quando o objetivo é alcançar famílias em situação de maior vulnerabilidade. Este posicionamento tende a implicar a necessidade de articular a ação individual dos arquitetos com a ação coletiva, mediante o estabelecimento de contacto com agentes locais – associações, técnicos municipais, organizações comunitárias – capazes de identificar necessidades e, possivelmente, mediar e apoiar potenciais intervenções. O pensamento crítico sobre o território e a produção arquitetónica daí resultante deixam de ser, exclusivamente, consequência de uma encomenda formal; em vez disso, os processos são catalisados por um posicionamento disciplinar proativo, comprometido com o serviço à cidade e à população.

Neste âmbito, cabe mencionar a tendência dos arquitetos para controlar todas as fases do projeto de arquitetura – desde a conceção à execução. A análise confirmou que, em processos assistência técnica e, principalmente, em processos de assessoria técnica (Cf. Baltazar e Kapp 2021 b), importa ter consciência do carácter, irremediavelmente, coletivo de produção do espaço, agravado em processos onde os recursos são escassos. Estes processos implicam que o arquiteto não detenha controlo sobre todas as etapas, mas antes, atue como uma engrenagem integrada num sistema complexo.

Relativamente à remuneração, é importante medir a tensão entre o compromisso social da prática e a sustentabilidade económica dos serviços prestados. Embora a Livingston, se lhe afigure inconcebível o trabalho voluntário¹⁰⁶, a decisão quanto à viabilidade do trabalho não remunerado caberá ao executor. A atividade poderá, por exemplo, integrar-se como vertente complementar de um exercício profissional convencional. De acordo com as metodologias abordadas, a atenção ao contexto cultural, político e económico envolvente pode ser furtivo, na medida em que podem surgir possibilidades de financiamento a partir da colaboração com instituições públicas ou entidades privadas filantropas. Quanto à relação com as instituições, neste âmbito, acresce a pertinência de procurar gerar mecanismos de *extensão universitária* (Zalazar et al. 2020) – amplamente experimentados no contexto latino-americano –, que permitem articular formação, investigação e serviço à comunidade, devolvendo à sociedade parte do investimento realizado na formação técnica.

Quanto à escassez de recursos, impõe-se uma atitude dinâmica de identificação dos meios disponíveis – explícitos ou ocultos – e, na sua ausência, a recusa da inércia. A antecipação do projecto, isto é, a preparação de propostas antes da existência confirmada de financiamento, não deve ser interpretada como imprudência, mas como estratégia de prontidão: a existência de um projeto estruturado pode viabilizar a rápida intervenção aquando da disponibilidade de recursos. Em contextos onde a mobilização de recursos externos seja improvável, optar por micro-transformações,

106. Num documentário sobre o Método de Livingston (Mora 2019), o arquiteto debate com Nidia Marinaro, esposa e colaboradora do estúdio Livingston, a questão da remuneração. O diálogo ilustra, claramente, a posição de Livingston face ao voluntariado: Marinaro: “Na minha experiência com o método, eu ponho a minha marca, a minha energia digamos, que é mais política. (...) A receita de abordagem do Rodolfo para uma família, eu estendo-a ao coletivo.” Livingston: “(...) Entretanto eu produzo dinheiro, porque ela não produz nem um peso com isso. Não lhe pagam nada, que é o que nos separa um pouco.” N.: “Eu sou ativista, ele é um capitalista. A mim pagam-me de uma maneira incrível: tenho *mensagensitas* e histórias.” L.: “Sim, mas vais ao talho com umas *mensagensitas* e não te dão nada.”

reabilitações de execução faseada adequadas à capacidade económica dos beneficiários, ou ainda, soluções compatíveis com os recursos humanos, materiais e culturais disponíveis na família ou comunidade.

Bandeirinha (2007, 46) sobre a posição de Turner, em *Housing by People* de 1976, esclarece que ao autor “Admirava-o, inclusivamente, a posição dos técnicos mais ativistas, cuja excessiva autorrecreminação fazia paralisar as capacidades de atuação. Na melhor das hipóteses, em seu entender, os remorsos desses técnicos socialmente empenhados levavam-nos a abandonar o campo de batalha que bem conheciam e dominavam, no intuito de primeiro ‘mudar o sistema’, como se o sistema fosse algo que se pudesse separar do processo de construção.” Partindo deste ponto de vista, reconhece-se o mérito dos Arquitetos de Família como motores conscientes e, por isso, comedidos de transformação, que não trabalham sobre as condições ideais mas sobre as condições possíveis e que, em simultâneo, contrariam o “disparate acéfalo” (Baltazar e Kapp 2021, 68 b) de construir o espaço sem qualquer tipo de agenda. Em última análise, a noção de Arquiteto de Família, tal como aqui é explorada, consolida uma visão crítica do arquiteto enquanto um agente de transformação social, capaz de mediar entre o conhecimento técnico e as necessidades das comunidades. “(...) a arquitetura comunitária implica uma mudança no papel do arquiteto – de prestador de serviços a facilitador, de especialista distante para parceiro de trabalho com os utilizadores, e de uma conceção da arquitetura como um produto para uma compreensão da arquitetura como um processo.” (Avilla-Royo 2022, 24).

Não se pretendeu afirmar a arquitetura comunitária como via exclusiva, ou solução universal para as fragilidades estruturais da disciplina, nem das necessidades socio-espaciais do território. Tratou-se, antes, de demonstrar a sua viabilidade e pertinência enquanto metodologia de atuação possível, cuja relevância se evidencia na capacidade de operar, de forma situada e responsável, a interseção entre a arquitetura, compromisso social e vulnerabilidades reais.

BIBLIOGRAFIA

- «Primer Circular ELAC 2018». 2018. março. https://drive.google.com/file/d/1-Val3-zpxh8L5vaAHZAygEoFwiieCkwn/view?usp=sharing&usp=embed_facebook.
- Adjuntament de Barcelona. 1961. *Plan Parcial de ordenación de la zona de Levante (sector Sur), Sant Martí*. PP de Ordenação Nos. 70–87. Barcelona: Adjuntament de Barcelona.
- . 2018a. *Informe Memòria Final del Procés Participatiu del Districte de Sant Martí: Repensem el 22@*.
- . 2018b. *Pacte Cap a un Poblenou amb un 22@ més inclusiu i sostenible*.
- . 2019. *Document de Criteris per al Desenvolupament d'un Poblenou amb un 22@ més Inclusiu i Sostenible*.
- . 2022. *Modificació puntual del Pla General Metropolità per un 22@ més Inclusiu i Sostenible*. MPMG - Plano de Ordenação No. 19PL16704. Barcelona: Adjuntament de Barcelona.
- . 2024. «Vila Veina». *Barcelona.cat*. <https://ajuntament.barcelona.cat/usosdeltemps/es/actuacio/vila-veina>.
- . s.d. «Casals de Barri BCN». *Barcelona.cat*. <https://ajuntament.barcelona.cat/casalsdebarri/ca>.
- Adriana Rabinovich. 2007. «Cuba, “best practices”: quel potentiel d'élargissement?» ed. Èrès. *Villes et «best practices»*, nº 131: 85–100.
- Agarez, Ricardo Costa. 2020. *A habitação apoiada em Portugal*. Ensaios da Fundação. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Allegra, Marco, e Alessandro Colombo. 2019. «A governança das políticas de habitação: (co)produção do conhecimento e capacitação institucional». *CIDADES, Comunidades e Territórios*, nº 38 (junho): 38.
- Arquitectos de Cabecera. 2022. «TTAC21 | OSTRAC». Youtube, julho 21. <https://www.youtube.com/watch?v=pPdAHVmLPCg>.
- Arquitectos de la Comunidad (@arquitectosdelacomunidad). 2023. «Ofrecemos consultas de orientación, herramientas prácticas y ágiles para resolver problemas en viviendas.» Instagram, julho 20. <https://www.instagram.com/arquitectosdelacomunidad/>.
- Arquitectos de la Comunidad de Uruguay. s.d. «Consulta de Orientación». *Arquitectos de la Comunidad*. <https://www.arquitectosdelacomunidad.com.uy/servicios.html>.
- Avilla-Royo, Raúl. 2022. «Colaborative Architecture Barcelona: The Architect as an Enabler». Doutoramento, Royal College of Art. Barreto, Jéssica Gomes. 2017. «Políticas Sociais de Habitação na Contemporaneidade. Duas Experiências no Município do Porto». Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra, Departamento de Arquitectura.
- . 2023. *Herramientas colaborativas para arquitecturas de cabecera*. 1a edição. Ciudad de México: Arquine.
- Awan, Nishat, Tatjana Schneider, e Jeremy Till. 2011. *Spatial Agency: Other Ways of Doing Architecture*. Abingdon, Oxon [England] New York, NY: Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315881249>.
- Baltazar, Ana Paula, e Silke Kapp. 2021a. «Assessoria técnica com interfaces». Em *Moradia e outras margens: Volume 1*, 127–50. Belo Horizonte, MG: Mom.
- . 2021b. «Contra a determinação, além da mediação». Em *Moradia e outras margens: Volume 1*, 65–77. Belo Horizonte, MG: Mom.
- Bandeirinha, José António, Tiago Castela, Rui Aristides, e Joana Gouveia Alves. 2018. «O Fundo de Fomento da Habitação de 1969 a 1982: Ordenamento, alternativas e mercado». Em *Habitação: cem anos de políticas públicas em Portugal, 1918-2018*, 1a ed, 235–80. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana.
- Bandeirinha, José António. 2007. «Capítulo I - Os sentidos do debate internacional». Em *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*, 1.a ed., 19–60. Imprensa da Universidade de Coimbra. <https://doi.org/10.14195/978-989-26-1265-2>.
- Berasategui, Alicia, M.a Magdalena Bervejillo, e M.a Virginia Jorcin. 2010. *10 años Arquitectos de la Comunidad Uruguay*. Montvideu, Uruguay.
- Bilbao, Ibon, e Anna Cabrera. 2017. «Arquitectes de Capçalera: Ibon Bilbao i Anna Cabrera». Conferência. ETSAB, Barcelona, abril 1. <http://hdl.handle.net/2117/104832>.
- Bilbao, Ibón, e Raúl Avilla-Royo. 2019. «La pregunta precisa: La Fundación RIA en la Ría de Arousa». *BAC Boletín Académico. Revista de investigación y arquitectura contemporánea* 9 (novembro): 147–52. <https://doi.org/10.17979/bac.2019.9.0.5246>.
- Bilbao, Ibon, Josep Bohigas, Zaida Muxí, e Peio Royo Zabala. 2018. «Arquitectes de Capçalera: Eskola-arkitektura auzolanean». *Aldiri: arkitektura eta abar*, nº 34: 10–14.
- Bohigas, Josep, e Ibon Bilbao. 2021. «Estrategias de reaprovechamiento. De la escala urbana a la edificatoria». Conferência. Jornadas de Debate. *Co-diseño y Co-fabricación en Arquitectura* (2021), ETSAB, Barcelona, maio 8. <https://zonavideo.upc.edu/video/60e2f66da5ad8c172f31e067>.
- Bohigas, Josep. 2016. «Arquitectos de Cabecera (AC)». *Quaderns d'Arquitectura i Urbanisme - Col·legi d'Arquitectes de Catalunya* #266 (fevereiro). <http://quaderns.coac.net/es/2016/02/arq-de-capcalera/>.
- Bolado, Mauro. 1999. «Architect of Community: From non-governmental to governmental approach to housing improvement». *Housing Development and Management* - Lund University, Architecture and Development, 1999. www.hdm.lth.se.

- Borja, Jordi, Zaida Muxí, e Javier Cenicacelaya, eds. 2004. *Urbanismo en el siglo XXI: una visión crítica: Bilbao, Madrid, Valencia, Barcelona*. 1. ed. Arquitect 30. Barcelona: Escola Tècnica Superior d'Arquitectura de Barcelona : Edicions UPC.
- Brigada Académica Interdisciplinaria. 2022. «¡HABEMUS PROGRAMA!...» Facebook, outubro 15. <https://www.facebook.com/BrigadaAcademicaInterdisciplinaria/posts/pfbid0XKv1EFkCHRAjLCjHVjMHcCJPzi6oThnZrRK7RJQjU2MJKUYhEHEX342DYupjWfNJI#?gbh>.
- Carnicer, Alosa, Sara Grimal, e Mèrce Tatjer. 2020. *Barracas/BCN. Guia de Història Urbana*. Barcelona: Museu da Història de Barcelona.
- CEAU-FAUP. 2023a. «Implementação Estratégia Local de Habitação de Vila Nova de Foz Côa». Centro de Estudos de Arquitetura e Urbanismo. <https://ceau.arq.up.pt/pt/research/projects/implementacao-estrategia-local-de-habitacao-de-vila-nova-de-foz-coa>.
- . 2023b. «Metodologias e Práticas de Intervenção na Arquitetura Vernacular: Município de Vila Nova Foz Côa». Centro de Estudos de Arquitetura e Urbanismo. <https://ceau.arq.up.pt/pt/research/projects/metodologia-e-projetos-de-arquitetura-para-reabilitacao-de-habitacao>.
- Cirugeda, Santiago, e Guillermo Cruz, dirs. 2009. *€SPANISH DREAM*. Espanha. Documentário, 55 min.
- Clèries, Jaume, dir. 2019. *Escala Humana*. Episódio 5, «Diseño para todos». RTVE, fevereiro 6. 00:28:24. <https://www.rtve.es/play/videos/escala-humana/escala-humana-diseno-para-todos/4971660/>.
- Coderch, José Antonio. s.d. «It is not geniuses what we need now». revista *Domus*, s.d.
- Coelho, Marta Couto. 2020. «Caleidoscópio Insular | Olhar a Ilha». Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.
- Col.lectiu REpensar Barcelona e Grup de Participació. 2008. *A Barcelona la Participació Cantal*.
- Col.lectiu RUSC. 2015. *Converses a l'ETSAB: Ibon Bilbao + Josep Bohigas*. fevereiro de 2015.
- colectivo RE. 2020. «#02». *Huevo de Pato*, agosto de 2020.
- Comma, dir. 2020. *C de Confinament #018 | Arquitectxs de Cabecera | #MilCasasEnTuCasa | #StayHome | Comma*. 1:21:27. <https://www.youtube.com/watch?v=fqutv52j8kg>.
- Constituição da República Portuguesa, Decreto de 10/04 de 1976, Assembleia Constituinte (1976).
- Decreto-Lei no 163/93, de 7 de maio, Série I-A 106/1993 2380 (1993). Programa Especial de Realojamento.
- Decreto-Lei no 37/2018, Diário da República, 1a Série 106 1 (2018). Cria o 1o Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação.
- Decreto-Lei no 515/77, de 14 de dezembro, 515/77, Governo da República (Decreto-Lei), 2927 (1977). Reformula o regime de crédito à habitação.
- Díaz, Selma. 2012. «Cuba, ¿una nueva política sobre la vivienda?» *ELAC: 2o Encuentro Latino Americano de Arquitectos de la Comunidad*, 2012, 100.
- ELAC e ULACAV. 2018. «El papel de la arquitectura en los procesos de construcción de los pueblos latinoamericanos: IV Encuentro Latinoamericano de Arquitectura Comunitaria y XXIV Encuentro de la Red Universitaria Latinoamericana de Catedras de Vivienda (Primer Circular)». junho. https://drive.google.com/file/d/1Y4SEwQTL0H_3Wcza5_KQyrqqxBefAluh/view?usp=sharing&usp=embed_facebook.
- El-Dash, Cynthia Machado Cusin Ahmed. 2022. «Reabilitar “para” e “com” as pessoas. Duas metodologias de governança na reabilitação de uma ilha no Porto». Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.
- Falagán, David H, ed. 2019. *Innovación en vivienda asequible, Barcelona 2015-2018*. Com Ada Colau. Barcelona: Ajuntament de Barcelona.
- Falanga, Roberto, Simone Tulumello, Andy Inch, Ana Rita Alves, Sílvia Jorge, Jannis Kühne, e Rita Silva. 2019. «The “Caravana pelo Direito à Habitação”: Towards a new movement for housing in Portugal?» *Radical Housing Journal* 1 (1): 171–87. <https://doi.org/10.54825/YJJJ7771>.
- Farha, Leilani. 2017. *Informe de la Relatora Especial sobre una vivienda adecuada como elemento integrante del derecho a un nivel de vida adecuado y sobre el derecho de no discriminación a este respecto: Misión a Portugal*. Relatório de Missão A/HRC/34/51/Add.2. UN Human Rights Council.
- FAUP e Município de Vila Nova de Foz Côa. 2023. *Contrato interadministrativo de cooperação a celebrar entre o Município de Vila Nova de Foz Côa e a Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto*. Contrato de Cooperação. [chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.cm-fozcoa.pt/index.php/servicos-municipais/docs-online-2/camara-municipal/contratos/3003-contrato-interadministrativo-de-cooperacao-a-celebrar-com-a-faculdade-de-arquitetura-da-universidade-do-porto/file](https://www.cm-fozcoa.pt/index.php/servicos-municipais/docs-online-2/camara-municipal/contratos/3003-contrato-interadministrativo-de-cooperacao-a-celebrar-com-a-faculdade-de-arquitetura-da-universidade-do-porto/file).
- FAUP. s.d. «Workshop | Arquitectos de Família, 5.a edição | Vila Nova de Foz Côa». Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. https://sigarra.up.pt/faup/pt/noticias_geral.ver_noticia?p_nr=77702.
- Gabinete de Apoio Técnico Estudantil (@gate_gabinete). 2024. «O Gabinete de Apoio Técnico é uma iniciativa estudantil surgida no contexto do workshop Arquitectos de Família. Pretendemos prestar apoio técnico às populações, começando pela freguesia de Massarelos, numa abordagem horizontal e autogerida!» Instagram, novembro 17. https://www.instagram.com/gate_gabinete/p/DCegohHluvo/.
- García López, Jorge. 2017. «Arquitectos que sanan ciudades». *Publico*, 25 de maio de 2017. <https://www.publico.es/sociedad/arquitectos-sanar-ciudades.html>.
- García Molina, Ricardo, Roger Miralles Jori, e Vicente Díaz García. 2025. «Intervención arquitectónica en el patrimonio habitual: el método Livingston y las casas chorizo». *Vegueta: Anuario de la Facultad de Geografía e Historia*, 20 de janeiro de 2025, 237–73. <https://doi.org/10.51349/veg.2025.1.10>.
- Garcia, Gemma, e Rosi Morata. 2010. *25 anys posant Barcelona guapa: Campanya per a la protecció i millora del paisatge urbà*. Barcelona: Institut del Paisatge Urbà i la Qualitat de Vida (IMPUIQV),

- Ajuntament de Barcelona.
- Genaro Gomes, Joice. 2014. «Os programas de melhoria habitacionais: elementos a serem considerados para uma proposta de assistência técnica continuada a partir das experiências do Brasil e de Cuba». Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitectura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.
- Ghilardi, Flavio Henrique. 2017. «Cinco décadas de cooperativismo de moradia no Uruguai». *e-metropolis*, nº 30 (setembro): 15–24.
- Gonçalves, Catarina Amaral Dente. 2020. «Processos participativos: desafios e oportunidades para a prática de arquitetura no século XXI: Os casos de estudo da Cooperativa Trabalhar com os 99% e dos Arquitectos de Cabecera». Dissertação de Mestrado, Instituto Superior Técnico.
- González, Xavier. 2016. «El PMHB, sempre en constant transformació». *Qüestions d'Habitatge* Número 19, fevereiro de 2016, 31–33.
- Habitar Porto. 2016a. «Acompanhamos a Relatora da ONU». *Habitar Porto*, dezembro 22. <https://habitarporto.wordpress.com/2016/12/22/visita-da-relatora-da-onu-podemos-fazer-melhor/>.
- . 2016b. «Do Habitar Bonfim ao Habitar Porto». *Habitar Porto*, fevereiro 15. <https://habitarporto.wordpress.com/2016/02/15/estrategias-colaborativas/>.
- . 2016c. «Quem somos?» *Programa Habitar*, setembro 23. <https://www.programahabitar.org/quem-somos>. Consultado a 02 de fevereiro de 2023.
- . 2017. «Abrimos gabinete em Campanhã». *Habitar Porto*, fevereiro 27. <https://habitarporto.wordpress.com/2017/02/27/abrimos-gabinete-em-campanha/>.
- Habitar Porto. 2019. «Arquitectos de Família: O que é?» *Habitar Porto*, fevereiro 21. <https://habitarporto.wordpress.com/o-que-e/>.
- . s.d.a. «Arquitetos de Família». *Programa Habitar*. <https://www.programahabitar.org/workshop-arquitetos-de-familia>. Consultado a 02 de fevereiro de 2023.
- . s.d.b. «Workshop Arquitectos de Família». *Programa Habitar*. <https://www.programahabitar.org/workshop>. Consultado a 02 de fevereiro de 2023.
- Habitar. 2025. *Workshop Arquitectos de Família: Aprender sendo úteis*. 1a ed. Porto.
- . s.d.a. «__ Arquitectos de Família». *Habitar*. <https://www.programahabitar.org/workshop-arquitetos-de-familia>.
- . s.d.b. «Dissertações de mestrado». *Habitar*. <https://www.programahabitar.org/dissertacoes>.
- . s.d.c. «Quem somos?» *Habitar*. <https://www.programahabitar.org/quem-somos>.
- . s.d.d. «Workshop Arquitectos de Família». *Habitar*. <https://www.programahabitar.org/arquitetos-familia>.
- Hoz, Pedro de la. 2023. «Livingston en Cuba, arquitectura y humanismo». *Granma.cu*, janeiro 8. <https://www.granma.cu/cultura/2023-01-08/livingston-en-cuba-arquitectura-y-humanismo>.
- Jean-Claude Bolay et Adriana Rabinovich. 2008. *Habitat-Cuba répond à la demande en logements dans un pays en crise. Rendre les villes durables grâce à leurs habitants*, nº 5 (maio): 48–51.
- Jorge, Sílvia, e Vanessa Melo. 2023. «'Não resolvi o problema da habitação, mas aprendi umas coisas pelo caminho.' Entrevista com Helena Roseta». *CIDADES, Comunidades e Territórios*, nº au23: 123–33. <https://doi.org/10.15847/cct.32865>.
- Jorge, Sílvia. 2022. «A alavanca do 1o direito: um olhar sobre a primeira geração de estratégias locais de habitação». *Finisterra*, 19 de maio de 2022, 109-128 Páginas. 109-128 Páginas. <https://doi.org/10.18055/FINIS25645>.
- Junta de Freguesia de Campanhã. 2021. «Programa Casa Melhorada... Vida Melhorada». *Freguesia de Campanhã*. <https://campanha.net/index.php/noticias-freguesia/79-freguesia/1959-programa-casa-reparada-vida-melhorada>.
- Junta de Freguesia do Bonfim. s.d. «Casa Reparada... Vida Melhorada». *Freguesia do Bonfim*. <https://www.jfbonfim.pt/Projetos-e-Obras/casa-reparada-vida-melhorada2>.
- Kapp, Silke. 2021. «Assessoria técnica e suas questões». Em *Moradia e outras margens: Volume 1*, 483–98. Belo Horizonte, MG: Mom.
- Kothari, Miloon. 2008. *Informe del Relator Especial sobre una vivienda adecuada como elemento integrante del derecho a un nivel de vida adecuado*, Sr. Miloon Kothari: Misión a España. Relatório de Missão A/HRC/7/16/Add.2. UN Human Rights Council.
- Laguna Galindo, Selene, e Braulio Hernández Morales, eds. 2023. *V Encuentro Latino-Americano de Arquitectura Comunitária - Memoria*. Cidade do México.
- Lei no 83/2019, Diário da República, 1a Série 168 11 (2019). Lei de Bases da Habitação.
- Lei no2/2024, no 4 3 (2024). Programa Nacional de Habitação 2022-2026.
- Levantamento Nacional das Necessidades de Realojamento Habitacional*. 2018. Com Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU).
- Ley no 13.728, Diario Oficial de la Republica Oriental del Uruguay (1968). Plan Nacional de Viviendas.
- Liernur, Jorge Francisco e Fernando Aliata (ed.). 2004. «Casas Chorizo». *Diccionario de arquitectura en la Argentina: estilos, obras, biografías, instituciones, ciudades*, vol. 2, C–D, edited by Jorge Francisco Liernur and Fernando Aliata. Buenos Aires: Clarín / Arquitectura. ISBN 978-950-782-424-1.
- Livingston, Rodolfo. 1993. *Cuba existe: es socialista y no está en coma*. 2a ed. Capital Federal, Venezuela: Ediciones de la Urraca.
- . 1995. *El metodo*. 1a ed. Capital Federal, Venezuela: Ediciones de la Urraca.
- . 2006. *Arquitectos de familia: El método: Arquitectos de la comunidad*. [5ta edición]. Buenos Aires: Nobuko.
- . 2014. *Cirurgia de casas*. Masquatro Editora.
- Magri, Altair. 2015. *De José Batlle y Ordóñez a José Mujica: ideas, debates y políticas de vivienda en*

- Uruguay entre 1900 y 2012. Biblioteca plural. Montevideo: Universidad de la Republica, CSIC.
- Massad, Fredy, e Alicia Guerrero Yeste. 2011. «Arquitectos de Família». *btbarquitecture*, 5 de março de 2011. <http://www.btbwarchitecture.com/2011/03/arquitectos-de-familia.html>.
- Moassab, Andréia, e Amanda Martins dos Reis, eds. 2024. *VI Encontro Latino-Americano de Arquitetura Comunitária - Anais dos resumos expandidos*. Com Andrieli de Lima Biasi e Luis Carlos Chura Alvarez. Foz do Iguaçu, PR: Unila.
- Moassab, Andréia, e Ana Luiza Ribeiro Carvalho, eds. 2024. *VI Encontro Latino-Americano de Arquitetura Comunitária - Anais dos trabalhos completos*. Com Amanda Martins dos Reis. Foz do Iguaçu, PR: Unila.
- Montaner, Josep Maria. 2004. «La evolución del modelo Barcelona (1979-2002)». Em *Urbanismo en el siglo XXI: una visión crítica: Bilbao, Madrid, Valencia, Barcelona*, 1. ed, 203–22. Arqutext 30. Barcelona: Escola Tècnica Superior d'Arquitectura de Barcelona : Edicions UPC.
- Mora, Sofia, dir. 2019. *Metodo Livingston*. Documentário. VamosViendo Cine. Video, 72 min. <https://americas.dafilms.com/film/11300-livingston-the-man-and-the-method>.
- Município de Vila Nova de Foz Côa e Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU). 2022. *Acordo de Colaboração*.
- Município de Vila Nova de Foz Côa. 2021. *Estratégia Local de Habitação do Município de Vila Nova de Foz Côa*.
- Museo de Historia de Barcelona. 2009. *Barracas: La ciudad Informal*. Ajuntament de Barcelona.
- Normativa Urbanística del Pla General Metropolità de Ordenació Urbana (1976).
- Ofício no 1365/87, Exp. 70/87 (1987). Altera o PP SM243, Barcelona.
- Oliveira, Sara Filipa Cardoso. 2020. «Do Tratamento à Prevenção. A Arquitectura como Determinante Social da Saúde no caso das Ilhas do Porto». Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.
- Palau, Maria. 2016. «Temps de compromís». *El Punt Avui* (Barcelona), 4 de fevereiro de 2016. <https://www.elpuntavui.cat/cultura/article/19-cultura/938352-temps-de-compromis.html>.
- Panóptica e Lacol, dirs. 2011. *Com un Gegant Invisible. Can Batlo i les Ciutats Imaginàries*. 64min.
- Patronato de la Habitación de Barcelona. 1928. *La habitación humilde en Barcelona*. Barcelona: Fomento de la vivienda popular.
- PePOL. 2019. «Programa Ponte – Apresentação». *PePOL: práticas e políticas para o desenvolvimento local*, abril 8. pepol.arq.up.pt/programaponte/.
- Pérez Moya, Eduard. 2017. «“El ciutadà ha de ser al centre de les operacions de tot arquitecte”». *Construmat*, 10 de janeiro de 2017. <https://www.construmat.com/ca/el-ciutada-ha-de-ser-al-centre-de-les-operacions-de-tot-arquitecte/>.
- Pinto, Mariana Correia. 2016. «Aitor quer ser um “arquitecto de família” para a população do Bonfim». *PÚBLICO*, março 30. <https://www.publico.pt/2016/03/30/sociedade/noticia/aitor-quer-ser-um-arquitecto-de-familia-para-a-populacao-do-bonfim-1727481>.
- . 2017. «E se o Porto inventasse um Obamacare em versão Habitar?» *PÚBLICO*, abril 20. <https://www.publico.pt/2017/04/20/p3/noticia/e-se-o-porto-inventasse-um-obamacare-em-versao-habitar-1769315>.
- Pires, Ana, João Pereira, e Joan Graell Collell. 2021. «Rehabilitar és el teu dret: Segundo Escalón».
- Pires, Ana. 2025. «Arquitectos de Família: Estratégias de Intervenção». Em *Mais do que Casas STARBURSTING: Livro de Atas*, 1a edição, 369–80. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.
- Plataforma de Afectados por la Hipoteca (PAH). s.d.a. «Manifiesto». <https://afectadosporlahipoteca.com/manifiesto-pah/>.
- . s.d.b. «Qué es la PAH». <https://afectadosporlahipoteca.com/que-es-la-pah/>.
- Portas, Nuno. 2008. *A arquitectura para hoje: seguido de, Evolução da arquitectura moderna em Portugal*. 2.a ed. Livros Horizonte.
- Proyecto Habitar. 2012. «Encuentro Latinoamericano de Arquitectos. ELAC 2012. Jornada de Cierre.» Facebook. <https://www.facebook.com/notes/725855004685976/>.
- Queirós, João. 2015. *No centro, à margem: sociologia das intervenções urbanísticas e habitacionais do estado no centro histórico do Porto*. Biblioteca das ciências sociais 99. Porto: Edições Afrontamento.
- Rabinovich, Adriana. 2010. «Los intereses sectoriales de la vivienda social en Cuba: Tecnología vs. Diseño». *EchoGéo* 12. <https://doi.org/10.4000/echogeo.11695>.
- Red ULAVAC. 2018. «XXIV Encuentro de la Red Universitaria Latinoamericana de Cátedras de Vivienda (2018) – La Plata, Argentina». *Red ULACAV : Red Universitaria Latinoamericana de Cátedras de Vivienda*, setembro 5. <https://redulacav.org/xxiv-encuentro-la-red-universitaria-latinoamericana-catedras-vivienda-2018-la-plata-argentina/>.
- Reis, Paula Alexandra da Silva Gândara. 2020. «Entre conhecer, fazer e transformar. A reabilitação das ilhas do Porto como mecanismo para a aprendizagem colectiva». Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.
- Resolução do Conselho de Ministros no 48/2015, Diário da República, 1a Série 136 4826 (2015). Aprova a Estratégia Nacional para a Habitação para o período de 2015-2031.
- Resolução do Conselho de Ministros no 50-A/2018, Diário da República, 1a Série 84 1784 (2018). Aprova o sentido estratégico, objectivos e instrumentos para uma Nova Geração de Políticas de Habitação.
- Resolução do Conselho de Ministros, 19 de março, Diário do Governo no 67/1976, Conselho de Ministros, 2o suplemento 566 (1976). Estabelece o regime de crédito à habitação.
- Robles, Andrea. 2018. «Arquitectura para no arquitectos: arquitectos de cabecera». Fundación Arquia

- Blog, 6 de junho de 2018. <https://blogfundacion.arquia.es/2018/06/arquitectura-para-no-arquitectos-arquitectos-de-cabecera/>.
- Rodríguez, R.D. 2017. ««Cuando no hay vivienda pública de alquiler, el mercado marca quién vive en los barrios»» *A Coruña. La Opinión* (Corunha), 9 de setembro de 2017. <https://www.laopinioncoruna.es/coruna/2017/09/09/hay-vivienda-publica-alquiler-mercado-24205267.html>.
- Rómboli, Luis. 2015. «Construyendo en planta baja». *La Diaria* (Montevideo, Uruguai), 10 de setembro de 2015. <https://ladiaria.com.uy/articulo/2015/9/construyendo-en-planta-baja/>.
- Rosel, Laura. 2020. «Josep Bohigas: “El confinament fa que ens replantegem la manera de relacionar-nos amb la família, els veïns i la ciutat”». *Diumenge. Ara* (Barcelona), 29 de março de 2020. https://diumenge.ara.cat/diumenge/confinament-replantegem-manera-relacionar-nos-familia_1_1172567.html.
- Roseta, Helena. 2018. «Contributo do programa HABITAR PORTO (audição de 8.2.2018)». fevereiro 8. <https://www.helenaroseta.pt/legislacao/leisconcluidas/000311,000065/index.htm?t=%27ilhas%27-do-porto---resolucoes-da-ar-aprovadas-em-2018>.
- S.A. 2010a. «Informe sobre el 1er. Encuentro Latinoamericano e ArqCom». *Boletín de la Sociedad de Arquitectos del Uruguay*, dezembro de 2010.
- . 2010b. «Primer Encuentro Latinoamericano de Arquitectos de la Comunidad». *Boletín de la Sociedad de Arquitectos del Uruguay*, outubro de 2010.
- . 2010c. «Primer Encuentro Latinoamericano de Arquitectos de la Comunidad en Uruguay». *LARED21*, outubro 29. <http://www.lr21.com.uy/comunidad/429400-primer-encuentro-latinoamericano-de-arquitectos-de-la-comunidad-en-uruguay>.
- . 2012. *2o Encuentro Latino Americano de Arquitectos de la Comunidad: El Rol Profesional en la Produccion Social del Hábitat* (segunda circular).
- . 2018. «4º Encuentro Latinoamericano de Arquitectura Comunitaria (ELAC): Arquitectura al servicio de los pueblos de América Latina». *Partido Comunista Revolucionario de la Argentina*, 24 de outubro de 2018. <https://pcr.org.ar/nota/arquitectura-al-servicio-de-los-pueblos-de-america-latina/>.
- . 2019. «Porto ao nível da Finlândia na oferta de habitação social e muito acima da média nacional de 2%». Porto. *Domus Social*, maio 29. <https://www.domussocial.pt/noticias/porto-ao-nivel-da-finlandia-na-oferta-de-habitacao-social-e-muito-acima-da-media-nacional-de-2>.
- . s.d. «Convocatoria V ELAC». https://drive.google.com/file/d/1WaSGBIZ9Ak6C68q1MMvzrc-j-llms03/view?usp=sharing7&usp=embed_facebook.
- Salvarredy, Julian Raul. 2012. *2o Encuentro Latino Americano de Arquitectos de la Comunidad: El Rol Profesional en la Produccion Social del Hábitat*. 1a edição. Buenos Aires, Argentina: Proyecto Habitar.
- . 2020. «Arquitectura comunitaria ¿Qué es?» *Proyecto Habitar*, 21 de setembro de 2020. <https://www.proyectoahabitar.org/notas/arquitecturacomunitaria/>.
- Silvia Nogueira, Priscilla. 2010. «Práticas de Arquitetura para Demandas Populares: A experiência dos Arquitetos de Família». Dissertação de Mestrado, Escola de Arquitetura da UFMG.
- Sociedad de Arquitectos de Uruguay. 1997. *Arancel de Honorarios*.
- Sousa, Helder. 2012. «Unfinished Projects». Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Música e Artes do Espetáculo do Politécnico do Porto.
- Subirà, Roger. 2024. «Vivienda social en España I: de los inicios de la intervención pública a la Guerra Civil». *Do_co,mo.mo_ibérico*. Fundación Docomomo Ibérico, fevereiro de 2024. <https://docomomoiberico.com/documentos-interes/la-vivienda-social-en-espana-desde-los-inicios-de-la-intervencion-publica-a-la-guerra-civil/>.
- Taller Temàtic Arquitectes de Capçalera e ETSAB-UPC. 2021. «TTAC21 / OSTRAC: Rehabilitar és teu dret!»
- Taula Eix Pere IV. 2017. «20 propostes del Poblenou per a “l’Eix Pere IV”». <https://eixpereiv.org/enquesta/propostes-per-a-leix-pere-iv/>.
- Teixeira Alves, João Carlos. 2013. «Arquitectura de Intervenção. Repensando o papel social do arquiteto através de modelos alternativos de prática». Mestrado, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.
- Togores, Luis E. 2021. «Cuando Franco congeló el alquiler y promovió la vivienda social (con éxito)». *Historia. El Debate*, 8 de outubro de 2021. <https://www.eldebate.com/historia/20211008/franco-congelo-alquiler-promovio-vivienda-social.html>.
- Travasso, Nuno. 2023. «Arquitectura Resgatada: Inquietações disciplinares a partir de três estímulos recentes». Em *Prática(s) de arquitetura: projecto, investigação, escrita*, editado por Manuel Mendes, 34–63. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.
- . 2025. «Políticas de Habitação em Portugal». *História das Ideias, Culturas do Habitar*, vol. 43: 333–70.
- UNESCO World Heritage Centre. s.d.a. «Alto Douro Wine Region». *UNESCO World Heritage Convention*. <https://whc.unesco.org/en/list/1046/>.
- . s.d.b. «Prehistoric Rock Art Sites in the Côa Valley and Siega Verde». *UNESCO World Heritage Convention*. <https://whc.unesco.org/en/list/866/>.
- UNI Radio. 2010. «Primer Encuentro Latinoamericano Arquitectos de la Comunidad». *UNI Radio*, 2 de outubro de 2010. <https://www.uniradio.edu.uy/2010/10/primer-encuentro-latinoamericano-arquitectos-de-la-comunidad>.
- Urrutia, Conchi Berenguer. 2020. «[ACÁ]DEMOS: Calle-Academia-Calle: Arquitectes de Cabecera». *Huevo de Pato*, 2020.

- Valladares, Arturo. 2013. «The Community Architect Program: Implementing Participation-in-Design to Improve Housing Conditions in Cuba». *Habitat International* 38 (abril): 18–24. <https://doi.org/10.1016/j.habitatint.2012.09.004>.
- Varea Oro, Aitor Varea, Ana Pinheiro, e Mariana Almeida. 2024. «O desafio da qualidade na resposta à vulnerabilidade». *WEBINAR - 1o Direito: construção de um balanço*, 2024.
- . 2019. «Entre as práticas e as políticas. O Programa Habitar Porto». *Forum Sociológico*. Série II 34: 61–70. <https://doi.org/10.4000/sociologico.4820>.
- Varea Oro, Aitor, Cynthia El-Dash, Ana Filipe, e Helena Luna. 2024. «A Estratégia Local de Habitação de Vila Nova de Foz Côa. Um exemplo de cooperação para a qualificação das instituições e do território». *CôaVisão: Economia, Ciência e Cultura*, 2024.
- Varea Oro, Aitor, e Nuno Travasso. 2019. «Assembling an alternative: pushing the development of a new housing programme in Porto». *Risk and Resilience in practice: Vulnerabilities, Displaced People, Local Communities and Heritage*, março de 2019, 431–41.
- Varea Oro, Aitor, e Paulo Monteiro Vieira. 2022. «O poder público enquanto catalisador da mudança social. Processo e balanço da reabilitação das “ilhas” do Porto em curso». *CIDADES, Comunidades e Territórios*, nº 45. <https://doi.org/10.15847/cct.26601>.
- Varea Oro, Aitor, e Sílvia Jorge. 2023. «Cidades e comunidades sustentáveis? Problemas práticos de implementação local da Agenda 2030 à luz do processo de reabilitação das ilhas do Porto». *CIDADES, Comunidades e Territórios*, nº au23. <https://doi.org/10.15847/cct.29239>.
- Varea Oro, Aitor. 2015. «La Arquitectura del Territorio. Los entramados sociales como herramienta de proyecto». Doutoramento, Universitat Politècnica de València.
- . 2022. *Ilhas do Porto: reabilitar para incluir*. 1a edição. Porto: Município do Porto e Porto Vivo, SRU.
- . 2023. «Workshop Arquitectos de Família: Interior de Portugal | Vila Nova de Foz Côa». setembro 4.
- Vázquez, Isabel Breda, e Paulo Conceição. 2015. *«Ilhas» do Porto – Levantamento e Caracterização*. Porto: Município do Porto.
- VI ELAC - Encontro Latino-americano de Arquitetura Comunitária. 2023a. «Programação/ programación». outubro 22. <https://elacvi.wordpress.com/programa/>.
- . 2023b. «Quem somos/ Quiénes somos». outubro 22. <https://elacvi.wordpress.com/quem-somos/>.
- . 2023c. «Sobre o ELAC/sobre el ELAC». outubro 18. <https://elacvi.wordpress.com/sobre/>.
- VI ELAC (@elac.la). 2018. «CERRAMOS EL IV ELAC... SOMOS HISTORIA, SOMOS LUCHA». Instagram, setembro 10. <https://www.instagram.com/p/BnjTcfaHkr9/>.
- World Habitat. s.d. «Architect in the Community Programme, Cuba». <https://world-habitat.org/world-habitat-awards/winners-and-finalists/architect-in-the-community-programme-cuba/>.
- Xerez, Romana, Pedro G. Rodrigues, e Francielli D. Cardoso. 2018. «A política de habitação em Portugal de 2002 a 2017: Programas, políticas públicas implementadas e instituições envolvidas». Em *Habitação: cem anos de políticas públicas em Portugal, 1918-2018*, 1a ed, 465–511. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana.
- Zalazar, Martín, Ruben Sepulveda Ocampo, Clara Mansueto, e Ricardo de Sarraga. 2020. *La formación universitaria en la producción social del hábitat: XXIV Encuentro Red Universitaria Latinoamericana de Cátedras de Vivienda*. Editorial FAU-UNNE.
- Zraggen, Céline. 2024. «Impactos, Riscos e Vulnerabilidades: Adaptar Os Edifícios às Alterações Climáticas, Vila Nova de Foz Côa». Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

LISTA DE IMAGENS

CAPÍTULO 01

FIG. 01. Livingston, Rodolfo. 1995. *El Método*; Livingston, Rodolfo. 2006. *Arquitectos de Familia: El Método: Arquitectos de la Comunidad*. 5.ª ed.; FIG. 02. A autora; FIG. 03. S.A. 2004. *Planta tipo de una Casa Chorizo*. In *Diccionario de arquitectura en la Argentina*, 31; FIG. 04. Stern, Grete. s.d. *Patio de una Casa Chorizo*. In Buenos Aires en la Fotografía. <https://sites.google.com/view/buenos-aires-en-la-fotografia/inicio/grete-stern>; FIG. 05. Biblioteca Nacional Mariano Moreno. 1953. *Vista elevada de los asistentes de la inauguración del Viaducto Presidente Perón*. In Centro Documental de Cuenca Matanza Riachuelo. <https://centrodocumental.acumar.gob.ar/items/show/8505>; FIG. 06. Olds, Harry Grant. 1901. *Barrio de la Quema*. In Buenos Aires en la Fotografía. <https://sites.google.com/view/buenos-aires-en-la-fotografia/inicio/harry-grant-olds>; FIG. 07. Archivo General de la Nación. 1962. *Barrio Paralelo 38, Isla Maciel*. In Centro Documental de Cuenca Matanza Riachuelo. <https://centrodocumental.acumar.gob.ar/items/show/9905>; FIG. 08. Estudio MSGSSV. 1974. *Barrio Piedrabuena*. In Coleção MoMA. <https://www.moma.org/collection/works/182047>; FIG. 09. Goldemberg, Jorge e Eric Goldemberg. s.d. *Conjunto Habitacional Villa Soldati*. In Moderna Buenos Aires. <https://www.modernabuenosaires.org/obras/20s-a-70s/conjunto-habitacional-villa-soldati>; FIG. 10. Lestido, Adriana. 1982. *Buenos Aires, 1982. En el ocaso de la dictadura, los pañuelos blancos (...)*. In Centro Documental de Cuenca Matanza Riachuelo. <https://centrodocumental.acumar.gob.ar/items/show/9732>; FIG. 11. Quaretti, Mónica Hasenberg-Brenno. 1983. *Última marcha de Madres de Plaza de Mayo*. In Archivos en Uso. <https://archivosenuso.org/ddhh/1065/ultima-marcha-de-madres-de-plaza-de-mayo-bajo-la-dictadura>; FIG. 12. Livingston, Rodolfo. 1961. *Los primeros techitos prefabricados*. In Livingston, Rodolfo. 2006. *Arquitectos de Familia*, 320; FIG. 13. Mora, Sofia (dir.). 2019. *Método Livingston*; FIG. 14. Mora, Sofia (dir.). 2019. *Método Livingston*; FIG. 15. Livingston, Rodolfo. 2006. *Arquitectos de Familia*, 48–49; FIG. 16. Livingston, Rodolfo. 2006. *Arquitectos de Familia*, 67–68; FIG. 17. Livingston, Rodolfo. 2006. *Arquitectos de Familia*, 114–115; FIG. 18. Livingston, Rodolfo. 2006. *Arquitectos de Familia*, 190; FIG. 19. Livingston, Rodolfo. 2006. *Arquitectos de Familia*, 267; FIG. 20. Livingston, Rodolfo. 1994. *Escucha del cliente (...)*. In Livingston, Rodolfo. 2006. *Arquitectos de Familia*, 315; FIG. 21. Livingston, Rodolfo. 2003. *Presentación pública de los Arquitectos de Familia (...)*. In Livingston, Rodolfo Livingston. 2006. *Arquitectos de Familia*, 318; FIG. 22. Livingston, Rodolfo. 2003. *Intercambio de opiniones (...)*. In Livingston, Rodolfo. 2006. *Arquitectos de Familia*, 318; FIG. 23. Rabinovich, Adriana. 2010. «Los intereses sectoriales de la vivienda social en Cuba: Tecnología vs. Diseño». *EchoGéo*, 17; FIG. 24. Genaro Gomes, Joice. 2014. «Os programas de melhoria habitacionais: (...)» Dissertação de Mestrado, FAUUSP, 74; FIG. 25. Rabinovich, Adriana. 2010. «Los intereses sectoriales de la vivienda social en Cuba: Tecnología vs. Diseño». *EchoGéo*, 16; FIG. 26. Livingston, Rodolfo. 2006. *Arquitectos de Familia*, 317; FIG. 27. S.A. 2012. «Informe sobre el 1er. Encuentro Latinoamericano e ArqCom». *Boletín de la Sociedad de Arquitectos del Uruguay*, dezembro, 66; FIG. 28. Arquitectos de la Comunidad. (@arquitectosdelacomunidad) 2022. Instagram. <https://www.instagram.com/arquitectosdelacomunidad/p/CcogdBNsqTm/>; FIG. 29. Arquitectos de la Comunidad (@arquitectosdelacomunidad). 2025. Instagram. <https://www.instagram.com/arquitectosdelacomunidad/p/DPMoH-tDzQS/>; FIG. 30. Arquitectos de la Comunidad (@arquitectosdelacomunidad). 2024. Instagram. <https://www.instagram.com/arquitectosdelacomunidad/p/DEGAgpJvf9M/>; FIG. 31. Berasategui, Alicia, M.ª Magdalena Bervejillo, e M.ª Virginia Jorcín. 2010. *10 años Arquitectos de la Comunidad Uruguay*, 35; FIG. 32. Berasategui, Alicia, M.ª Magdalena Bervejillo, e M.ª Virginia Jorcín. 2010. *10 años Arquitectos de la Comunidad Uruguay*, 18; FIG. 33. Proyecto Habitar. 2012. Facebook. <https://www.facebook.com/notes/725855004685976/>; FIG. 34. ELAC VI. 2018. Facebook. <https://www.facebook.com/photo/?fbid=346475272582544>; FIG. 35. Moassab, Andréia e Ana Luiza Ribeiro Carvalho (eds.). 2024. *VI Encontro Latino-Americano de Arquitetura Comunitária – Anais*;

CAPÍTULO 02

FIG. 36. Google Earth. 2025. *Vista aérea de Barcelona*. Com edição da autora; FIG. 37. Marroyo i Rodríguez, Ignasi. 1964. *Barraques de la platja de Somorrostro*. In Arxiu Nacional de Catalunya. <https://arxiusenlinia.cultura.gencat.cat/#/elmeudossier/detallunitat/ANC1-995-N-638>; FIG. 38. Trabajos Aéreos y Fotogramétricos. 1966. *Enderroc de les barraques del Somorrostro*. In Arxiu Nacional de Catalunya. <https://arxiusenlinia.cultura.gencat.cat/#/cercabasica/detallunitat/ANC1-564-N-4771>; FIG. 39. Trabajos Aéreos y Fotogramétricos. 1971. *Habitatges a L'Hospitalet de Llobregat*. In Arxiu Nacional de Catalunya. <https://arxiusenlinia.cultura.gencat.cat/#/cercaavancada/detallunitat/ANC1-564-N-10282>; FIG. 40. Patronato de la Habitación de Barcelona. 1928. *La habitación humilde en Barcelona*; FIG. 41. S.A. 1929. *Bon Pastor*. In MUHBA. <https://www.barcelona.cat/museuhistoria/es/patrimonios/los-espacios-y-salas-del-museo/bon-pastor>; FIG. 42. Trabajos Aéreos y Fotogramétricos. 1959. *Habitatges en construcció, Barcelona*. In Arxiu Nacional de Catalunya. <https://arxiusenlinia.cultura.gencat.cat/#/cercaavancada/detallunitat/ANC1-564-N-9570>; FIG. 43. Trabajos Aéreos y Fotogramétricos. 1967. *Habitatges en construcció, El Besòs i el Maresme*. In Arxiu Nacional de Catalunya. <https://arxiusenlinia.cultura.gencat>.

cat/#/cercaavancada/detallunitat/ANC1-564-N-9841; FIG. 44. Barcelona: Documentos Históricos. <https://urbanity.one/t/barcelona-documentos-historicos/1972/36>; FIG. 45. Cruset, Lluís. 2007. *Colau disfressada de Superviueda*. In Vila, Ivan. 2015. «El primer miting de Colau». El Punt Avui. 11 de maio. <https://www.elpuntavui.cat/article/3-politica/-/853124-el-primer-miting-de-colau.html>; FIG. 46. Falagán, David H. (ed.). 2019. *Innovación en vivienda asequible Barcelona 2015-2018*, 16; FIG. 47. Tejederas. s.d. *Decenas de indignados (...)*. In S.A. 2011. «Desalojo del campamento del 15-M en Barcelona». El País. 27 de maio. https://elpais.com/elpais/2011/05/27/album/1306484217_910215.html; FIG. 48. Minocri, Massimiliano. s.d. *Horas después de los violentos disturbios en la plaza de Catalunya (...)*. In S.A. 2011. «Desalojo del campamento del 15-M en Barcelona». El País. 27 de maio. https://elpais.com/elpais/2011/05/27/album/1306484217_910215.html; FIG. 49. Urrutia, Conchi Berenguer. 2020. «[ACÁ] DEMOS: Calle-Academia-Calle: Arquitectos de Cabecera». *Huevo de Pato*; FIG. 50. A autora com recurso a: Google Earth. 2025. *Vista aérea do Porto*; «Ilhas» na cidade do Porto. In Varea Oro, Aitor. 2022. *Ilhas do Porto: reabilitar para incluir*, 12–13; Queirós, João. 2015. *No centro à margem: sociologia das intervenções e habitacionais do estado no centro histórico do Porto*, 28, 46 e 165; S.A. *Planta da cidade do Porto: zonas salubridades e núcleos e habitações construídas até 31 de março de 1965*. In Arquivo Municipal do Porto. <https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/638879/>; FIG. 51. Porto Vivo, SRU. 2004. Corpo da Guarda. In Porto Vivo, SRU: Programa de Reabilitação Urbana do Eixo Mouzinho da Silveira/Flores, da ARU Centro Histórico do Porto. <https://oru.portovivosru.pt/pt/centro-historico/caracterizacao-e-diagnostico>; FIG. 52. Porto Vivo, SRU. 2004. Corpo da Guarda. In Porto Vivo, SRU: Programa de Reabilitação Urbana do Eixo Mouzinho da Silveira/Flores, da ARU Centro Histórico do Porto. <https://oru.portovivosru.pt/pt/centro-historico/caracterizacao-e-diagnostico>; FIG. 53. Sousa, Helder. 2011. *Rua Regedor José Diogo*. In Sousa, Helder. 2012. *Unfinished Projects*, 33; FIG. 54. Sousa, Helder. 2012. *Rua da Marcelina*. In Sousa, Helder. 2012. *Unfinished Projects*, 42; FIG. 55. Alves Costa, Alexandre. 1975. In CD25A — Centro de Documentação 25 de Abril. <https://www.cd25a.uc.pt/pt/page/1349>; FIG. 56. Alves Costa, Alexandre. 175. SAAL – Bairro do Leal – Porto. In CD25A — Centro de Documentação 25 de Abril. <https://www.cd25a.uc.pt/pt/page/1349>; FIG. 57. Época – Gestão de Estudos e Projetos. 1998–2000. *Projeto de arquitetura Conjunto Habitacional da Fontinha*. In Arquivo Municipal do Porto. <https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/646388/>; FIG. 58. Domus Social: Fontinha. <https://www.domussocial.pt/bairros-lista/fontinha>; FIG. 59. Fernandes, Manuel Correia. 1996–1998. *Projeto de arquitetura do Conjunto Habitacional do Ilhéu*. In Arquivo Municipal do Porto. <https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/646309/>; FIG. 60. Domus Social: Ilhéu. <https://www.domussocial.pt/bairros-lista/ilheu>; FIG. 61. Divisão Municipal de Comunicação e Promoção. 1996. *Demolição das barracas dos Guindais*. In Arquivo Municipal do Porto. <https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/615307/?q=barracas>; FIG. 62. Barreiros, Guilherme Bonfim. 1941. *[Porto: “Ilha” da Rua de São Vito, nº 109]*. In Arquivo Municipal do Porto. <https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/797791/?q=titulo%3A%28ilha%29+objetos%3Aasim>; FIG. 63. Santos, Nuno Ferreira. s.d. *Diferentes gerações unidas contra a austeridade*. In S.A. 2014. «Três anos da troika em imagens: (...)». Público. 17 de maio. <https://www.publico.pt/2014/05/17/fotogaleria/tres-anos-de-troika-334487>; FIG. 64. Gil, Paula. s.d. *Os Homens da Luta atuaram (...)*. In Gomes, Francisca e João Filipe Brandão. 2021. «Há 10 anos eles encheram as ruas. O que é feito da “Geração à Rasca”?». JPN. 12 de março. <https://www.jpn.up.pt/2021/03/12/ha-10-anos-eles-encheram-as-ruas-o-que-e-feito-da-geracao-a-rasca/>; FIG. 65. Portal da Habitação. <https://www.portaldahabitacao.pt/nova-geracao-de-politicas-de-habitacao>; FIG. 66. O Porto não se Vende. 2017. Facebook. <https://www.facebook.com/portonaosevende/photos/pb.100075967937753.-2207520000/1491397797613843/?type=3>; FIG. 67. Coelho, Luís. 2017. In Caravana pela Habitação. <https://caravanapelahabitacao.wordpress.com/arquivo-de-videos-e-imagens/#jp-carousel-587>; FIG. 68. Habitar. 2025. *Workshop Arquitetos de Família: Aprender sendo úteis*, 26; FIG. 69. Habitar. 2025. *Workshop Arquitetos de Família: Aprender sendo úteis*, 26; FIG. 70. Bohigas, Josep. 2016. «Arquitectos de Cabecera (AC)». *Quaderns d'Arquitectura i Urbanisme - Col·legi d'Arquitects de Catalunya #266* (fevereiro). <http://quaderns.coac.net/es/2016/02/arg-de-capcalera/>; FIG. 71. Bohigas, Josep. 2016. «Arquitectos de Cabecera (AC)». *Quaderns d'Arquitectura i Urbanisme - Col·legi d'Arquitects de Catalunya #266* (fevereiro). <http://quaderns.coac.net/es/2016/02/arg-de-capcalera/>; FIG. 72. Arquitectes de Capçalera. 2015. In Avilla-Royo, Raúl. 2023. *Herramientas colaborativas para arquitecturas de cabecera*, 113 e 340; FIG. 73. Arquitectes de Capçalera. 2015. In Avilla-Royo, Raúl. 2023. *Herramientas colaborativas para arquitecturas de cabecera*, 115; FIG. 74. Arquitectos de Cabecera. *Fem festa, fem Safaretjos*. 2017. Issuu. https://issuu.com/arquitectosdecabecera/docs/safaretjos_2017; FIG. 75. Arquitectes de Capçalera. 2018. *Fem Festa, Fem Safaretjos!*. <https://arquitectosdecabecera.org/portfolio/fem-festa-fem-safaretjos/>; FIG. 76. Arquitectes de Capçalera. 2019. *Els veïns del barri del Raval*. In Arquitectes de Capçalera. 2019. *Descubrir las Rondas: Acción 2019*. <https://arquitectosdecabecera.org/portfolio/hackato/>; FIG. 77. Arquitectes de Capçalera. 2018. *Master Plan Safaretjos*. <https://arquitectosdecabecera.org/portfolio/master-plan-safaretjos/>; FIG. 78. Berenguer Urrutia, Conchi, Ignacio Urbisdondo Alonso e Jon Bakaikoa Canflanca. 2017. *Mapa Mental TTAC 2017*. In Avilla-Royo, Raúl. 2023. *Herramientas colaborativas para arquitecturas de cabecera*, 169; FIG. 79. Royo, Peio, Joan Ramon Pou e Antoni Planas. 2017. *Planificación, TTAC 2017*. In Avilla-Royo, Raúl. 2023. *Herramientas colaborativas para arquitecturas de cabecera*, 169; FIG. 80 a 82. Arquitectos de Cabecera. *Fem festa, fem Safaretjos*. 2017. Issuu. https://issuu.com/arquitectosdecabecera/docs/safaretjos_2017; FIG. 83. Arquitectos de Cabecera. *Tupolevs: WAC 2016*. 2016. Issuu. <https://arquitectosdecabecera.org/portfolio/album-covers/>; FIG. 84. Avilla-Royo, Raúl. 2023. *Herramientas colaborativas para arquitecturas de cabecera*, 341; FIG. 85. Bohigas, Josep. 2016. «Arquitectos de Cabecera (AC)». *Quaderns d'Arquitectura i Urbanisme - Col·legi d'Arquitects de Catalunya #266* (fevereiro). <http://quaderns.coac.net/es/2016/02/arg-de-capcalera/>; FIG. 86 e 87.

Habitar. 2025. *Workshop Arquitectos de Família: Aprender sendo úteis*, 34; FIG. 88. Habitar. 2025. *Workshop Arquitectos de Família: Aprender sendo úteis*, 30; FIG. 89. Varea Oro, Aitor, Ana Pinheiro, e Mariana Almeida. 2019. «Entre as práticas e as políticas. O Programa Habitar Porto». *Forum Sociológico*, 66; FIG. 90. Habitar. 2025. *Workshop Arquitectos de Família: Aprender sendo úteis*, 50; FIG. 91. Coelho, Marta. 2019. *Planta Levantamento de Patologias e Levantamento Fotográfico Patológico*. In Coelho, Marta. 2020. «Caleidoscópio Insular | Olhar a Ilha». Dissertação de Mestrado, FAUP, 80; FIG. 92. Habitar. 2025. *Workshop Arquitectos de Família: Aprender sendo úteis*, 54; FIG. 93 e 94. Habitar. 2025. *Workshop Arquitectos de Família: Aprender sendo úteis*, 38; FIG. 95. El-Dash, Cynthia Machado Cusin Ahmed. 2022. «Reabilitar “para” e “com” as pessoas. Duas metodologias de governança na reabilitação de uma ilha no Porto». Dissertação de Mestrado, FAUP, 55. FIG. 96. El-Dash, Cynthia Machado Cusin Ahmed. 2022. «Reabilitar “para” e “com” as pessoas. Duas metodologias de governança na reabilitação de uma ilha no Porto». Dissertação de Mestrado, FAUP, 95; FIG. 97. BAAU: Ilha de São Vitor. <https://www.baaup.pt/project/reabilitacao-de-ilha-na-rua-s-vitor-172/>; FIG. 98. BAAU e Habitar. s.d. *Programa base para uma “ilha” em São Vitor, destinado a facilitar o acesso a financiamento público*. Desenhos de FAUP e Direção Municipal de Desenvolvimento Urbano, sd. *Projeto para uma “ilha” em São Vitor, já completamente desenvolvido por um técnico privado*. In Varea Oro, Aitor. 2022. *Ilhas do Porto: reabilitar para incluir*, 114 e 115; FIG. 99. Arquitectos de Cabecera. *Tupolevs: WAC 2016*. 2016. Issuu. <https://arquitectosdecabecera.org/portfolio/album-covers/>; FIG. 100. Portal da Habitação: 1º Direito. <https://www.portaldahabitacao.pt/1.%C2%BA-direito>; FIG. 101. Arquitectos de Cabecera. *Tupolevs: WAC 2016*. 2016. Issuu. <https://arquitectosdecabecera.org/portfolio/album-covers/>; FIG. 102. Workshop Arquitectos de Família. 2023.

CAPÍTULO 03

FIG. 103. Taller Temàtic Arquitectes de Capçalera e ETSAB-UPC. 2021. *TTAC21/OSTRAC: Rehabilitar és teu dret!* FIG. 104 e 105. A autora com recurso ao Portal de Informação Urbanística BCN. <https://ajuntament.barcelona.cat/informaciourbanistica/cerca/es/>; FIG. 106. A autora; FIG. 107. Avilla-Royo, Raúl. 2022. «Colaborative Architecture Barcelona: The Architect as Enabler». Doutoramento, Royal College of Art, 60; FIG. 108 e 112. A autora com recurso a: Pires, Ana, João Pereira, e Joan Graell Collell. 2021. «Rehabilitar és el teu dret: Segundo Escalón»; FIG. 113. Arquitectos de la Comunidad. (@arquitectosdelacomunidad) 2022. Instagram. <https://www.instagram.com/arquitectosdecabecera/p/CZMJopcsJHQ/>; FIG. 114. Pires, Ana, João Pereira, e Joan Graell Collell. 2021. «Rehabilitar és el teu dret: Segundo Escalón»; FIG. 115. FAUP. s.d. «Workshop | Arquitectos de Família, 5.ª edição | Vila Nova de Foz Côa». Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. https://sigarra.up.pt/faup/pt/noticias_geral.ver_noticia?p_nr=77702; FIG. 116. A autora com recurso a: Google Earth. 2025. *Vista aérea de Vila Nova de Foz Côa*; FIG. 117. A autora; FIG. 118. Habitar – CEAU, FAUP. 2023. *Desenho: Situação Existente*; FIG. 119. VivaDouro. 2023. *Foz Côa recebe o workshop de arquitetura: Arquitectos de Família*. <https://www.vivadouro.org/noticias/foz-coa-recebe-workshop-de-arquitetura-arquitectos-de-familia>; FIG. 120 a 122. A autora e Joana Gastalho.

ANEXO 01 E 02

A autora com recurso ao trabalho produzido no *Taller Temàtic Arquitectes de Capçalera 2021* e na 5ª edição *Workshop Arquitectos de Família*.

ANEXO A

PROJETO: *SEGUNDO ESCALÓN*
TTAC21 | REHABILITAR ÉS EL TÉU DRET

FIG.122. Vista aérea do bairro de casas da rua Maresme e relação volumétrica com o contexto urbano envolvente.



132

MPGM22@ 2022

Perímetro de Intervenção

Eixo Intervir | Rua Pere IV

Eixo Intervir | Eixo Verde

Área a Intervir

Património Industrial
Protegido . Ca'Il·la

PGM

Habitação

Equipamento

LEGENDA



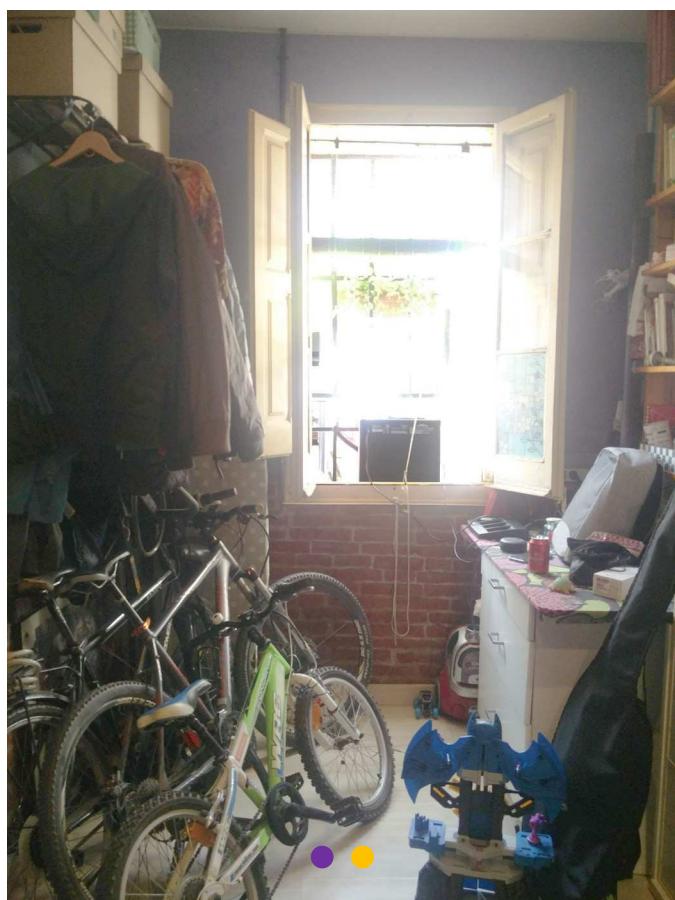
FIG.123. Implantação do bairro de casas em relação à envolvente regulamentar.





FIG.124. Reunião de vizinhos da rua Jubany.

Diagnóstico das necessidades das famílias inquiridas.



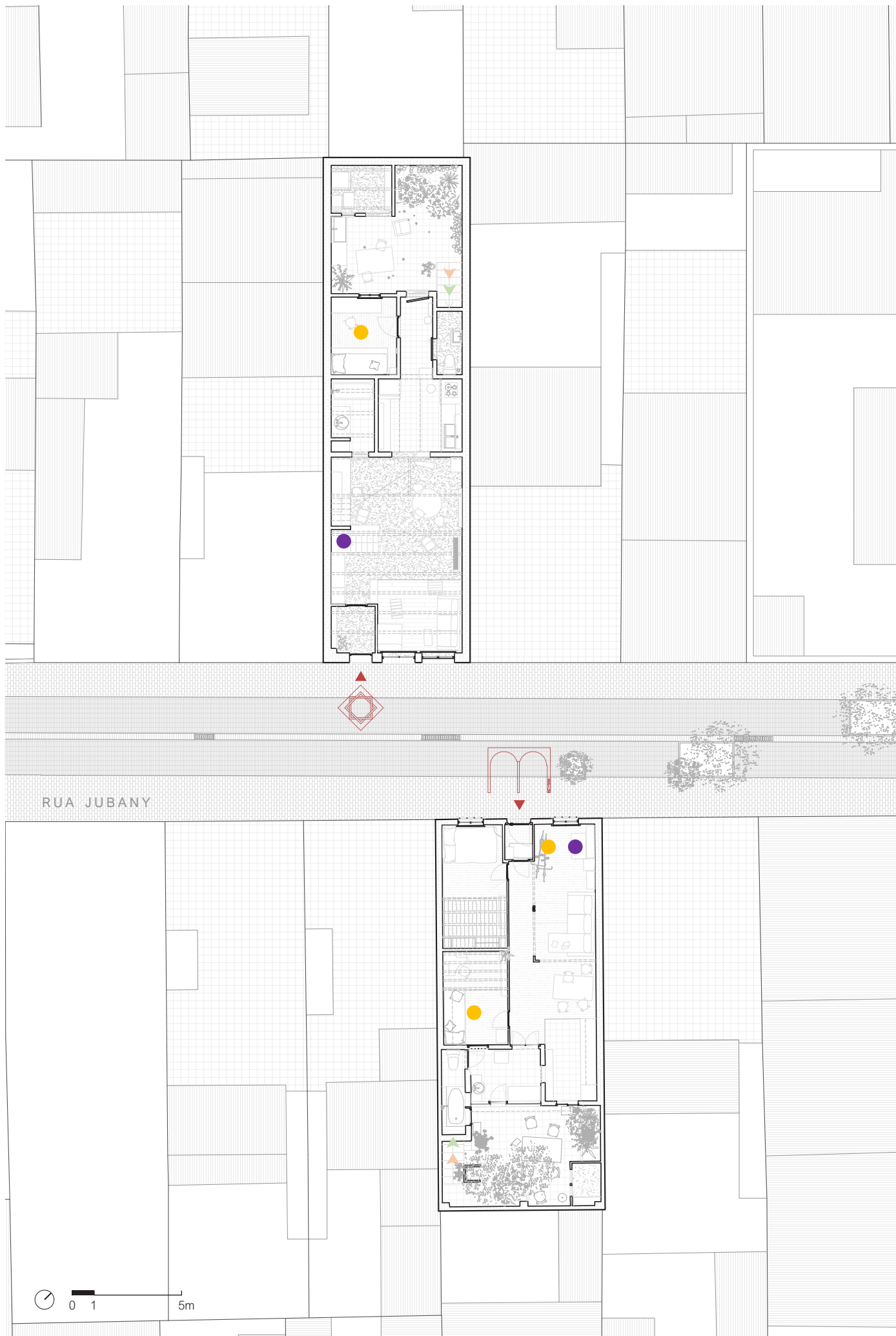
LEGENDA

- falta de privacidade ●
- falta de áreaútil, principalmente para os jovens ●
- coberturas subutilizadas por exposição solar ●
- coberturas mal utilizadas, depósito de entulho ●

FIG.125. Situação existente. "Casa dos arcos" | sala.

FIG.126. Situação existente. "Casa dos arcos" | terraço.

FIG.127. (direita) Levantamento arquitectónico da "Casa da estrela" e da "Casa dos arcos".



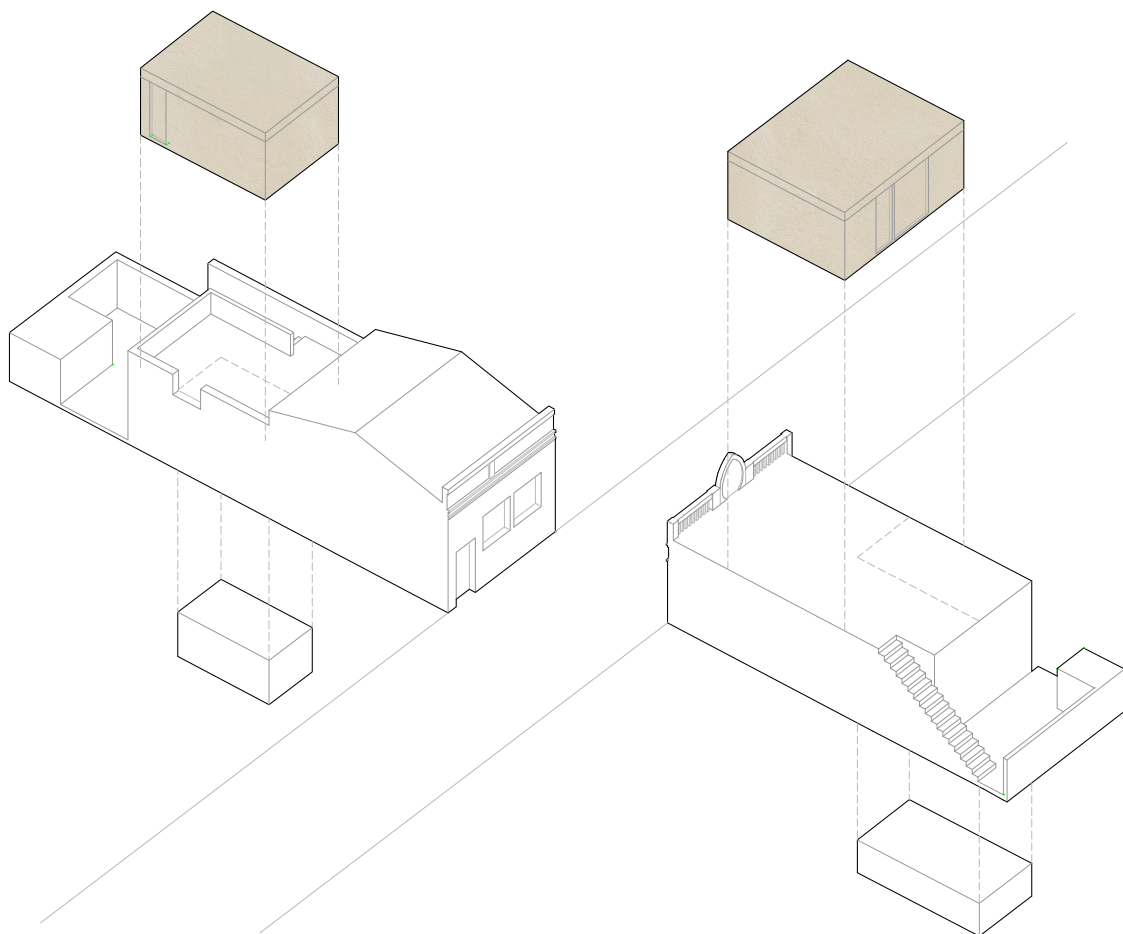
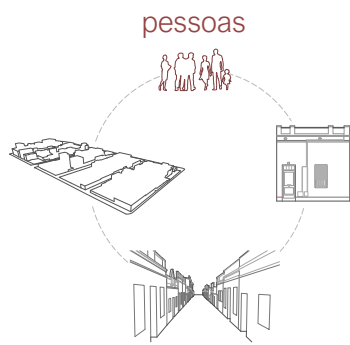


FIG.128. Esquema da estratégia: projetar para as pessoas, rua, bairro.
1ª fase: pessoas.

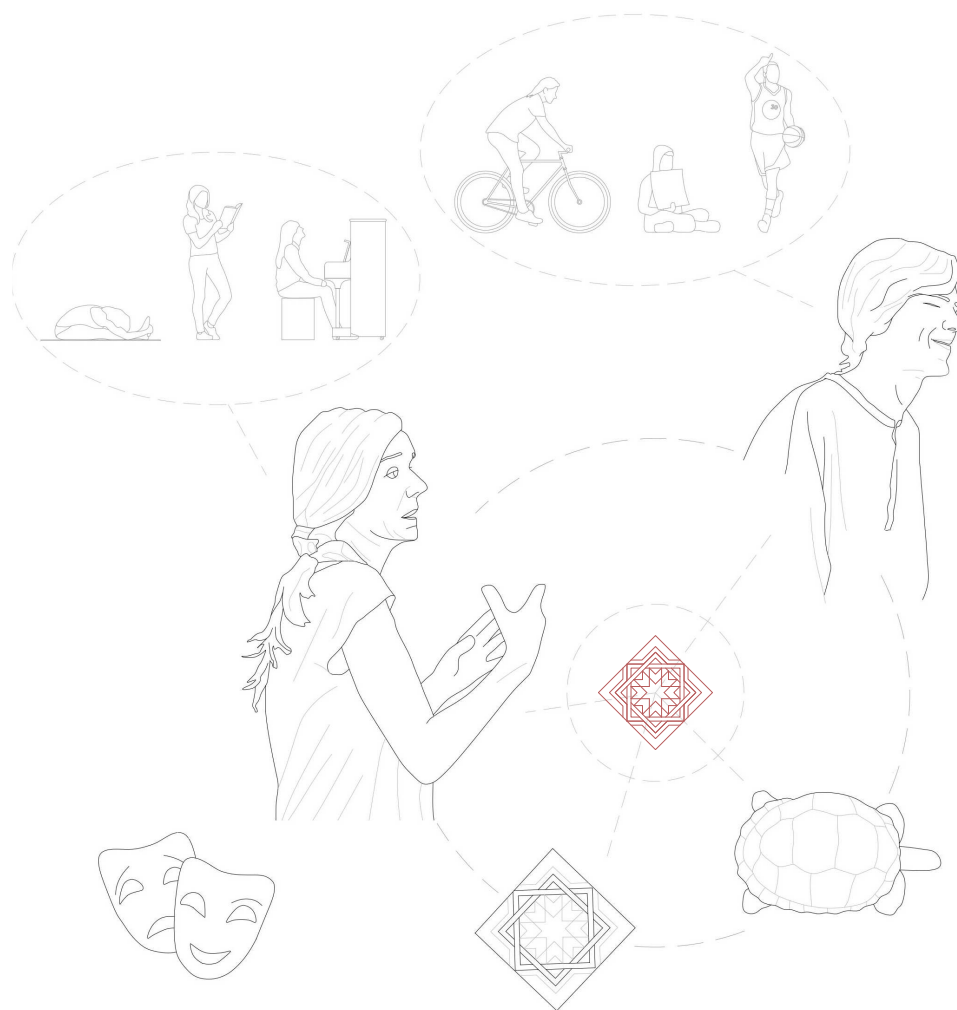
FIG.129. Esquema da proposta "para as pessoas". demolição dos anexos das coberturas da "Casa da estrela" e da "Casa dos arcos" para implantação de um módulo habitacional para usufruto dos filhos das famílias.

FIG.130. (direita) Planta proposta: implantação de 2 módulos habitacionais nas coberturas e proposta de construção faseada.



FIG.131. Cartografia dos elementos da família da “Casa da estrela” com as indicações dos *hoobies* e interesses.

FIG.132. Maquete da proposta para a “Casa da estrela”. Integração na casa existente.



138

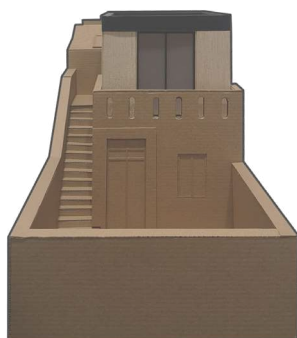
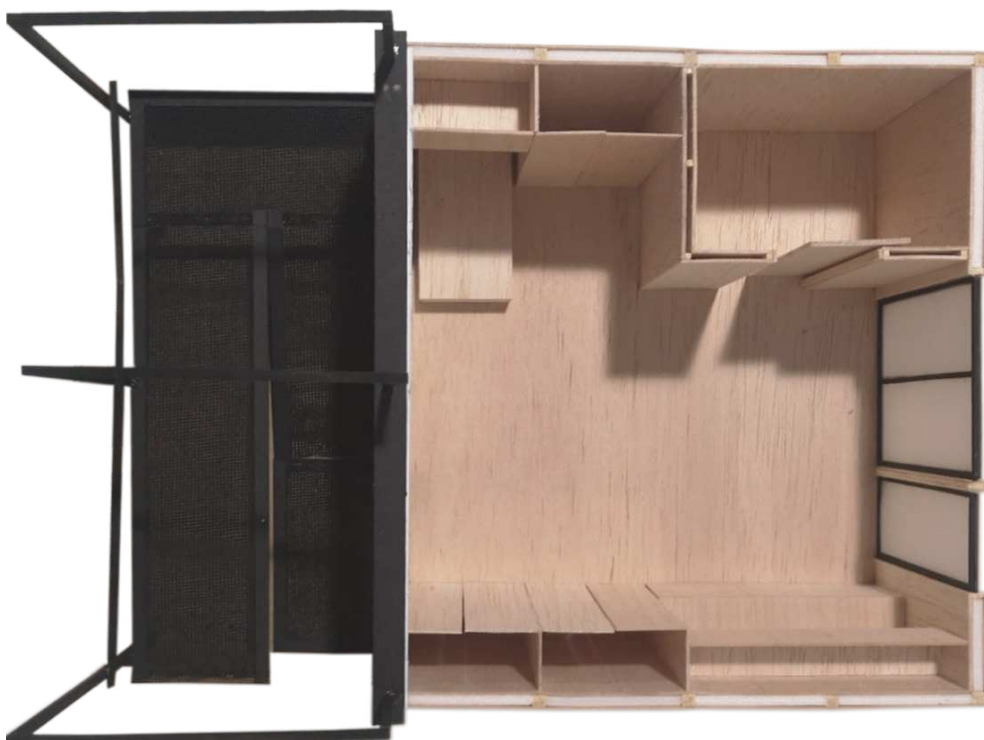


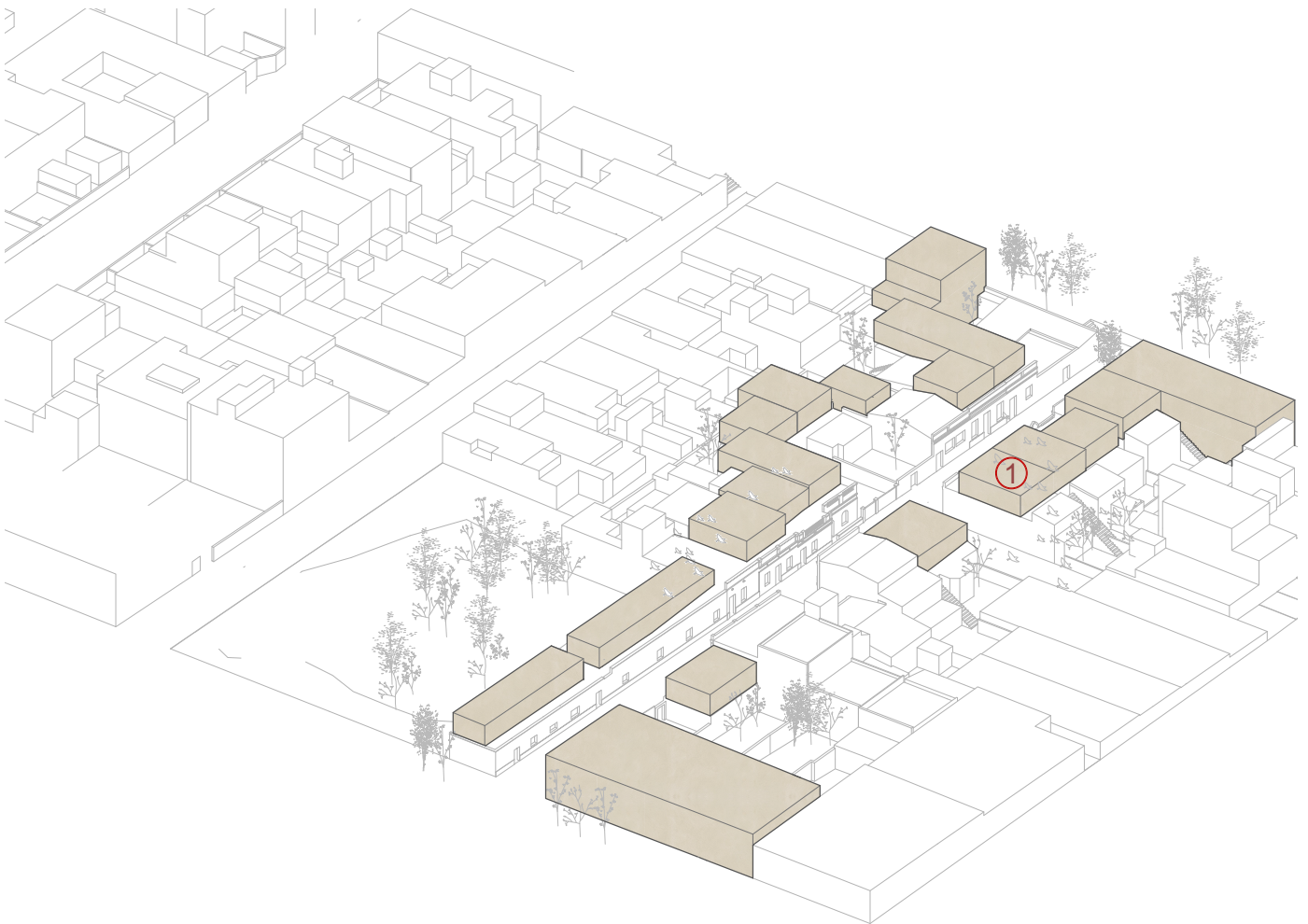
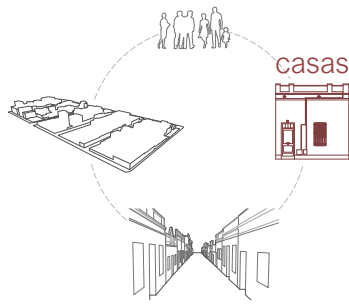
FIG.133. Cartografia dos elementos da família da “Casa dos arcos” com as indicações dos *hobbies* e interesses

FIG.134. Maquete da proposta para a “Casa dos arcos”. Integração na casa existente



139





LEGENDA

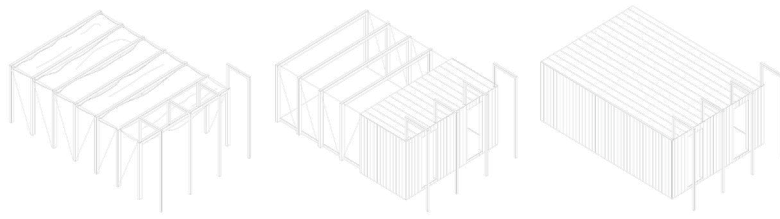
módulos de habitação



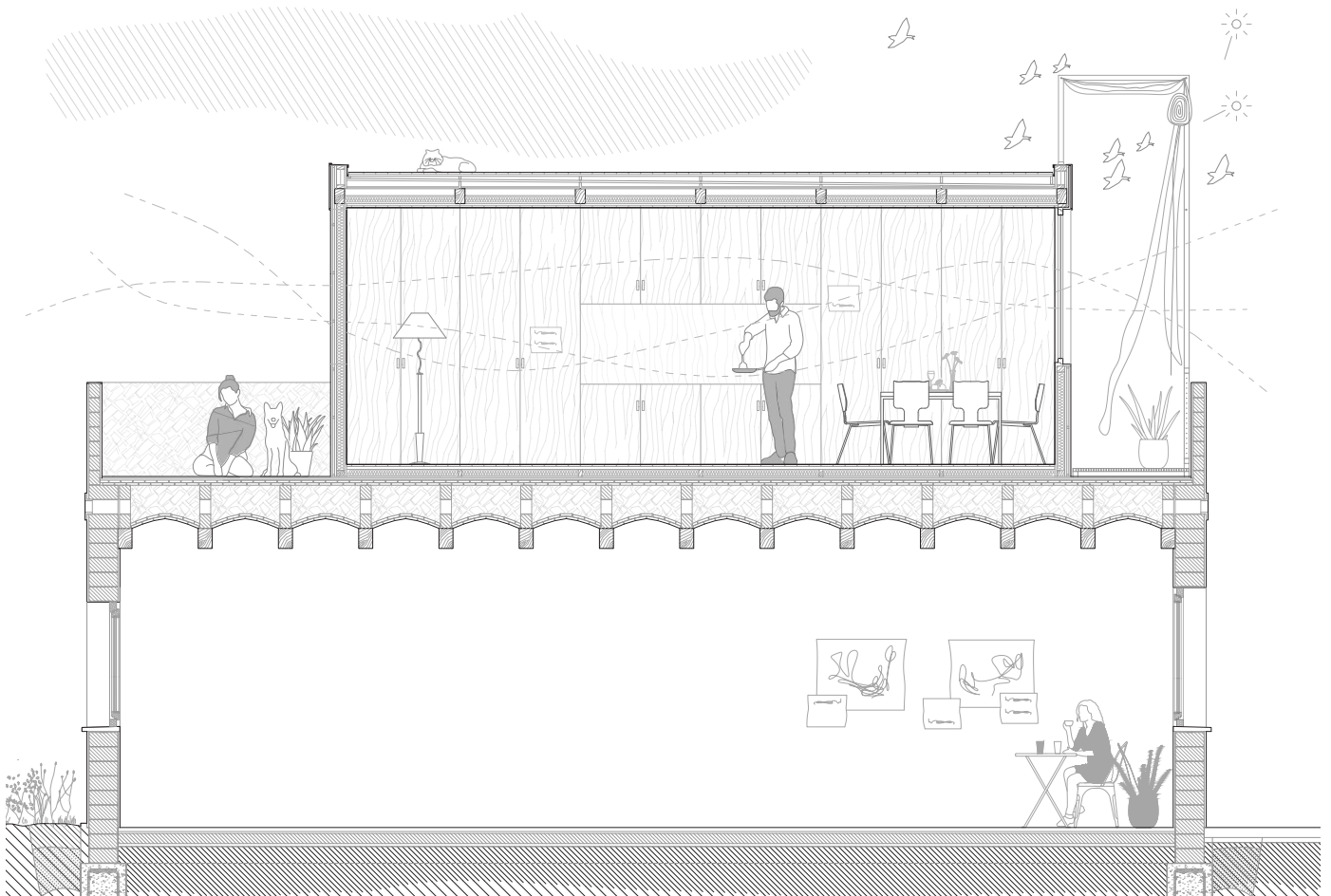
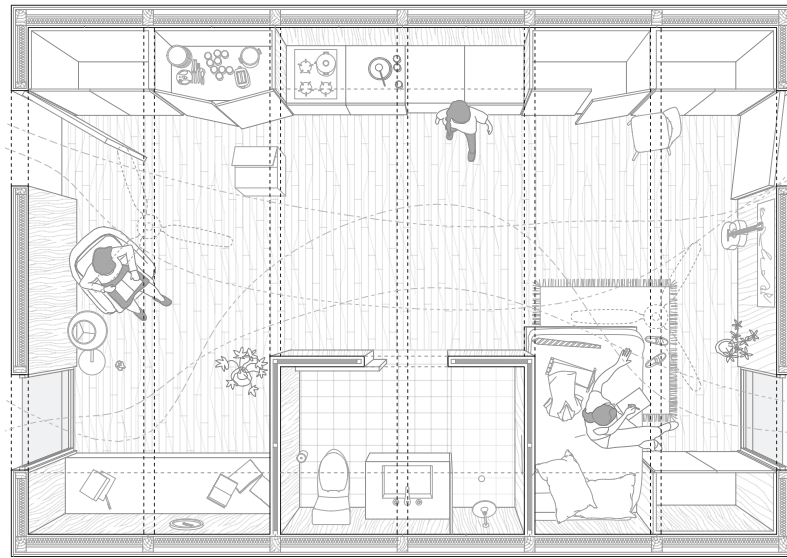
FIG.135. Esquema da estratégia:
projetar para as pessoas, casas,
rua, bairro.
2ª fase: casas.

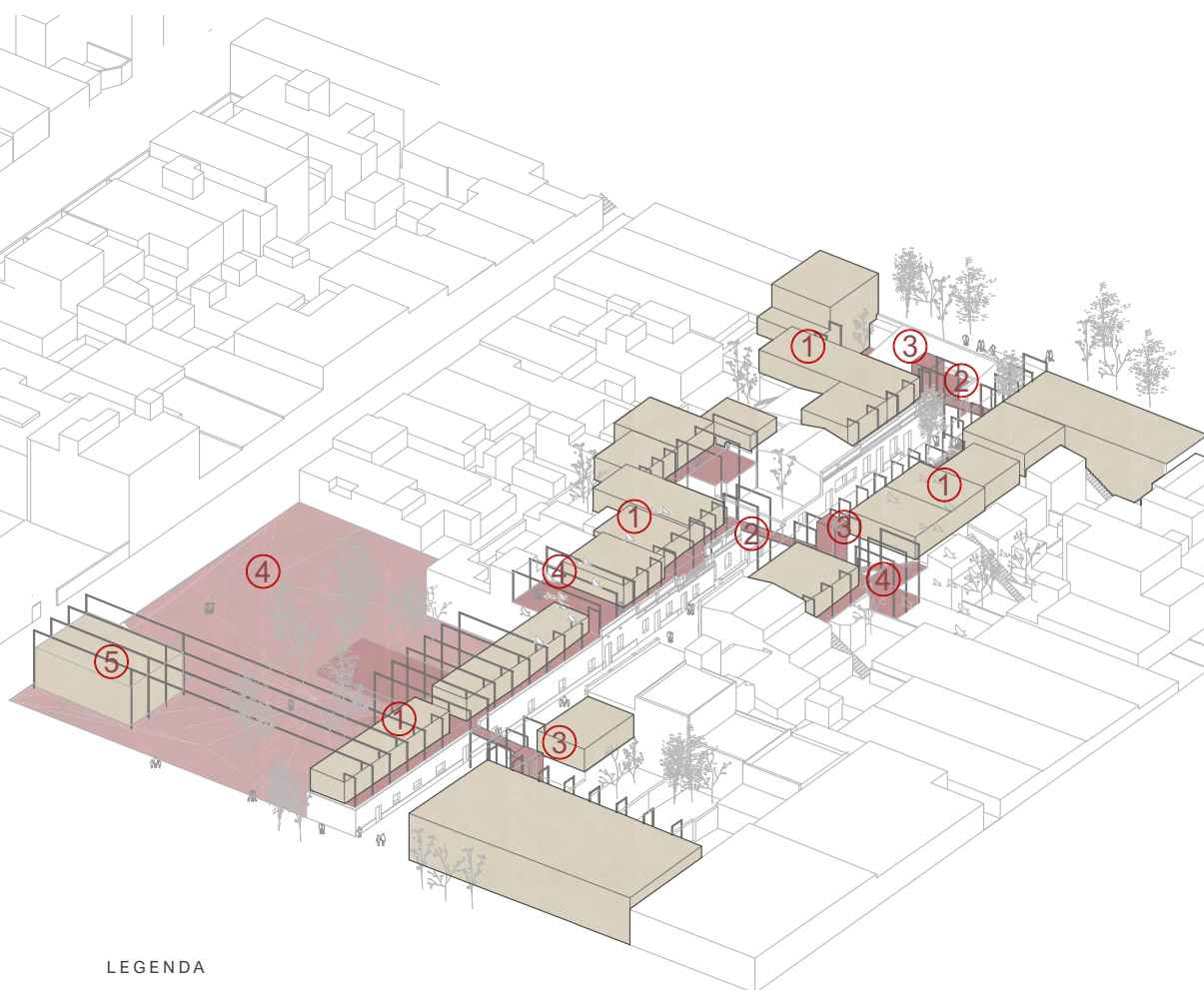
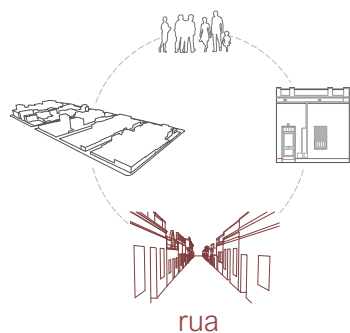
FIG.136. Esquema da proposta de
ampliação do conceito “do módulo
à rua” considerando que muitos dos
restantes terraços não são utilizados
e as casas são pequenas.

FIG.137. (direita) Módulo tipo (área
mínima para habitação) planta e
corte detalhado.



0 1 2m





LEGENDA

- módulos de habitação ①
- galeria de acesso ao piso superior ②
- acessos verticais ③
- zonas comunitárias ④
- equipamento ⑤

FIG.138. Esquema da estratégia: projetar para as pessoas, casas, rua, bairro. 3ª fase: rua

FIG.139. Esquema extensão da proposta à rua com inclusão de um passadiço que permite a densificação do bairro e a inclusão de espaços e equipamentos de uso comunitário.

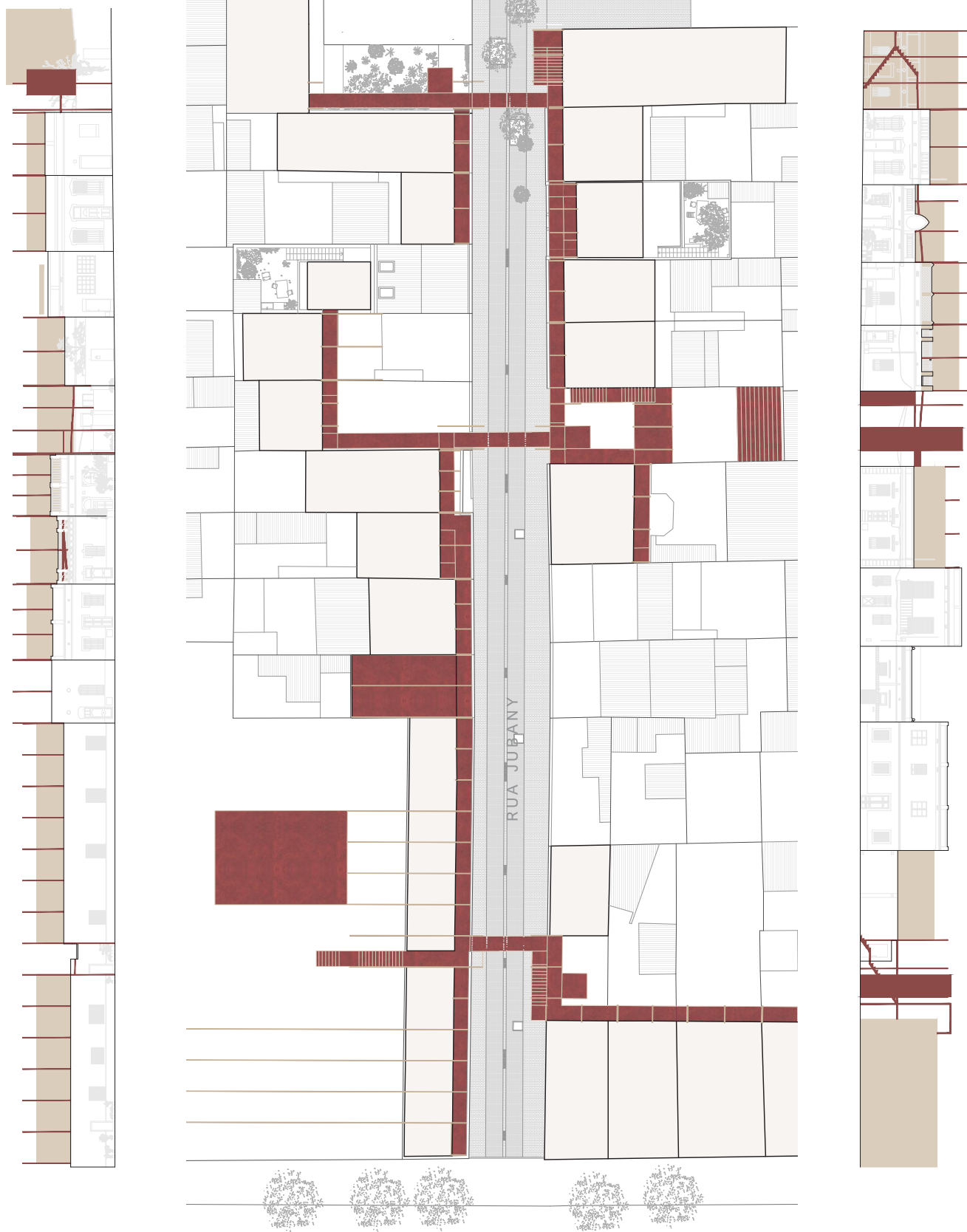


FIG.140. Implantação e alçados dos passadiços e módulos habitacionais da rua Juvany.

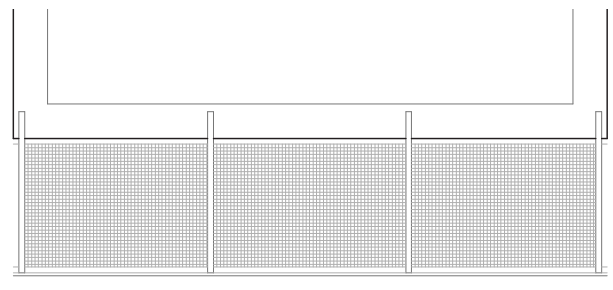
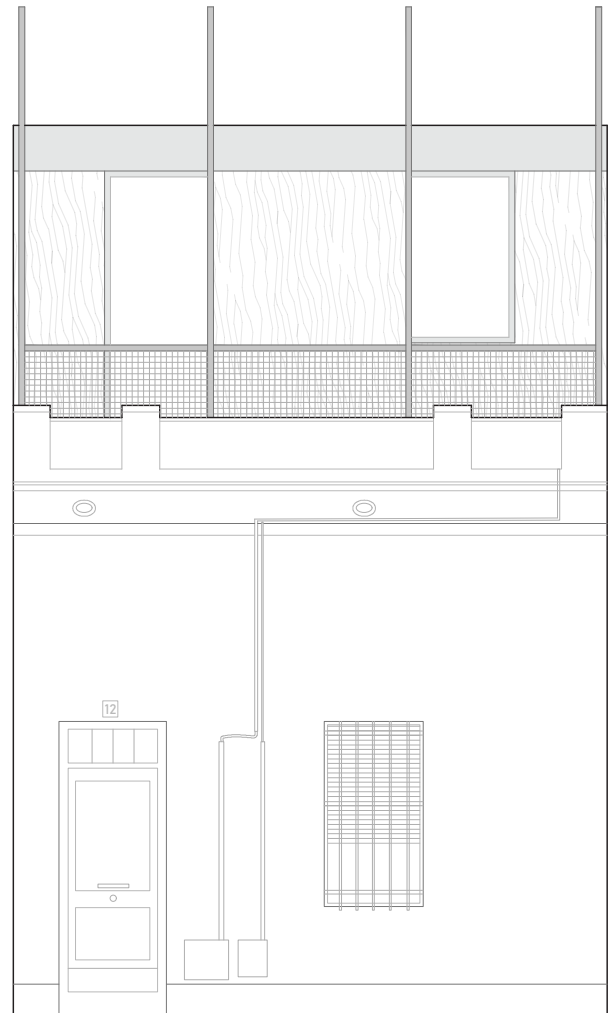
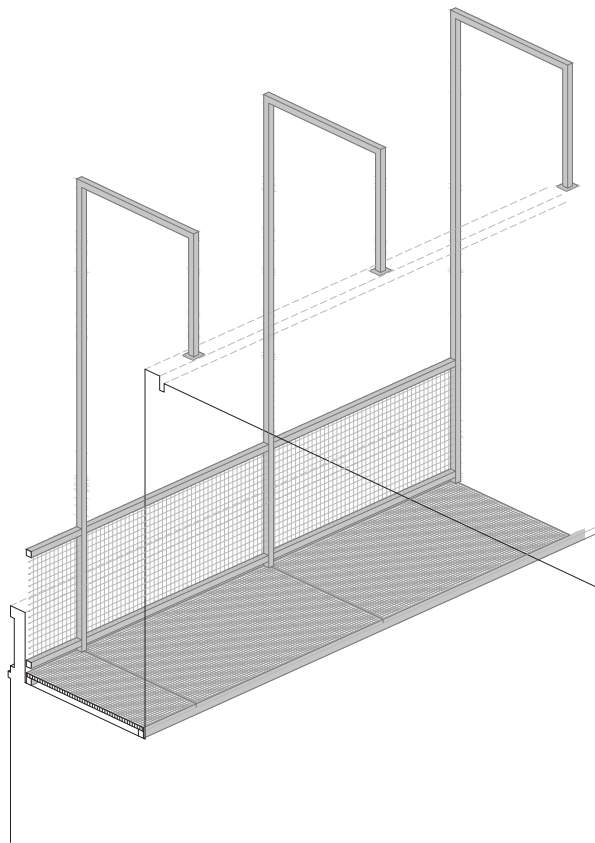


FIG.141. Planta, corte e alçado que detalha a inserção da galeria comum sobre as habitações, bem como o encaixe no módulo habitacional.

0 1 2m

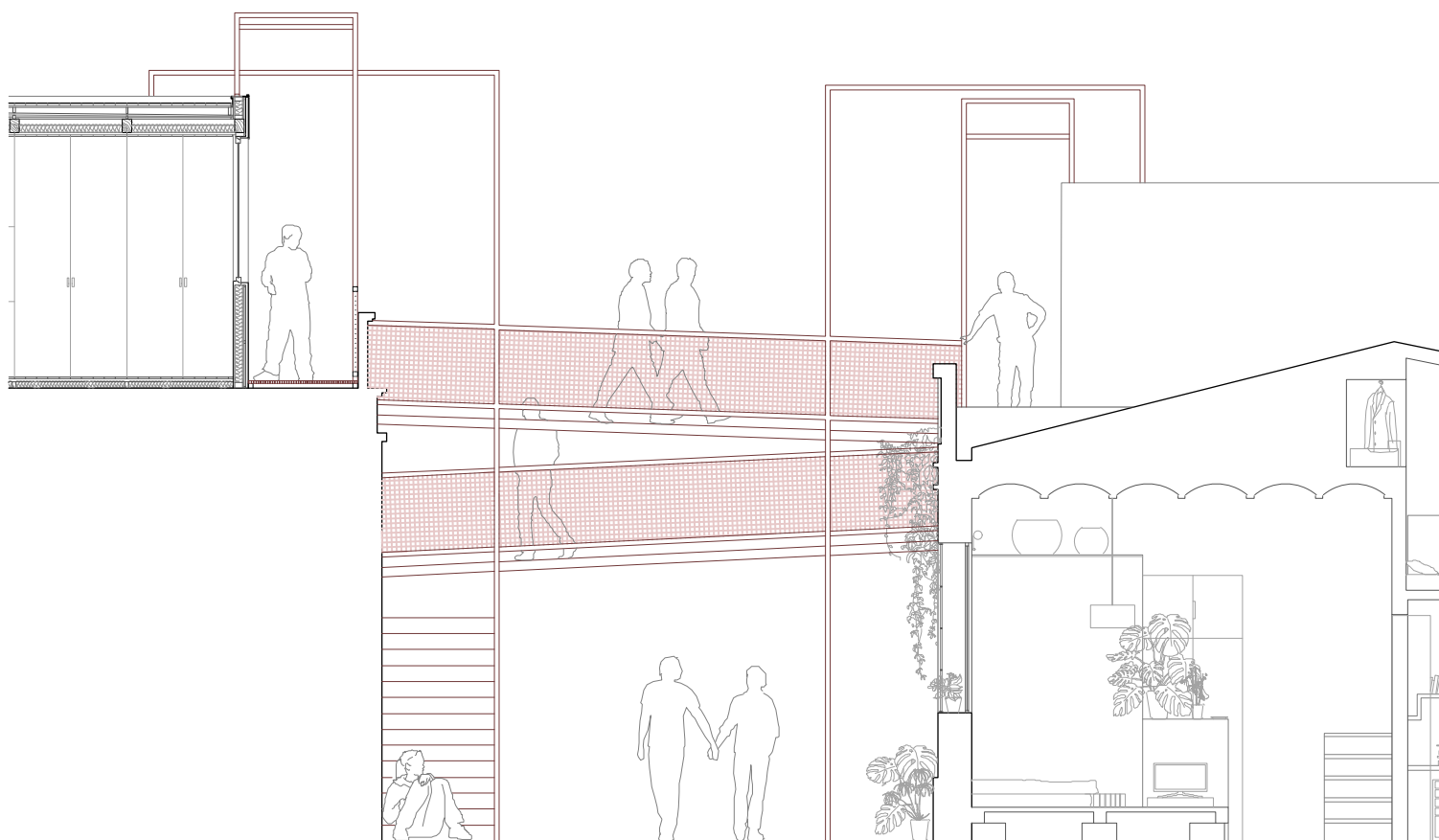


FIG.142. Imagem do interior do módulo da habitação tipo.

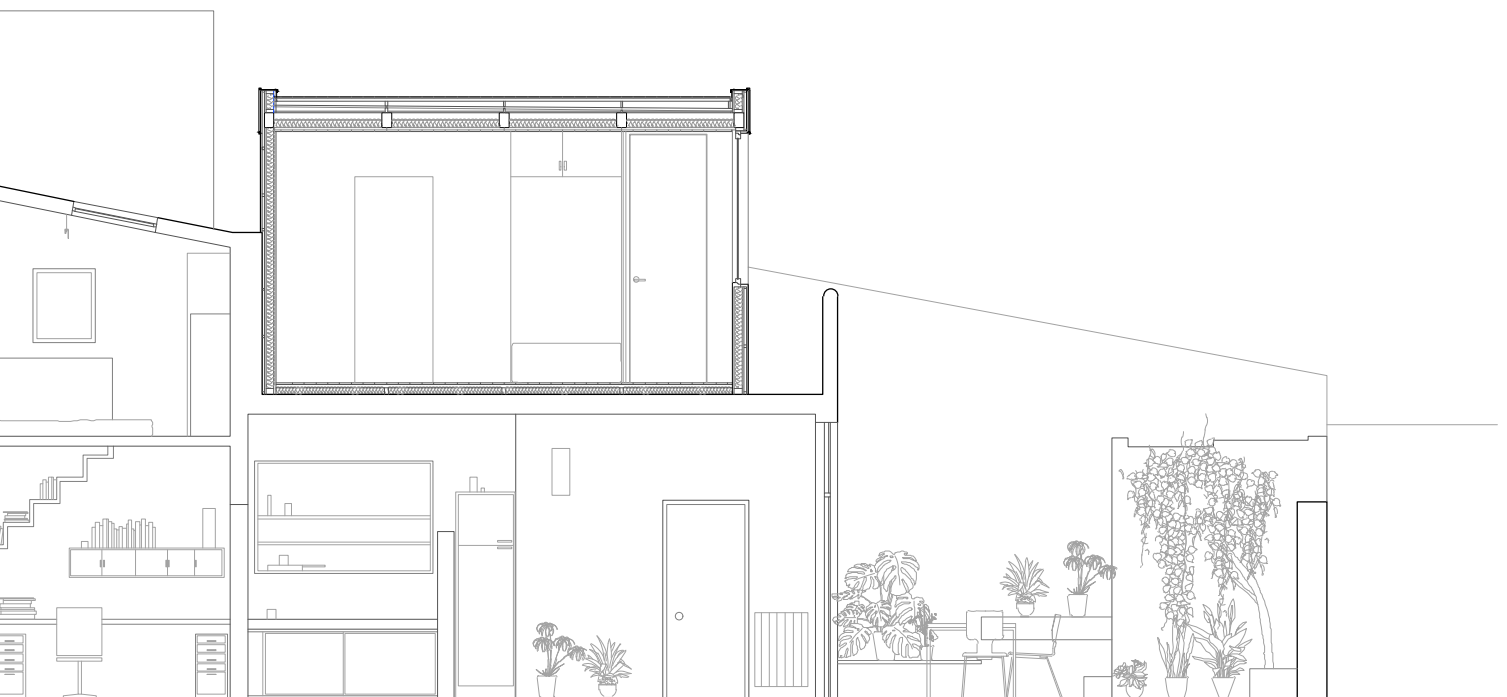


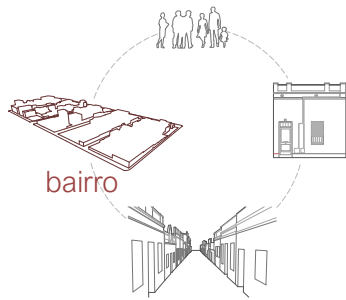
FIG.143. Imagem da rua Jubany com a inserção dos módulos de habitação e galeria - representação da 4ª fase do projeto.

FIG.144. Corte transversal sobre a rua Jubany pela “Casa da estrela” e a “Casa dos arcos”. Inserção da galeria na rua e módulos habitacionais

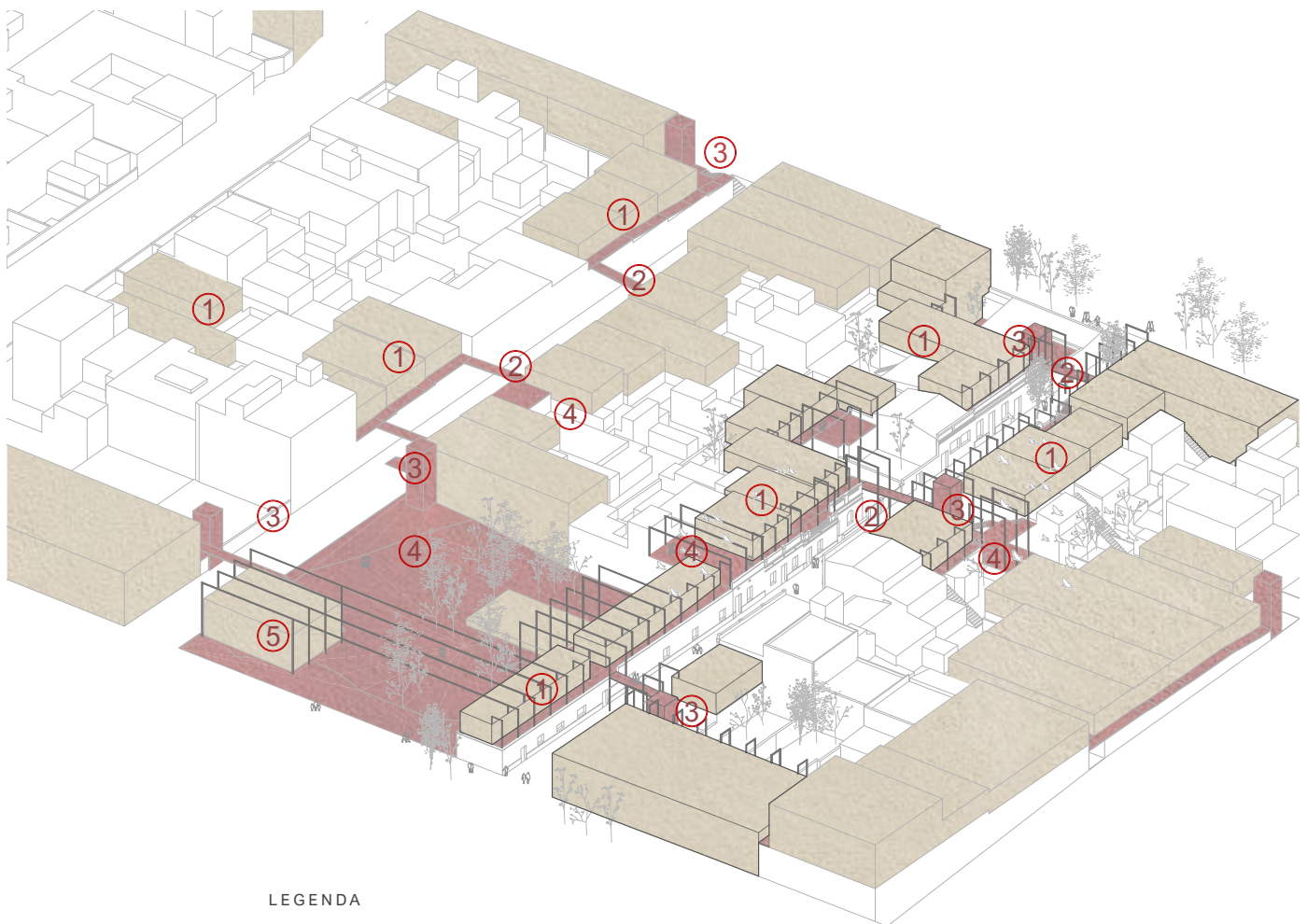


0 1 2m





148



LEGENDA

- módulos de habitação ①
- galeria de acesso ao piso superior ②
- acessos verticais ③
- zonas comunitárias ④
- equipamento ⑤

FIG.145. Esquema da estratégia:
projetar para as pessoas, casas,
rua, bairro.
4ª fase: bairro.

FIG.146. Esquema extensão da
proposta à rua com inclusão de um
passadiço que permite a densificação
do bairro e a inclusão de espaços e
equipamentos de uso comunitário.



FIG.147. Colagem sobre imagem da rua Jubany representativa da volumetria final proposta.

ANEXO B

PROJETO: TRÊS CASAS EM NUMÃO
WAF#05 | HABITAR NO INTERIOR

FIG.148. Enquadramento urbano das três casas a intervir na freguesia de Numão.





FIG.149. Situação existente.
Fachada principal.

FIG.150. Situação existente.
Fachada tardoz.

FIG.151. Situação existente.
Quarto interior.

FIG.152. Situação existente. Anexo
da cozinha.



LEGENDA

- degradação cosntrutiva
- inacessível a mobilidade condic.
- falta de ventilação
- acesso vertical ã. regulamentar
- anexos não incluídos na CRP
- casas de banho inacessíveis
- pouca ou nenhuma luz natural

FIG.153. (direita) Plantas de levantamento dos pisos térreo e 1º piso das casas com a indicação das fragilidades.



156

Quadro comparativo com indicação das áreas mínimas determinadas pelo RGEU e pela HCC em relação à área existente proposta para as três casas.

RELAÇÃO ÁREA - TIPOLOGIA

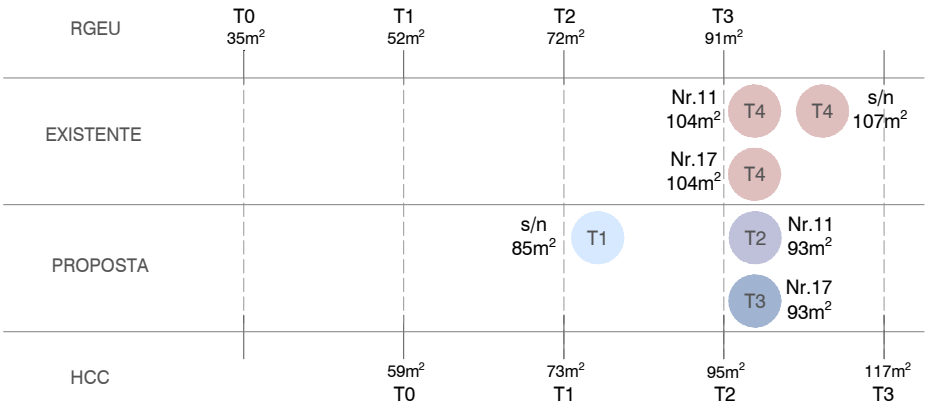
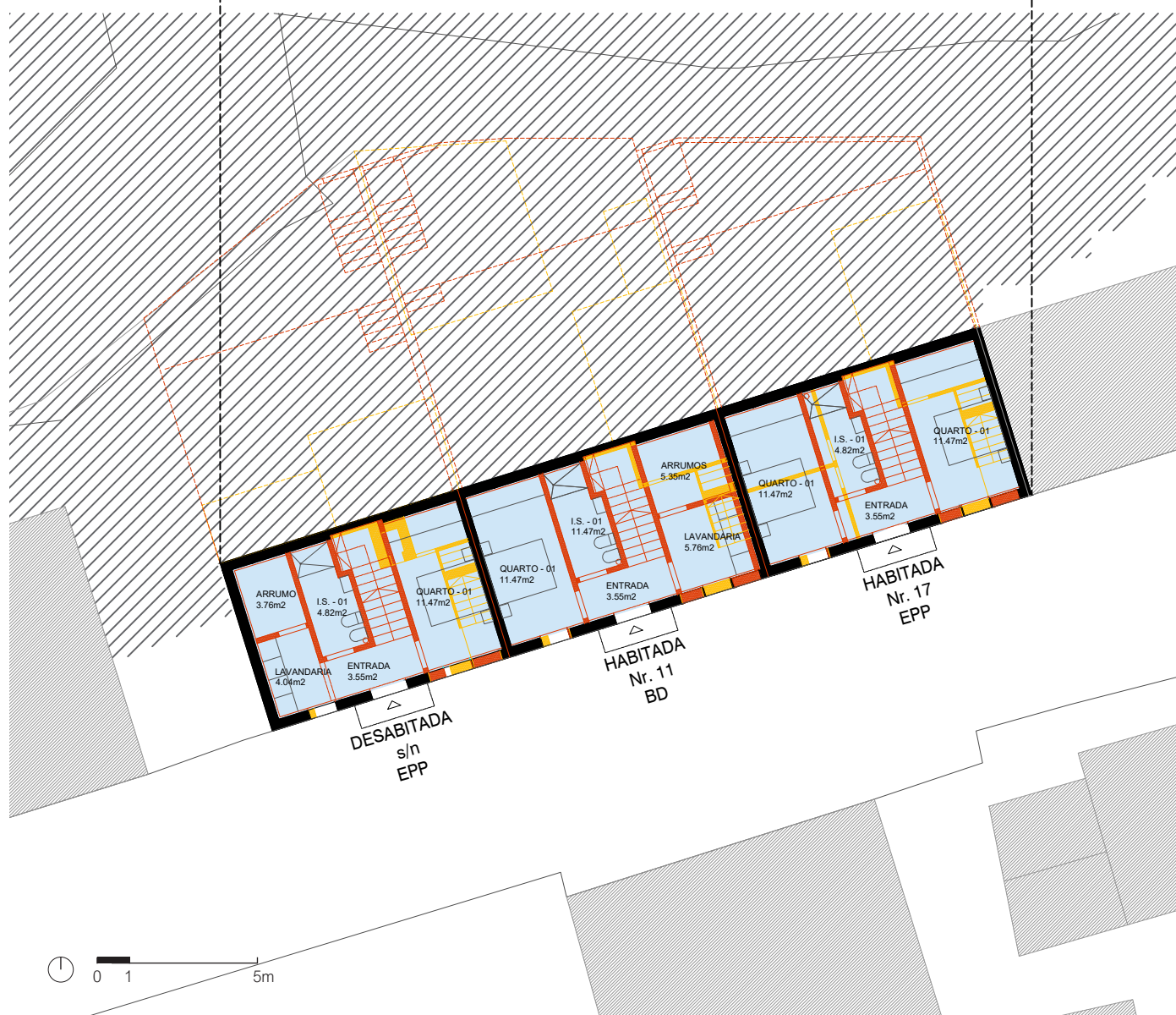


FIG.154. (direita) Plantas propostas para as três casas.
Preto: existente; Azul: área a intervir;
Amarelo: demolições; Vermelho: construção.



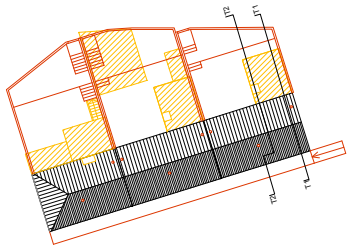
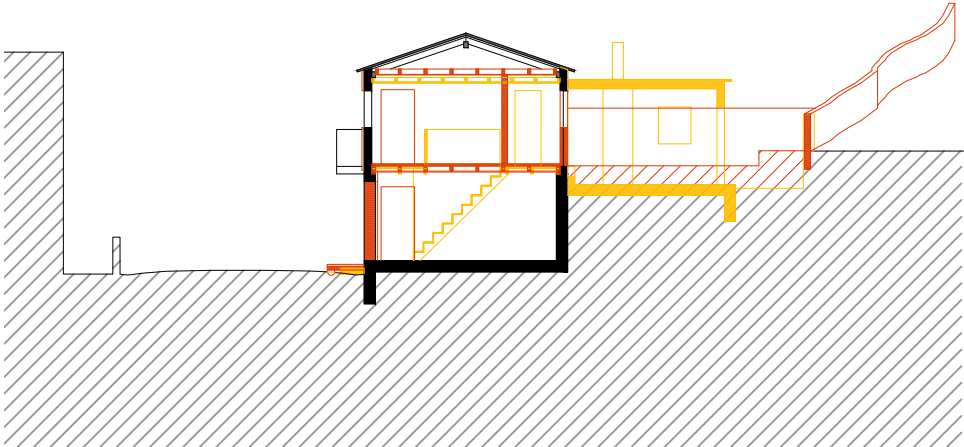
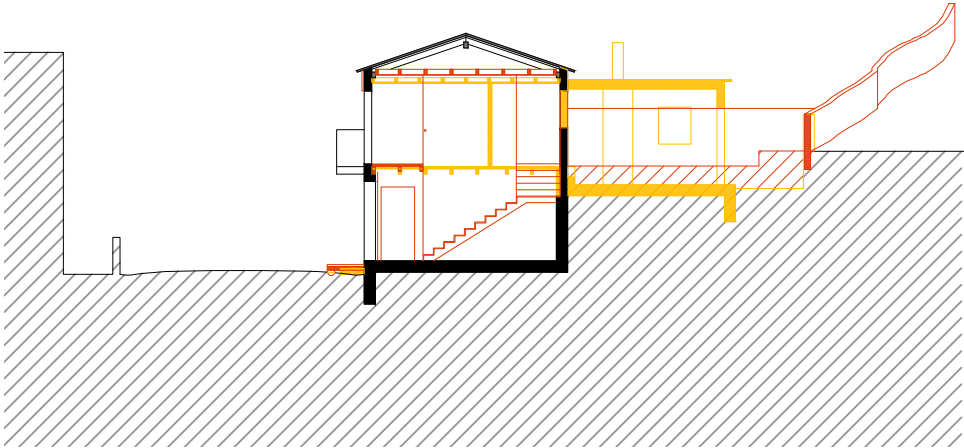


FIG.155. Corte T1 - indicação da proposta e demolições.
 Preto: existente; Azul: área a intervir;
 Amarelo: demolições; Vermelho: construção.

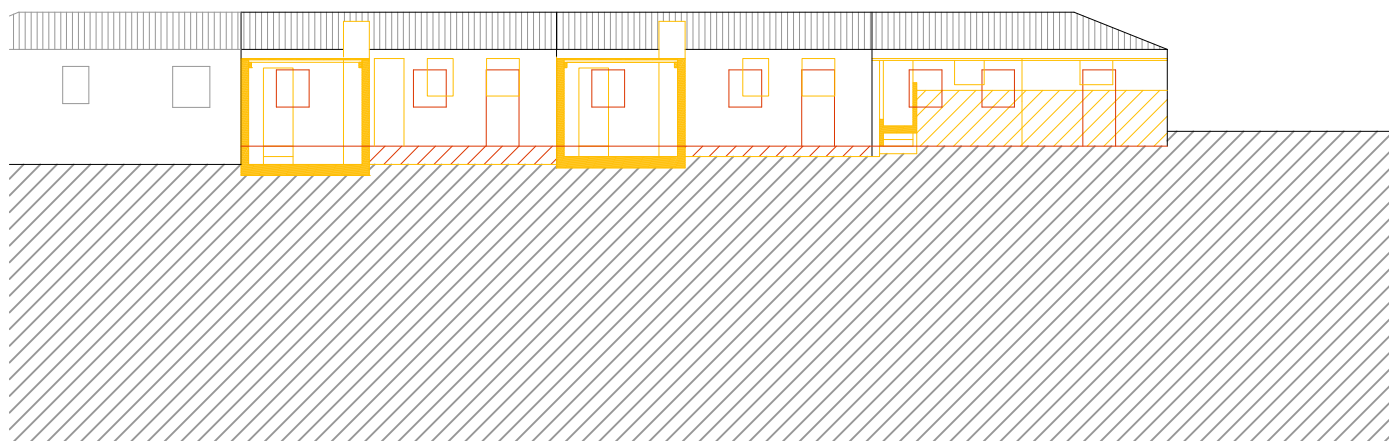


0 1 5m

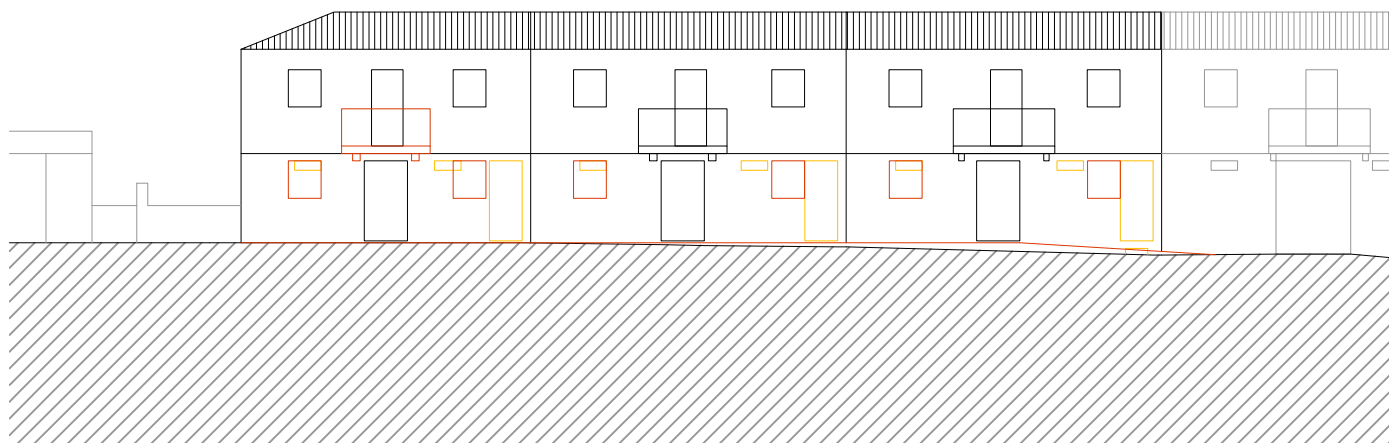
FIG.156. Corte T2 - indicação da proposta e demolições.
 Preto: existente; Azul: área a intervir;
 Amarelo: demolições; Vermelho: construção.



0 1 5m



0 1 5m



0 1 5m

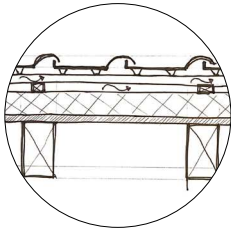
FIG.157. Alçado tardoz - indicação da proposta e demolições.

Preto: existente; Azul: área a intervir;
Amarelo: demolições; Vermelho: construção.

FIG.158. Alçado da frente - indicação da proposta e demolições.

Preto: existente; Azul: área a intervir;
Amarelo: demolições; Vermelho: construção.

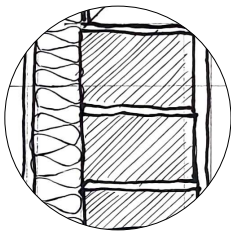
Soluções construtivas tipo para as paredes exteriores e cobertura.



Construção nova

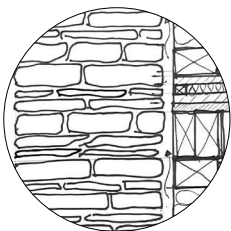
Telhado	[cm]
Telha Marselha	2.5
Ripa de telhado	3
Ventilação traseira	
Impermeabilização	
Isolamento térmico MW	10
OSB	2.5
Estrutura de madeira	16

- Caracterizações:**
- 2/3 águas
 - Telha Marselha
 - Caleira no beiral
 - Tubo de drenagem na fachada



ETICS + Tijolo	[cm]
Reboco	1
Isolamento térmico MW	6
Tijolo	17.5
Reboco	1

- Caracterizações:**
- Reboco pintado RAL 9016
 - Isolamento exterior
 - Caixilharia em alumínio lacado à cor branco / RAL 9016
 - Portas em madeira natural



Sob o terreno	[cm]
Pedra à vista em granito	
Parede de madeira com isolamento térmico PUR	12
Gesso Carbonado	2
Reboco	1

- Caracterizações:**
- Base pintada RAL 9016
 - Isolamento interior

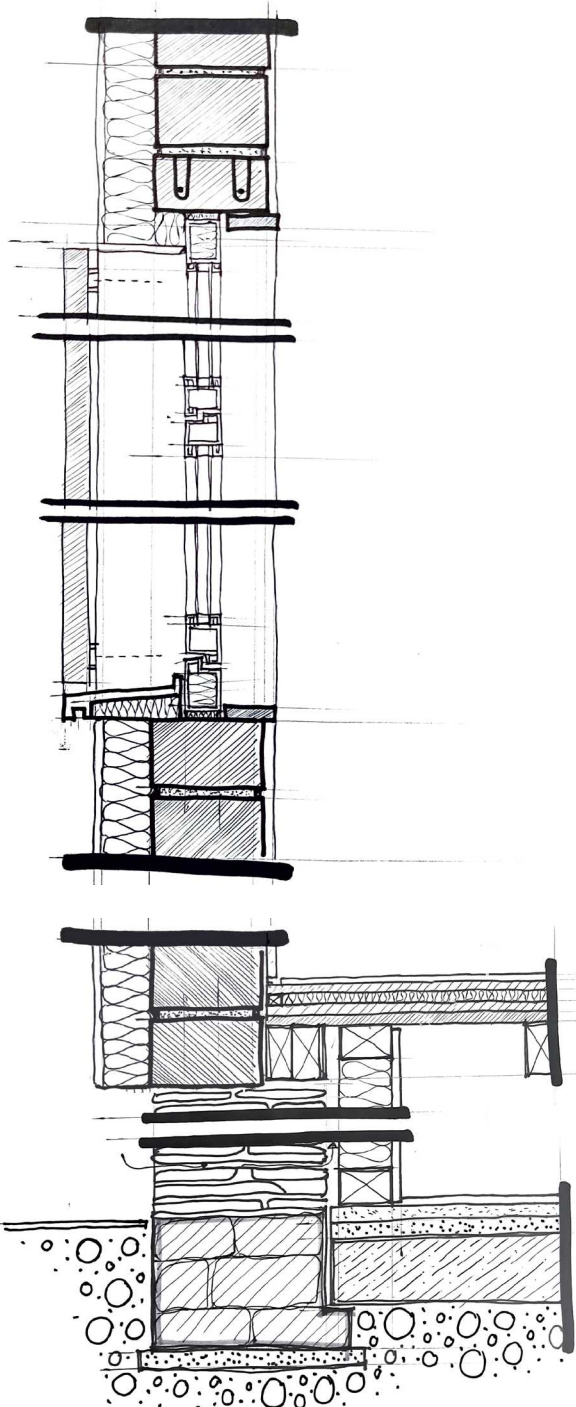
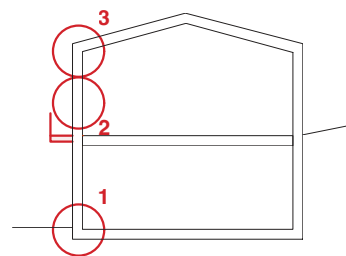
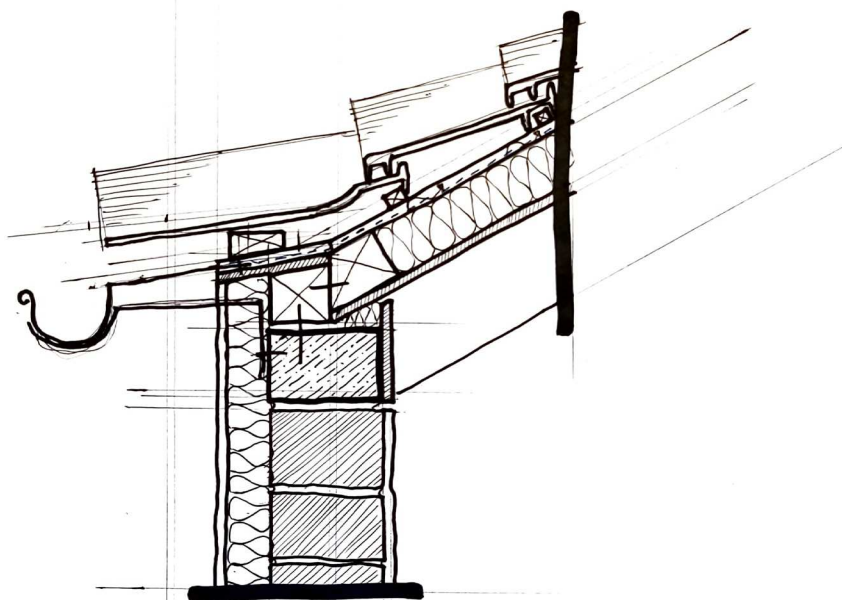


FIG.159. Corte construtivo tipo com indicação dos principais encontros (terreno com piso térreo; caixilho piso 1; parede com cobertura)

A presente dissertação teve a sua prova pública de defesa no dia 8 de junho de 2026.

O júri, constituído pela Doutora Ana Silva Fernandes (Presidente), pelo Doutor Bernardo Amaral (Arguente) e pela Doutora Luciana Rocha (Orientadora), atribuiu a classificação final de 19 valores (19/20).

ARQUITETOS DE FAMÍLIA

METODOLOGIAS PARA VIABILIZAR O ACESSO À ARQUITETURA

Autora Ana Filipa Marinho Pires

Orientadora Doutora Luciana da Silva Rocha

Co-orientador Doutor Aitor Varea Oro

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura
Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto
2026